

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo.....	6
1. Conjuntura.....	10
1.1 – Economia Mundial.....	10
1.2 – União Europeia e Zona Euro.....	18
1.3 – Nacional.....	19
1.3.1 – Evolução político-legal.....	19
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico.....	22
1.3.3 – Portugal no contexto global.....	33
1.4 – Conjuntura na área do Município.....	38
1.4.1 – Caracterização do Município.....	38
1.4.2 – Análise SWOT.....	39
1.4.2.1 – Pontos Fortes.....	39
1.4.2.2 – Oportunidades.....	40
1.4.2.3 – Pontos Fracos.....	41
1.4.2.4 – Ameaças.....	42
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município.....	42
2. Enquadramento interno.....	67
2.1 – Alterações no órgão executivo.....	67
2.2 – Política de recursos humanos adotada.....	70
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal.....	70
2.2.2 – Evolução dos recursos humanos.....	70
2.3 – Atividades desenvolvidas.....	75
2.3.1 – Divisão de Gestão Financeira.....	75
2.3.1.1 – Contabilidade.....	81
2.3.1.2 – Setor de Património.....	84
2.3.1.3 – Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento – SCPA.....	85
2.3.2 – Divisão de Recursos Humanos e Informática.....	100
2.3.2.1 – Setor de Informática.....	100

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

2.3.2.2 – Secção de Recursos Humanos	104
2.3.3 – Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	105
2.3.3.1 – Setor de Fiscalização e Empreitadas	106
2.3.3.2 – Serviço de Manutenção de Espaços Públicos e Estaleiro	107
2.3.4 – Divisão de Ordenamento do Território	108
2.3.5 – Divisão de Ação Cultural	114
2.3.6 Divisão de Educação, Ação Social e Saúde	127
2.3.6.1 – Setor de Educação	127
2.3.6.2 – Setor de Ação Social e Saúde	137
2.3.7 – Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	160
2.3.7.1 – Setor de Atendimento ao Município	160
2.3.7.2 – Setor de Estudos e Projetos Financeiros	162
2.3.7.3 – Setor de Transportes	166
2.3.7.4 – Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia	170
2.3.8 – Serviço de Projetos Técnicos	174
2.3.9 – Serviço de Turismo e Relações Internacionais	180
2.3.10 – Serviço de Fiscalização e Contencioso	188
2.3.11 – Serviço de Ambiente e Sustentabilidade	195
2.3.12 – Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	221
2.3.13 – Gabinete de Proteção Civil	224
2.3.14 – Gabinete de salubridade animal e saúde pública	231
2.3.15 – Equipa Multidisciplinar de imagem corporativa, Eventos e Protocolo	233
3. Análise Orçamental	236
3.1 – Evolução do orçamento da receita por classificação económica	236
3.2 – Evolução do orçamento da despesa por classificação económica	244
3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objetivos e programas	252
3.3.1 – Evolução das GOP's	252
3.3.2 – Estrutura das GOP's	258
3.4 – Evolução da execução orçamental	259
3.4.1 – Orçamento da Receita	259

Handwritten signature at the bottom right corner.

3.4.2 – Orçamento da Despesa	261
3.4.3 – Grandes Opções do Plano.....	262
3.5 – Compromissos assumidos para anos seguintes	264
3.6 – Evolução dos resultados orçamentais	265
3.6.1 – Resultado corrente	265
3.6.2 – Resultado orçamental.....	266
4. Fontes de Financiamento	268
4.1 – Receitas Próprias	268
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias.....	268
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	269
4.1.3 – Indicadores	269
4.2 – Outros Financiamentos.....	270
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos.....	270
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	271
4.2.3 – Participação do Município nos Impostos do Estado.....	271
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	274
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais.....	274
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	275
4.2.5 – Fundos Comunitários.....	275
4.2.6 – Endividamento Municipal.....	276
4.2.6.1 – Curto Prazo	276
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	276
4.2.7 – Indicadores	276
5. Aplicação dos Recursos Financeiros.....	278
5.1 – Despesas de Funcionamento	278
5.1.1 – Estrutura das despesas de funcionamento	278
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento.....	279
5.1.3 – Indicadores	279
5.2 – Despesas com pessoal	280
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal.....	280

Handwritten notes:
 A
 sel
 de @
 fin
 CR

5.2.2 – Indicadores	280
5.3 – Aquisição de bens e serviços	281
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços.....	281
5.3.2 – Indicadores	281
5.4 – Serviço da dívida	282
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida.....	282
5.4.2 – Indicadores	282
5.5 – Apoios concedidos a terceiros	283
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros.....	283
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	284
5.5.3 – Indicadores	284
5.6 – Investimento Municipal	285
5.6.1 – Investimento direto	285
5.6.1.1 – Evolução do investimento direto	285
5.6.1.2 – Indicadores	285
5.6.2 – Investimento total (direto e indireto)	286
5.6.2.1 – Evolução do investimento total.....	286
5.6.2.2 – Indicadores	286
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	287
6. Cumprimentos legais na despesa.....	289
6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal.....	289
6.2 – Cumprimento dos limites de endividamento	291
6.2.1 – Endividamento líquido – SEC/2010	292
6.2.2 – Endividamento de curto prazo	293
6.2.3 – Endividamento de médio e longo prazo.....	294
6.2.4 – Volume de pagamentos em atraso	294
6.2.5 – Limite da dívida total	294
7. Análise Económico-Financeira	296
7.1 – Análise da Situação Económica	296
7.1.1 – Condições Económicas	296

7.1.2 – Proveitos.....	298
7.1.2.1 – Estrutura dos proveitos.....	298
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos.....	299
7.1.3 – Custos	304
7.1.3.1 – Estrutura dos custos.....	304
7.1.3.2 – Evolução dos custos.....	305
7.1.4 – Resultados	312
7.1.4.1 – Resultado operacional.....	312
7.1.4.2 – Resultado financeiro.....	312
7.1.4.3 – Resultado corrente	313
7.1.4.4 – Resultado Líquido do Exercício.....	313
7.2 – Análise da Situação Financeira	316
7.2.1 – Condições Financeiras	316
7.2.2 – Dívidas de terceiros	319
7.2.3 – Dívidas a terceiros	321
8. Contabilidade de custos.....	325
9. Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro.....	339
10. Consolidação das contas do município com o grupo autárquico municipal.....	350
11. Outras disposições	351
11.1 – Proposta de aplicação de resultados.....	351
11.2 – Evolução previsível da atividade.....	351
11.3 – Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício.....	351
Índice de ilustrações.....	352

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO

O Relatório e Contas de 2018, é o primeiro exercício completo que este executivo municipal apresenta neste fórum, tendo em consideração que no ano de 2017, apenas completámos 2 meses de exercício.

O Relatório agora apresentado, vem ao encontro do rigor das contas municipais que temos procurado imprimir e refletem todo o enorme esforço de poupança e contenção que foi possível realizar. Foi assim que a nossa governação à frente dos destinos do Município de Ourém exigiu a implementação de um processo muito responsável, suplantando lacunas, que considero terem sido constatadas, com inevitáveis reflexos nos domínios económico e financeiro, que, no entanto, considero terem sido encarados e supridos, como, aliás, seria nossa obrigação.

Este documento apresenta um resultado líquido positivo de cerca de 712 Mil Euros, o que contrasta com os resultados apresentados nos últimos 12 anos, em que o mesmo foi consecutivamente negativo e que contribuíram para a deterioração dos capitais próprios do Município em cerca de 36 Milhões de Euros.

É por isso que o resultado do exercício de 2018 é histórico e que terá repercussões no investimento que temos previsto realizar no concelho nos próximos meses.

Permitam-me, para além do já referido, que mencione alguns dos aspetos mais significativos do presente documento e que passo a detalhar:

RECEITAS

- Grau de execução da receita na ótica das cobranças líquidas de 89,8%, superando a meta dos 85%, definido no Regime Financeiro das Autarquias Locais;
- Lembro que em relação ao exercício de 2017, foi necessário efetuar uma revisão orçamental em baixa para conseguirmos atingir esta meta;

- Excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo de gerência anterior, as receitas líquidas refletem um aumento de 4,4%, face ao ano anterior;
- Aumento dos Impostos diretos, particularmente no IMI, com mais 243 Mil Euros, e na Derrama com mais 252 Mil Euros;

DESPESAS

- As despesas realizadas assinalam uma diminuição de 10,3%, o que representa um decréscimo de 3,5 Milhões de Euros;
- Aumento das despesas com o Pessoal, em 1,7 Milhões de Euros, decorrentes do processo de internalização da Ourém Viva;
- Diminuição na aquisição de bens em cerca de 43,9 Mil Euros e na aquisição de serviços em cerca de 2,6 Milhões de Euros.

RESULTADOS ORÇAMENTAIS

- Resultado Corrente positivo em 9,7 Milhões de Euros;
- Resultado orçamental positivo em cerca de 6,9 Milhões de Euros.

PAGAMENTOS EM ATRASO

- Inexistentes

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

- 19 Dias, quando em 2017 era de 25 dias.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

- -Margem face ao limite legal previsto, 33,15 Milhões de Euros, quando em 2017 era de 31,1 Milhões de Euros.

PROVEITOS

- Aumento em 9,3%, o que representa um acréscimo de 2,9 Milhões de Euros;
- Aumento generalizado.

CUSTOS

- Diminuição global em 6,2%;

- Diminuição dos Serviços e Fornecimentos Externos em cerca de 2,5 Milhões de Euros;
- Transferências e subsídios correntes concedidos com um decréscimo de cerca de 267,4 Mil Euros;
- Amortizações do Exercício com uma redução de cerca de 268,6 Mil Euros;
- Custos e Perdas Extraordinárias com uma diminuição de cerca de 200,7 Mil Euros.

RESULTADOS

- Resultado Líquido do Exercício positivo em cerca de 712,8 Mil Euros, quando em 2017 o mesmo tinha sido negativo em cerca de 4,4 Milhões de Euros.

EVOLUÇÃO DE 2018

- Em 2018, o Fundo de Maneio revela um valor positivo ligeiramente superior a 9,4 Milhões de Euros, o que representa uma melhoria deste indicador em cerca de 4,5 Milhões de Euros.

DÍVIDAS

- As dívidas a terceiros situaram-se num valor próximo de 8,9 Milhões de Euros, evidenciando uma diminuição de cerca de 2,7 Milhões de Euros. É o valor historicamente mais baixo do período comparado (POCAL 2002/2018), conforme quadro que se encontra no Relatório.

PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) – Monitorização

- Foram atingidas as metas, sendo superadas em 1,2 milhões de euros quanto à maximização da receita e 1,5 milhões de euros na minimização da despesa.
- Relativamente ao volume da dívida, tendo por referência as disponibilidades existentes no final do exercício e excluída a participação no FAM, seria exequível que a dívida líquida fosse inferior a 2,6 milhões de euros, ou seja, evidenciando uma superação da meta, neste contexto, ligeiramente superior a 6,1 milhões de euros.

Estas são as principais notas a reter de um documento extenso, em que se pode verificar que as contas do Município de Ourém estão notoriamente equilibradas, o que irá permitir que, no futuro, venhamos a dispor de melhores condições para realizar uma lista de investimentos, que têm vindo a ser adiados.

Nesta mesma reunião é proposta uma revisão orçamental em alta, que prevê um reforço de 1 Milhão de Euros, passando o orçamento municipal para 43,965 milhões de euros.

É proposto que deste valor sejam alocados, na aquisição das quotas dos sócios da Fatiparques e no pagamento das dívidas existentes na empresa, para que possamos, de uma vez por todas, resolver mais este gravíssimo problema, que herdámos e que agora está perto de ser resolvido.

Quanto ao restante valor, propõe-se que seja considerado para reforço da verba disponível relativa à beneficiação de estradas e caminhos municipais.

No cumprimento do nosso projeto político e de desenvolvimento para o Município de Ourém continuaremos em linha com a nossa orientação inicial pois estamos convictos de que o nosso povo espera que falemos sempre do futuro e dos seus desafios. Do mesmo futuro para cuja gestão nos foi conferido mandato, para apresentarmos as soluções mais convenientes a bem do interesse municipal.

São assim estes os documentos, para os quais propomos aprovação.

Ourém, abril de 2019

O Presidente da Câmara Municipal



Set
Jh
OR

1. CONJUNTURA

1.1 – ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial continuou a atravessar um período de particular incerteza e de riscos sistémicos, assistindo-se a uma alteração dos principais impulsionadores. A recuperação da grande recessão tem sido lenta, tendo por vezes ameaçado descarrilar por completo. As economias mais avançadas estão finalmente a fortalecer-se, com um crescente aumento dos níveis de confiança do setor privado. Após anos de fraqueza, o investimento e o comércio têm demonstrado sinais de melhoria, enquanto o desemprego permanece em níveis manifestamente elevados, embora o mercado de trabalho assinala alguns progressos na generalidade dos países, tendo-se sustido, virtualmente, a deterioração deste indicador nas economias mais avançadas.

Por outro lado, o ritmo de crescimento económico na maioria das economias emergentes abrandou. Parte desta desaceleração está no seu início, refletindo abrandamentos cíclicos de posições iniciais sobreaquecidas. Contudo, gerir a desaceleração do crédito e os riscos que este construiu durante o período em que vigoraram condições monetárias globais favoráveis estabeleceu-se como um grande desafio que persiste no tempo.

Depois de anos da crise financeira, a economia mundial persistiu em debater-se com inúmeros riscos e incertezas, designadamente as repercussões internacionais do ajustamento em curso na política monetária de economias desenvolvidas, a vulnerabilidade das economias emergentes, as remanescentes fragilidades na área do euro, a insustentabilidade das finanças públicas a longo prazo para muitos dos países desenvolvidos e as tensões geopolíticas.

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas)¹, o crescimento económico verificou-se em mais da metade das economias mundiais em 2017 e 2018. As economias desenvolvidas expandiram-se em 2,2% em ambos os anos e as taxas de crescimento em muitos países cresceram próximas do seu potencial, enquanto as taxas de desemprego economias desenvolvidas caíram para mínimos históricos. Para o FMI (Fundo Monetário Internacional)² o

¹ United Nations, *World Economic Situation Prospects - 2019*

² International Monetary Found – *World Economic Outlook – January 2019*

crescimento económico nas economias avançadas, em 2018, deverá ter-se situado em 2,3% com particular destaque para o crescimento dos Estados Unidos da América (2,9%).

Para a ONU, entre as economias em desenvolvimento, as regiões do leste e sul da Ásia permanecem numa trajetória de crescimento relativamente forte, expandindo 5,8% e 5,6%, respetivamente, em 2018. Muitos países exportadores de *commodities*, principalmente exportadores de combustíveis, continuam em recuperação gradual, embora permaneçam expostos a preços manifestamente voláteis. O impacto da forte queda nos mercados de *commodities*, em 2014/15, ainda continua a pesar nos saldos fiscal e externo e deixou um legado de elevados níveis de dívida.

O crescimento económico global deverá ter permanecido estável em 2018, assinalando um crescimento em 3,1%, considerando que a aceleração induzida pelos impostos nos Estados Unidos da América terá compensado o crescimento mais lento verificado em outras economias grandes economias, tais como a Argentina, Canadá, China, Japão, Irão, Turquia e União Europeia.

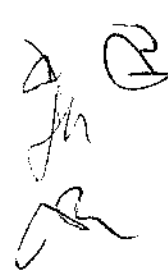
Neste âmbito, verificaram-se alguns sinais de que o crescimento global possa ter atingido o seu pico. As estimativas da produção industrial e do crescimento do comércio tem assinalado que os setores de capital intensivo e o setor dos bens intermediários, denotando perspectivas de investimento mais fracas. Deste modo, a produção industrial abrandou face ao nível de crescimento verificado no ano anterior (3,5% em 2017 e uma estimativa de 3 % em 2018).

Um indicador composto concebido pela OCDE que inclui 36 membros aos quais acrescem 6 grandes países não membros, apresenta uma quebra desde o final de 2017.

Contudo, o acentuado crescimento global, esconde um ritmo desigual no progresso económico em todo o mundo. Efetivamente, as perspectivas económicas globais melhoraram desde 2016, mas uma parte substancial dos grandes países em desenvolvimento registaram, em 2018, uma queda na renda per capita.

O crescimento do PIB nos países menos desenvolvidos é estimado em 5%, em média em 2018 ou 2,6% per capita, continuando uma aceleração constante desde 2015. Embora a maioria dos

países tenha participado da recuperação, que é em parte impulsionada por alguma recuperação dos preços das commodities, quase um terço destes países cresceu menos em 2018, se efetuada comparação com o 2017. Porém, na maior dos países menos desenvolvidos, o crescimento do PIB per capita é manifestamente inferior ao nível desejável, tendo em vista a erradicação dos níveis de pobreza extrema (estimada em 30% da população).



A decomposição do crescimento económico por agregados revela algumas diferenças nos impulsionadores do crescimento do PIB em todas as regiões, no decurso de 2018. O consumo privado continua a ser o maior contribuinte para o crescimento em muitas regiões, principalmente em África, América Latina e Caribe, e Sul da Ásia. Na Ásia Ocidental, o comércio líquido contribuiu significativamente para o crescimento, à medida que os preços médios mais altos do petróleo impulsionaram as receitas de exportação relacionadas ao petróleo nos países Árabes do Golfo, enquanto a Turquia sofreu uma forte contração das importações. Complementarmente, o crescimento de base ampla do Leste Asiático durante o ano de 2018, foi sustentado por robustas condições verificadas na procura interna e no comércio líquido positivo. Tanto nas regiões do Leste como do sul da Ásia, o crescimento do investimento foi impulsionado pela implementação de grandes projetos de infraestruturas em várias economias.

O consumo privado continua a ser um fator-chave do crescimento do PIB na maioria das regiões, tendo-se fortalecido nos últimos dois anos. Em particular, o investimento privado não residencial ganhou um impulso nos países desenvolvidos. Investimentos em máquinas e equipamentos contribuíram para cerca de metade do crescimento do investimento verificado no Canadá, no Japão, nos Estados Unidos da América e na União Europeia.

Na Europa, o crescimento do investimento permaneceu sólido, enquanto a atividade de construção continuou a crescer em vários países, apoiada por receitas crescentes, medidas governamentais e pela condução de políticas monetárias acomodáticas.

Comércio Mundial

O crescimento do comércio internacional foi moderado, ao lado de um aumento das tensões comerciais entre as maiores economias do mundo e o aperto das condições monetárias, que tem acentuado as fragilidades financeiras em algumas economias emergentes.

O desempenho do comércio internacional, atingiu o pico em 2017, crescendo 5,3%, em termos de volume, acima do crescimento médio observado na última meia década. Contudo, o crescimento diminuiu ao longo de 2018, denotando uma expansão estimada em 3,8%. A desaceleração foi impulsionada pelo aumento mais fraco verificado na procura de importação de mercadorias, na maioria dos países desenvolvidos.

No entanto, na Ásia, o crescimento do comércio manteve-se mais resiliente. A Ásia Oriental beneficiou de uma forte procura global pela eletrónica, impulsionando o comércio intra-regional, dada a profunda integração da região às redes globais de produção da indústria. Complementarmente, o comércio global de serviços continuou a expandir-se mais rapidamente que o comércio de mercadorias, em mais de 10% em termos de valor.

As receitas do turismo internacional contribuem com 30% do comércio de serviços, e a chegada de turistas aumentou 6%, circunstância diretamente relacionada com o sentimento do mercado, sugerindo que a acumulação dos riscos económicos não afetaram, materialmente, o sentimento global.

Em 2018, assinala-se uma escalada das tensões no comércio internacional, como consequência do aumento das tarifas aduaneiras numa parte significativa das maiores economias, com particular destaque entre a China e os Estados Unidos da América. Enquanto as tensões comerciais internacionais, têm um impacto em determinados setores, medidas de estímulo e subsídios diretos promovidos, atenuaram parte dos efeitos negativos, pelo que a interrupção dos fluxos de comércio a nível global permaneceu moderada.

Note-se que para diversos economistas, as barreiras comerciais temporárias atuam com uma oferta que reduz a produção e aumenta a inflação. Embora muitas vezes sejam introduzidas para proteger a economia interna, genericamente, as barreiras comerciais não são ferramentas eficazes para estímulos macroeconómicos ou para promover o reequilíbrio das contas externas.

A Ásia emergente permanece com um contributo superior a 60% do crescimento do comércio internacional, com a influência da procura interna na referida região e a existência de políticas públicas de estímulo à economia, incluindo a China.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

Taxas de juro

Desde a crise financeira global, as reduzidas taxas de juros impeliram a emissão de títulos soberanos no que concerne aos países em desenvolvimento nos mercados de capitais internacionais. Contudo, em alguns casos, as preocupações decorrentes da sustentabilidade da dívida estão agora mais expostas, especialmente quando os encargos de reembolso estão sujeitos a movimentos cambiais significativos. A oferta de financiamento público internacional, incluindo a ajuda pública ao desenvolvimento (ODA – *Official Development Assistance*), dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, continuaram a aumentar ligeiramente, mas permaneceram abaixo das metas das Nações Unidas.

O aumento da ODA reflete, em parte, os recursos gastos pelos refugiados nos países de acolhimento.

Inflação

Em 2017, o índice de preços do consumidor terá aumentado 2% nas economias avançadas e 5,2% nas economias em desenvolvimento e referentes a mercados emergentes.

Deste modo, a inflação global permanece moderada, mas está esteve em tendência ascendente na maioria dos países. O aumento dos preços do petróleo e novas pressões inflacionárias nos países importadores de petróleo, ao longo da maior parte de 2018, bem como a depreciação cambial em relação ao dólar norte-americano, aumentou a pressão sobre os preços importados em muitos países.

Por outro lado, alguns países exportadores de commodities de África e da Commonwealth, que experimentaram acentuadas depreciações cambiais em resposta aos choques dos preços das commodities em 2014/2015, viram a inflação diminuir em 2018, já que o choque da taxa de câmbio foi absorvido no nível de preços.

Emprego

A recuperação da economia mundial tem sido associada a um ligeiro aumento no emprego global, embora alguns cuidados devam ser considerados nesta análise. De acordo com as

organizações nacionais do trabalho, estima-se que a taxa de desemprego global se tenha situado em 5,4% em 2018 (5,5% em 2017).

Em várias grandes economias, incluindo na Alemanha, Japão e Estados Unidos da América, as taxas de desemprego estão atualmente no seu nível mais baixo em décadas.

Ao nível global, a queda do desemprego nas economias desenvolvidas tem sido amplamente compensada pelo aumento do desemprego em vários grandes países, tais como a Argentina, o Brasil e a África do Sul, estes últimos, profundamente afetados por crises políticas e económicas, bem como por manifestos desequilíbrios socioeconómicos contínuos.

No contexto mundial, estima-se que no final de 2018, existissem cerca de 190 milhões de pessoas desempregadas. Enquanto que a taxa de desemprego se tem mantido relativamente estável ao longo das últimas décadas, o número total de desempregados aumentou cerca de 40%, desde o início da década de 90 do século XX. Esta circunstância, reflete que uma população crescente não tem participado e usufruído dos benefícios resultantes dos avanços verificados ao nível da economia mundial.

A diminuição do desemprego permanece um dos principais desafios dos atores políticos, bem como a mitigação das desigualdades existentes. Mais do que a criação de emprego, a qualidade do emprego está na agenda do dia. Note-se que, segundo a ONU, 300 milhões de trabalhadores vivem em extrema pobreza.

Nos países em desenvolvimento, ¾ dos trabalhadores encontram-se em formas vulneráveis de emprego, o que significa níveis mais baixos de estabilidade no emprego e acesso limitado à proteção social.

Mais de 60% de todos os trabalhadores estão em empregos informais. Acresce referir que mais de metade da população mundial não tem acesso à proteção social. Esta circunstância tende a perpetuar elevados níveis de atividades de subsistência, que proporcionam níveis de rendimento manifestamente reduzidos.

Mesmo onde a desigualdade de rendimentos diminuiu nos últimos anos, o crescimento salarial e a criação de empregos para os que estão no nível mais baixo da escala de rendimentos não está a avançar rápido o suficiente que permita mitigar a pobreza.

Um progresso mais rápido no que concerne à criação de empregos com reduzida vulnerabilidade, exige políticas ativas no mercado de trabalho, educação e, especialmente, um apoio centrado nos jovens, nas mulheres e nos grupos vulneráveis.

Enquanto as taxas de desemprego ostentam baixas históricas em muitas das economias desenvolvidas, muitos indivíduos, notadamente aqueles que se inserem nos 10% da escala de rendimentos mais baixos, têm observado pouco ou nenhum crescimento do rendimento disponível na última década.

O reduzido crescimento dos salários reais e níveis reduzidos de redistribuição da riqueza nos rendimentos mais baixos, refletem a falta de poder de negociação dos trabalhadores com empregos de baixa qualificação. Esta circunstância resulta, por exemplo, num declínio da negociação coletiva, rigorosas condições de segurança ou social, ou na falta de legislação de proteção laboral.

Será ainda de observar que salários específicos têm sido afetados pela mudança tecnológica, nomeadamente pelas mudanças estruturais na tecnologia e na produção que se tem verificado nas duas últimas décadas e que têm sido associadas ao declínio pela procura de trabalhadores com habilidades médias, em comparação com trabalhadores de alta e baixa qualificação.

Outros indicadores macroeconómicos

Em dezembro de 2018, a cotação média do spot do petróleo (dólares/barril de *Brent*), foi de 57,67 USD. A cotação média situou-se em 71,54 USD, continuando a revelar algum excesso de oferta na economia mundial, embora a OPEP tenha acordado e promovido um acordo para a redução da produção de petróleo.

Ao longo do período em análise, verificou-se uma desvalorização do euro face ao dólar norte americano, assinalando-se uma taxa de câmbio Eur/USD, no mês de dezembro de 2018, em 1,145 (1,199 em dezembro de 2017), refletindo o efeito de políticas monetárias divergentes

entre a área do euro e os EUA e o enfraquecimento significativo da economia da área do euro. Será ainda de referir os efeitos da incerteza em torno do desfecho do Brexit, particularmente na cotação do Euro face à libra esterlina.

Desafios estruturais

Um conjunto significativo de economias continuaram a apresentar desafios estruturais internos, que impedem perspetivas de um desenvolvimento sustentável. Os números do crescimento global marcaram algumas tendências preocupantes, observando-se que em 2017 e 2018, 29 países, com uma população de 610 milhões de habitantes, denotaram um declínio do PIB per capita. Em outros 54 países, o PIB per capita cresceu num nível entre 0 a 1%, representando 1,4 biliões de pessoas. África apresenta 20 desses retardatários, enquanto os restantes estão localizados principalmente na Ásia Ocidental, na América Latina e no Caribe.

Um olhar mais pormenorizado a estes países, permite verificar a sua elevada dependência de commodities, conflitos patentes, instituições fracas, bem como elevados níveis de pobreza e desigualdade.

Será de salientar que a instabilidade e a existência de conflitos internos parecem estar relacionadas com a dependência de commodities, especialmente no caso do petróleo e minerais. Segundo as Nações Unidas, nos últimos 60 anos, os conflitos intra-estaduais foram desencadeados, ou financiados por recursos naturais.

A erradicação da pobreza

Em 2018, estima-se que pelo menos 700 milhões de pessoas tenham vivido abaixo da linha de extrema pobreza. Complementarmente, a FAO (*Food and Agriculture Organization*), entidade das Nações Unidas, estimou que 815 milhões de pessoas estejam subnutridas. Note-se que a linha de extrema pobreza está definida para um rendimento disponível diário inferior a 1,90 dólares, salientando-se que assegurar 1,90 dólares diários a 700 milhões de pessoas representaria 0,7 % do PIB mundial, ou 1,1% do PIB inerente ao bilião de pessoas com maiores rendimentos.

Apesar do enorme progresso verificado nos últimos 20 anos, 10% da população mundial vive em situação de extrema pobreza.

1.2 – UNIÃO EUROPEIA E ZONA EURO

União Europeia

Quadro 1 – Indicadores Avançados para a UE28

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2018	I/T 18	II/T 18	III/T 18	IV/T 18
União Europeia (UE-28) - PIB Real	VH	Eurostat	2,5	1,9	2,3	2,2	1,8	1,4
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,7	111,3	113,1	11,8	111,2	109,0
Área do Euro (AE-19) - PIB Real	VH	Eurostat	2,5	1,8	2,4	2,2	1,8	1,2
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,3	113,7	113,2	111,8	110,9	108,9
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,9	4,0	3,2	2,4	0,7	-2,1
Índice de Vendas a Detalhe	VH Real	Eurostat	2,5	1,9	1,6	1,7	1,1	1,5
Taxa de Desemprego	%	Eurostat	9,1	8,2	8,5	8,3	8,0	7,9
IHPC	VH	Eurostat	1,5	1,8	1,3	1,7	2,1	1,9

Em 2018, o PIB da União Europeia (EU-28) apresentou um moderado crescimento, em termos homólogos reais (1,9%, que contrasta com 2,5% em 2017). A deterioração no nível de crescimento da economia europeia estendeu-se à generalidade dos países.

O indicador de sentimento económico na UE28 denotou uma quebra, se efetuada comparação com o ano anterior.

Ao nível do IHPC (Índice de Harmonizado de Preços do Consumidor), a variação homóloga foi de 1,8% (1,5% em 2017) e a taxa de desemprego foi apresentando ligeiras melhorias (7,9% no 4.º T/2018).

Área Euro

O PIB da Área do Euro (AE-19) apresentou uma atividade económica positiva (1,8% em 2018, face a 2,8% em 2017), mas denotando um abrandamento do grau de crescimento, situando-se num valor muito próximo do nível de crescimento verificado na UE-28.

Em 10 de março de 2016, o Banco Central Europeu deliberou reduzir a taxa de refinanciamento bancário (main refinancing operations), de 0,050% (taxa definida em 4 de setembro de 2014) para 0,0%, circunstância que permaneceu inalterada no decurso de 2018.

1.3 – NACIONAL

1.3.1 – EVOLUÇÃO POLÍTICO-LEGAL

Eleições

No decurso de 2017 verificaram-se eleições autárquicas a 1 de outubro. Em resultado das referidas eleições verificou-se a seguinte distribuição de mandatos, no que concerne ao Município de Ourém.

- Câmara Municipal:
 - Presidente e 3 vereadores (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS);
 - 3 vereadores (PS).
- Assembleia Municipal:
 - 11 membros (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS);
 - 8 membros (PS);
 - 2 membros (MOVE)
 - 13 Presidentes de Freguesia:
 - 10 Presidentes (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS)
 - 3 Presidentes (PS).

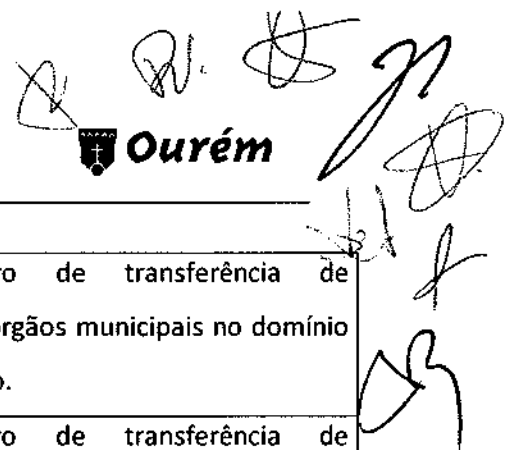
Alterações legislativas

Apresenta-se quadro resumo das alterações legislativas ocorridas em 2018, consideradas mais relevantes, com incidência nas autarquias locais e consequentemente, com condicionalismos na gestão municipal.

Quadro 2 – Legislação do ano 2018 mais relevante, com impacto nas autarquias

Data	Referência	Resumo
29/12	Lei 113/2017	Grandes Opções do Plano para 2018.
29/12	Lei nº 114/2017	Orçamento do Estado para 2018.
29/01	Lei nº 2/2018	Primeira alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.
26/02	Dec. de Retificação nº 6/2018	Declaração de Retificação à Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Orçamento do Estado para 2018, publicada no Diário da República, n.º 249, 1.ª série, de 29 de dezembro de 2017.
26/02	Portaria nº 57/2018	Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir.
02/03	Lei nº 12/2018	Modifica o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico relativamente a situações existentes não tituladas, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.
29/03	Dec. Retificação nº 14/2018	Retifica a Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, das Finanças e Planeamento e das Infraestruturas, que regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir, publicada no

		Diário da República, 1.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2018.
11/07	Portaria nº 201/2018	Fixação do número de estágios no âmbito da primeira fase da 6.ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.
13/08	Despacho nº 7725/2018	Unidades orgânicas flexíveis da Direção-Geral das Autarquias Locais.
16/08	Lei nº 50/2018	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.
17/08	Lei Orgânica nº 3/2018	Procede à décima sexta alteração à Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que aprova a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, à vigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à oitava alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que aprova o regime jurídico do referendo local, e revoga o Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de janeiro, que estabelece a organização do processo eleitoral no estrangeiro.
29/11	Res. Cons. Ministros nº 154/2018	Aprova a revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022.
27/11	Dec. Lei nº 98/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo



28/11	Dec. Lei nº 100/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação.
29/11	Dec. Lei nº 101/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça.
29/11	Dec. Lei nº 103/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários.
29/11	Dec. Lei nº 106/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização.
29/11	Dec. Lei nº 107/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público.

1.3.2 – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Evolução

Desde o início deste século que Portugal tem vindo a registar um débil crescimento económico, sempre inferior à média da União Europeia, situação invertida nos anos de 2017 e 2018 (2018, crescimento igual à UE/27 – excluindo o Reino Unido). O século tem-se caracterizado por uma persistente baixa produtividade, por uma deterioração da competitividade, pelo crescimento do desemprego e por um considerável défice externo.

Segundo a CE (Comissão Europeia), a crise veio exacerbar as fraquezas já existentes, sendo de referir que alguns destes desequilíbrios apenas têm vindo a ser corrigidos de forma lenta e parcial. Efetivamente, com o crescimento dos níveis de incerteza e de aversão ao risco, observou-se uma queda abrupta e marcada das expectativas dos agentes da atividade económica e do comércio internacional, pelo que os referidos choques adversos se propagaram,

rapidamente, ao conjunto das economias integradas globalmente em termos reais e financeiros, incluindo Portugal, e amplificaram a dinâmica de desaceleração já presente em várias economias, nomeadamente, as que observavam correções significativas nos mercados imobiliários.

Por memória, importa mencionar que, em 7 de abril de 2011, Portugal requereu ajuda financeira externa à União Europeia e ao FMI, tendo sido elaborado um programa de ajustamento económico para o período de 2011 a 2014. O programa foi apoiado por um empréstimo de 52 mil milhões de euros da União Europeia e 26 mil milhões de euros do FMI, ao abrigo do mecanismo alargado de financiamento. Embora, desde 2015, Portugal não tenha a intervenção direta da designada *troika*, o acompanhamento do programa de ajustamento financeiro estabelecido, permanece até ao integral pagamento do empréstimo obtido, pelo que, em 2018, os acordos externos firmados continuaram a influenciar a economia portuguesa, particularmente no âmbito de constrangimentos subjacentes à política orçamental e fiscal.

A estimativa das Contas Nacionais Trimestrais aponta para que, em termos anuais, 2018 assinala um aumento do PIB em volume de 2,1% (2,7% em 2017). Segundo o INE esta variação resultou de uma redução do contributo da procura externa líquida, em parte compensada pelo crescimento da procura interna.

Ao nível do consumo privado, em termos anuais, o Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu 4,3% (4% em 2017). Das suas componentes a inerente aos bens não alimentares cresceu 4% enquanto a componente alimentar observou um crescimento menos expressivo (3,7%).

Relativamente ao investimento, será de reportar que o indicador de FBCF apresentou uma variação positiva em 4,4%, embora com quebras no volume de vendas de bens de investimento (-8,1%), nas licenças de construção de fogos (-3,7%) e nas vendas de cimento (-2,7%).

No que concerne ao mercado de trabalho e de acordo com os elementos publicados pelo INE, a taxa de desemprego manteve-se estável a partir do 2º trimestre de 2018, situando-se a média anual nos 7% (8,9% em 2017). Em termos anuais, o emprego cresceu 3,5%. No final de 2018 encontravam-se registados, nos centros de emprego, cerca de 339 mil desempregados, uma

redução de 16%. No conjunto do ano, o número de desempregados caiu 6,1%. No término de 2018, estima-se que cerca de 1,951 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 22,3% face a 2017. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 2,2%, valor 0,4 p.p. acima do registado no final de 2017.

No âmbito dos preços, o ano de 2017 nota uma variação homóloga do IPC (Índice de Preços do Consumidor) de 1% (1,4% em 2017). Por seu lado, o IPC dos Bens cresceu apenas 0,5% (0,9% em 2017) enquanto o IPC dos Serviços registou uma subida de 1,7% (2,1% o ano passado).

Já o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,7%, uma desaceleração de 0,4 p.p face a 2017. A diferença deste face ao IPC total reflete sobretudo um forte aumento da componente energética (4,7%).

Em 2018, ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram o Vestuário (-3,4%) e Acessórios para o Lar (-0,4%), enquanto os Transportes (3,1%) Bebidas Alcoólicas (2,3%) e Habitação (2,2%) foram as que mais aumentaram.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em 2018, foi de 1,2% (0,4 p.p abaixo do valor de 2017). Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 1,7% (+0,2 p.p do que no ano anterior), pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos -0,5p.p.

Já o Índice de Preços na Produção Industrial foi marcado por uma aceleração na segunda metade do ano, tendo a variação homóloga do IPPI se fixado em 3,2%, ligeiramente abaixo dos 3,3% registados em 2017.

A tendência intra-anual encontra-se fortemente condicionada pela componente energética que apresentou uma variação média mensal superior a 8%. Por sua vez, o agrupamento de Bens Intermédios foi, a seguir à componente energética, o agrupamento que mais pressionou positivamente a evolução do IPPI.

Relativamente ao comércio internacional, importa referir que os resultados preliminares das estatísticas apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 5,3%

no ano de 2018. Nesse mês período as importações aumentaram 8%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 18,5%, correspondendo a 2 670 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 77,2%, menos 2 p.p. que em igual período de 2017.

No ano de 2018, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (5,3%), excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram uma variação homóloga positiva superior ao crescimento das exportações (7,6%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 17,4%. No ano de 2018, as exportações de mercadorias cresceram com o contributo da maioria dos grupos, com particular destaque para o “Material de transp. Terrestre e suas partes” 3,1 p.p), dos “Produtos acabados diversos (0,6 p.p.) e dos Minérios e metais (0,6 p.p.).

As exportações para o mercado comunitário cresceram, termos homólogos, 8,1% e contribuir em 6 p.p para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 7,2% e as exportações para os países do alargamento 22,8%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 5,1 p.p e 0,9 p.p. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,3% do total), registaram o maior contributo intra UE-15 (1,5 p.p) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para Itália e França (1 p.p e 0,8 p.p).

As exportações para Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa (2,7%), passando a representar 24% do total das exportações nacionais (-1,9 p.p face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Canadá (+15,7%), a Turquia (14,6%) e o México (12,9%).

De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo INE, as exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,8%, em 2018, salientando-se que a componente dos Serviços registou um melhor desempenho relativamente à dos Bens (6,5% e 5,4%, respetivamente). Contudo, a componente dos Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento das exportações (3,5 p.p).

O défice acumulado da balança corrente foi de 1 230 milhões de euros, diminuindo 2 109 milhões de euros, em termos homólogos com o ano anterior. Este resultado traduz a melhoria dos saldos da balança de serviços e de rendimentos secundários, que não foram suficientes para compensar a deterioração dos saldos das balanças de bens e de rendimentos primários. Entre janeiro e dezembro de 2018, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 903 milhões, o que compara com a capacidade de financiamento de 2 699 milhões de euros no período homólogo.

Finanças Públicas

No final do ano de 2018, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 2.083 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 475 milhões de euros relativamente ao saldo registado no ano anterior (valores calculados numa base de caixa). Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento de 5,2% superou o aumento da despesa efetiva de 4,5%. No mesmo período, o saldo primário atingiu um excedente de 6.344,2 milhões de euros, valor que corresponde a um aumento de 604 milhões de euros face ao período homólogo (observou-se um aumento de 1,6% nos encargos com juros). O referido crescimento da receita efetiva foi marcado pelo aumento de 4,9% registado na Receita Fiscal, acompanhado por um acréscimo de 6,2% nas Contribuições para a Segurança Social. No que concerne à despesa efetiva destacam-se os aumentos na Aquisição de Bens e Serviços (8,5%), em Transferências Correntes (4,3% - influenciadas pelo aumento de 4% das prestações sociais) e em Despesas com Pessoal (2,1%). Os gastos em investimentos aumentaram 3,6% ao longo do ano.

Por sectores, a Administração Central apresentou um saldo negativo de 4.487 milhões de euros, enquanto a Administração Regional e Local apresentou um saldo excedentário em 434 milhões de euros (contributos de -32 e 466 milhões de euros, respetivamente). A Segurança Social obteve um saldo de 1.970 milhões de euros.

- **Estado**

O subsector Estado registou, no final do ano de 2018, um saldo global negativo de 3.583 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 1.203 relativamente ao ano anterior. O saldo

primário apresenta um excedente de 3.563 milhões de euros, correspondente a um aumento de 1.226 milhões de euros face a 2017.

A melhoria do saldo global decorreu da combinação de um acréscimo de 5% da receita efetiva com um aumento de 2,1% da despesa efetiva.

Para a mencionada evolução da receita efetiva foi determinante o aumento registado na receita fiscal (4,9%), com crescimentos de 7,7% e 2,8% em impostos diretos (decorrente sobretudo da evolução no IRS e no IRC) e indiretos (onde à exceção do imposto sobre o Tabaco e do ISP, todos apresentaram um incremento, respetivamente).

O aumento da despesa efetiva teve como fator preponderante o aumento registado na rubrica Transferências Correntes (1%), nomeadamente para a Administração Central (2,5%) e para a União Europeia (15,2%). Ademais, verificaram-se aumentos de 78,4% em Outras Despesas Correntes (relacionadas com a assunção de passivos da Parpública, SGPG, S.A.) e 26,2% em Transferências de Capital para a Administração Central.

- Serviços e Fundos Autónomos (SFA), incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

No final de 2018, a execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, um saldo global negativo de 903 milhões de euros. Este saldo representa uma deterioração de 756 milhões de euros relativamente ao ano anterior, resultado de um crescimento da despesa de 6,3% superior ao aumento de 3,9% observado na receita efetiva.

O aumento da receita efetiva está essencialmente associado aos aumentos de 11,3% em Taxas, multas e outras penalidades, e de receitas provenientes das transferências da Administração Central (2,4% e 26,4% em transferências correntes e de capital, respetivamente).

Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi principalmente impactada pelo aumento de 13% na Aquisição de Bens e Serviços. A este efeito acresce o aumento de 3,8% em Despesas com Pessoal, assim com os crescimentos de 3,2% em Outras Transferências Correntes e de 10,7% em Despesa de Capital.

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 2.064 milhões de euros. Este valor compara com o saldo negativo de 1.151 milhões de euros registados em 2017.

- Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou, no final e 2018, um saldo global negativo de 679 milhões de euros, valor que compara com o défice de 290 milhões e euros, apurado no ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 0,9%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 1,4% da rubrica Transferências Correntes. Quando à despesa efetiva mostra um crescimento de 4,9%, decorrente dos aumentos de 5,3% das Despesas com Pessoal e de 4,2% dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.

Adicionalmente, é de referir que as transferências do OE aumentaram 13,3% (+1.145 milhões de euros) associadas ao aumento de capital de entidade do SNS.

- Caixa Geral de Aposentações (CGA)

No período em análise, a execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global positivo de 101 milhões de euros, uma melhoria de 25 milhões de euros face a 2017. O total da receita efetiva da CGA atingiu os 10 mil milhões de euros. Este aumento homólogo de 2,1% tem subjacente o aumento de 0,8% em Quotas e Contribuições e a variação de 3,9% da Comparticipação do OE. Por sua vez, a despesa efetiva mostra um aumento de 1,8%, decorrente do aumento de 1,7% do montante total de Pensões e abonos.

- Segurança Social

No final de 2018, a execução orçamental do subsetor da Segurança Social apresentou um saldo de 1.970 milhões de euros, valor que representa uma deterioração de 116 milhões de euros em relação a 2017.

Para esta evolução contribuiu o crescimento de 2,1% da receita efetiva, inferior ao aumento concomitante de 2,8% registado na despesa efetiva.

Relativamente à receita, o crescimento das Contribuições e quotizações (7,65) mais do que compensou o fim da Contribuição extraordinária para o sistema previdencial da SS e a redução de 21,7% das Transferências dos Fundos Europeus. O aumento da despesa efetiva decorre sobretudo do aumento das pensões sociais (4%), sendo que as Pensões aumentaram 3% ao contrário da despesa com Prestações de Desemprego que caiu 6%. Adicionalmente, a despesa com Ações de Formação Profissional caiu 30%.

- Administração Regional

A execução orçamental do subsetor da Administração Regional registou, no final de 2018, um saldo global negativo de 32 milhões de euros (12 milhões referentes à Região Autónoma da Madeira e 20 milhões aos Açores), valor que compara com o défice de 185 milhões apurado no ano de 2017.

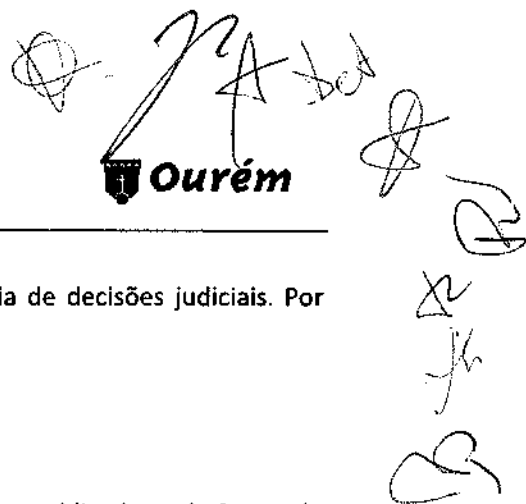
Esta melhoria resulta de conjugação de um crescimento de 7,8% na receita efetiva e um aumento de 1,4% na despesa. Com efeito, o aumento de 8,9% da Receita Fiscal mais do que compensou o crescimento da Despesa com Pessoal (2,8%) e de Transferências de Capital (30,4%). Destaca-se ainda a redução de 9,2% em Juros e Outros Encargos.

- Administração Local

No final de dezembro de 2017, a execução orçamental do subsetor da Administração Local apresentou um saldo global positivo de 466 milhões de euros, inferior em 8 milhões de euros ao registado em 2017.

Este resultado advém do ritmo do crescimento da receita efetiva (3,2%) se apresentar insuficiente para contrapor totalmente o crescimento concomitante da despesa efetiva (3,5%). A evolução da receita efetiva reflete, entretanto, o aumento de 7,3% registado nos Impostos Locais (nomeadamente no Imposto Municipal sobre Transmissões que apresentou um crescimento de 17,9%) e 1,6% nas Transferências Correntes enquadradas na Lei das Finanças Locais.

Na despesa efetiva destaca-se o crescimento das Despesas com Pessoal (5,5%), assim como os elevados aumentos de Outras Despesas Correntes (42,9%), para o qual contribuíram os

Ourém

pagamentos extraordinários do Município de Lisboa na sequência de decisões judiciais. Por outro lado, observou-se uma queda do investimento (-1,6%).

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

Relativamente à dívida pública (ótica de Maastricht), segundo dados publicados pelo Banco de Portugal, em 2018 atingiu 244.931 milhões de euros, o que representa um aumento de 2.127 milhões de euros face ao ano anterior. Nesse sentido, no final de 2018, atingiu 121,5% do PIB, uma diminuição de 3,2 p.p. do PIB face a 2017.

Adicionalmente, os depósitos detidos pelas AP atingiram os 16.630 milhões de euros no final de dezembro, o que corresponde a uma diminuição de 3.201 milhões de euros face ao final de 2017.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1.717 milhões de euros em dezembro, o que representa um aumento de 47 milhões em termos anuais.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas atingiram 709 milhões de euros no final de 2018, ou seja, menos 365 milhões quando comparado com o final de 2017. A evolução dos pagamentos em atraso durante 2018 é explicada, sobretudo, pela diminuição no setor da saúde (353 milhões nos Hospitais EPE, tendo a Administração Local apresentado uma redução dos pagamentos em atraso em 11 milhões).

Dívida Direta do Estado

Em dezembro, a dívida direta do Estado atingiu 244.558 milhões de euros, mais 7.295 milhões de euros que no final do ano anterior. Por outro lado, a dívida após cobertura cambial fixou-se em 244.987 milhões de euros.

Em 2018, o aumento do stock de Obrigações do Tesouro (8.263 milhões de euros), de Certificados de Tesouro (1.385 milhões de euros), de CEDIC e CEDIM (3.907 milhões de euros) e a emissão de OTRV, em 1.000 milhões de euros, mais do que compensou o pagamento da dívida

ao FMI (5.515 milhões de euros), a redução do saldo de Bilhetes do Tesouro (1.798 milhões de euros) e de MTN (104 milhões de euros).

Síntese de indicadores económicos nacionais

• Atividade Económica Nacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2016	2017	2018
PIB - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	1,4	2,7	2,1
Indicador de Clima Económico	INE	SRE-VE	1,2	1,9	2,3
Indicador de Confiança da Indústria	INE	SRE-VCS	-0,6	2,4	0,5
Indicador de Confiança do Comércio	INE	SRE-VCS	4,0	3,7	3,3
Indicador de Construção dos Serviços	INE	SRE-VCS	7,2	14,8	14,1
Indicador de Construção da Construção	INE	SRE-VCS	-31,8	-22,2	-11,9
Índice de Produção Industrial - Ind. Transf.	INE	VH	1,1	4,3	-0,5
Índice de Volume de Negócios - Ind. Transf.	INE	VH	-0,5	6,1	0,6
Índice de Volume de Negócios - Serviços	INE	VH	-2,3	5,9	5,0

• Consumo Privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2016	2017	2018
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-11,1	0,5	-4,8
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho	INE	VH	2,9	4,0	4,3
Bens alimentares	INE	VH	4,1	2,4	3,7
Bens não alimentares	INE	VH	2,1	5,3	4,0
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	161,0	7,1	2,7
Importação de Bens de Consumo (excl. mat. transp.)	INE	VH	5,4	6,6	4,7

• Investimento

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2016	2017	2018
Indicador de FBCF	INE	SRE-VE	-0,2	2,3	4,4
Vendas de Cimento	Cimpor/Secil	VH	-4,4	-1,1	-2,7
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	VH	13,1	2,9	10,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	VH	20,6	4,9	7,4
Volume de Vendas de Bens de Investimento	INE	SRE-VE	-7,1	-8,5	-8,1
Licença de Construção de Fogos	INE	VH	36,7	14,6	-3,7

Importação de Bens de Capital	INE	VH	6,7	0,6	2,2
Índice Vol. Neg. da IT de Bens. de Investimento	INE	VH	-10,4	-1,1	-0,2

- Indicadores de Contas Externas

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2016	2017	2018
Importações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	4,4	7,9	4,9
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	4,4	7,9	3,7
Saídas de bens	INE	VH (nominal)	0,9	4,9	5,3
Entradas de bens	INE	VH (nominal)	1,2	12,5	8,0
Saldo Balança Corrente e de Capital	BP	10 ⁶ Euro	3 154	2 699	903
Saldo Balança de Bens	BP	10 ⁶ Euro	-9 076	-12 108	-14 707
Saldo Balança de Serviços	BP	10 ⁶ Euro	13 141	15 619	15 718
Saldo Balança de Rendimentos Primários	BP	10 ⁶ Euro	-3 982	-4 859	-5 701
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	BP	10 ⁶ Euro	1 474	2 226	2 459

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2016	2017	2018
Taxa de Desemprego	INE	%	11,1	8,9	7,0
Emprego Total	INE	VH	1,2	3,3	3,5
Desemprego Registrado (fim de período)	IEFP	VH	-13,1	-16,3	-16,0
Desempregados Inscritos (ao longo do período)	IEFP	VH	-9,3	-11,5	-6,1
Ofertas de Emprego (ao longo do período)	IEFP	VH	-17,1	-1,5	-8,7
Contratação Coletiva	MSESS	VHA	1,1	1,7	2,2
Índice do Custo do Trabalho	INE	VH	1,6	2,5	3,0

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2016	2017	2018
Índice de Preços no Consumidor	INE	VH	0,6	1,4	1,0
IPC - Bens	INE	VH	0,0	0,9	0,5
IPC - Serviços	INE	VH	1,5	2,1	1,7
IPC - excl. aliment. não transf. e energéticos	INE	VH	0,7	1,1	0,7
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VH	-2,8	3,4	3,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VH	0,6	1,6	1,2
Diferencial IHPC vs Área do Euro (VH)	Eurostat	p.p	0,4	0,1	-0,6

del
for
[Handwritten signature]

• Indicadores Monetários e Financeiros

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2016	2017	2018
Yield OT 10 anos - Portugal (fim de período)	IGCP	%	3,7	1,9	1,7
Yield OT 10 anos - Spread-vis-à-vis Alemanha	IGCP	p.b.	354	149	148
PSI 20	CMVM	VC	-11,9	15,2	-12,2
Empréstimos a particulares: - para consumo	BP	V.Anual	12,6	8,9	-1,1
Empréstimos a particulares: - para habitação	BP	V.Anual	-2,9	-1,7	9,9
Empréstimos a empresas	BP	V.Anual	-2,7	-2,2	3,0
Taxas de juro de empréstimos p/habitação	BP	%	1,12	1,13	1,11
Taxas de juro de empréstimos p/empresas	BP	%	2,92	2,65	2,47

1.3.3 – PORTUGAL NO CONTEXTO GLOBAL

Remoção de obstáculos ao crescimento económico

Segundo o relatório do Banco Mundial *“Doing Business 2019: Doing Business 2019 report”*, o qual cobre o período de junho de 2017 a junho de 2018, Portugal desceu cinco posições, para a 34.^a posição do ranking mundial no que concerne ao ambiente de negócios. Este indicador é apresentado como um ranking que compara 189 economias.

Quadro 3 – Ranking e indicadores do *Doing Business 2018*

Indicadores	2017	2018	2019
Abertura de negócio	32	48	57
Obtenção de alvarás de construção	35	32	60
Obtenção de eletricidade	50	58	32
Registo de propriedades	27	28	36
Obtenção de crédito	101	105	112
Proteção de investidores	70	57	64
Pagamento de impostos	38	38	39
Comércio entre fronteiras	1	1	1
Execução de contratos	19	19	35
Resolução de insolvências	7	15	16
Ranking "Doing Business"	25	29	34

Fonte: Banco Mundial

da
R
J
R

Nesta análise são considerados dez requisitos relacionados com facilidade/dificuldade em fazer negócios.

Os dados do Banco Mundial demonstram que os melhores indicadores respeitantes a Portugal respeitam ao comércio entre fronteiras (1.ª posição), resolução de insolvências (16.ª posição), e obtenção de eletricidade (32.ª posição).

As posições menos favoráveis relacionam-se com os seguintes requisitos: obtenção de crédito (112.ª posição), proteção de investidores (64.ª posição) e obtenção de alvarás de construção (60.ª posição).

No primeiro lugar do ranking figura a Nova Zelândia, seguindo-se Singapura e a Dinamarca.

No contexto da UE28, Portugal assinala o 14.º lugar, seguido de países como a República Checa, Holanda, Bélgica e Itália.

No que concerne à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Portugal detém a melhor posição, seguido, ainda que a larga distância, pelo Brasil (109.º), Cabo Verde (131.º), Moçambique (135.º), São Tomé e Príncipe (170.º), Angola (170.º), Guiné-Bissau (175.º), Guiné Equatorial (177.º) e Timor Leste (178.º).

De referir que a China está a diminuir a distância para o seu principal rival económico, os EUA, no que concerne a este ranking, sendo cada vez mais um país que facilita o estabelecimento de negócios.

Pelo ranking divulgado, conclui-se que é mais fácil fazer negócios na Geórgia do que no Reino Unido ou nos Estados Unidos da América.

No extremo do ranking, situa-se a Somália em último lugar, seguida da Eritreia e da Venezuela.

Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores padronizados de modo a permitir a avaliação do bem-estar de uma população. Este índice foi desenvolvido em 1990

pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2018 divulgado pela Organização das Nações Unidas, Portugal continua no grupo de países com desenvolvimento humano muito alto, mas atrás da maior parte dos países europeus. Portugal subiu uma posição, situando-se agora na 41.ª posição no IDH, em igualdade pontual com a Letónia, num total de 188 países, num ranking liderado pela Noruega, à qual se segue a Suíça e a Austrália.

Com 0,847, Portugal integra os 58 países de desenvolvimento humano muito elevado, apresentando uma esperança média de vida de 81,4 anos, uma média de escolaridade de 9,2 anos, de escolaridade esperada de 16,3 anos e com um rendimento bruto per capita de 27.315 dólares.

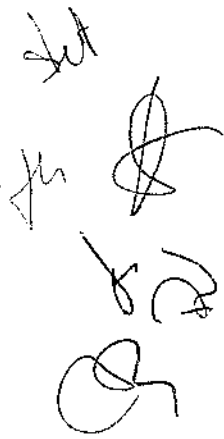
Apesar da melhoria da posição, os dados revelam um desaceleramento no crescimento. Nos anos 90, o índice crescia a 0,97% ao ano, na década seguinte a 0,47% e, desde 2010, abrandou para 0,33%, sendo de salientar que, em 2009, Portugal se encontrava no 34.º lugar.

No contexto europeu, poucos são os países com pontuações inferiores a Portugal e, entre os intervencionados pelo FMI, Portugal é o que se apresenta em pior classificação (a Irlanda está em 4.º, a Espanha em 26.º e a Grécia em 31.º).

Ainda no âmbito do relatório em análise, destacam-se as seguintes referências:

- Uma em nove pessoas no mundo está com fome e uma em cada três está desnutrida;
- A esperança média de vida nos países com um índice de desenvolvimento humano muito elevado situa-se em 79,5 anos, contrapondo com 60,8 anos, nos países com baixo nível de desenvolvimento humano.
- A esperança média de vida à nascença é 1,6 vezes superior em Hong Kong (84,1anos) quando comparado com a Serra Leoa (52,2 anos).
- A esperança média de vida em “boa saúde” é de 69,9 anos nos países com elevado desenvolvimento humano e de 53,3 anos nos países com muito baixo desenvolvimento humano.

- Os adultos nas regiões com IDH muito elevado apresentam mais 7,5 anos de escolaridade do que as que nas regiões com IDH baixo.
- Tendencialmente, as mulheres e raparigas, as minorias étnicas, os povos indígenas, as pessoas com deficiência e os migrantes são privados, nas dimensões básicas, do desenvolvimento humano;
- Em todas as regiões, as mulheres têm uma esperança de vida mais longa do que os homens. No entanto, em todas as regiões, as mulheres têm, consistentemente, em média, um índice de desenvolvimento humano inferior ao do homem. A maior diferença está no Sul Asiático, onde o valor do IDH feminino é 20% menor do que o IDH masculino;
- As mulheres apenas representam 23,5% dos lugares em parlamentos nacionais e as taxas de desemprego entre as mulheres são mais elevadas comparativamente com as dos homens.
- A percentagem de homens a receber pensão é 2,9 pontos percentuais base superior à das mulheres.
- Relativamente à violência doméstica, destaca-se que 31,7% das mulheres no Sul da Ásia já foram vítimas de violência doméstica, sendo esta percentagem idêntica (31,5%), na África do Sahara, denotando a Europa e a Ásia Central 26,3%, sendo de salientar que estes dados apenas estão disponíveis para cerca de metade dos países incluídos no IDH.
- Nos países de baixo desenvolvimento humano, 39% das mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos casaram antes dos 18 anos. Note-se que o casamento infantil determina o seu modo de vida e compromete as suas oportunidades para a educação, rendimento e independência.
- A taxa de natalidade dos adolescentes é de 44 por mil mulheres com idades entre os 15 e os 19 anos, sendo o valor mais alto referente à região da África do Sahara (101,3 por mil).
- Atualmente, 26,5% dos adultos empregados ganham menos de 3,10 USD por dia em termos de paridade do poder de compra.
- Em países de baixo desenvolvimento humano, 47,5% dos adultos são analfabetos e apenas 17,1% da população tem acesso à internet.
- No âmbito do acesso aos médicos, verifica-se que a Europa e a Ásia Central têm 24,7 médicos por 10 mil pessoas, já o a região do Sul da Ásia este indicador desce para 7,8,



sendo de apenas 1,9 na África Subsariana. O número médio de camas hospitalares é de 58 por 10 mil pessoas nos países com alto desenvolvimento humano, que compara com 9 em países de desenvolvimento humano médio e 13 em países de baixo desenvolvimento humano.

- Se em 1990 a média de anos de escolaridade da população adulta era de 5,8, atualmente situa-se em 8,4.
- Atualmente, as crianças em idade escolar podem esperar estar na escola por mais 3,4 anos do que em 1990.
- Os países com alto desenvolvimento humano são os maiores contribuintes para as alterações climáticas, com um dióxido de carbono médio de emissões, per capita, de 10,7 toneladas, sendo este indicador de apenas 0,3 toneladas per capita, nos países com baixo desenvolvimento humano.
- O ritmo de perda florestal diminuiu nos últimos anos. Contudo, o planeta perdeu 3,2% das suas florestas entre 1990 e 2015.
- Nos países com baixo desenvolvimento humano, maioritariamente afetos a territórios com consideráveis reservatórios de biodiversidade, verificou-se uma perda de 14,5% da área neste contexto.
- Em todo o mundo morrem cerca de 18 mil pessoas por dia por causa da poluição do ar e o HIV infeta 2 milhões de pessoas por ano;
- A cada minuto, uma média de 24 pessoas são deslocadas de sua casa;
- Mais de 370 milhões de auto-identificados povos indígenas, em 70 países, também enfrentam discriminação e exclusão no quadro jurídico, no acesso à educação, na sua própria língua, e no acesso aos recursos naturais e a direitos de propriedade intelectual.
- Estima-se que mais de um milhão de pessoas vivam com alguma forma de deficiência e estão entre as mais marginalizadas na maioria das sociedades.
- Cerca de 244 milhões de pessoas vivem fora dos seus países de origem. Muitos são refugiados económicos que desejam melhorar os seus meios de subsistência. Contudo, muitos migrantes, particularmente os 65 milhões de pessoas deslocadas à força, enfrentam condições extremas, tais como falta de emprego, rendimentos, acesso a serviços de saúde ou sociais, além de assistência humanitária de emergência.

Complementarmente, enfrentam frequentemente, animosidade e violência nos países de acolhimento.

Acréscimo de dispor e salientar que, segundo a ONU, no âmbito do IDH, *“As pessoas são a verdadeira riqueza das nações e o desenvolvimento humano concentra-se em alargar a capacidade de escolha do indivíduo”*.

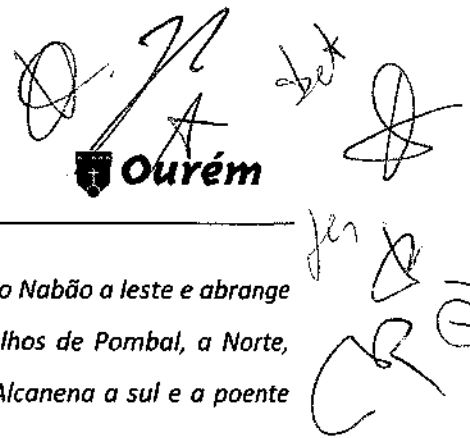
Efetivamente, na atualidade, as pessoas vivem mais tempo, o número de crianças escolarizadas é superior e o número de pessoas com acesso a água potável e saneamento básico é mais elevado. O rendimento per capita no mundo tem aumentado, a pobreza diminuiu e a revolução digital veio interligar pessoas, entre diversos países e sociedades. O trabalho digno veio trazer às pessoas um sentimento de dignidade e a oportunidade de participar plenamente na sociedade.

Contudo, subsistem grandes desafios, seja a pobreza persistente e as desigualdades opressivas às alterações climáticas e à sustentabilidade ambiental em geral, passando pelos conflitos e situações de instabilidade. Problemas decorrentes da discriminação e a violência impedem a existência de relações positivas entre o trabalho e o desenvolvimento humano. Em numerosos casos, os trabalhadores em condições de risco estão sujeitos a situações de abuso, insegurança e perda de liberdade e autonomia. A globalização tem gerado ganhos para uns e perdas para outros. A revolução digital criou novas oportunidades, mas também deu origem a novos desafios, como os contratos irregulares e o trabalho a curto prazo, os quais se encontram assimetricamente distribuídos entre trabalhadores altamente qualificados e os não qualificados.

1.4 – CONJUNTURA NA ÁREA DO MUNICÍPIO

1.4.1 – CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

“Ourém, cidade e sede de concelho do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39º 30’ N e 39º 50’ e a longitude 8º 30W e 8º 40’W. A área afeta a este município desenvolve-se entre a



*vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda encravado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria”.*³

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda, Vilar dos Prazeres, e Olival, registando em 2011 (dados censitários), uma população na ordem dos 46 mil habitantes distribuídos por 13 freguesias.

No que concerne a infraestruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias, sendo de referir, a disponibilização recente de uma via complementar de importância regional, o IC9.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o setor terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do setor secundário (42%) e por fim o setor primário (3%).

O turismo e, em particular, o de cariz religioso detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual na ordem dos 8 milhões de visitantes (volume verificado em 2017 – ano em que se assinalou o Centenário das Aparições em Fátima).

1.4.2 – ANÁLISE SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;

³ Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9

- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à autoestrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Assinalável dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do setor da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do setor da construção civil no contexto regional e nacional;
- Taxa de desemprego que se mantém inferior à verificada na generalidade dos Municípios da região;
- Capacidade de atração de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supramunicipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de uma escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com polos nas duas cidades;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a atividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos Dinossáurios, Santuário, Museu, Castelo, ...);
- Capacidade empreendedora dos Oureenses.

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do Município face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima) que deverão reforçar a sua coesão e complementaridade;
- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visita religiosa, que poderá constituir-se como uma âncora para a região;
- Basílica da Santíssima Trindade como pólo de atratividade de peregrinos;
- Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima;

- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, bem como o IC9, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- A valorização do setor vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste setor na área deste município;
- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

1.4.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recessão demográfica de algumas freguesias (denominação das Freguesias aquando dos censos 2011): Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infraestruturação e dinamização cultural;
- Agricultura denotando um subaproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar pontos de urbanização (habitação e indústria)
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém;
- Reduzido aproveitamento turístico da sede de município face à proximidade de Fátima;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade e valorização do serviço ferroviário;
- Centralidade do município dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da atividade turística, embora com tendências em se esbater;
- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).
- Excessiva dispersão de equipamentos e infraestruturas induzindo elevados custos de exploração e manutenção.

1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infraestruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- A reforma judicial com o encerramento de tribunais e a transferência de valências, circunstância que afetará a proximidade dos munícipes deste território aos serviços de referência;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada;
- Tecido económico fortemente fustigado pela adversa conjuntura económica nacional e perceção da existência de reduzidos níveis de confiança dos empresários.

1.4.3 – INDICADORES RELATIVOS À ÁREA DO MUNICÍPIO

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em dezembro 2018 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro – 2017, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é, fundamentalmente, referente a 2016 e 2017.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se, seguidamente, um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

Quadro 4 – Informação Estatística 2017 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, publicado em dezembro de 2018 pelo INE)

1. TERRITÓRIO

1.1 - Área, Perímetro e Altitude

1.1.1 - Área (Km2)	416,68
1.1.2 - Perímetro (Km)	128
1.1.3 - Comprimento Máximo (Este-Oeste) (Km)	24
1.1.4 - Comprimento Máximo (Norte-Sul) (Km)	34
1.1.5 - Altitude máxima (m)	678
1.1.6 - Altitude mínima (m)	95
1.1.7 - Amplitude altimétrica	583

1.2 - Temperatura média do ar

1.2.1 - Média	16,3
1.2.2 - Mínima	9,6
1.2.3 - Máxima	22,9

1.3 - Rede Natura 2000

1.3.1 - Sítios (Rede Natura 2000)	2979
1.3.2 - Áreas Protegidas - Parque Natural	1198

1.4 - Ordenamento do território

1.4.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)

1.4.1.1 - Urbano	7 422,7
1.4.1.2 - Solo rural	34 220,2
1.4.1.3 - Áreas Protegidas (PEOT) aprovados (un)	1,0

1.5 - Lugares Censitários

1.5.1 - População isolada	731
1.5.2 - População residente - com menos de 2000 habitantes	30 446
1.5.3 - População residente - de 5000 a 9999 habitantes	14 763

1.6 - Estrutura Territorial


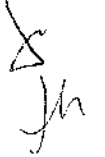

1.6.1 - Lugares	244
-----------------	-----

1.6.1.1 - População residente	44 406
1.6.2 - Vilas	4
1.6.3 - Cidades	2
1.6.3.1 - População residente	14813
1.6.4 - Freguesias	13
1.6.4.1 - Área média (ha)	3 205,0
1.7 - Indicadores de Ambiente	
1.7.1 - Gestão de resíduos - despesas por 1 000 habitantes (Eur)	32 570,0
1.7.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem (Eur)	12 508,0
1.8 - Qualidade das águas para consumo humano	
1.8.1 - Análises regulamentares obrigatórias (milhares de m³)	2 068
1.8.2 - Análises realizadas obrigatórias (milhares de m³)	2 095
1.8.3 - Análises em falta (milhares de m³)	0
1.8.4 - Análises realizadas com valor paramédico	
1.8.4.1 - Em incumprimento do valor paramédico	3
1.8.4.2 - Total	1 639
1.8.5 - Água segura (%)	99,82
1.9 - Receitas e despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e proteção do ambiente	
1.9.1 - Receita	
1.9.1.1 - Gestão de resíduos	1280
1.9.1.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	19
1.9.1.3 - Outros	0
1.9.2 - Despesa	
1.9.2.1 - Gestão de resíduos	1452
1.9.2.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	558
1.9.2.3 - Outros	2
2. - POPULAÇÃO	
2.1 - Densidade populacional (hab/km²)	106,6
2.2 - Taxa de crescimento efetivo (%)	-0,77
2.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,61

2.4 - Taxa de crescimento migratório (%)	-0,16
2.5 - Taxa bruta de natalidade (%)	6,40
2.6 - Taxa bruta de mortalidade (%)	12,50
2.7 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	3,90
2.8 - Taxa bruta de divórcio (%)	2,00
2.9 - Taxa bruta de fecundidade geral	28,50
2.10 - Nados vivos fora do casamento (%)	39,60
2.11 - Proporção de casamentos entre portugueses/as e estrangeiros/as	13,90
2.12 - Proporção de casamentos católicos (%)	54,40
2.13 - População estrangeira a quem foi concedido título de residente por 100 hab.	0,47
2.14 - Índice de envelhecimento	180,20
2.15 - Índice de dependência de idosos	33,90
2.16 - Índice de longevidade	54,90
2.17 - Relação de masculinidade	89,8
2.18 - População residente segundo grandes grupos etários e o sexo	
2.18.1 - Homens	21 011
2.18.2 - Mulheres	23 395
2.18.3 - Total	44 406
2.18.1.1 - Dos 0 a 14 anos	5 465
2.18.1.2 - Dos 15 a 24 anos	5 212
2.18.1.3 - Dos 25 a 64 anos	23 880
2.18.1.4 - 65 e mais anos	9 849
2.18.1.5 - 75 e mais anos	5 411
2.19 - Movimento da população e população estrangeira	
2.19.1 - Nados-vivos	
2.19.1.1 - Homem	146
2.19.1.2 - Mulher	139
2.19.1.3 - Fora do casamento	113
2.19.1.4 - Em coabitação dos pais	78
2.19.2 - Óbitos	

2.19.2.1 - Homem	262
2.19.2.2 - Mulher	297
2.19.3 - Casamentos	
2.19.3.1 - Entre pessoas de sexo oposto (só civis)	78
2.19.3.2 - Entre pessoas de sexo oposto (católicos)	93
2.19.3.3 - Casamentos dissolvidos por divórcio	88
2.19.3.4 - Casamentos dissolvidos por morte	241
3. - EDUCAÇÃO	
3.1 - Indicadores de educação	
3.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	103,4
3.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
3.1.2.1 - Ensino Básico	119,2
3.1.2.2 - Ensino Secundário	154,9
3.2 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
3.2.1 - 1º Ciclo	1,1
3.2.2 - 2º Ciclo	2
3.2.3 - 3º Ciclo	3,7
3.2.4 - Total	2,3
3.3 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	
3.3.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	86,9
3.3.2 - Cursos tecnológicos/ profissionais	89,2
3.3.3 - Total	88,1
3.4 - Instituições de educação por nível e natureza	
3.4.1 - Educação Pré-Escolar	
3.4.1.1 - Público	22
3.4.1.2 - Privado	5
3.4.2 - 1º Ciclo	
3.4.2.1 - Público	26
3.4.2.2 - Privado	1
3.4.2.3 - Dos quais com menos de 21 alunos	1

3.4.3 - 2º Ciclo	
3.4.3.1 - Público	4
3.4.3.2 - Privado	3
3.4.4 - 3º Ciclo	
3.4.4.1 - Público	4
3.4.4.2 - Privado	3
3.4.5 - Secundário	
3.4.5.1 - Público	1
3.4.5.2 - Privado	4
3.5 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
3.5.1 - Educação Pré-Escolar	1076
3.5.2 - 1º Ciclo	1598
3.5.3 - 2º Ciclo	1015
3.5.4 - 3º Ciclo	1821
3.5.5 - Secundário	2427
3.6 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
3.6.1 - Educação Pré-Escolar	70
3.6.2 - 1º Ciclo	122
3.6.3 - 2º Ciclo	80
3.6.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	329
3.6.5 - Formadores (escolas profissionais)	61
3.7 - Pessoal não docente do ensino não superior	346
4. - CULTURA E DESPORTO	
4.1 - Indicadores da cultura e desporto	
4.1.1 - Recintos de espetáculos - lotação média total das salas	350,0
4.1.1.1 - Espectadores por habitante	1,2
4.1.1.2 - Valor médio dos bilhetes vendidos (em euros)	"
4.1.2 - Visitantes por museu	7 829,0
4.1.3 - Proporção de visitantes escolares (%)	22,7
4.2 - Publicações periódicas por município	

Set




4.2.1 - Publicações	22
4.2.2 - Edições	155
4.2.3 - Circulação Total	
4.2.3.1 - Total	1 426 554
4.2.3.2 - Jornais	985 184
4.2.3.3 - Revistas	...
4.2.4 - Exemplares vendidos	
4.2.4.1 - Total	262 069
4.2.4.2 - Jornais	134 750
4.2.4.3 - Revistas	...
4.3 - Recintos de espetáculos e espetáculos ao vivo	
4.3.1 Recintos utilizados	1
4.3.2 Espetáculos ao vivo	116
4.4 - Museus e galerias de arte	
4.4.1 - Museus	5
4.4.1.1 - Total de visitantes	23 487
4.4.1.2 - Visitantes escolares	5 329
4.4.1.3 - Bens	11 267
4.4.2 - Galerias	4
4.4.2.1 - Exposições temporárias	12
4.4.2.2 - Obras expostas	534
4.4.2.3 - Autores/as representados	97
5. - SAÚDE	
5.1 - Indicadores de saúde	
5.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	1,2
5.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	1,2
5.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,5
5.1.4 - Consultas nos hospitais por habitante	0,0
5.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2012/2016)	3,80
5.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2012/2016)	3,80

5.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,60
5.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	2,80
5.2 - Hospitais	
5.2.1 - Número	0
5.3 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
5.3.1 - Farmácias	15
5.3.2 - Postos farmacêuticos móveis	5
5.3.3 - Farmacêuticos de oficina	40
5.3.4 - Profissionais de farmácia	15
5.3.5 - Médicos com residência na área do município	55
6. - MERCADO DE TRABALHO	
6.1 - Indicadores do mercado de trabalho	
6.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	28,0
6.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	10,1
6.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	928,7
6.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	12,5
6.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	14,8
6.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por sector de atividade (%)	4,5
6.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	16,0
6.1.8 - Disparidade no ganho médio mensal por profissão principal (%)	23,7
6.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o sector de atividade	
6.2.1 - Primário (CAE: A)	93
6.2.2 - Secundário (CAE: B - F)	3500
6.2.3 - Terciário (CAE: G - U)	7212
6.3 - Ganho médio mensal dos trab. por conta de outrem, por sector de atividade	
6.3.1 - Primário (CAE: A) (em euros)	709,01
6.3.2 - Secundário (CAE: B - F) (em euros)	983,01
6.3.3 - Terciário (CAE: G - U) (em euros)	905,10
6.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações	
6.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	61

6.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	1430
6.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	1606
6.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	2931
6.4.5 - Ensino secundário	3060
6.4.6 - Bacharelato	149
6.4.7 - Licenciatura	1423
6.4.8 - Mestrado	119
6.4.9 - Doutoramento	4

6.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por contra de outrem, segundo o nível de habilit.

6.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	837,16
6.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	860,29
6.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	863,87
6.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	852,82
6.5.5 - Ensino secundário (em euros)	879,10
6.5.6 - Bacharelato (em euros)	1 245,64
6.5.7 - Licenciatura (em euros)	1 275,26
6.5.8 - Mestrado (em euros)	1 287,45
6.5.9 - Doutoramento (em euros)	1 059,64

7. - PROTEÇÃO SOCIAL

7.1 - Indicadores de proteção social

7.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
7.1.1.1 - Invalidez	4 855
7.1.1.2 - Velhice	4 722
7.1.1.3 - Sobrevivência	2 613
7.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	2 440
7.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	153
7.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	895
7.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	59

7.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência

7.2.1 - Invalidez	1 493
-------------------	-------

7.2.2 - Velhice	8 400
7.2.3 - Sobrevivência	3 154
7.3 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade	
7.3.1 - Menos de 25 anos	59
7.3.2 - 25 a 29 anos	140
7.3.3 - 30 a 39 anos	299
7.3.4 - 40 a 49 anos	317
7.3.5 - 50 a 54 anos	126
7.3.6 - 55 e mais anos	265
7.4 - Prestações familiares	
7.4.1 - Abono de família para crianças e jovens	
7.4.1.1 - Beneficiários	3 110
7.4.1.2 - Descendentes ou equiparados	5 077
7.4.2 - Subsídio por assistência de 3ª pessoa	
7.4.2.1 - Beneficiários	52
7.4.2.2 - Descendentes ou equiparados	52
7.4.3 - Subsídio mensal vitalício	
7.4.3.1 - Beneficiários	29
7.4.3.2 - Descendentes ou equiparados	29
7.4.4 - Subsídio de funeral	
7.4.4.1 - Beneficiários	54
7.5 - Subsídio por doença	
7.5.1 - Total de beneficiários	2 696
7.5.2 - Dias processados	158 394
7.5.3 - Valores processados	2 414
7.6 - Subsídio parental	
7.6.1 - Total de beneficiários	625
7.6.2 - Valor processado (milhares de euros)	1087
7.7 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	268
8. - ATIVIDADE ECONÓMICA	

8.1 - Indicadores das empresas

8.1.1 - Densidade de empresas (N.º/Km²)	12,60
8.1.2 - Proporção de empresas individuais (%)	64,31
8.1.3 - Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	100,00
8.1.4 - Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	94,80
8.1.5 - Pessoal ao serviço da empresa	3,00
8.1.6 - Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	236,80
8.1.7 - Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)	19,79
8.1.8 - Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)	12,11

8.2 - Volume de negócios das empresas segundo a CAE (em milhares de euros)

8.2.1 - A	27 200
8.2.2 - B	5 321
8.2.3 - C	249 165
8.2.4 - D	36
8.2.5 - E	9 196
8.2.6 - F	125 292
8.2.7 - G	563 583
8.2.8 - H	76 317
8.2.9 - I	70 260
8.2.10 - J	6 653
8.2.11 - L	29 821
8.2.12 - M	13 069
8.2.13 - N	28 761
8.2.14 - O	...
8.2.15 - P	3 079
8.2.16 - Q	20 041
8.2.17 - R	11 514
8.2.18 - S	3 899

8.3 - Comércio internacional declarado de mercadorias	
8.3.1 - Importações	100 503
8.3.2 - Exportações	72 289
8.4 - Agricultura e floresta	
8.4.1 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	8 428
8.4.2 - Vinho licoroso com DOP	0
8.4.3 - Vinho com DOP	
8.4.3.1 - Branco	131
8.4.3.2 - Tinto/Rosado	411
8.4.4 - Vinho com IGP	
8.4.4.1 - Branco	542
8.4.4.2 - Tinto/Rosado	1 188
8.4.5 - Vinho sem certificação	
8.4.5.1 Branco	1 584
8.4.5.2 Tinto/Rosado	4 573
8.5 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	
8.5.1 - Ameixieiras	198
8.5.2 - Amendoeira	96
8.5.3 - Castanheiros	86
8.5.4 - Cerejeiras	105
8.5.5 - Damasqueiros	156
8.5.6 - Díospireiros	100
8.5.7 - Kiwi	105
8.5.8 - Laranjeiras	266
8.5.9 - Limoeiros	137
8.5.10 - Macieiras	948
8.5.11 - Nogueiras	36
8.5.12 - Pereiras	154
8.5.13 - Pessegueiros	288
8.5.14 - Tangerineiras	140

8.5.15 - Oliveiras	428
8.6 - Incêndios florestais e bombeiros	
8.6.1 - Ocorrência de incêndios florestais	50
8.6.2 - Área ardida (ha)	
8.6.2.1 - Total	64
8.6.2.2 - Povoamentos florestais	40
8.6.2.3 - Matos	24
8.6.2.4 - Corporações de bombeiros	3
8.6.2.5 - Número total de bombeiros	307
8.7 - Energia	
8.7.1 - Consumo de energia elétrica segundo o tipo de consumo (kWh)	
8.7.1.1 - Total	153 976 935
8.7.1.2 - Doméstico	53 528 552
8.7.1.3 - Não Doméstico	49 713 063
8.7.1.4 - Agricultura	4 141 267
8.7.1.5 - Indústria	34 783 685
8.7.1.6 - Iluminação das vias públicas	8 153 476
8.7.1.7 - Iluminação interior de edifícios do Estado	3 656 892
8.7.2 - Consumidores de energia elétrica por tipo de consumo (kWh)	
8.7.2.1 - Total	30 649
8.7.2.2 - Doméstico	26 400
8.7.2.3 - Não Doméstico	3 419
8.7.2.4 - Agricultura	305
8.7.2.5 - Indústria	525
8.7.3 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
8.7.3.1 - Gás	
8.7.3.1.1 - Butano	203,0
8.7.3.1.2 - Propano	1 069,0
8.7.3.1.3 - Gás auto (GPL)	81,0
8.7.3.2 - Gasolina	

8.7.3.2.1 - Sem chumbo 95	4 998,0
8.7.3.2.2 - Sem Chumbo 98	946,0
8.7.3.3 - Petróleo	29,0
8.7.3.4 - Gasóleo rodoviário	61 462,0
8.7.3.5 - Gasóleo colorido	6 878,0
8.7.3.6 - Gasóleo para aquecimento	705,0
8.7.3.7 - Fuel	3 893,0
8.8 - Construção e Habitação	
8.8.1 - Indicadores de construção e habitação	
8.8.1.1- Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.1.1 - Pavimentos por edifício	1,60
8.8.1.1.2 - Fogos por pavimento	0,60
8.8.1.1.3 - Divisões por fogo	4,70
8.8.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	20,40
8.8.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.2.1 - Pavimentos por edifício	2,10
8.8.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,90
8.8.1.2.3 - Divisões por fogo	5,00
8.8.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	20,60
8.8.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
8.8.1.3.1 - Urbanos transacionados, em propriedade horizontal	78 812,00
8.8.1.3.2 - Urbanos transacionados, total	79 719,00
8.8.1.3.3 - Rústicos transacionados	13 280,00
8.8.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	101 038,00
8.8.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	133 265,00
8.8.1.3.6 - Rústicos hipotecados	104 250,00
8.8.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	419,00
8.8.2 - Edifícios licenciados para construção	
8.8.2.1 - Construções novas	
8.8.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	51

8.8.2.1.2 - Edifícios para apartamentos	3
8.8.2.1.3 - Edifícios, total	59
8.8.2.1.4 - Fogos para habitação familiar	54
8.8.2.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	0
8.8.2.2.2 - Edifícios, total	4
8.8.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.3.1 - Entidade promotora	
8.8.3.1.1 - Pessoa singular	48
8.8.3.1.2 - Empresa privada	6
8.8.3.1.3 - Outras entidades	0
8.8.3.2 - Tipologia	
8.8.3.2.1 - T0 ou T1	1
8.8.3.2.2 - T2	11
8.8.3.2.3 - T3	35
8.8.3.2.4 - T4 ou mais	7
8.8.4 - Edifícios concluídos	
8.8.4.1 - Construções novas	
8.8.4.1.1 - Edifícios para habitação familiar	
8.8.4.1.1.1 - Apartamentos	2
8.8.4.1.1.2 - Moradias	41
8.8.4.1.2 - Edifícios, total	53
8.8.4.1.3 - Fogos para habitação familiar	79
8.8.4.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.4.2 - Edifícios para habitação familiar	6
8.8.4.3 - Edifícios, total	13
8.8.5 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar	
8.8.5.1 - Entidade promotora	
8.8.5.1.1 - Pessoa singular	9
8.8.5.1.2 - Empresa privada	1

8.8.5.1.3 - Outras entidades	69
8.8.5.2 - Tipologia	
8.8.5.2.1 - T0 ou T1	6
8.8.5.2.2 - T2	23
8.8.5.2.3 - T3	38
8.8.5.2.4 - T4 ou mais	12
8.8.5 - Estimativas do parque habitacional	
8.8.5.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	24 072
8.8.5.2 - Alojamentos familiares clássicos	29 613
8.8.6 - Habitação Social	
8.8.6.1 - Edifícios para habitação social	0
8.8.6.1.1 - Objeto de obras de conservação no último ano	0
8.8.6.2 - Fogos de habitação social	
8.8.6.2.1 - Arrendados	0
8.8.6.2.2 - Objeto de obras de reabilitação no último ano	0
8.8.6.3 - Contratos de arrendamento efetuados no último ano	0
8.9 - Transportes	
8.9.1 - Indicadores de transportes	
8.9.1.1 - Veículos automóveis novos vendidos e registados por 1000 habitantes	15,34
8.9.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas	1,67
8.9.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas autoestradas (%)	3,89
8.9.2 - Veículos automóveis registados	
8.9.2.1 - Total	681
8.9.2.2 - Ligeiros de passageiros	392
8.9.2.3 - Ligeiros de mercadorias	193
8.9.2.4 - Pesados de passageiros	1
8.9.2.5 - Pesados de mercadorias	21
8.9.2.6 - Pesados, tratores rodoviários	47
8.9.2.7 - Tratores agrícolas	27

8.9.3 - Acidentes de viação e vítimas	
8.9.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	180
8.9.3.2 - Vítimas	
8.9.3.2.1 - Total	234
8.9.3.2.2 - Mortos	3
8.9.3.2.3 - Feridos graves	17
8.9.3.2.4 - Feridos ligeiros	214
8.10 - Comunicações	
8.10.1 - Indicadores de comunicações	
8.10.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	40,89
8.10.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	30,15
8.10.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	2,27
8.10.1.4 - Estações de correio por 100 000 habitantes	6,73
8.10.1.5 - Postos de correio por 100 000 habitantes	24,68
8.10.2 - Postos telefónicos fixos	
8.10.2.1 - Total de acessos telefónicos públicos	101
8.10.2.2 - Total de acessos telefónicos residenciais	13 439
8.10.2.3 - Total de acessos telefónicos não residenciais	4 788
8.10.3 - Estações e postos de correio	
8.10.3.1 - Estações de correio	
8.10.3.1.1 - Total	3
8.10.3.1.2 - Estações fixas	3
8.10.3.1.3 - Estações móveis	0
8.10.3.2 - Postos de correio	11
8.11 - Turismo	
8.11.1 - Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	2,1
8.11.1.2 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	209,9
8.11.1.3 - Hóspedes por habitante	15,7
8.11.1.4 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	69,5

8.11.1.5 - Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	37,9
8.11.1.6 - Dormidas em estab. de alojamento turístico por 100 habitantes	2 912,3
8.11.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	
8.11.2.1 - Estabelecimentos	
8.11.2.1.1 - Total	84
8.11.2.1.2 - Hotelaria	54
8.11.2.1.3 - Alojamento local	27
8.11.2.1.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	3
8.11.2.2 - Capacidade de alojamento	
8.11.2.2.1 - Total	9 355
8.11.2.2.2 - Hotelaria	7 903
8.11.2.2.3 - Alojamento local	1 376
8.11.2.2.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	76
8.11.3 - Hóspedes, dormidas e aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.3.1 - Número total de dormidas	1 298 259
8.11.3.2 - Número total de hóspedes	701 897
8.11.3.3 - Total de proveitos de aposento (milhares de euros)	35 281
8.11.4 - Dormidas nos estab. de alojamento turístico, segundo o continente de residência habitual	
8.11.4.1 - Total	1 298 259
8.11.4.2 - Portugal	297 161
8.11.4.3 - Europa (excluindo Portugal)	727 045
8.11.4.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	714 218
8.11.4.5 - Alemanha	34 572
8.11.4.6 - Espanha	187 457
8.11.4.7 - França	72 852
8.11.4.8 - Reino Unido	28 802
8.11.4.9 - África	6 058
8.11.4.10 - América	155 034
8.11.4.11 - Ásia	106 631

8.11.4.12 - Oceânia/n.e.	6 330
8.11.5 - Hóspedes nos estab. de alojamento turístico, segundo o continente de residência habitual	
8.11.5.1 - Total	701 897
8.11.5.2 - Portugal	214 387
8.11.5.3 - Europa (excluindo Portugal)	322 830
8.11.5.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	317 053
8.11.5.5 - Alemanha	12 563
8.11.5.6 - Espanha	95 384
8.11.5.7 - França	37 975
8.11.5.8 - Reino Unido	9 757
8.11.5.9 - África	2 555
8.11.5.10 - América	84 004
8.11.5.11 - Ásia	75 158
8.11.5.12 - Oceânia/n.e.	2 963
8.12 - Sector Monetário e Financeiro	
8.12.1 - Indicadores do sector monetário e financeiro	
8.12.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	7
8.12.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	10,31
8.12.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	59,22
8.12.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	5963
8.12.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	...
8.12.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
8.12.1.6.1 - Caixas automáticas Multibanco por 10 000 habitantes	11
8.12.1.6.2 - Operações por habitante	76
8.12.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	2 440
8.12.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	2 587
8.12.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.2.1 - Bancos e caixas económicas	

8.12.2.1.1 - Número de estabelecimentos	26
8.12.2.1.2 - Pessoal ao serviço	130
8.12.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
8.12.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
8.12.2.2.2 - Pessoal ao serviço	13
8.12.3 - Movimentos dos estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.3.1 - Depósitos	
8.12.3.1.1 - Total (milhares de euros)	858 976
8.12.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	88 585
8.12.3.2 - Crédito concedido	
8.12.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	448 862
8.12.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	265 828
9. - JUSTIÇA	
9.1 Indicadores de Justiça	
9.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
9.1.1.1 - Cíveis (meses)	...
9.1.1.2 - Penais (meses)	...
9.1.1.3 - Trabalho (meses)	...
9.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (%)	...
9.1.3 - Proporção de arguidos condenados nos tribunais de 1ª instância (%)	...
9.1.4 - Proporção de não condenados por desistência de queixa (%)	...
9.1.5 - Proporção de não condenados por absolvição/carência de prova (%)	...
9.1.6 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	
9.1.6.1 - Crimes contra a integridade física	4,0
9.1.6.2 - Contra o património	12,7
9.1.6.3 - Furto/roubo por esticção e na via pública	0,2
9.1.6.4 - Furto de veículo e em veículo motorizado	1,7

9.1.6.5 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	1,6
9.1.6.6 - Condução sem habilitação legal	0,6
9.2 - Movimento de processos de 1ª instância (%)	
9.2.1 - Processos Cíveis	
9.2.1.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.1.2 - Entrados	...
9.2.1.3 - Findos	...
9.2.2 - Processos Penais	
9.2.2.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.2.2 - Entrados	...
9.2.2.3 - Findos	...
9.2.3 - Processos tutelares	
9.2.3.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.3.2 - Entrados	...
9.2.3.3 - Findos	...
9.3 - Principais atos notariais celebrados por escritura pública	
9.3.1 - Total de escrituras	1 860
9.3.2 - Compra e venda de imóveis	679
9.3.3 - Constituição de propriedade horizontal	15
9.3.4 - Constituição de sociedades com. e civis	13
9.3.5 - Doação	175
9.3.6 - Habilitação	523
9.3.7 - Hipoteca	21
9.3.8 - Justificação	234
9.3.9 - Mútuo	145
9.3.10 - Partilha	137
9.4 - Crimes registados pelas autoridades policiais	
9.4.1 - Total	1 175
9.4.2 - Contra as pessoas	
9.4.2.1 - Total	261

9.4.2.2 - Contra a integridade física	176
9.4.3 - Contra o património	
9.4.3.1 - Total	564
9.4.3.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	7
9.4.3.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	74
9.4.4 - Contra a vida em sociedade	
9.4.4.1 - Total	289
9.4.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	70
9.4.5 - Contra o Estado	12
9.4.6 - Legislação avulsa	
9.4.6.1 - Total	44
9.4.6.2 - Condução sem habilitação legal	28
10. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
10.1 - Indicadores da participação política	
10.1.1 - Eleição para a Presidência da República (2016)	
10.1.1.1 - Taxa de abstenção	48,8
10.1.1.2 - Proporção de votos em branco	1,3
10.1.1.3 - Proporção de votos nulos	1,1
10.1.1.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	76,4
10.1.2 - Eleição para a Assembleia da República (2015)	
10.1.2.1 - Taxa de abstenção	44,2
10.1.2.2 - Proporção de votos em branco	2,3
10.1.2.3 - Proporção de votos nulos	2,2
10.1.2.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	67,1
10.1.2.5 - Partido/ coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.3 - Eleição para o Parlamento Europeu (2014)	
10.1.3.1 - Taxa de abstenção	66,8
10.1.3.2 - Proporção de votos em branco	6,4
10.1.3.3 - Proporção de votos nulos	4,2

10.1.3.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	51,8
10.1.3.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.4 - Eleição para as Câmaras Municipais (2017)	
10.1.4.1 - Taxa de abstenção	44
10.1.4.2 - Proporção de votos em branco	3,2
10.1.4.3 - Proporção de votos nulos	2,7
10.1.4.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	47,2
10.1.4.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.5 - Eleição para as Assembleias Municipais (2017)	
10.1.5.1 - Taxa de abstenção	44
10.1.5.2 - Proporção de votos em branco	3,5
10.1.5.3 - Proporção de votos nulos	2,8
10.1.5.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	47,6
10.1.5.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.6 - Eleição para as Assembleias de Freguesia (2017)	
10.1.6.1 - Taxa de abstenção	43,9
10.1.6.2 - Proporção de votos em branco	2,7
10.1.6.3 - Proporção de votos nulos	2,6
10.1.6.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	52
10.1.6.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.2 - Resultados e participação na eleição para a Presidência da República (2016)	
10.2.1 - População inscrita	42 863
10.2.2 - Abstenção	20 902
10.2.3 - Votos	
10.2.3.1 - Total	21 961
10.2.3.2 - Em branco	288
10.2.3.3 - Nulos	240

10.3 - Resultados e participação na eleição para a Assembleia da República (2015)

10.3.1 - População inscrita	42 892
10.3.2 - Abstenção	18 940
10.3.3 - Votos	
10.3.3.1 - Total	23 952
10.3.3.2 - Em branco	551
10.3.3.3 - Nulos	523

10.4 - Participação na eleição para as Câmaras Municipais (2017)

10.4.1 - População inscrita	42 224
10.4.2 - Abstenção	18 559
10.4.3 - Votos	
10.4.3.1 - Total	23 665
10.4.3.2 - Válidos	22 292
10.4.3.3 - Em branco	747
10.4.3.4 - Nulos	626
10.4.4 - Mandatos	7

10.5 - Participação na eleição para as Assembleias Municipais (2013)

10.5.1 - População inscrita	42 224
10.5.2 - Abstenção	18 559
10.5.3 - Votos	
10.5.3.1 - Total	23 665
10.5.3.2 - Válidos	22 189
10.5.3.3 - Em branco	820
10.5.3.4 - Nulos	656
10.5.4 - Mandatos	21

10.6 - Participação na eleição para as Assembleias de Freguesias (2017)

10.6.1 - População inscrita	42 224
10.6.2 - Abstenção	18 555
10.6.3 - Votos	
10.6.3.1 - Total	23 669

Set
João
Jh
A

10.6.3.2 - Válidos	22 431
10.6.3.3 - Em branco	629
10.6.3.4 - Nulos	609
10.6.4 - Mandatos	123
10.7 - Resultados e participação na eleição para o Parlamento Europeu (2014)	
10.7.1 - População inscrita	42 787
10.7.2 - Abstenção	28 563
10.7.3 - Votos	
10.7.3.1 - Total	14 224
10.7.3.2 - Válidos	12 724
10.7.3.3 - Em branco	903
10.7.3.4 - Nulos	597

2. ENQUADRAMENTO INTERNO

2.1 – ALTERAÇÕES NO ÓRGÃO EXECUTIVO

No decurso de 2018, a composição do órgão executivo e a distribuição de funções decorreu conforme o quadro que seguidamente se apresenta.

Quadro 5 – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque	Presidente	01/01 a 01/06	Coordenação Geral
			Conselho Municipal de Educação
			Conselho Municipal de Segurança
			Conselho Municipal de Ação Social
			Conselho Municipal de Juventude
			Conselheiro para a Igualdade
			Comissão Municipal de Trânsito
			Autoridade Médico-Veterinária Municipal
			Serviço de Assessoria, Planeamento e Coordenação
			Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia
			Contabilidade
			Tesouraria
			Contratação Pública e Aprovisionamento
			Património e Notariado
			Educação
			Assuntos Sociais
			Relações Institucionais e Comunicação
			Informática
		02/06 a 31/12	Coordenação Geral
			Conselho Municipal de Educação
			Conselho Municipal de Segurança
			Conselho Municipal de Ação Social
			Conselho Municipal de Juventude
			Comissão Municipal de Trânsito

			Autoridade Médico-Veterinária Municipal Serviço de Assessoria, Planeamento e Coordenação Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia Contabilidade Tesouraria Contratação Pública e Aprovisionamento Património Educação Assuntos Sociais Igualdade de Género e Cidadania Relações Institucionais e Comunicação
Natálio de Oliveira Reis	Vice-Presidente	01/01 a 01/06	Ambiente e Engenharia
			Recursos Naturais
			Sustentabilidade Energética e Mobilidade
			Obras Particulares
			Turismo
			Apoio ao Empresário
		02/06 a 31/12	Ambiente e Engenharia
			Recursos Naturais
			Obras Particulares
			Planeamento do Território e Reabilitação Urbana
			Sistema de Informação Geográfica
			Turismo
			Apoio ao Empresário
Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa	Vereadora a Tempo Inteiro	01/01 a 01/06	Expediente
			Recursos Humanos e Segurança no Trabalho
			Apoio ao Consumidor
			Atendimento ao Múncipe
			Estudos e Projetos Financeiros (Fundos Comunitários)
			Cultura
			Arquivo Municipal
			Biblioteca Municipal
			Museu Municipal
			Planeamento do Território e Reabilitação Urbana

[Handwritten signatures and initials]

			Sistema de Informação Geográfica
			Fiscalização e Contencioso
			Estudos e Projetos (Arquitetura e Especialidades)
			Recursos Humanos e Segurança no Trabalho
			Informática
			Modernização Administrativa
			Expediente
			Atendimento ao Município
			Estudos e Projetos Financeiros (Fundos Comunitários)
			Transportes
			Estudos e Projetos Técnicos (Arquitetura e Especialidade)
			Acompanhamento de Obras
			Eficiência Energética
			Sinalização e Trânsito
			Cultura
			Arquivo Municipal
			Biblioteca Municipal
			Museu Municipal
			Fiscalização e Contencioso
			Notariado
			Apoio ao Consumidor
			Obras Municipais
			Fiscalização de Obras Municipais
			Administração Direta
			Gestão de Equipamentos e Frota (Administração Direta)
			Jardins Municipais
			Associativismo, Desporto e Juventude
			Licenciamentos não urbanísticos
			Serviço Municipal de Proteção Civil
			Obras Municipais
			Fiscalização de Obras Municipais
			Administração Direta
			Gestão de Equipamentos e Frota (Administração Direta)

Handwritten signatures and initials:
 J. J. J.
 J. J. J.
 J. J. J.

			Jardins Municipais
			Associativismo, Desporto e Juventude
			Licenciamentos não urbanísticos
			Serviço Municipal de Proteção Civil
Cília Maria de Jesus Seixo	Vereadora	01/01 a 31/12	--
José Augusto Dias dos Reis	Vereador	01/01 a 31/12	--
João Miguel Caldeira Heitor	Vereador	01/01 a 23/02	--
Estela Augusta Rito Ribeiro	Vereador	24/02 a 31/12	--

2.2 – POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS ADOTADA

2.2.1 – ESTRUTURA ORGÂNICA E QUADRO DE PESSOAL

Em 2018 foi aprovada uma nova estrutura orgânica, com publicação em Diário da República, 2ª Série, n.º 199, em 16 de outubro de 2018 (Despacho n.º 9714/2018).

2.2.2 – EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Pessoal segundo o grupo profissional

Quadro 6 – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

Designação	2016	2017	Var. Abs.	Var. (%)	2018	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	11	12	1	9,09	13	1	8,33
Técnico Superior	52	64	12	23,08	90	26	40,63
Informática	3	4	1	33,33	4	0	0,00
Assistente Técnico	99	87	-12	-12,12	108	21	24,14

[Handwritten signatures and initials]

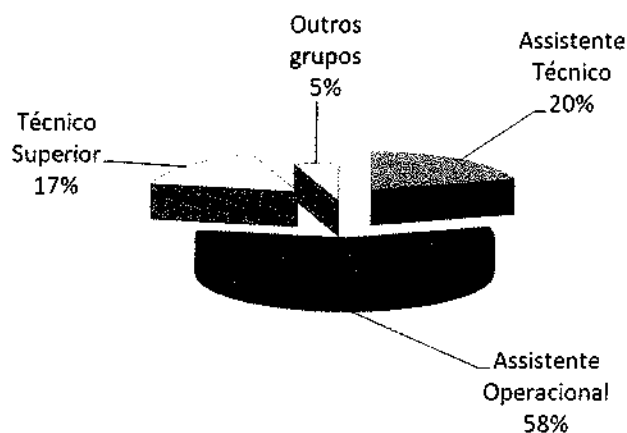
Assistente Operacional	201	200	-1	-0,50	306	106	53,00
Outros Grupos	9	9	0	0,00	9	0	0,00
Total	375	376	1	0,27	530	154	40,96
Grau de Técnica Superior	16,80	20,21	3,41	20,31	19,43	-0,78	-3,85
Grau de Técnica Geral	44,00	44,41	0,41	0,94	40,57	-3,85	-8,67

O ano de 2018 demonstra um aumento substancial do número de funcionários da autarquia, na ordem de 41%, que, em termos absolutos, significou um aumento em 154 funcionários, sofrendo a influência da liquidação da empresa municipal Ourémviva e a internalização dos postos de trabalho considerados fundamentais à prossecução das tarefas incorporadas.

No final do período em análise, o grau de técnica geral dos recursos humanos afetos ao Município foi de 40,5 ou seja, cerca de 40,5% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, informática e assistente técnico. O grau de técnica superior situou-se ligeiramente superior a 19,4%.

A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal assistente operacional (53%), assistente técnico (23%) e técnico superior (17%).

Gráfico 1 – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



Escalão etário e sexo

Quadro 7 – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2016	2017	Var. Abs.	Var. (%)	2018	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 20 anos	0	0	0	--	0	0	--
20-24	0	0	0	--	0	0	--
25-29	1	3	2	200,00	2	-1	-33,33
30-39	60	43	-17	-28,33	74	31	72,09
40-49	120	118	-2	-1,67	174	56	47,46
50-59	147	157	10	6,80	200	43	27,39
60-69	46	54	8	17,39	79	25	46,30
70 ou mais	1	1	0	0,00	1	0	0,00
TOTAL	375	376	1	0,27	530	154	40,96
Número de Homens	129	135	6	4,65	179	44	32,59
Número de Mulheres	246	241	-5	-2,03	351	110	45,64

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de mulheres manifesta uma dominância, significando estas cerca de 66,2% do total dos recursos humanos disponíveis.

O escalão etário dos 50-59 é o mais representativo com 200 funcionários, apresentando uma variação absoluta positiva, relativa ao ano anterior, em 43 trabalhadores.

Analisando o escalão etário segundo o grupo profissional, verifica-se que a predominância das idades mais baixas está adstrita ao pessoal de informática e técnico superior. Em oposição, a predominância dos escalões etários mais elevados ocorre no pessoal assistente operacional.

Importa realçar que 280 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 79 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos.

Absentismo

Quadro 8 – Evolução do Absentismo

uni: dias

Designação	2016	2017	Var. Abs.	Var. (%)	2018	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	0	15	15	--	0	-15	--
Proteção na Parentalidade	756	413	-343	-45,37	852	439	106,30
Falecimento Familiar	138	95	-43	-31,16	217	122	128,42
Doença	5989	6749	760	12,69	6864	115	1,70
Doença Prolongada	0	0	0	--	0	0	--
Assistência a Familiares	194	147	-47	-24,23	200	53	36,05
Trabalhador Estudante	43	39	-4	-9,30	23	-16	-41,03
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0	0	--	0	0	--
Injustificadas	0	0	0	--	0	0	--
Outras	992	1194,5	202,5	--	1188	-6,5	--
TOTAL (dias de ausência)	8112	8652,5	540,5	6,66	9344	691,5	7,99
Dias de ausência (per capita)	21,63	23,01	1,38	6,38	17,63	-5,38	-23,39

Face a 2017, o ano de 2018 regista um acréscimo do número de dias de ausência global, na ordem de 8%, apresentando uma variação absoluta positiva de 691,5 dias.

Relativamente ao valor apurado *per capita*, verifica-se uma diminuição em 5,4 dias, pelo que o número de ausência *per capita* se situou em 17,6 dias.

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 6.864 dias (representam 73,5% do total do absentismo) e a de proteção na parentalidade com um total de 852 dias (representam 9,1% do total do absentismo).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 9.344 dias em detrimento dos 8.652,5 dias ocorridos em 2017.

Acidentes ocorridos em serviço

O ano de 2018 demonstra um aumento do número de acidentes (+2), verificando-se um total de 24, dos quais 12 resultaram em períodos de 4 a 30 dias de baixa e 7 motivaram mais de 30 dias de baixa.

O número de dias perdidos com baixa sofreu um acréscimo absoluto em 283 dias, face ao verificado no ano anterior.

Consequentemente, verificou-se um total de 700 dias perdidos com baixa resultante de acidentes ocorridos no local de trabalho ou no percurso para o respetivo local

Importa ainda referir que se verificaram 5 acidente “*in itinere*” no decurso de 2017, dos quais 4 situações com baixa entre 4 a 30 dias e 1 com baixa superior a 30 dias.

Quadro 9 – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2016	2017	Var. Abs.	Var. (%)	2018	Var. Abs.	Var. (%)
Número total de acidentes	25	22	-3	-12,00	24	2	9,09
1 a 3 dias de baixa	0	3	3		0	-3	--
4 a 30 dias de baixa	14	12	-2	-14,29	12	0	0,00
Superior a 30 dias de baixa	5	4	-1	-20,00	7	3	75,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a)	19	19	0	0,00	19	0	0,00
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	446	417	-29	-6,50	683	266	63,79
1 a 3 dias de baixa	0	8	8	--	0	-8	--
4 a 30 dias de baixa	137	174	37	27,01	135	-39	-22,41
Superior a 30 dias de baixa	309	235	-74	-23,95	548	313	133,19
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	65	0	-65	--	1	1	--
1 a 3 dias de baixa	3	0	-3	--	0	0	--

4 a 30 dias de baixa	11	0	-11	--	16	16	--
Superior a 30 dias de baixa	51	0	-51	--	0	0	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a1)	576	417	-159	-27,60	700	283	67,87
Número total de Acidentes "in itinere"	2	5	3	150,00	5	0	0,00
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	0	4	4	--	0	-4	--
Superior a 30 dias de baixa	0	1	1	--	0	-1	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b)	0	5	5	0,00	0	-5	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	158	138	-20	-100,00	57	-81	-58,70
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	-100,00	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	6	95	89	--	57	-38	--
Superior a 30 dias de baixa	152	43	-109	--	0	-43	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b1)	158	138	-20	--	57	-81	-58,70
N.º Total de acidentes (a) + (b)	19	24	5	--	19	-5	-20,83
N.º de dias perdidos com baixa (a1)+(b1)	734	555	-179	-24,39	757	202	36,40

2.3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.3.1 – DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Administração Pública Local está hoje sujeita a um dilema funcional e conceptual que percorre transversalmente todo o setor público.

Por um lado, verificam-se fortes constrangimentos financeiros, induzidos pelo memorando de entendimento com a Troika, ou mesmo pela crise conjuntural e estrutural que devasta e caracteriza o espectro económico nacional. Noutro sentido, deparamo-nos com uma sociedade civil cada vez mais ávida de mais e melhores serviços públicos, e, especialmente atenta ao binómio custo/benefício, impelindo a maximização do denominado “*value for money*”, em estreita observância pelo retorno legítimo e espetável, que os cidadãos relacionam ao tributo dos seus impostos.

Neste sentido, no primeiro semestre de 2012 surgiu a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a qual veio agravar um enleado complexo, vasto e desarticulado de uma legislação que tornam a administração pública particularmente burocratizante, obstaculizando a criatividade e impedindo uma correta gestão dos meios materiais e dos recursos humanos, potenciando o risco do cometimento de irregularidades.

Não obstante se reconhecer que o contexto burocrático é um requisito essencial ao regular funcionamento das organizações nos Estados de Direito Democrático, sendo fundamental na definição do relacionamento estabelecido entre os cidadãos e a Administração, ou mesmo no adequado funcionamento das Instituições, circunstâncias que impelem a premência em se definirem e implementarem mecanismos de controlo interno, a LCPA veio induzir um “espartilho” abrupto e nada gradualista, onde o simples e inevitável desenvolvimento de ações que visem um excecional interesse público ou a salvaguarda da vida humana, está particularmente condicionada.

O Município de Ourém cumpriu integralmente o disposto na LCPA, não constando na listagem de entidades públicas em incumprimento divulgada no website da DGO (Direção Geral do Orçamento).

Controlo externo e estatístico

A área financeira está hoje fortemente assolada por diferentes mecanismos de controlo externo e estatístico, num reporte sistemático e crescente de elementos para entidades externas, designadamente, Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral das Autarquias Locais, Direção Geral do Orçamento e Instituto Nacional de Estatística. Manifesta-se a

incompreensibilidade da ausência de partilha de informação entre os diversos organismos públicos, ou ainda a adoção de critérios e conceitos técnicos dispares.

Transparência e divulgação de dados inerentes à área financeira

Neste contexto, assinalam-se inúmeras exigências legais de divulgação de elementos de índole financeira, designadamente no contexto virtual da internet, seja no website do município ou ainda em plataformas públicas nacionais constituídas para o efeito, na qual se destaca o base.gov (divulgação de contratos públicos).

Esta circunstância aumenta, não só, o nível de transparência das políticas públicas, particularmente no que respeita à utilização dos recursos públicos, incrementando a proximidade e grau de informação dos cidadãos.

Protocolos

A Divisão de Gestão Financeira promoveu/acompanhou a elaboração de um conjunto de protocolos ou contratos-programa conforme o quadro que abaixo se apresenta.

Quadro 10 – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2018

Natureza do Contrato	Entidade	Designação	Apoio Financeiro	Obs.
Protocolo de colaboração	ACISO – Associação Empresarial Ourém - Fátima	Apoio financeiro para "Ações de Promoção de Fátima no contexto do Turismo Religioso".	60 000,00 €	
Protocolo de colaboração	ACISO – Associação Empresarial Ourém - Fátima	Apoio financeiro para contratualização de uma pista de gelo, no âmbito do Ourém Natal Mágico 2018	36 470,50 €	
Protocolo de colaboração	ADSAICA - Associação para o Desenv. Das Serras de Aire e Candeeiros	Apoio financeiro para cedência de ESF - Equipa de Sapadores Florestais	42 000,00 €	
Protocolo de colaboração	Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego	Apoio financeiro no âmbito da Rota das Carmelitas	9 901,90 €	
Protocolo de cooperação	APDAF - Associação de Promoção e Dinamização de Apoio à Família	Apoio Financeiro para aquisição de equipamentos que assegurem as condições para a execução do programa de candidatarão ao POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	3 250,00 €	

Contrato Programa	Associação Anjos da Pedra - Fátima BTT Club	Apoio financeiro para participação do atleta David João Serralheiro Rosa em diversas provas	10 000,00 €	
Protocolo de colaboração	Associação Cultural e Recreativa Vale do Nabão	Apoio Financeiro decorrente das obras de beneficiação da sua sede.	50 761,12 €	
Protocolo de colaboração	Associação de Caxarias para a Infância e Terceira Idade	Apoio Financeiro para conservação e substituição do telhado do edifício da ACITI	15 736,00 €	
Contrato Programa	Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama	Apoio financeiro para da manutenção do relvado sintético do campo desportivo da associação	1 476,00 €	
Protocolo de cooperação	Associação Humanitária dos Bombeiros de Caxarias	Apoio financeiro para despesas correntes da associação, bem como a aquisição de um veículo de socorro	206 121,92 €	
Protocolo de colaboração	Associação Humanitária dos Bombeiros de Caxarias	Apoio financeiro para reconstrução e ampliação dos balneários do Quartel dos Bombeiros de Caxarias	35 000,00 €	
Protocolo de cooperação	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima	Apoio financeiro para despesas correntes da associação, bem como a aquisição de um veículo de socorro	218 433,60 €	
Protocolo de colaboração	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima	Apoio financeiro para aquisição de terrenos para construção do Quartel de Bombeiros de Fátima	500 000,00 €	
Protocolo de cooperação	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém	Apoio financeiro para despesas correntes da associação, bem como a aquisição de um veículo de socorro	505 444,48 €	
Protocolo de cooperação	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém	Apoio financeiro para despesas com a EPI - Equipa de Intervenção Permanente	91 338,84 €	Renovação de protocolo
Protocolo de cooperação	Centro de 3ª Idade de Gondemaria	Apoio Financeiro para aquisição de equipamentos que assegurem as condições para a execução do programa de candidatarão ao POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	3 250,00 €	
Contrato Programa	Centro de Cultura e Desporto de Caxarias	Apoio financeiro para da manutenção do relvado sintético do campo desportivo da associação	4 920,00 €	
Contrato Programa	Centro Desportivo de Fátima	Apoio financeiro para comparticipação nas despesas de elaboração de projeto de execução de obras de melhoramento das suas infraestruturas, sitas na Rua Padre Martins Pereira, em Fátima	15 000,00 €	
Protocolo de cooperação	Centro Social da Ribeira do Fárrio	Apoio financeiro para cedência de mini-autocarro de transporte pesado de passageiros, para utilização escolar	5 000,00 €	
Protocolo de cooperação	Centro Social de Ribeira do Fárrio	Apoio Financeiro para aquisição de equipamentos que assegurem as condições para a execução do programa de candidatarão ao POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	7 100,00 €	

Protocolo de cooperação	Centro Social e Paroquial de Freixianda	Apoio Financeiro para aquisição de equipamentos que assegurem as condições para a execução do programa de candidatura ao POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	3 250,00 €	
Protocolo de cooperação	CRIF - Centro de Reabilitação e Integração de Fátima	Apoio Financeiro para aquisição de equipamentos que assegurem as condições para a execução do programa de candidatura ao POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	3 250,00 €	
Protocolo de colaboração	Espite Aventura - Associação do Conhecimento de Espite	Apoio financeiro para a realização do Campeonato de Trial 4x4	12 500,00 €	
Protocolo de colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Piedade	Apoio financeiro para obras de arranjos exteriores da nova Igreja do lugar de Pinheiro, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade	21 236,22 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Alburitel	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	67 402,00 €	
Delegação de competências	Freguesia de Alburitel	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	54 384,00 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Alburitel	Apoio financeiro para aquisição de equipamento para o edifício sede da freguesia	10 000,00 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Atougua	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	94 030,00 €	
Delegação de competências	Freguesia de Atougua	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	154 940,09 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Caxarias	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	19 272,00 €	
Delegação de competências	Freguesia de Caxarias	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	156 636,48 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Espite	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	75 784,00 €	
Delegação de competências	Freguesia de Espite	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	139 352,89 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Fátima	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	159 502,00 €	
Delegação de competências	Freguesia de Fátima	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	441 387,90 €	

Protocolo de colaboração	Freguesia de Nossa Senhora da Piedade	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	69 616,00 €	
Delegação de competências	Freguesia de Nossa Senhora da Piedade	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	161 951,57 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	88 548,00 €	
Delegação de competências	Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	255 989,32 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Seíça	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	73 186,00 €	
Delegação de competências	Freguesia de Seíça	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	146 960,00 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Urqueira	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	104 902,00 €	
Delegação de competências	Freguesia de Urqueira	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	178 729,61 €	
Protocolo de colaboração	Freguesia de Urqueira	Apoio financeiro para dinamização da Zona Industrial da Chã - Elaboração de projeto de loteamento	29 520,00 €	
Protocolo de colaboração	Fundo Social dos Trabalhadores da C.M. Ourém	Apoio financeiro para financiar atividades culturais, recreativas e desportivas	90 000,00 €	
Contrato Programa	Grupo Desportivo e Cultural de Seíça	Apoio financeiro para da manutenção do relvado sintético do campo desportivo da associação	1 476,00 €	
Protocolo de colaboração	Insignare - Associação de Ensino e Formação	Apoio financeiro para comparticipar as despesas decorrentes da realização do evento "Christmas In Europe – Fátima 2017".	15 387,08 €	
Protocolo de colaboração	Liga dos Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda	Apoio financeiro com os encargos decorrentes da elaboração do "Projeto para Requalificação do Quartel da Associação	4 245,96 €	
Protocolo de colaboração	Montamora Sport Club - Assoc. Desp. Recreat. e Cultural	Apoio financeiro com os encargos decorrentes da aquisição de piso interior desportivo	5 744,56 €	
Protocolo de colaboração	Pias Longas Aero Club	Apoio financeiro para comparticipação nas despesas de aquisição de mobiliário a afetar ao Aeródromo	6 027,00 €	
Protocolo de colaboração	Pias Longas Aero Club	Apoio financeiro para obras de remodelação do Aeródromo de Pias Longas	53 270,00 €	Adenda ao Protocolo

Protocolo de colaboração	União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	172 084,00 €	
Delegação de competências	União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	369 116,00 €	
Protocolo de colaboração	União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Apoio financeiro para manutenção de jardins e parques por 3 meses	10 500,00 €	
Protocolo de colaboração	União de Freguesias de Gondemaria e Olival	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	79 264,00 €	
Delegação de competências	União de Freguesias de Gondemaria e Olival	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	233 719,23 €	
Protocolo de colaboração	União de Freguesias de Matas e Cercal	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	71 452,00 €	
Protocolo de colaboração	União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Apoio financeiro para conservação e manutenção de caminhos vicinais e um recurso humano	85 100,00 €	
Delegação de competências	União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Acordo de execução nos domínios da rede viária e de estabelecimentos de educação	303 258,23 €	
Protocolo de colaboração	União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Cedência de instalações para funcionamento das atividades de animação e apoio à família (Pré-Escolar) e a componente de apoio à família (1º Ciclo)	4 769,52 €	Renovação de protocolo
Protocolo de colaboração	União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Apoio financeiro para aquisição de mobiliário para o Posto de Saúde de Rio de Couros	718,63 €	
Protocolo de colaboração	União Desportiva Cultural do Alqueidão	Apoio financeiro para financiar a participação da associação no Campeonato Nacional de Petanca 2018	1 500,00 €	

2.3.1.1 – Contabilidade

Esta subunidade tem como principal missão abranger todas as operações relativas à arrecadação das receitas e processamento de despesas, de forma diária, compreendendo um conjunto de tarefas e operações como meio de manter a informação financeira atualizada envolvendo a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

Procedimentos mais relevantes de 2018:

- Operacionalização do modelo 10 com vista ao cumprimento da obrigação declarativa a que se referem a subalínea ii), da alínea c) e a alínea d), do n.º 1, do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC;
- Operacionalização do modelo 25 dando cumprimento da obrigação declarativa a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 66.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pelas entidades que recebam donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado neste diploma legal e sua submissão no portal da Autoridade Tributária;
- Elaboração de todo o processo do IVA, no sentido de dar cumprimento ao estipulado no artigo 29º do Código do IVA, com as adaptações necessárias nas declarações anexas de regularização de IVA, de acordo com a portaria 255/2013 de 12 de agosto e sua submissão no portal da Autoridade Tributária;
- Preparação e recolha de informação, anualmente, para preenchimentos de formulários únicos da IES – Informação Empresarial Simplificada, por forma a dar cumprimento ao estipulado na Portaria n.º 208/2007, de 16 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 8/2008, de 03 de janeiro, Portaria n.º 64-A/2011, de 3 de fevereiro e Portaria n.º 26/2012, de 27 de janeiro;
- Comunicação, nos termos do artigo 5º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, à Inspeção-Geral de Finanças das subvenções e benefícios públicos concedidas a pessoas singulares ou coletivas dos setores privado, cooperativo e social e entidades públicas fora do perímetro das administrações públicas;
- Recolha de informação das participações do Município de Ourém em diversas entidades para submissão no SIPART – Sistema de Informação das Participações do Estado, no portal da IGF, entidade que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 491/99, de 17 de novembro - compete organizar e manter atualizado o registo das Participações, em entidades societárias e não societárias, detidas pelo Estado e outros entes públicos, individual ou conjuntamente, de forma direta ou indireta;

- Preparação e recolha de informação, semestral, com vista a dar cumprimento ao solicitado pela DGAL, no âmbito do Fundo Social Municipal (transferência financeira do Orçamento de Estado, consignada ao financiamento de despesas determinadas relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social);
- Preenchimento de inquéritos para o INE, no âmbito da APCMAD – Administração Pública Local – Construção no Municípios por Administração Direta, do IMPA – Inquérito aos Municípios – Proteção do Ambiente e colaboração com diversos serviços no fornecimento de informação para reporte de diversa informação ao INE;
- Comunicação eletrónica de faturas - envio dos ficheiros SAF-T. Configuração do Sistema de Gestão de Faturação de modo a permitir gerar o ficheiro SAF-T relativo à faturação de determinado período para posterior envio através do site da Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Envio de informação à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, na área de Formação de Tarifários, para apuramento dos tarifários a aplicar ao utilizador final;
- Envio de informação económico-financeira necessária ao acompanhamento por parte da ERSAR das atividades relacionadas com os serviços de águas e de resíduos, com destaque para o apuramento das variáveis de rendimentos e gastos totais previstas no sistema de avaliação da qualidade dos serviços e respetivo cálculo dos indicadores de “Cobertura dos gastos”;
- Definição mensal do plano de pagamentos, que ocorre a partir do dia 22 de cada mês;
- Preparação e definição de contas patrimoniais e classificação económicas da receita atribuídas a cada artigo de receita, nas aplicações da AIRC;
- Preparação e organização da aplicação SGF – Sistema de Gestão de Faturação, da AIRC, e sua interligação com a aplicação TAX – Sistema de Taxas e Licenças, com vista à

faturação a ser emitida pelos diversos serviços/setores e sua interligação com o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica, para posterior registo contabilístico;

- Preparação e definição, conforme deliberado, de tipos de penalizações a aplicar de forma automática e envio da receita para débito ao tesoureiro e para execução fiscal;
- Análise e resolução célere de constrangimentos e dificuldades decorrentes da aplicação e operacionalização da LCPA e do reporte de informação à DGAL - SIAL;
- Na sequência do processo de recuperação de IVA junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, o Município foi alvo de uma ação inspetiva, cujo processo ainda está a decorrer.
- Continuação do processo de transição POCAL/SNC-AP.

2.3.1.2 – Setor de Património

Os controlos do inventário municipal exigem rotinas diárias de verificação e atualização, nem sempre exequíveis, no decurso do ano em análise, em virtude da escassez de recursos humanos afetos a esta estrutura, condicionalismo que caracterizou este serviço em 2018.

Neste ano foram promovidas várias aquisições e alienações de imobilizado, destacando-se as seguintes:

- Aquisição de terreno e benfeitoria implantada em Boleiros/Maxieira destinado a Jardim de Infância;
- Aquisição de 7 prédios para a requalificação da Rua Gregório Correia (Ourém);
- Aquisição de 3 prédios em Vilar dos Prazeres, para alargamento do Largo Desembargador Joaquim António dos Reis;
- Reincorporação dos terrenos resultantes da entidade Maisourém.

A gestão do imobilizado incluiu a cedência a entidades externas de diversos edifícios municipais que não eram utilizados no âmbito do objeto social da entidade, maximizando-se, deste modo,

recursos autárquicos no usufruto de funções de utilidade pública, particularmente nas áreas sociais, culturais e desportivas.

A gestão dos seguros é assegurada por esta estrutura, designadamente nos seguintes ramos: acidentes de trabalho; acidentes pessoais/autarcas/bombeiros voluntários; atividades lúdicas/desporto; viaturas e responsabilidade civil.

O controlo dos consumos inerentes aos encargos de instalações, nomeadamente, água e energia, são mensalmente monitorizados e controlados pelo serviço, tendo ainda como objetivo garantir a ininterruptabilidade destes fornecimentos, considerando a operacionalidade e o conforto que conferem aos edifícios municipais, designadamente na vasta rede de edifícios municipais.

Neste ano promoveram-se diversas identificações de proprietários e avaliação de imóveis, no âmbito de investimentos a promover no curto e médio prazo, nomeadamente na requalificação urbana em diversas localizações do concelho, redes de saneamento (Cercal e Matas), do passadiço do Agroal, expansão do Parque da Cidade António Teixeira.

No ano de 2018 deu-se continuidade à implementação da gestão da frota municipal centralizada, tendo como propósito garantir uma maior eficiência, eficácia e economia na operacionalização e utilização das viaturas de serviços municipais eventuais, conforme norma de utilização das viaturas vigente.

2.3.1.3 – Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento – SCPA

O ano em análise foi marcado por um aumento muito considerável dos procedimentos lançados, do expediente efetuado, das alterações ao nível dos Recursos Humanos e respetivas tramitações processuais.

O aumento exponencial de tarefas deveu-se essencialmente à alteração efetuada ao Código dos Contratos Públicos que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018 e que no essencial criou novos procedimentos, estabeleceu novos limites à escolha das entidades a convidar, em suma, veio aumentar substancialmente as tarefas inerentes a aplicabilidade do referido código.

Acréscere referir o acréscimo de procedimentos em consequência da internalização da OurémViva EM, SA.

Destaque ainda para o aumento do número de pedidos de colaboração do município nomeadamente pelas Juntas de Freguesia e entidades privadas sem fins lucrativos, nomeadamente as IPSS, do Concelho. Tais solicitações devem-se à obrigatoriedade que essas entidades têm (em virtude das candidaturas a fundos comunitários) de respeitar o Código dos Contratos Públicos aquando da escolha dos seus fornecedores e ou por exigência legal resultante da celebração de protocolos.

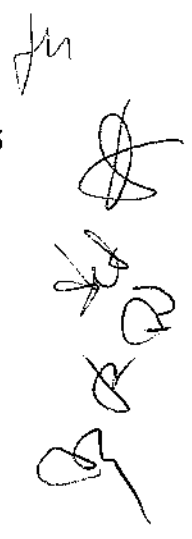
Note-se também, que em outubro, este Setor passou a efetuar os contratos inerentes aos procedimentos de contratação pública.

Quadro – Quantificação dos Processos de Concurso

Tipo de procedimento	2016	2017	2018
Ajuste direto em regime simplificado (exceto empreitadas)	2077	2266	1861
Ajuste direto em Regime Simplificado - Empreitadas	0	0	21
Ajuste direto (valor superior a 5 mil euros)	101	160	74
Consulta Prévia	0	0	47
Concurso Público	5	18	13
Concurso Público Internacional	0	0	1
Acordo Quadro	0	1	2
Arrendamento	0	0	0
Alienação	0	0	1

Quadro – Proced. desenvolvidos (excluindo o ajuste direto – em regime simplificado)

Entidade Adjudicatária	Fundamentação da Escolha do Procedimento	Designação (n.º sequência do proc. / designação)	Preço Contratual (sem IVA) / Observações
GASPE - Combustíveis, Lda.	Ajuste Direto	P1/2018 - Fornecimento, com transporte de gasóleo rodoviário para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais, até ao limite de 19.990,00 €	19 990,00 €
Equitejo, Lda.	Ajuste Direto	P2/2018 - Prestação de serviços de impressão e aluguer de equipamentos	9 972,00 €
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A.	Concurso Público	P3/2018 - Manutenção de espaços verdes em Fátima: Estádio Municipal; Avenida D. José Alves Correia da Silva; Rotundas Norte e Sul e restantes espaços	96 278,90 €
AIRC - Associação de Informática da região centro	Ajuste Direto - alínea e) n.º 1 do 24.º do CCP	P4/2018 - Serviços de manutenção de 23 aplicações AIRC, para o ano de 2017	10 713,00 €
Reflexoplural, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P7/2018 - Aquisição de gerador de emergência de apoio ao Edifício dos Paços do Concelho	31 290,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P9/2018 - Regularização de abatimento - Rua Imaculado Coração de Maria - Fátima (junto ao Parque nº. 2)	3 132,68 €
Isidoro Correia da Silva, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	12/2018 - Fornecimento de diversos tipos de betuminosos para aplicar na área do Concelho de Ourém - 2018	10 449,00 €
RANDSTAD Recursos Humanos - Empresa de Trabalho Temporário, S.A.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P14/2018 - Contratação de recursos humanos para os agrupamentos de escolas do concelho	40 185,60 €
Século & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P15/2018 - Pedido de parecer jurídico referente ao monumento "O Coração de Fátima"	18 000,00 €



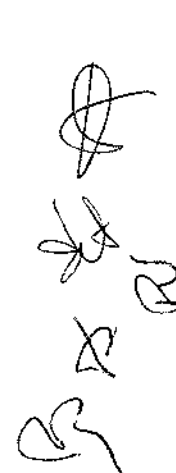
Humberto Luís Ferraz Antunes	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P16/2018 - Contratação de serviços jurídicos de apoio à Comissão Liquidatária da empresa Ourémviva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A.	15 000,00 €
SMART VISION - Assessores e Auditores Estratégicos, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P17/2018 - Consultoria técnica especializada no âmbito da desmaterialização e gestão de processos com a interação com o município / cidadão	37 344,42 €
Ouripneus, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P18/2018 - Aquisição de pneus e serviços para as diversas viaturas e máquinas afetadas ao Município	41 700,00 €
Desarffate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P19/2018 - Execução de Ramal Esgotos - Rua 25 Abril-Ourém	598,72 €
LCA - Lorena de Séves e Associados, RL	b) n.º 1 do artigo 27.º do CCP	P20/2018 - Contratação de serviços jurídicos de patrocínio judiciário, para processos pendentes - Avença	33 600,00 €
Júlio de Jesus - Consultores, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P22/2018 - Contratação de serviços para a elaboração do Relatório Ambiental da Revisão do PDM	7 481,25 €
PROTRAVEL - Agência de Viagens e Turismo, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P023/2018 - Aluguer de autocarros para visitas de estudo	10 504,77 €
Pulso Publicidade, Unipessoal, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P024/2018 - Aquisição de Mupplis para Publicidade Institucional	5 640,00 €
Telfor, Lda	Alienação - art 266A e seguintes do CCP	P025/2018 - Alienação de uma tenda tipo IGL com 50mx20 m	51 230,00 €
Abílio, Luís & Alberto, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P026/2018 - Fornecimento contínuo de material de escritório, para um período de 12 meses	21 956,00 €
Marketividade - Marketing, Comunicação e Vendas, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P028/2018 - Contratação de serviços para o estudo e desenvolvimento de uma nova marca municipal	19 450,00 €
Extrarústico - Extração e transformação de pedra rústica, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P029/2018 - Fornecimento contínuo e transporte de diversos tipos de calçada a para reposição de stock. - 2018	44 085,00 €
Mota & Filhos, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P030/2018 - Aquisição de materiais de construção, para reposição de stock. armazém - Ano 2018	6 924,90 €
Brifat - Britas e Transportes, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P031/2018 - Aquisição de inertes, para reposição de stock. - Ano 2018	4 240,00 €

Relatório de Gestão – Ano económico de 2018

Construtora Civil de Casal dos Bernardos, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P032/2018 - Execução de um ramal de Esgotos Domésticos - Rua de Valverde - Sandoeira - Rio de Curos	1 100,00 €
Desafate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Direto - alínea c) n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P033/2018 - Reparação de rotura na rede predial proveniente do abastecimento público, na ETAR do Alto Nabão	1 655,50 €
Orquestras Costa Verde & F.P., Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P034/2018 - Contratação de banda "Função Pública" para as Festas da Cidade de Ourém 2018	6 500,00 €
Desafate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea c) do artigo 19.º do CCP	P035/2018 - Fornecimento e aplicação de camada de desgaste na EM 525 (Estrada entre Formigais e o Agroal) - do PK 3+900 ao PK 7+800	146 900,00 €
Desafate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P036/2018 - Execução da nova rede de água no Jardim de Infância de Gondemaria	9 580,75 €
Sons em Trânsito - Espetáculos Culturais, Unipessoal, Lda.	subalíneas i) e ii) da alínea e), do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P038/2018 - Contratação da artista "Carolina Deslandes", para as Festas da Cidade de Ourém 2018	12.000,00
Tecnorém, S.A.	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P040/2018 - Execução de guardas metálicas - Estrada da Ramila - Fátima	16 910,00 €
Rubramac - Construções e Terraplanagem, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P41/2018 - Sistemas de Drenagem de Águas Residuais - Implantação de Vários Ramais de Esgotos Domésticos nas Redes do Concelho - Ourém	2 735,00 €
AIRC - Associação de Informática da região centro	subalíneas ii) e iii) da alínea e), do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P42/2018 - Aquisição de licença de software "IBM Informix Growth Edition Socket Licence + SW Subscription & Support 12 Months" e Serviços de Apoio Técnico Easy Server	10 055,00 €
Fernanda Paula Oliveira, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P43/2018 - Contratação de serviços para apoio jurídico durante 12 meses, no âmbito do direito do urbanismo e do direito do ordenamento do território	19 900,00 €
SNSV, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P044/2018 - Fornecimento e transporte contínuo de vários tipos de sinais para sinalização viária do Concelho	14 962,48 €
Sérgio & Jorge Gomes, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P046/2018 - Prestação de serviços (pessoal técnico) para a assessoria técnica no âmbito da reabilitação urbana (ARU)	72 650,00 €

Gicelca, Lda.	alínea c) do artigo 19.º do CCP	P048/2018 - Obras de Revisão e Recuperação do Edifício da APDAF (Antigo Edifício da EB1 de Ourense)	136 864,12 €
Trigénus - Tecnologias de Informação, S.A.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P051/2018 - Aquisição de cadeiras ergonómicas para os trabalhadores do Município	20 780,00 €
Xutos & Pontapés - Produções Musicais, Lda.	subalíneas i) e ii) da alínea e), do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P052/2018 - Contratação do grupo "Xutos & Pontapés", para as Festas da Cidade de Ourense 2018	37 000,00 €
Desafate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do artigo 128.º do CCP	P053/2018 - Demolição coerciva de muro de vedação - (...) - Travessa da Capela, Sobral - Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	1 629,56 €
Abreviatura, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P054/2018 - Aquisição de Viatura Ligeira de Passageiros - Presidência	32 500,00 €
Multitendas, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P055/2018 - Aluguer de Equipamentos (Tasquinhas, Bares, Camarins e Balcões) - Festas do Município 2018	8 880,00 €
Atmosensation, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P057/2018 - Aluguer de Palcos e Torres PA para a realização de espetáculos musicais nas Festas do Município 2018	5 400,00 €
Desafate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do artigo 128.º do CCP	P058/2018 - Implantação de coletor de águas pluviais na Rua do Mergulhão e Estrada de Fátima - S. Sebastião - Atougua - Ourense	3 317,06 €
Lorena de Séves & Associados, Sociedade de Advogados, RL (LSA-Sociedade de Advogados)	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P059/2018 - Prestação de serviços de consultoria jurídica durante um ano - Avença	12 500,00 €
Marina Nabais Dança - Associação Cultural	Ajuste Direto - ponto i) alínea e) n.º 1 do 24.º do CCP	P060/2018 - Criação Artística - Projeto Artería	41 669,00 €
RVU, Lda	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P061/2018 - Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Deposição Final de Lamas Desidratadas das ETAR de Seixa e Alto do Nabão	20 709,22 €
Rubramac - Construções e Terraplanagem, Lda.	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P062/2018 - Sistemas de Drenagem de Águas Residuais - Execução de 5 ramais de esgotos domésticos no concelho de Ourense	2 315,00 €
Arquijardim, S.A.	Ajuste Direto - n.º 8 do artigo 153.º da LOE 2018	P063/2018 - Abertura de faixa de interrupção de combustível na rede primária de defesa da floresta contra incêndios, no Concelho de Ourense	39 995,14 €

Parques e Jardins - projetos e Construções Lda	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P065/2018 - Projeto de Arquitetura e Especialidades para Requalificação Urbana das Ruas Dr. Neves Eliseu e Francisco Sá Carneiro - Ourém	37 995,00 €
Aruncalis, Lda	Concurso Público - alínea b) art.º 19º do CCP	P069/2018 - Trabalhos de Beneficência e Manutenção do Mercado Municipal - Freguesia de N.º Sr.ª da Piedade	20 249,00 €
Mais Produções, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P072/2018 - Aluguer de Ecrã Gigante - Festas do Município 2018	5 800,00 €
Lizauto - Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Automóveis, Lda.	Concurso Público - n.º 1 alínea b) art.º 20º do CCP	P073/2018 - Aquisição de viatura ligeira de mercadorias equipada com caixa para transporte de canídeos e felídeos	30.000,00
PROTRAVEL - Agência de Viagens e Turismo, Lda.	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P074/2018 - Aluguer de autocarros para a Festa da Criança 2018	9 080,19 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P075/2018 - Ampliação da Rede de Esgotos Domésticos - Rua do CEF, 386 - Moita Redonda - Fátima - Ourém	5 801,84 €
Fidelidade, S.A.	Acordo Quadro - Alínea b) do n.º 1 do art.º 252.º do CCP	P76/2018 - Prestação de serviços de seguros durante 12 meses (lotes 1 a 6)	154 205,20 €
Construções DIVIREIS, Lda	Ajuste Direto - alínea c) n.º 1 do 24.º do CCP	P077/2018 - Regularização de Abatimento - Travessa Perpendicular à Rua São João de Deus - Fátima	18 014,10 €
SONARTIS, LDA	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P078/2018 - Aquisição de equipamento de som para exterior	11 084,00 €
EXPOFAT - Expositores e Decorações de Fátima, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P079/2018 - Adaptação de Espaço Municipal - Espaço Empresa	9 991,96 €
Atmosensation, Unipessoal, Lda.	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P080/2018 - Contratação de som para os concertos - Feirourém 2018	14 500,00 €
NOVATEJO, LDA	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P082/2018 - Método Seleção Avaliação Psicológica para 142 colaboradores	5 680,00 €
KYOCERA, LDA	Concurso Público	"P083/2018 - Solução integrada de impressão - Aluguer de equipamentos, Software de gestão e de leitura de metadados, fornecimento de consumíveis e assistência técnica"	82 303,92 €

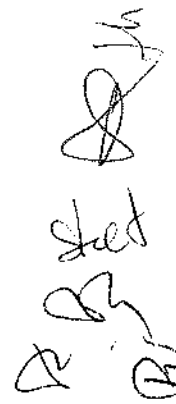


Mech, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P084/2018 - Projeto de Arquitetura e Especialidades para o Centro Escolar de Carvoeira	41 900,00 €
EcoSalix - Sistemas Ecológicos de Engenharia Natural, Lda.	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P085/2018 - Projeto de Arquitetura Paisagista - Passadiço do Agroal	17 900,00 €
ASC, Lda	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P087/2018 - Aquisição de 3 Eletrobombas submersíveis e adaptadores, para a ETAR de Seíça	8 293,50 €
Precise (Lote 1 e 3) + Espalha Ideias (Lote 2)	Publico com publicação no JOUE aliena a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP	P088/2018 - PEDIME - Centro Local para a promoção do sucesso educativo (CLPSE) - contratação de prestação de serviços (recursos humanos) para integrar equipa multidisciplinar de 5 pessoas por um período de 18 meses	148 225,68 €
Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P089/2018 - Colocação de vão exterior no Centro Escolar de Cova da Iria	3 995,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Publico sem publicação no JOUE aliena b) do artigo 19º do CCP	P090/2018 - Polo de Inovação - STARTUP OUREM	329 526,51 €
EDNI, Lda	Publico sem publicação no JOUE aliena b) do n.º 1 do artigo 20º do CCP	P092/2018 - PEDIME - Centro Local para a promoção do sucesso educativo (CLPSE) - Aquisição de Equipamento Informático e formação ao corpo docente de manuseamento do mesmo	71 540,60 €
Sabseg, S.A.	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P93/2018 - Prestação de serviços de seguros durante 12 meses (lotes 1 a 6)	19 900,00 €
JJFL Invest, Lda	Ajuste Direto - n.º 8 do artigo 153.º da LOE 2018	P094/2018 - Prestação de Serviços para os Trabalhos de Gestão de Combustível no concelho de Ourém	88 750,00 €
Soltráfego S.A.	alínea a) n.º 1 do artigo 26.º do CCP	P095/2018 - Fornecimento contínuo de materiais para manutenção de semáforos "SOLTRAFEGO"	5 598,00 €
Rodoviária do Lis, Lda.	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P096/2018 - Aluguer de Autocarros para o Passeio Sénior 2018	9 962,00 €
Construtora Civil de Casal dos Bernardos, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P097/2018 - Sistemas de Drenagem de Águas Residuais - Execução de 5 ramais de esgotos domésticos nas redes do concelho - Ourém	3 070,00 €
Suse Cláudia Carreira Lopes	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P098/2018 - Prestação de Serviços para Dinamização Desportiva nas Piscinas Municipais	5 000,00 €

Frentmaster, Lda.	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	Fornecimento de Som, para animação Cultural, para o Passeio Sénior de 12 a 27 de Julho - 2018	7 920,00 €
Rubramac, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P100/2018 - Beneficiações na EB1 de Maxieira - Cobertura Exterior	9 930,00 €
Tracomourém, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P101/2018 - Beneficiações na EB1 de Amieira	8 282,00 €
Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P102/2018 - Beneficiações EB1 de Gondemaria - Cobertura Exterior	7 750,00 €
Rubramac, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P103/2018 - Beneficiação no IJ de Boleiros e Maxieira	3 395,00 €
Rubramac, Lda	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P104/2018 - Obras de beneficiação na EB1 de Boleiros	15 439,10 €
Rubramac, Lda (Lote 2 e Lote 3)	alínea c) do artigo 19.º do CCP	P106/2018 - Ampliação de redes e sistemas de abastecimento de água no concelho de Ourém - Lote 1 - Freguesia N.º Sr.ª Misericórdias, Lote 2 - Freguesia de Caxarias e União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fátima e Formigais e Lote 3 - Freguesia de Atouguia	15 543,38 €
Nunes Brás & Santos Sousa - Soluções de Engenharia, Lda.	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P108/2018 - Fornecimento e instalação de Quadro Elétrico na obra de entrada da ETAR de Seica	6 830,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Concurso Público - alínea b) art.º 19º do CCP	P109/2018 - Construção de Ponte 175 na EM 604 Lameirinha/Barreira, Freguesias de Seica e Caxarias	85 000,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea b) do artigo 19.º do CCP	P110/2018 - Mobilidade Pedonal e Viária no Centro de Fátima - Reforço de Condições de Segurança	110 000,00 €
Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P112/2018 - Obras de beneficiação na EB1 de Moita Redonda	14 600,00 €
Universidade Coimbra - Prof.ª Dr.ª Maria Filomena Gaspar	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P114/2018 - PEDIME - Centro Local para a promoção do sucesso educativo (CLPSE) - Realização de 1 sessão de formação para 20 profissionais, no âmbito do programa "ANOS INCRÍVEIS"	8 302,00 €
Tiago Filipe Dias dos Santos	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P115/2018 - Contratação de técnico de Arquitetura para a DOT	15 000,00 €

Galp Power (Lotes 1 e 2) e ENDESA (Lote 3)	Acordo Quadro - Alínea b) do n.º 1 do art.º 252.º do CCP	"P118/2018 - Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo"	1 790 763,27 €
Tepag - Planeamento, Arquitetura e Engenharia, Lda.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º do CCP	P120/2018 - Projeto para a Reabilitação do Antigo Mercado Municipal para Fórum Cultural	72 980,00 €
Ecoserviços, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P121/2018 - Elaboração de Manual de Manutenção das ETAR	7 500,00 €
Freixinsere - Associação de Inserção Social	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P122/2018 - Manutenção de jardins e espaços verdes das uniões de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fátio e Formigais e Rio de Couros e Casal dos Bernardos	11 500,00 €
JERFI, LDA	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º do CCP	P124/2018 - Elaboração do projeto de execução para a requalificação da ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9	40 700,00 €
JERFI, LDA	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P125/2018 - Coordenação de Segurança da Empreitada P148/2017 pelo prazo de 365 dias	12 912,00 €
Medirollo, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P126/2018 - Fornecimento Contínuo de Material de Limpeza pelo período de 1 ano	8 268,96 €
Lotevias, Construções, Lda.	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P127/2018 - Beneficição na Rua da Bela Vista - Moita Redonda - Fátima	15 389,25 €
EQS, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P128/2018 - Aquisição de serviços de Inspeção de 721 elevadores	12 941,95 €
	Público sem publicação no JOUE alínea b) do artigo 19º do CCP	P129/2018 - Reabilitação do Cine-teatro Municipal de Ourém	
Dimeconsult, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º do CCP	P130/2018 - Elaboração de Projeto de Execução da Requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus (Rotunda Sul ao limite da zona urbana de Fátima)	46 500,00 €
Auto Agrícola Alburitelense, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º do CCP	P131/2018 - Aquisição de Trator	48 000,00 €
Caixa Leasing & Factoring	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º do CCP	P132/2018 - Aquisição de serviços financeiros através de um contrato de leasing para aquisição de um trator	48 402,24 €
Tracomourém, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P133/2018 - Intervenções no Centro Escolar de N.º. S.ª. Das Misericórdias - Vilar dos Prazeres	8 430,50 €

Relatório de Gestão -- Ano económico de 2018

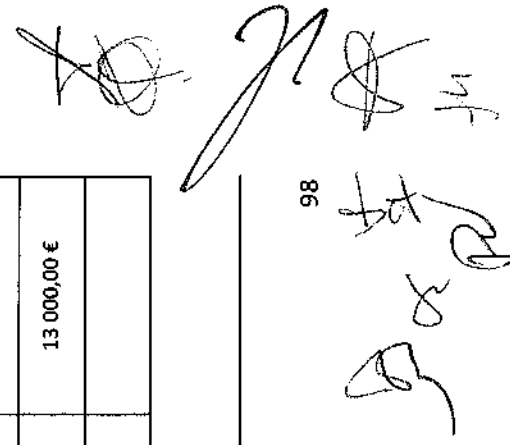


Deseplan, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P134/2018 - Execução de Levantamento Topográfico na Zona Industrial de Casal dos Frades	12 700,00 €
SL Paisagistas, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P135/2018 - Elaboração de Projeto de Arquitetura Paisagista - Cidade de Ourém	19 749,00 €
Rubramac	alínea c) do artigo 19.º do CCP	P136/2018 - Beneficiários na Escola EB 2,3 de Freixianda	55 995,75 €
MEO, S.A	Concurso Público - n.º 1 alínea b) art.º 20º do CCP	P137/2018 - Reestruturação e upgrade do Data Center atual e da Rede Municipal de Banda Larga associada	183 953,70 €
Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P138/2018 - Substituição dos Vidros Partidos no Centro Escolar do Olival	1 530,80 €
RANDSTAD Recursos Humanos - Empresa de Trabalho Temporário, S.A.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P140/2018 - Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de 1 Recurso Humano para o Posto de Turismo de Fátima	10 418,91 €
RANDSTAD Recursos Humanos - Empresa de Trabalho Temporário, S.A.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º do CCP	P141/2018 - Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de 15 Recursos Humanos para os Agrupamentos de Escolas do Concelho e Clubes Aprender e Brincar	57 027,60 €
Gicelca, Lda.	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P142/2018 - Obras de beneficiação na EB 2,3 IV Conde de Ourém	28 930,00 €
Polidiagnóstico, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º do CCP	P144/2018 - Prestação de serviços de medicina no trabalho para os anos de 2018	38 920,00 €
Universidade Aveiro	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º do CCP	"P147/2018 - PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo / fase 1 - Revisão da Carta Educativa e elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal"	53 500,00 €
Construções J.J.R. & Filhos, S.A.	alínea c) do artigo 19.º do CCP	P148/2018 - Reabilitação viária do concelho de Ourém - Freguesias de Urqueira e N.º Sr.ª das Misericórdias	111.157,75
Equitejo, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P149/2018 - Prestação de serviços de impressão e aluguer de equipamentos	10 729,35 €
Gicelca, Lda.	Consulta prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P150/2018 - Requalificação da EB1 de Rio de Couros	56 020,44 €

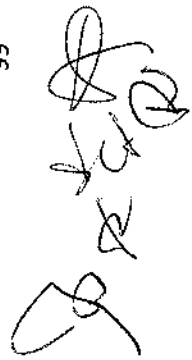
Seara Brígide Carvalho Rei	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P151/2018 - Contratação de Serviços de Arqueologia em regime de avença, pelo período de 18 meses	19 980,00 €
Topgim - Material Desportivo e Lazer, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P154/2018 - Aquisição de material para expressões Físico - Motoras	7 675,06 €
Time4it, Un. Lda.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º do CCP	P155/2018 - Aquisição em lotes, de equipamento informático para os serviços do município (computadores, monitores, teclados, ratos e colunas) e aquisição de computadores e impressoras para os estabelecimentos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo	49 305,00 €
	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P158/2018 - Execução de 6 ramais de esgotos domésticos e 1 ramal de águas pluviais no concelho de Ourém	
Civibérica S.A.	Público sem publicação no JOUE alínea b) do artigo 19º do CCP	P159/2018 - Reabilitação da rede viária do concelho - Rua dos Valados / Rua dos Depósitos (troço) - Freguesia de Caxarias	84 400,00 €
MEO	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P160/2018 - Aquisição de serviços móveis de comunicações para os serviços do município	9 060,00 €
Desentope & Protege	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P161/2018 - Contratação de Serviços de Desobstrução e Limpeza das Infraestruturas das Redes de Esgotos Domésticos e Pluviais no Concelho de Ourém	29 480,00 €
Desafate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P162/2018 - Reparação de Coletor de Esgotos Domésticos na Rotunda do Ribeirinho - Ourém	29 225,92 €
CMR, Lda	Consulta prévia - alínea c) do 19.º do CCP	P163/2018 - Estrutura de contenção na EM 561 - Atouguia, Ourém	32 400,90 €
	Público sem publicação no JOUE alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do CCP	P164/2018 - Aquisição de uma retroscavadora	
Telfor, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P165/2018 - Aluguer de duas tendas de suporte à pista de gelo e espetáculos da Festa de Natal 2018	12 130,00 €
	Público sem publicação no JOUE alínea b) do n.º 1 do artigo 19º do CCP	P166/2018 - Aquisição de serviços financeiros através de um contrato de leasing para aquisição de uma retroscavadora	

Lotevias, Construções, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P168/2018 - Beneficiação de arruamento entre a Rua Capitão Salgueiro Maia e a Rua das Passadeiras - Ourém - Freguesia de N.ª. S.ª. da Piedade	5 055,10 €
Best Emotions, Lda	Ajuste Direto - ponto i) alínea e) n.º 1 do 24.º do CCP	P169/2018 - Espetáculos a desenvolver nas Cidades de Ourém e Fátima, no período compreendido entre 6 de dezembro 2018 e 6 de janeiro de 2019	24 500,00 €
Best Emotions, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P170/2018 - Aquisição de Serviços para a iluminação de Natal, nas cidades de Ourém e Fátima	37 500,00 €
Filipe Saraiva, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P171/2018 - Elaboração de projeto de Arquitetura para a requalificação do Espaço Público do núcleo Central (Jardim Plessis Trévis)	18 300,00 €
Parques e Jardins - projetos e Construções Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P172/2018 - Aquisição de Serviços para Limpeza dos Corredores dos Emissários de Ourém	39 999,99 €
Hidrovia, S.A.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P173/2018 - Aquisição de serviços para ampliação/remodelação de projetos de execução das redes de esgotos no concelho de Ourém	74 415,00 €
Vista Exterior, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P174/2018 - Implantação de coletor Público e ramais de águas Residuais Domésticas - Rua Carvalho Araújo em Ourém; Travessa Adelino Casaleiro em Fátima e Estrada de Alvega em Casal Novo	3 667,86 €
Pavidreno, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P175/2018 - Implantação de 5 ramais de Esgotos Domésticos - Fontainhas de Seixa, S. Sebastião, Caxarias, Formigais e Vilar dos Prazeres	4 500,00 €
Tracomourém, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P177/2018 - Manutenção de Jardins e Espaços Verdes dos Centros Escolares	8 625,00 €
M. Lopes Amaro, Lda (Diogo Amaro)	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P179/2018 - Prestação de serviços de responsabilidade Técnica pela Exploração de Instalações Elétricas Municipais	6 580,00 €
Fluxoterm, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P181/2018 - Aquisição de Serviços de Manutenção do Equipamento AVAC em vários Edifícios Municipais, durante 12 meses	34 552,50 €

Soltráfego S.A.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P182/2018 - Aquisição de 5 parómetros e respetiva sinalização a instalar na Av. D. Nuno Alvares Pereira	26 775,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P183/2018 - Sistemas de Drenagem de Águas Residuais - Implantação de 5 ramais de esgotos domésticos nas redes do Concelho - Ourém	4 000,00 €
EDP Comercial, S.A.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P184/2018 - Fornecimento de Gás natural	16 873,42 €
Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda	Consulta prévia - alínea c) do 19.º do CCP	P185/2018 - Trabalhos de adaptação e instalação de equipamentos no Data Center do estaleiro Municipal	34 690,00 €
Civibérica S.A.	alínea c) do artigo 19.º do CCP	P186/2018 - Requalificação da Rede Viária Municipal - EM 606, Troço Sandoeira-Marta e Rua dos Canteiros - União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	83 200,00 €
REPSOL	Publico sem publicação no JOUE aliena b) do n.º 1 do artigo 20º do CCP	P187/2018 - Fornecimento com transporte de Gasóleo Rodoviário para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais, durante o ano 2019 e até ao limite de 150,000,00€	
Rodoviária do Lis, Lda.	Publico sem publicação no JOUE aliena b) do n.º 1 do artigo 20º do CCP	"P188/2018 - Aluguer de autocarros para deslocações no âmbito do apoio ao associativismo, às atividades desenvolvidas pelos agrupamentos de escolas do concelho e serviços do Município para o ano de 2019"	44 630,00 €
	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P189/2018 - Fornecimento com Transporte de Gasóleo de Aquecimento, para garantir o aquecimento dos estabelecimentos de ensino na área do Município até 31 de dezembro de 2019 e até ao limite de 40,000,00€	
	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P191/2018 - Aquisição de inertes, para reposição de stock. - Ano 2019	
Gicelca, Lda.	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P192/2018 - Centro Escolar da Freixianda - Substituição de vidros partidos	4 868,00 €
Suse Cláudia Carreira Lopes	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P193/2018 - Contratação de Prestação de Serviços para Dinamização Desportiva e Nadador Salvador	13 000,00 €
	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P194/2018 - Contratação de Prestação de Serviços para Requalificação da Rotunda de Eira da Pedra e Rotunda de Minde em Fátima	



	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P196/2018 - Fornecimento contínuo e transporte de diversos tipos de calçada, para reposição de stock de armazém, durante o ano de 2019	
CMR, Lda	alínea c) do artigo 19.º do CCP	P197/2018 - Deslizamento de terras em Espite - Regularização - 2.ª Fase 198/2018	44 645,50 €
	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P199/2018 - Fornecimento contínuo de betão pronto para reposição de stock, durante o ano de 2019	
	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P200/2018 - Fornecimento contínuo e transporte de materiais de construção, para reposição de stock de armazém, até 31/12/2019	
CMR, Lda	Ajuste Direto - alínea c) n.º 1 do 24.º do CCP	P201/2018 - Deslizamento de terras em Espite - Regularização 1ª fase - preparação da plataforma e remoção de terra soltas	9 429,99 €
Noélia Marques Espírito Santo, Unipessoal, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P202/2018 - Aquisição de 2 eletrobombas para a estação elevatória da rua da Fonte da Caldeira - Fátima	8 281,22 €
Flexitemp, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P203/2018 - Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de 14 Recursos Humanos para os Agrupamentos de Escolas do Concelho	19 962,60 €
	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P204/2018 - Fornecimento de Diversos tipos de Betuminosos para aplicar na área do concelho de Ourém - 2019	
Fluidra, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P206/2018 - Fornecimento de Produtos Químicos para o tratamento bacteriológico da água das Piscinas de Ourém e Caxarias	



2.3.2 – DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E INFORMÁTICA

A Divisão de Recursos Humanos e Informática foi criada por deliberação da Câmara de 30 de abril de 2018 e tem como principal missão, garantir a eficiente coordenação dos recursos humanos contribuindo para a melhoria dos processos de trabalho e qualificação da organização. Garantir o funcionamento e o planeamento integrado de todos os sistemas informáticos e plataformas digitais da organização, salvaguardando a proteção de dados.

2.3.2.1 – Setor de Informática

A gestão da atividade do Serviço de Informática (SI) é feita com recurso a uma aplicação informática que regista os pedidos de apoio/resolução de avarias, designados por “tickets”, o qual está assente numa plataforma à qual atribuímos a designação de “Suporte”.

Os dados de atividade registados são os seguintes:

Descrição do Itens	Quantidade
Tickets registados	3418
Média diária de tickets registados	13.6
Tickets resolvidos	3346
Média diária de tickets resolvidos (base 252 dias)	13.3
% de resolução	98%
Duração média de resolução de cada ticket ⁽¹⁾	122 minutos

Fonte: Sistema de gestão de Tickets

⁽¹⁾ – Corresponde a uma média que resulta da afetação de 4 trabalhadores do SI durante 22 dias por mês durante 11 meses.

RMBL – Rede Municipal de Banda Larga em fibra-ótica

A RMBL é constituída por uma rede de Fibra-ótica, que interliga o Data Center Principal a vários edifícios do Município e de Entidades colaborantes (ex: GNR, Bombeiros, PSP), existindo troços em fibra monomodo e outros em fibra multimodo. A RMBL é criada pela interligação

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large 'C' and several initials.

mencionada, possibilitando a comunicação de dados e voz entre os pontos abrangidos a custo zero para o Município de Ourém.

A rede de fibra tem neste momento uma extensão de cerca de 5,5 Kms, sendo o troço entre o edifício dos serviços municipais e o estaleiro Municipal, o mais extenso, com cerca de 3,5 Kms. Esta ligação, construída há cerca de 10 anos, irá ter um papel crucial na nova arquitetura do sistema informático central, que estamos atualmente a implementar, pois é aí que vai ficar instalado o *Datacenter Disaster Recovery* (DDR), por forma a criar a necessária redundância na nossa *Datacenter* central.

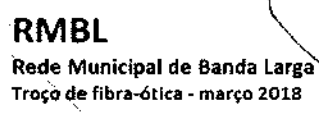
O objetivo futuro será fazer crescer a RMBL, interligando a edifícios em falta e que vão ser alvo de intervenção, tais como o Cine-teatro, Piscinas, Central de Camionagem, e outros.

Pretende-se ainda, chegar ao Castelo, pela importância turística que representa, assim como à Galeria Municipal e à Ucharia do Conde, que aí se encontram.

É também nosso objetivo potenciar as condutas contruídas no âmbito das obras da Avenida Dom Nuno Álvares Pereira, para, no futuro, fazer a interligação com as condutas construídas no âmbito das obras da estrada de Seiça (EN 113-1), de modo a que se consiga chegar ao apeadeiro de Seiça, de forma a fazer a ligação com a fibra ótica da Refer. Esta interligação permitirá ao Município de Ourém negociar com a REFER a compra de "fibra escura", que possibilitará no futuro, chegar a outros locais, tais como Caxarias, Urqueira/Pederneira.

Por outro lado, esta interligação permitiria ao Município o acesso a outros Operadores de Telecomunicações e Internet, pois, ligando à Rede de Caminhos de Ferro, Operadores que apenas se encontram em cidades como Lisboa ou Porto, podem assim fornecer serviços.

Em termos esquemáticos, a RMBL do Município contempla os seguintes edifícios/loais:



Desafios para o ano 2019

O ano de 2019 será de grandes desafios no que diz respeito aos sistemas de informação e à forma de funcionamento, em termos administrativos, dos serviços municipais.

No que diz respeito ao nosso sistema informático central, estão em curso dois projetos, já adjudicados, um para a modernização do nosso centro de dados, onde esta previsto um investimento a rondar os 200 mil euros e outro para a instalação do centro dados de recuperação (DDR) a instalar no Estaleiro, onde serão investidos cerca de 50 mil euros.

Estes dois investimentos irão melhorar, de forma muito significativa o desempenho e a capacidade de armazenamento que temos atualmente, estimando-se que o desempenho do nosso sistema informático central fique com uma capacidade de resposta cerca de 20 vezes superior à que temos atualmente.

Estes investimentos ao nível do processamento de dados, armazenamento de informação (*storage*) e de segurança de dados são cruciais para criar as condições para implementar um outro projeto iniciado em novembro deste ano, que visa a desmaterialização de processo, a simplificação administrativa e a criação de canais de interação bidirecional entre os cidadãos/municípios e a autarquia com recurso à internet.

Este projeto está a ser implementado com recurso a uma assessoria externa e envolve um investimento a rondar os 50 mil euros, prevendo-se que até final do primeiro semestre de 2019 seja posto em produção o novo modelo de organização administrativa desmaterializada.

Está também em curso um processo de adjudicação de software, com um montante de investimento a rondar os 90 mil euros para aquisição de duas aplicações informáticas indispensáveis para concretizar, quer a desmaterialização, quer a disponibilização de serviços on-line.

A conjugação destes projetos visa criar uma sólida transição para tramitação desmaterializada dos processos administrativos na autarquia, com a inevitável mudança, gradual, do documento em papel para o ficheiro e permitir a interação, em tempo real, dos municípios com os serviços da autarquia.

Ao nível da gestão dos recursos humanos também estão em curso algumas melhorias de funcionamento, com destaque para a gestão e controlo de assiduidade, estando já adjudicada a

aquisição de um novo sistema, num investimento a rondar os 20 mil euros, que irá melhorar, substancialmente, o controlo e gestão da assiduidade, com a automatização de inúmeras tarefas que atualmente consomem imensos recursos, sem isso se traduza em valor acrescentado para a sua gestão, tarefas essas que têm aumentado significativamente com a internalização dos 138 trabalhadores da Ourémviva.

Sintetizando, os investimentos previstos e já em curso são os seguintes:

Descrição do projeto	Montante (€)
Modernização do centro de dados	200.000
Criação do centro de dados de recuperação	50.000
Prestação de serviços para desmaterialização de processos	50.000
Software aplicacional	90.000
Sistema de controlo e gestão de assiduidade	20.000
Total:	410.000

2.3.2.2 – Secção de Recursos Humanos

O foco da SRH é a gestão dos recursos humanos do Município na vertente relacionada com os vencimentos, carreira e os aspetos legais relacionados com a situação jurídico-funcional de cada colaborador com o Município.

A caracterização detalhada do universo dos trabalhadores do Município é feita no Balanço Social, que é tratado em documento próprio, que fará também parte do relatório de gestão.

A maioria dos pedidos registados na SRH relacionados com os trabalhadores e autarcas que recebem abonos do Município é registada na plataforma Mynet, a qual recolhe os pedidos e os encaminha para a aplicação de back-office para registo e acompanhamento.

Os dados de atividade são os seguintes:

Descrição do projeto	Quantidade
Requerimentos registados	4878
Média diária de registos (base 252 dias)	19,4
Requerimentos tratados	4763
Média diária de tratamentos (base 252 dias)	18.9
Tx de resolução	98%

Além da plataforma Mynet, há toda a atividade administrativa da responsabilidade da Secção que é tratada na aplicação de gestão documental.

Os dados de atividade são os seguintes:

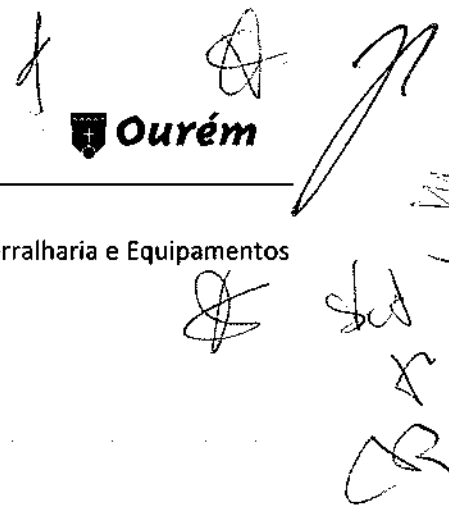
Descrição do projeto	Quantidade
Documentos registados ou analisados	912
Média diária de documentos registados ou analisados (base 252 dias)	3.6

Fonte: Sistema de Gestão Documental (aplicação do ERP)

De registar ainda o trabalho de tratamento documental dos documentos rececionados nas secretarias dos Agrupamentos de Escolas e que depois são tratados pela secção, quer em termos de cadastro individual, quer em termos de processamento de vencimentos, referentes aos 207 trabalhadores que desempenham funções nas escolas.

2.3.3 – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

A Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos compreende, o **Setor de Apoio Administrativo**, o **Setor de Fiscalização de Empreitadas**, o **Setor de Manutenção de Espaços Públicos e Estaleiro**, este último contempla a seguinte estrutura: Estacionamento e Receção,



Administração Direta, Jardins, Parques e Espaços Verdes, Oficina e Serralharia e Equipamentos Municipais.

2.3.3.1 – Setor de Fiscalização e Empreitadas

Fiscalização de empreitadas promovidas pelo Município

- P011/2017 - Reabilitação do Castelo e Paços dos Condes de Ourém;
- P013/2017 - Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes para espaços museológicos - Elaboração de projeto de execução;
- P014/2017 - Reabilitação do Cine-Teatro Municipal de Ourém - Elaboração do projeto de execução;
- P026/2017 - Beneficiação e Ampliação do Complexo Escolar da Carvoeira - Caxarias;
- P035/2017 - Requalificação da EM 357, estrada de Leiria - Troço entre a rotunda norte (Fátima) e o limite do concelho - Elaboração de projeto de execução;
- P044/2017 - Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira – Elaboração de Estudo Prévio, Projeto de Execução e Assistência Técnica;
- P045/2017 - PEDU - Reabilitação do Espaço Público da Vila Medieval - Programa Base e Projetos;
- P049/2017 - Reabilitação da antiga azenha para centro de interpretação e de apoio ao parque - Elaboração do projeto de execução;
- P120/2017 - Elaboração de projeto para o Auditório do Conservatório de Música de Fátima;
- P144 P065/2018 - Projeto de Arquitetura e Especialidades para Requalificação Urbana das Ruas Dr. Neves Eliseu e Francisco Sá Carneiro - Ourém/2017 - Requalificação Urbana – Alburitel;
- P110/2018 - Mobilidade Pedonal e Viária no Centro de Fátima - Reforço de Condições de Segurança;
- P122/2018 - Manutenção de jardins e espaços verdes das uniões de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais e Rio de Couros e Casal dos Bernardos;
- P135/2018 - Elaboração de Projeto de Arquitetura Paisagista - Cidade de Ourém;

- P177/2018 - Manutenção de Jardins e Espaços Verdes dos Centros Escolares;
- P186/2018 - Requalificação da Rede Viária Municipal - EM 606, Troço Sandoeira-Marta e Rua dos Canteiros - União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos;

Fiscalização de empreitadas promovidas por outras entidades – (Be Water, Tagusgás, PT, EDP)

- Acompanhamento de empreitadas da BeWater;

2.3.3.2 – Serviço de Manutenção de Espaços Públicos e Estaleiro

Ao Sector de Obras por Administração Direta, compete:

- Pavimentação de estradas e caminhos;
- Reparação de pavimentos betuminosos;
- Preparar espaços e vias para pavimentações ou asfaltamentos; abertura e alargamento de vias de trânsito;
- Construção de aquedutos;
- Construção de valetas em cimento;
- Levantamento de tampas da rede saneamento;
- Colocação de sinalização vertical;
- Transporte de materiais para obras de ad;
- Transporte de resíduos das valetas;
- Transporte de terras nos alargamentos e construção de caminhos;
- Demolições de construções ilegais; limpeza de áreas florestais;
- Construção de muros;
- Construção de redes esgotos e águas pluviais;
- Montagem de grades, portões; obras diversas de carpintaria; transporte de mobiliário; montagem de diversos equipamentos (câmaras de votos, placards, módulos para festas, palcos e de placas de identificação);
- Obras diversas de pintura; colocação de vidros;
- Marcação e pintura de sinalização horizontal e demais marcações (pintura de parques, marcação de n.º polícia, etc.);
- Obras diversas de eletricidade; obras diversas de canalizadores;

- Obras de calcetamentos de passeios, de bermas, de praças e de espaços públicos; limpezas de vegetação e valetas nas estradas e caminhos municipais.

2.3.4 – DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A atividade desenvolvida na DOT, tem como finalidade, o licenciamento/autorização de operações urbanísticas (setor técnico), planeamento do território e sistemas de informação geográfica.

Competências e/ou áreas de atividade

As competências da DOT, foram aprovadas em reunião de câmara de 30 de abril de 2018 e publicadas em Diário da República em junho de 2018, conforme o seguinte:

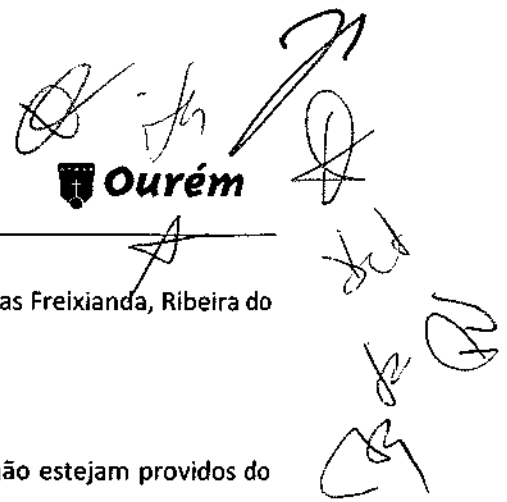
- 1 - Ordenamento e Planeamento do Território
- 2 - Planeamento e Reabilitação Urbana
- 3 - Cidades Inteligentes
- 4 - Licenciamento de operações urbanísticas
- 5 - Vistorias
- 6 - Sistemas de informação geográfica e cartografia
- 7 – Toponímia

Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica

Procedeu-se à Revisão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Ourém.

Números de polícia:

- Atribuição de novos números de polícia mediante requerimento (análise e informação);
- Georreferenciação e atualização de números de polícia;
- Trabalho no exterior de recolha/confirmação de números de polícia, localizações apresentadas nos requerimentos, topónimos e outra informação associada. Uma vez que se verificou um aumento de pedido de atribuição de número de polícia, para moradias/prédios que não decorriam de novas construções, principalmente das



Ourém

freguesias de N.ª Sr.ª das Misericórdias e da União de Freguesias Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, propôs-se o início de um projeto “piloto”.

Esse projeto “piloto” consta em:

- Atribuir número de polícia aos prédios existentes que ainda não estejam providos do mesmo;
- Efetuar o levantamento de todos os números de polícia existentes nos locais e que ainda não estão inseridos no SIG;
- Fazer o levantamento do estado das placas toponímicas.

Em terreno quando é atribuído número de polícia é deixado na caixa de correio ou entregue em mão aos munícipes dois documentos:

uma comunicação

Informa o número atribuído

um formulário

Caso pretendem comprovativo da atribuição de Número de Polícia, preenchem e enviem para os serviços camarários ou para a junta de freguesia da sua residência.

Toponímia:

- Georreferenciação e atualização de topónimos;
- Georreferenciação e atualização de placas toponímicas de rua;
- Informação técnica sobre topónimos (histórico, viabilidade de atribuição).

Projeto Cartografia e Cadastro

Relativamente à cartografia topográfica, de base, utilizada pelo gabinete de SIG, foram realizadas diversas análises e atualizados alguns dos temas que a integram, nomeadamente:

Rede Viária

- Informação técnica sobre topónimos (histórico)/classificação;
- Natureza pública ou privada de uma via;
- Atualização.

Edificado:

- Atualização

Seleção e extração de temas da cartografia à escala 1:10 000 (homologada pela DGT em 23/12/2015) para disponibilização a entidades externas.

Seleção e extração de temas da cartografia à escala 1:2 000 (homologada pela DGT em 30/06/2016) para disponibilização a entidades externas.

Cartografia temática

- Elaboração de diversos layouts para plantas diversas, nos formatos A0, A1, A2, A3, A4, A5, orientações – vertical e horizontal;
- Integração em SIG e compatibilização de folhas da carta geológica, de uma parte da região leste do Município de Ourém, abrangida na Carta 27B-Tomar, de 2017 e ainda de uma área da Folha 27A-Vila Nova de Ourém, ambas no limite com o Município de Tomar.

Setor de Planeamento do Território

Planos

Revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém (PDMO) – Fase de concertação

- Adequação da proposta de revisão do PDMO aos pareceres recebidos;
- Análise do parecer do ICNF e do Turismo de Portugal;
- Alteração dos pedidos de exclusão de Reserva Ecológica Nacional no âmbito da concertação com a CCDR-LVT;
- Elaboração de novos pedidos de exclusão de Reserva Ecológica Nacional e respetiva memória descritiva e justificativa;
- Elaboração da resposta ao pedido de informação adicional requerido pela DRAP-LVT, referente a 48 pedidos de exclusão de Reserva Agrícola Nacional;
- Reformulação dos pedidos de exclusão de Reserva Agrícola Nacional com parecer desfavorável e reenvio à DRAP-LVT;
- Mapa de Ruído, contratou-se empresa exterior “Schiu”;
- Concluir a Avaliação Ambiental estratégica com a empresa Júlio de Jesus Consultores.

Atendimento telefónico/presencial efetuados pelos colaboradores da DOT no âmbito da:

- Utilização do *WebSIG* (plantas de localização)
- Da atribuição de números de polícia
- Problemas com moradas/códigos postais
- Atendimento com os promotores das operações urbanísticas, para esclarecimentos;
- Utilização do portal geográfico designadamente *WebSIG* e plantas implantação;
- Estruturação de ficheiros para submissão de processos de licenciamento on-line;

Alterações no modo de Funcionamento:

- Frequentes visitas ao terreno, melhorando tempo de análise processual;
- Elucidar os técnicos antes de instruir procedimentos de controlo prévio de modo a agilizar os mesmos;
- Aperfeiçoamento da aplicação afeta ao Serviço de Gestão Urbanística (SPO);
- Elaboração de mapa dos processos em Avisos;
- Satisfação do munícipe;
- Redução de prazos para emissão de alvarás de obras e de utilização;

Os quadros seguintes caracterizam as ações desenvolvidas na DOT, designadamente, Licenciamentos, Comunicações Prévias, Alvarás de Utilização.

Quadro - Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DOT – 2018

Requerimentos por tipo de pedido (totais)		2018	2017
501	Pedido de Destaque	24	12
503	Ocupação da Via Pública	28	32
504	Pedido de Informação Prévia - Loteamentos	3	3
506	Pedido de Informação Prévia - Edificação	22	13
508	Pedido de Autorização de Utilização	167	204
512	Pedido de Lic. Operações Loteamento (alteração)	5	11

513	Pedido de Licenciamento	272	288
515	Projetos de Especialidade	202	194
528	Pedido de Licenciamento Instalação Combustíveis	6	6
533	Pedido de Substituição	62	72
535	Anexação de Elementos ao Projeto	589	569
538	Prorrogação Alvará/Comunicação Prévia	50	49
543	Pedido de Vistoria - Combustíveis	1	1
549	Pedido de Emissão de Alvará de Utilização	172	189
558	Pedido de área de Parcela Edificável	3	3
560	Obras de Urbanização	1	0
561	Comunicação Prévia - Obras	8	13
568	Pedido de Emissão de Alvará	262	220
574	Pedidos. Vários - Licenciamento Industrial	1	2
582	Pedido de Autorização Localização - Pedreiras	0	1
583	Pedido de Licenciamento de Pedreiras	0	3
588	Pedido de arquivamento de processo	7	9
589	Declaração de Início de Trabalhos	0	0
590	Pedido de Licenciamento (interessado)	5	5
700	Pareceres Entidades	46	6
701	Ficha Técnica de Habitação	18	20
705	Averbamento - Entidade Exploradora	2	1
706	Pedido Certidão Propriedade Horizontal	2	6
709	Informação Técnica	0	2
711	Pedido de Emissão de Licenciamento Exploração	0	2
713	Declaração de Impacto Ambiental	0	5
716	Pedido Autorização Instalação - Indústrias	0	1
717	Pedido de Autorização de Empreendimentos Turísticos	0	1
718	Exposição	285	290

720	Pedido de Escavação e Contenção Periférica	1	0
721	Alojamento Local - MCP de Abertura	90	95
724	MCP de Encerramento de Estabelecimento	3	1
TOTAL		2337	2329

Quadro - Alvarás emitidos (por tipo)

Alvarás Emitidos (por tipo)		2018	2017
	Averbamento de Combustíveis à Licença de Utilização	1	7
	Certidão de Destaque - DL 136/2014	16	13
	Demolição	11	9
	Especial Acabamentos - Art.º 88.º	3	5
	Loteamento Sem Obras de Urbanização	4	2
	Trabalhos de Remodelação de Terrenos	1	0
	Obras	226	179
	Ocupação da Via Pública	14	13
	Utilização	154	166
	Alteração de Utilização	24	17
	Utilização - Versão B	0	1
TOTAL		454	412

Requerimentos - SGD/2018

Requerimentos - SGD		2018	2017
	Entradas de SGD (não transitadas para o SPO) - Pareceres da ANPC, Informações de Tribunal, Documentos APA, Exposições, Vistorias, Certidões e Licenciamentos Zero (Mera Comunicação Prévia - DL n.º 10/2015)	309	338
TOTAL		309	338

2.3.5 – DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE (janeiro – outubro 2018)

- Preparação, divulgação e avaliação de processos efetuados no âmbito das candidaturas a apoio financeiro - Programa A, ao associativismo cultural, desportivo e recreativo.
- Revisão do regulamento de apoio ao Associativismo e submissão de proposta ao Executivo;
- Condução de pedidos de cedência de transporte de âmbito desportivo e cultural, ao abrigo do apoio municipal de cedência de transporte às coletividades;
- Elaboração de propostas de protocolos/contratos-programa de apoio às coletividades e de outras medidas de apoio excecional, ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Associativismo;
- Emissão de pareceres técnicos de âmbito cultural e desportivo;
- Alteração das *Normas Específicas de Cedência de Transporte a Associações Culturais e Desportivas do Município de Ourém*;
- Realização do programa Passo a Passo, em conjunto com Juntas de Freguesia e Coletividades: "Trilho do Cabeço do Roll"- 29 de abril - ACROM- Associação Cultural e Recreativa de Outeiro das Matas; "Por caminhos de Gonçalo Hermingues"- 27 de maio: CNE Agrupamento 1078 - Caxarias; "Trilhos do Nabão e seus Afluentes"- 10 de junho: Associação Cultural e Recreativa Vale do Nabão; "Caminhada Noturna à Ortiga" (noturna)- 30 de junho (sábado)- Montamora Sport Club; "Caminhada Noturna à Ortiga" - 30 de junho- Montamora Sport Club; "Vespas em Ação" - 8 de julho - Associação de Vespitas da Sandoeira e Rio de Couros; "Ao Encontro do Pôr do Sol" - 14 de julho- Cultural e Recreativa de Alburitel; "Há festa na Aldeia" - 21 de julho - Junta de Freguesia de Urqueira; "Vamos às Uvas" - 23 de setembro - Clube Desportivo de Espite; "Caminhada do Cabeço" - 30 de setembro- Centro Cultural e Recreativo do Olival.
- Apoio técnico e logístico a vários pedidos para a realização de ações/projetos desportivos. Exemplos em destaque: Preparação e execução da Corrida e Caminhada pela Paz (dia 7 de abril), numa organização do Grupo de Atletismo de Fátima, em parceria com o Município de Ourém; Campeonato de Duetlo de Fátima; Maratona de BTT.

- Atividades levadas a cabo no **Balcão Ponto Já** (na Biblioteca Municipal de Ourém):

- Atendimento ao público no âmbito da área do Desporto e Juventude;
- Divulgação dos programas a decorrer e previstos a médio prazo do IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, junto dos públicos-alvo e apoio na realização de candidaturas aos mesmos no Balcão Ponto Já;

Organização de sessões dirigidas aos jovens. Destaque: (no dia 20 de fevereiro) projeto “Tu na Europa”, destinada a jovens dos 16 aos 30 anos.

Estádio Papa Francisco (janeiro – junho)

- Gestão das instalações (meios materiais, recursos humanos, horários dos funcionários, materiais de limpeza, materiais necessários para garantir o corte da relva a marcação do campo); agendamento de outros pedidos de utilização;
- Agendamento de treinos e jogos semanais do Centro Desportivo de Fátima;
- Agendamento de treinos semanais do Grupo de Atletismo de Fátima e do Fátima Escola de Triatlo;
- Campeonato Regional de Lançamentos Longos - Estádio Municipal de Fátima numa organização entre a Associação de Atletismo de Santarém, Município de Ourém e Grupo de Atletismo de Fátima.

INTERVENÇÃO CULTURAL E CIDADANIA

- Acompanhamento técnico, em conjunto com outros serviços municipais, do projeto de reabilitação do Cineteatro Municipal nas diversas fases de prestação de informação no âmbito da candidatura PEDU.
- Preenchimento de inquéritos do INE em várias áreas. Destaque: “Espetáculos ao vivo”, “exposições”, atividade cultural e desportiva.

Centro de Negócios /Centro de Exposições (março – outubro)

- Dinamização e monitorização das instalações (meios materiais, horários, manutenção das instalações);

- Atividade regular: Acolhimento de sessões de formação/esclarecimento ministradas pela Nersant,

Instituto de Emprego e Formação Profissional de Tomar; Agendamento e gestão de pedidos de utilização das salas de formação;

- Elaboração de Normas de Utilização e Funcionamento do Centro de Negócios;

- Acolhimento de iniciativas promovidas por escolas, associações, IPSSS e outras instituições.

Cineteatro Municipal (junho – dezembro)

Iniciativas acolhidas:

30 Junho – Musical da Ourearte, 3 julho – Workshop Dança pela coletividade AMBO, 7 julho – Espetáculo pela coletividade Cisnes e Poetas, 8 Julho – Espetáculo pela coletividade Cisnes e Poetas, 10 julho - Workshop pela coletividade AMBO, 13 julho – Espetáculo / Concerto pela coletividade OUREARTE, 17 julho – Workshop dança pela coletividade AMBO, 27 julho – Espetáculo pelo CRIO, 6 setembro – Abertura oficial do ano letivo, 7 setembro – Abertura oficial do ano letivo; 28 de setembro: entrega de diplomas de mérito da Escola Básica e Secundária de Ourém; 01 de outubro: comemorações do Dia do Idoso, 07 de outubro: XXIX Festival de Bandas Cívicas, 03 de novembro: 'Compasso – Bandas em Concerto' pela Orquestra de Sopros da Academia de Música Banda de Ourém e da Sociedade Filarmónica Velha Riachense, 09 de novembro: Teatro escolar da Escola Secundária e Básica de Ourém, 24 de novembro: 'Novos Maestros, Jovens Interpretes' pelo Grupo de Música Contemporânea de Lisboa, e pela OUREARTE, 27 de novembro: 'Auto da Barca do Inferno' e 'A Farsa de Inês Pereira', pela Companhia de Teatro Arama, 02 de dezembro: espetáculo 'Tarde da Diferença', promovido pelo Grupo da Diferença, 12 de dezembro: espetáculo de Natal da Escola Básica e Secundária de Ourém, 14 de dezembro: espetáculo de Natal do Centro Social e Paroquial da Atouguia; 29 de dezembro Concerto Natal AMBO.

Galeria dos Paços/Auditório Cultural Paços do Concelho – Exposições e outras ações culturais

- Exposição de fotografia "Momentos" por António Cotrim, 06 a 27 de janeiro de 2018;
- C17 - Exposição Coletiva de Fotografia, de 03 a 25 de fevereiro de 2018;

- Exposição de trabalhos manuais "Pontos que a arte tece" pela Associação Artista e Artesãos Ourenses, 05 a 15 de março de 2018;
- VIII Exposição de modelismo pelo Clube de Modelismo da Região de Leiria, de 17 a 24 de março 2018;
- Exposição de Fotografia "Vigília fotográfica" por Diónis - Grupo de teatro;
- Exposição - "A ternura dos 70" - Exposição de Pintura a Óleo e de Escultura em Pedra, por António Baptista dos Santos e João Baptista dos Santos. 08 de julho a 13 de agosto. Inauguração no dia 08 de julho;
- Exposição de Pintura "Spy on Us" por Almerinda Pereira. Inauguração dia 15 de setembro.

EVENTOS

CENOURÉM 2018 | XX FESTIVAL DE TEATRO AMADOR

Cerimónia de abertura "Cenourém 20 Anos: Retrospectiva e Perspetivas", dia 9 de março - inauguração da exposição e lançamento do catálogo.

Espectáculos:

- 16 de março - Seicinha Teatro, pelo Grupo Desportivo e Cultural de Seica com as peças "O Soldado Raso" e "Três dedos de conversa";
- 22 e 23 de março - Clube de Cultura e Artes, da Biblioteca Escolar da Escola Secundária de Ourém com a peça "A igreja bem-assombrada";
- 05 e 06 de abril - OS PÉPÉTOS, pelo Grupo Desportivo Sobralense, com a peça "Os maridos da ex - viúva";
- 13 de abril - MOVIMENTO P'RO PALCO, da Associação dos Andrés, com a peça "Doutor cura tudo!";
- 20 de abril - DIÓNIS - Teatro de Grupo, CRL com a peça "Mãe! Estás aí?";
- 26 e 27 de abril - EB2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias, com a peça "Noiva, precisa-se!";
- 04 de maio - Grupo de Teatro APOLLO, do Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas, com a peça "Queres ser Ministro!";
- 11 de maio - Grupo de Teatro da Associação Sénior de Ourém, com a peça "Dois atos para uma peça só";

Handwritten notes:
Nº
Set
D
B

- 17 e 18 de maio – Grupo de Teatro ‘SEM NOME’ da EB2, 3 D. Afonso, IV Conde de Ourém, com a peça “Pateta(s) no Paraíso.



- Semana Santa na Vila Medieval

A programação decorreu de 25 de março a 30 de março. A par do serviço educativo promovido pelo Museu Municipal, destaca-se: 30 de março: Via Sacra ao vivo e Procissão do Senhor Morto; mostra gastronómica de Ourém na Semana Santa.



- FeirOurém

De 15 a 20 de junho, com a participação de outros serviços municipais. Algumas ações em destaque:

- agenciamento e acompanhamento de concertos e demais atuações/espetáculos (Xutos e Pontapés, Carolina Deslandes, Fernando Daniel; Função Publika); expositores de representação das atividades económicas e da vida rural; atividades de gastronomia (bares e tasquinhas); atividades de diversão.



Artéria – Programação Cultural em Rede, operação n.º CENTRO 2020–07_2014_FEDER_000022.

- 15 de julho, espetáculo de teatro de rua, SOFIA, MEU AMOR! pelo Trincheira Teatro, na Vila Medieval de Ourém, com a presença de 160 pessoas;
- Acompanhamento na produção local da criação artística do Município de Ourém, VAGAR, pela Marina Nabais Dança – Associação Cultural. Dias 03, 04 e 05 de agosto estreia do espetáculo VAGAR, no Castelo de Ourém, com a presença de 290 pessoas;
- 07 de setembro, acolhimento e acompanhamento na produção local, da itinerância da criação artística do Município da Figueira da Foz, SAAL, pela coreógrafa Filipa Francisco;
- 08 de setembro, espetáculo de dança/teatro SAAL, na Praça do Município e no Auditório Cultural dos Paços do Concelho, com a presença de 75 pessoas.



Caminhos – Programação Cultural em rede | CIMT - CAMINHOS DA PEDRA

Candidatura “MÉDIO TEJO – PROJETO CAMINHOS”, ao aviso de concurso n.º CENTRO – 14 – 2016 – 03 – Programação Cultural em Rede, inserido no Programa Operacional Regional do Centro 2014 – 2020.

Atividades em destaque:

- De 18 a 21 de outubro - realização do percurso artístico “DE MAPA NA MÃO, SEM DIREÇÃO” pelo coletivo BURILAR em 4 sessões:

- Dia 18 de outubro, com participação de uma turma do 2.º CEB da EB2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém;
- Dia 19 de outubro, com participação de uma turma do Centro Escolar de Olival;
- Dia 20 de outubro, com a participação de 8 pessoas;
- Dia 21 de outubro, com participação de 45 pessoas;

- Dia 19 de outubro - realização do espetáculo SAVAR A.M. pela Companhia de Teatro ERVA DANINHA, no Mercado de Caxarias, com 150 pessoas na assistência;

- Dia 20 de outubro - realização do espetáculo MARCHA DAS ALMAS, integrado no projeto de comunidade Voz à Solta, na praça Luís Kondor, Fátima, com cerca de 200 pessoas na assistência;

- Dia 21 de outubro - realização do espetáculo de CRISTINA BRANCO, no Cineteatro Municipal de Ourém com presença de 300 pessoas.



BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OURÉM

- Atendimento ao público na Biblioteca - Empréstimo, renovações e devoluções de material livro e não-livro | Gestão da utilização do espaço internet, da zona de periódicos e do espaço multimédia | Inscrição de novos leitores e renovação de cartões de leitores já inscritos;

- Higienização, no âmbito do Tratamento de Conservação Preventiva, de livros, jornais e revistas do acervo da BMO;
- Catalogação no programa Bibliobase de material livro e não-livro incorporados no acervo da BMO;
- Organização e acompanhamento do processo de aquisição de Sistema Integrado de Gestão de Biblioteca “Biblio.Net” e consequente alojamento e migração de dados do atual sistema;
- Acompanhamento do Programa de OTL do IPDJ, com jovem afeta à Biblioteca Municipal entre 21 de setembro de 30 de novembro.
- Operacionalização do processo de integração da Biblioteca Municipal de Ourém na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, com assinatura do respetivo Protocolo de Adesão, no dia 15 de março, com a DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas;
- Organização de Candidatura à Rede de Bibliotecas Associadas à Comissão Nacional da UNESCO, com projeto de promoção do diálogo cultural com a Biblioteca da Universidade de Timor;
- Gestão dos stocks dos livros editados pela (ou com o apoio da) Câmara Municipal, com inclusão dos exemplares que estavam nas instalações da antiga OurémViva, EM;
- Implementação com base no resultado (aprovado) da Candidatura PEDIME (fase 1) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, nas medidas:
 - M2.44 – Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Fundos Documentais;
 - M2.45 – Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Programa de Espetáculos de Teatro;
 - M2.46 – Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Encontros com Escritores Contemporâneos;
- Acompanhamento técnico, em conjunto com o Arquivo nas valências de biblioteca, arquivo e auditório do programa de reabilitação do antigo Mercado Municipal para a instalação do Fórum Cultural de Ourém;
- Organização e implementação do processo do Concurso Nacional de Leitura – Fase Escolar, Fase Municipal, Fase Intermunicipal e Fase Nacional;

- Produção de conteúdos na área da Biblioteconomia e Promoção da Leitura para a página em linha da Biblioteca Municipal de Ourém;
- FORA DA ESTANTE sobre os temas: “Dia Mundial da Religião” (janeiro), “Gil Vicente” (fevereiro), “Dia Mundial da Água” (março), “Dia Mundial da Dança” (abril), “Mãe” (maio), “União Europeia” (junho), “União Europeia” (junho), “Arquitetura” (julho), “Fotografia” (agosto), “D. Maria II” (setembro), “Bullying” (outubro), “Madalena Matoso - Prémio Nacional de Ilustração’2018” (novembro) e “José Saramago – 20.º Aniversário da Atribuição do Prémio Nobel” (dezembro).
- DANÇA COM LIVROS - Oficina de danças tradicionais e movimento por entre os livros da BMO, destinada a crianças do 03 aos 10 anos e suas famílias, no dia 17 de fevereiro e no dia 17 de março para um total de 60 participantes;
- MINI YOGA ENTRE LIVROS, no Espaço Infantil da Biblioteca Municipal de Ourém, para crianças até aos 6 anos, nos sábados 06 de janeiro, 03 de fevereiro, 10 de março, 05 de maio, 02 de junho, 27 de outubro, 03 de novembro e 15 de dezembro para um total de 115 participantes.
- FESTA DO LIVRO DE OURÉM’2018

Encontros com autores:

- 18 de abril - 10h15 - À conversa com o escritor João Manuel Ribeiro sobre os livros “Dédalo: o maior inventor do mundo” e “Amo-te: poemas para gritar ao coração” - Público-alvo: 7.º, 8.º e 9.º anos;
- 20 de abril - 14h14 e 15h30 - À conversa com a escritora Manuela Castro Neves sobre os livros “Um fantasma no jardim” e “Um cavalinho entre papoilas” - Público-alvo: 1.º e 2.º anos;
- 21h00 – À conversa com o escritor Luís Osório sobre o livro “A queda de um homem”, antecedido de momento musical - Atuação do Chorus Auris da Academia de Música Banda de Ourém;
- 21 de abril - 15h30 - À conversa com a escritora Manuela Ribeiro e com a ilustradora Ana Carolina Novo sobre o livro “Versos para meninos que comem sempre a sopa toda” antecedido de momento musical - Atuação do Coral Infantil e Juvenil da Academia de Música Banda de Ourém; - Público-alvo: Crianças e suas famílias;

- 22 de abril - 14h30 - Tarde dedicada a Escritores Ourenses:
Alfredo de Sousa Tomaz - "O homem que não tinha uma fazenda em África".
Ana Rita Carvalho - "Eterna Paixão".
António das Neves Martins - "Figuras e Charlas d'Aire", precedido de momento Musical - Atuação de Nuno Martins (Guitarra Portuguesa) e Paulo Marques (Guitarra Clássica);
- 23 de abril - 14h15 e 15h30 - À conversa com o escritor Carlos Canhoto sobre os livros "Barbatanar nas cores do arco-íris" e "Pirilampo: o velho pescador de estrelas" - Público-alvo: 3.º e 4.º anos;
- 24 de abril - 14h15 - À conversa com a ilustradora Marina Palácio à volta do livro BD "Tratado do Esquecimento" - Público-alvo: Adulto, Ensino Secundário e Profissional;
- 25 de abril - 15h30 - Apresentação do livro "Musicações de um andarilho" de Roberto Chichorro.

MUSEU MUNICIPAL DE OURÉM

Exposição e interpretação

Casa do Administrador

- Visitas livres e guiadas (num total de 2.525 visitantes), informação turística e vendas;
- Exposições patentes:
- Exposição de Longa Duração: Ourém- Dualidades | VILLA **NOVA** DE OURÉM ¹⁹⁰⁰
- Exposição temporária - "Crianças entre Crianças, Os Pastorinhos de Fátima na Casa do Administrador".

Galeria da Vila Medieval

- Visitas livres e guiadas, informação turística e vendas.
- Exposição "Eu sou uma jóia", de Sandrine Vieira;
- Exposição "Fé Olhares sobre o Sagrado" de Eduardo Gageiro;
- Exposição de fotografia "Deambulações pela China", de Carlos André e apresentação do livro "... o sol, logo em nascendo, vê primeiro", pelo autor;
- Exposição de desenho "Caminho Sagrado" de Ana Oliveira;

- Exposição de fotografia “Contas de Fé e Flores”, de Graça Marques.

Serviço educativo, cultural, comunicação e difusão turística – em destaque:

Casa do Administrador

Durante o ano de 2018 foram realizadas diversas atividades na Casa do Administrador, além das visitas guiadas, o aniversário do MMO foi comemorado com a Oficina do Movimento Intergeracional – Vagar, de Marina Nabais.

O Dia Internacional dos Museus foi comemorado com a apresentação do Portal Digital da Flora de Portugal: ‘Flora-On’, da Sociedade Portuguesa de Botânica.

O MMO apresentou a Cerimónia de entrega de Prémios do CINANTROP - Festival Internacional de Cinema Documental e Etnográfico, onde o documentário de Pedro Alves, intitulado “Uma Ginja Diferente”, venceu o Grande Prémio António Campos - Alta Estremadura.

Foram ainda apresentados os livros: “Trois notes de blues pour un fado” e ‘show case’ de trabalho discográfico “Dan Inger dos Santos: 20 ans”, em colaboração com a Biblioteca Municipal, e o “Manual Prático de Horticultura Biológica”.

As rubricas ‘Danças Tradicionais e Movimento’, ‘Danças com a Família’ e ‘Danças Europeias no Museu’ realizaram-se em dezasseis sessões com 112 participantes no total.

Foram ainda realizadas dez ‘Festas de Aniversário’ com 175 participantes no total.

Além das oficinas pedagógicas que a seguir se discriminam, o MMO participou ainda com atividades na ‘Festa da Criança, nos dias 28, 29 e 30/05.

Vila Medieval de Ourém

Além das exposições Patentes na Galeria da Vila Medieval e das visitas guiadas à Vila Medieval, que totalizaram 3064 visitantes, foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades:

- Apresentação do Percurso artístico ‘Caminho dos Mistérios’, da autoria da artista Marina Palácio, como nova oferta do MMO.

- Apresentação pública do projeto de reabilitação do Castelo e do Paço dos Condes, no Dia Nacional dos Centros Históricos.
- Apresentação do 'Roteiro de Arte Sacra na Vila Medieval' com visita guiada aos espaços religiosos da Vila Medieval.
- Apresentação do espetáculo "Sofia, Meu Amor!", do Projeto Artéria, nas ruas da Vila Medieval de Ourém.
- Participação no "Workshop de Turismo Religioso".
- Realização do 1º Torneio de Xadrez "Vila Medieval de Ourém".
- Apresentação do livro "Ourém – do Castelo à Cidade" da autoria de António Rodrigues Baptista.
- Três visitas encenadas à Vila Medieval.
- Cinco sessões de 'Caça ao tesouro'.
- Quatro sessões da oficina pedagógica 'Viagem a outros tempos'.
- Uma sessão de 'Dança na Galeria' - "Uma Jóia de Dança".
- Uma sessão da oficina pedagógica 'Moura Oureana'.

Oficina de Artes

- Co-gestão da oficina nas atividades promovidas regularmente;
- Visita técnica às instalações do CEARTE para apoio ao acondicionamento do espólio de encadernação cedido ao Município de Ourém.
- Preparação do Curso de Iniciação de Técnicas de Tecelagem do CEARTE.
- De 04 de maio a 02 de junho: Curso de Iniciação de Técnicas de Tecelagem do CEARTE, duração de 50h.



PARQUE NATUREZA DO AGROAL

- Integração das instalações e dos serviços, decorrente do processo de internalização da Ourémviva, adequação do modelo de gestão das instalações, dos bens e do pessoal ao sistema de funcionamento, às regras e ao modelo de gestão da Câmara Municipal.
- Definição das normas de utilização do Parque Natureza do Agroal (PNA), aprovadas em reunião de Câmara de 04 de junho.
- Vistoria ao PNA e Centro de Interpretação do Agroal e Alto Nabão com os serviços da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, no sentido de averiguar as reparações e pequenas melhorias a realizar nos mesmos e com o Serviço Municipal de Proteção Civil, no sentido de se verificarem as condições de segurança do espaço e promoção da realização das Medidas de Autoproteção.
- Acolhimento, emissão de parecer/informação, condução e gestão do funcionamento das instalações, dando resposta aos pedidos de utilização (escolas, escuteiros, famílias). Em 2018 o PNA recebeu e acolheu 34 grupos de visitantes, num total de 780 pessoas.
- No Dia Internacional dos Museus, realizou-se no Centro de Interpretação do Agroal e Alto Nabão do PNA a palestra intitulada “As Orquídeas Silvestres de Portugal”, apresentada pelo Professor José Alfredo Brites Monteiro.



- Gestão das instalações, dos bens e do pessoal afetos ao Parque Natureza do Agroal (PNA), em coordenação com outros serviços municipais;

- Coordenação da limpeza da vegetação dos prados da zona vedada do PNA com os serviços da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos e Serviço Municipal de Proteção Civil (sapadores florestais);
- Estudo e emissão de parecer sobre a possibilidade de instalação de um parque de campismo e caravanismo no Parque Natureza do Agroal.

2.3.6 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

A Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS) foi criada com base na organização dos serviços do Município de Ourém, publicada em DRE a 01 de junho de 2018, tendo como principal missão *“Assegurar a gestão integrada das infraestruturas escolares e identificar carências e oportunidades e fomentar e dinamizar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento social das populações”*. Importa referir que o trabalho da DEASS é operacionalizado de acordo com as atribuições do Município em três domínios: educação, saúde e ação social, conforme o previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Antes da publicação da alteração da estrutura orgânica, a divisão abrangia o domínio dos transportes.

2.3.6.1 – Setor de Educação

Destaca-se o acompanhamento das atividades escolares nas diversas vertentes da responsabilidade do Município, designadamente as atividades de animação e de apoio à família, as refeições escolares e as atividades de enriquecimento curricular, as dinâmicas escolares, desde a gestão dos pedidos, às atividades e à participação nos conselhos gerais.

Rede Escolar e Planeamento

No âmbito do movimento anual da rede escolar, para a educação pré-escolar e escolas básicas do 1.º ciclo, e de acordo com o procedimento habitual, reunimos com os diretores dos agrupamentos de escolas para uma análise conjunta do número de alunos para o ano letivo 2018/2019, em função de cada equipamento educativo e nível de ensino.

Na sequência das reuniões realizadas, foi feito e reiterado o pedido de prorrogação da abertura excecional, já concedida nos anos anteriores, para manter as escolas do 1.º CEB, constantes no quadro, em funcionamento para o ano letivo de 2017/2018, à exceção da EB1 de Vale Travesso,

em que o Município se pronuncia favoravelmente quanto ao encerramento, devendo os alunos serem encaminhados para o estabelecimento de ensino de acolhimento definido, a Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Pinheiro.

Freguesia	Escola a manter	Escola definida para acolhimento	Motivo para manutenção por mais um ano
Urqueira	EB1 de Mata		Ainda não há condições para efetuar o transporte e os estabelecimentos de ensino mais próximos não reúnem as condições para receber estes alunos. Estima-se que irá ter 18 alunos no próximo ano.
Caxarias	EB1 de Pisões		Por motivos de intervenção na EB1/JI de Carvoeira (obras de ampliação – CE Carvoeira), solicita-se a prorrogação da autorização para que os alunos do 1º CEB da EB1/JI de Carvoeira e EB1/JI de Pisões tenham aulas nas instalações da EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão e os do ensino pré-escolar nas instalações da EB1/JI de Pisões, à semelhança do ano transato.
União das Freguesias de Matas e Cercal	EB1 de Pisão		Estima-se que no próximo ano irá ter 23 alunos e que os estabelecimentos de ensino mais próximos não reúnem as condições para receber estes alunos.

Quadro: Escolas solicitadas para manterem por mais 1 ano

Por motivos de intervenções na EB1/JI de Carvoeira (obras de ampliação – CE Carvoeira), solicitou-se à semelhança do ano transato autorização para que os alunos do 1º CEB da EB1/JI

de Carvoeira e EB1/JI de Pisões tenham aulas nas instalações da EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão e os do ensino pré-escolar nas instalações da EB1/JI de Pisões.

Reuniões na DGEstE e na CIMT

Na sequência do convite da DGEstE participou-se em reuniões referentes à rede escolar e à oferta formativa e educativa para o ano 2018/2019, bem como na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no âmbito da rede de oferta de formação qualificante do Médio Tejo.

Reunião com os diretores

Efetuaram-se diversas reuniões com os diretores dos Agrupamentos de Escolas, Colégios e Escolas Profissionais no sentido de, coletivamente, se analisarem as propostas:

- a) rede escolar, designadamente quais os estabelecimentos escolares que, pelo facto de não cumprirem os requisitos previstos na Resolução de Conselho Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, teriam que encerrar;
- b) oferta formativa e educativa do concelho.

Conselhos Gerais das Escolas

A DEASS participou nos conselhos gerais das escolas para a qual foi convocada.

Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo

A DEASS participou nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo, na CIMT. Nas reuniões foram abordados os seguintes temas:

1. Diagnóstico educativo do Médio Tejo;
2. Planos de ação estratégica dos Agrupamentos de Escolas;
3. Projeto de apetrechamento das escolas com infraestruturas, equipamentos e recursos adequados à realização de atividades práticas experimentais de ciências – Universidade de Aveiro;
4. PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo / fase 1 – projeto intermunicipal de combate ao insucesso e abandono escolar no médio Tejo – candidatura ao centro 2020;
5. Concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2018/ 2019.

Handwritten notes and signatures:
F
2
set
A
x
B
C

Preparação do Ano letivo 2018/2019

A equipa esteve envolvida na programação do ano letivo 2018/2019, tendo promovido os processos de contratualização dos diversos serviços e reunido com os diversos parceiros da educação, colaborou na organização das festas de fim de ano letivo, analisou os pedidos de apoio e participou nas iniciativas dinamizadas pelos agrupamentos e colégios.

As aulas iniciaram com normalidade nos diferentes estabelecimentos escolares de ensino do concelho entre os dias 14 e 17 de setembro.

Caracterização da população escolar

Como a DEASS desenvolve o seu trabalho, no domínio da educação, com os estabelecimentos escolares, entendeu-se apresentar uma breve síntese caracterizadora da população escolar para o ano letivo 2018/2019. Deste modo, estão a frequentar as escolas do concelho um total de 7.108 alunos (4.070 frequentam o Ensino Público e 3.038 o Ensino Privado). Dos alunos que frequentam o Ensino Público, verificou-se que:

- 782 pertencem ao Pré-escolar;
- 1.440 pertencem ao 1º Ciclo;
- 464 pertencem ao 2º Ciclo;
- 715 pertencem ao 3º Ciclo;
- 462 pertencem ao Ensino Secundário;
- 207 encontram-se a frequentar o Ensino Profissional.

Dos alunos que frequentam o Ensino Privado, verifica-se que:

- 384 pertencem ao Pré-escolar;
- 64 pertencem ao 1º Ciclo;
- 459 pertencem ao 2º Ciclo;
- 727 pertencem ao 3º Ciclo;
- 784 pertencem ao Ensino Secundário;
- 620 encontram-se a frequentar o Ensino Profissional.

Há ainda 3 instituições do concelho com unidades socioeducativas, o Centro de Reabilitação e Integração de Fátima, a União das Misericórdias Portuguesa – Escola de Educação Especial “os Moinhos” e o Centro de Reabilitação e Integração Ouriense.

No Concelho de Ourém existe também a oferta de ensino Vocacional Artístico Especializado por parte de Escolas de Música, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação e Ciência: o Conservatório de Música de Ourém e Fátima e a Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém.

Contrato de Execução referente à transferência de competências na área da Educação

Nos termos do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho, foram transferidas competências em matéria de educação para os municípios. A concretização do processo de transferência de competências no Município de Ourém resultou da aprovação e assinatura do Contrato de Execução (Contrato 473/2009, de 16.11.2009), o qual produziu efeitos a 1 de janeiro de 2010.

O documento define as condições de transferência, para o Município de Ourém, das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do art.º 2.º do Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de julho, designadamente nos domínios:

- a) gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
- b) atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico
- c) gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar

Uma das atribuições previstas prendeu-se com a gestão do pessoal não docente (adiante designado por PND) das escolas básicas e da educação pré-escolar, conforme referido no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho. Sobre este assunto o Município entendeu delegar nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (ponto 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho), as competências da gestão e avaliação do PND, cabendo à DEASS recrutar os recursos humanos.

Atividades de Enriquecimento Curricular 2018/2019

As atividades de enriquecimento curricular, aprovadas nos diversos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e implementadas no ano letivo 2018/2019, implicam o pagamento às entidades parceiras de um montante total de 165.346,50€.

Gestão de pedidos das escolas no âmbito da responsabilidade do Município na área da educação

No domínio da gestão de pedidos das escolas existe uma série de tipologias de intervenção sendo a DEASS responsável pela gestão dos pedidos, fazendo o seu encaminhamento para as diversas unidades orgânicas e Juntas de Freguesia, com as quais foram celebrados Protocolos de cooperação para a execução de alguns trabalhos desta natureza. Neste âmbito, o Município suporta as despesas correntes dos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico no que se refere ao fornecimento de eletricidade, água e aquecimento escolar, recuperação dos edifícios, aquisição material didático, informático, entre outros.

Obras de beneficiação de escolas, melhoria dos espaços exteriores, aquisição de mobiliário e equipamento infantil

Foi adquirido mobiliário (cadeiras e mesas) para apetrechamento de 4 salas da Escola Básica D. Afonso IV, Conde de Ourém.

Componente de Apoio à Família e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares

Para que possamos garantir as melhores condições de acesso à educação importou que, para além de excelentes equipamentos educativos, se assumisse o desenvolvimento das condições que viabilizem o fornecimento de refeições escolares à generalidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e a criação de serviços de apoio à família.

Considerando as competências do Município, as condições previstas nas normas do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolas e da ação social escolar e no sentido de se regular as condições relativas à execução da Componente de Apoio à Família (CAF), o Município de Ourém aprovou, em reunião camarária de 29 de junho, a renovação dos protocolos já celebrados com as diferentes entidades, a produzir efeitos a 01 setembro de 2018, para o ano letivo 2018/2019.

O fornecimento de refeições, no que respeita ao 1º CEB, está organizado, neste ano letivo, conforme descrito no quadro seguinte, estimando-se que o montante total atingirá os 382.500€.

Entidade Gestora	Escolas abrangidas
APAJEFÁTIMA-Associação de Pais e Encarregados de Educação	CE de Cova da Iria CE de Beato Nuno EB1 de Moita Redonda
Associação para a Promoção e Dinamização de Apoio à Família – APDAF	CE de Santa Teresa
Centro de Dia da Freguesia de Fátima	Escola do 1º CEB Boleiros e Maxieira
Associação Pais e Encarregados de Educação do II e Escola do 1º Ciclo de Rio de Couros	EB1 de Rio de Couros
Centro de Bem-estar do Bairro	EB1 de Bairro
Centro de Terceira Idade de Gondemaria	EB1 de Gondemaria
Centro Desportivo Social e Cultural do Cercal – Vales e Ninho	EB1 de Cercal
Centro Social Casal dos Bernardos	EB1 de Casal dos Bernardos
Centro Social das Matas	EB1 de Matas
Centro Social do Olival	EB1 de Olival
Centro Social Espírito Santo	Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias
Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia	EB1 de Fontainhas da Serra e EB1 de Atouguia
Centro Social Paroquial S. João Baptista	EB1 de Espite
Agrupamento de Escolas de Ourém	CE de Freixianda
Jardim Infantil de Ourém	CE de Caridade
Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	CE Ourém Nascente
Obra Nossa Senhora da purificação	CE Cova de Iria EB1 de Moita Redonda
Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias	EB1 de Carvoeira EB1 Mata
Município	EB1 de Pinheiro

Quadro: Entidades que prestam refeições

Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)

Face à tendência de universalização que a educação pré-escolar tem vindo a assumir progressivamente, a par da necessidade do crescente envolvimento de toda a comunidade na formação das suas crianças, designadamente através das suas famílias, é necessário desenvolver as formas de colaboração, entre as diversas entidades públicas e privadas interessadas e competentes na matéria, com vista ao estabelecimento de um processo pedagógico-educativo adequado às necessidades atuais da comunidade escolar.

De forma a regular as condições relativas à participação ativa no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação pré-escolar de acordo com os princípios consagrados na Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho e Despacho n.º 11236/2015 de 7 de outubro, o Município de Ourém aprovou em reunião camarária de 18 de junho a renovação dos protocolos celebrados com as diferentes entidades, com efeitos a 01 setembro de 2018, para o ano letivo 2018/2019.

Desta forma, o fornecimento de refeições e as atividades de animação e de apoio à família, no que respeita ao Pré-escolar, foram organizados no ano letivo 2018/2019 conforme descrito no quadro seguinte:

Instituição	Escolas abrangidas
APAJEFÁTIMA – Associação de Pais e Encarregados de Educação de Fátima	CE Cova da Iria CE Beato Nuno JI Boleiros/Maxieira
Associação para a Promoção e Dinamização de Apoio à Família – APDAF	CE Santa Teresa
Associação Pais e Encarregados de Educação do JI e Escola do 1º Ciclo de Rio de Couros	JI Rio de Couros
Associação Pais do JI e Escola do 1º CEB de Amieira Urqueira	JI Urqueira Norte
Centro de Bem-estar do Bairro	JI Bairro
Centro da Terceira Idade de Gondemaria	JI Gondemaria

Centro Desportivo, Social e Cultural do Cercal – Vales e Ninho	JI Cercal
Centro Social Casal dos Bernardos	JI Casal dos Bernardos
Centro Social das Matas	JI Matas
Centro Social do Olival	CE Olival
Centro Social Espírito Santo	CE de N.ª S.ª das Misericórdias
Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia	JI Atouguia
Centro Social Paroquial S. João Baptista	JI Espite
Jardim Infantil de Ourém	CE da Caridade
Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	CE Ourém Nascente
Obra Nossa Senhora da purificação	CE Cova de Iria
Município	JI Carvoeira e JI de Pisões (serviço prolongamento); JI Pinheiro; JI Mata; CE de Freixianda (serviço de prolongamento)
Agrupamento de Escolas de Ourém	CE de Freixianda (serviço de refeições)
Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes Perdígão – Caxarias	JI de Pisões e JI de Carvoeira (serviço refeições)

Quadro: Entidades que asseguram AAAP

Clube Aprender e Brincar



O Clube Aprender e Brincar é uma resposta social de apoio às famílias e crianças que frequentam o pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico Escolar de Freixianda, da EB1 de Caxarias e do JI de Pisões, do JI/EB1 de Mata e do JI/EB1 de Pinheiro. Esta resposta integra um serviço de apoio às famílias e às crianças que frequentam esses estabelecimentos de ensino, de modo a ocupar os tempos livres das crianças em idade pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e a proporcionar a cada criança condições de bem-estar, segurança e ocupação extraescolar. O seu funcionamento resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Ourém, a Ourémviva,

E.M., S.A., o Agrupamento de Escolas de Ourém e o Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias.

Ano Letivo 2017/2018

No ano letivo 2017/2018 frequentaram:

- Clube Aprender e Brincar da Carvoeira: 23 crianças do pré-escolar e 18 do 1º CEB;
- Clube Aprender e Brincar da Freixianda: 44 crianças do pré-escolar e 19 do 1.º CEB;
- Clube Aprender e Brincar da Mata: 15 crianças do pré-escolar e 16 do 1º CEB;
- Clube Aprender e Brincar do Pinheiro: 24 crianças do pré-escolar e 24 do 1º CEB.

O ano ficou marcado por diversas atividades, tais como atividades desportivas nos Pavilhões Gimnodesportivos, Encontro entre os Clubes no Centro de Exposições de Ourém e Cineteatro Municipal de Ourém, entre outras.

Atividades no âmbito da Educação

Fórum Estudante 2018

Realizou-se a 19 de janeiro o Fórum Estudante 2018, no Cineteatro de Ourém e Centro de Negócios. Tratou-se de uma iniciativa do Município de Ourém, em parceria com o CLDS-3G, os estabelecimentos de ensino de todo o concelho e o Projeto de Empreendedorismo Social Inspiring Future, com vista a proporcionar, junto dos alunos do 9º ao 12º ano, durante um dia, um espaço para obter ferramentas para poderem definir a sua orientação para o futuro. Esta edição contou com a presença de 34 universidades e institutos do ensino superior, 8 estabelecimentos de ensino do concelho com Ensino Básico 2.º e 3.º ciclos, Ensino Secundário e Ensino Profissional, e cerca de 1500 alunos. Foram também realizadas várias palestras com domínio das profissões, empreendedorismo, acesso ensino superior e mercado de trabalho.

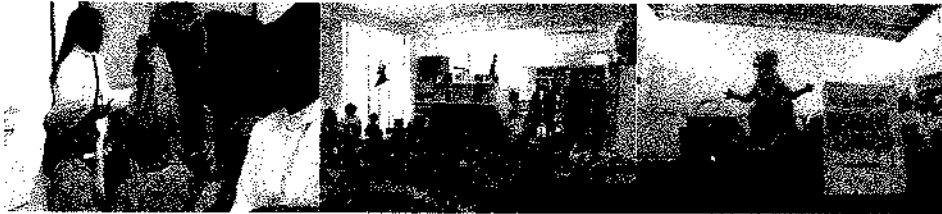
Dia Mundial do Ambiente – Projeto "Ourém Mais Limpo 2018"

No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente e do projeto "Ourém Mais Limpo 2018", o município promoveu, entre outras atividades, um concurso de desenho destinado aos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho, com vista à sensibilização da população para a importância da proteção e preservação do ambiente.

Ao concurso referido, concorreram 35 crianças.

Festa da Criança

O Município de Ourém realizou nos dias **28, 29 e 30 de maio** a Festa da Criança 2018, que contou com a participação de cerca de 2.852 crianças no Centro de Negócios, Espaço Jovem, Mercado Municipal, Biblioteca Municipal, Museu Municipal bem como nas instalações da PSP e da GNR subordinada ao tema "**Alegria e Diversão**".



Figuras: Festa da criança

2.3.6.2 – Setor de Ação Social e Saúde

Rede Social

A rede social é composta por 109 entidades. No âmbito do seu trabalho, a equipa prestou informações e devolveu inquéritos solicitados por diversas entidades nas áreas do social e educação, divulgou 107 conteúdos e respondeu a 36 pedidos.

Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo

A Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo promoveu 4 reuniões. Dos assuntos abordados salientam-se: a apresentação de projetos, o regulamento geral de proteção de dados, o PROCOOP, as cantinas sociais, a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Para preparação das reuniões da Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo, o Grupo Operativo realizou 5 reuniões.

Conselho Local de Ação Social de Ourém

Em 2018, o Plenário reuniu a 14 de fevereiro, 19 de julho e 24 de outubro. Dos pontos das ordens de trabalhos salientam-se a adesão de novos elementos, a emissão de parecer sobre a candidatura do Centro de Bem-Estar do Bairro, as alterações ao programa CLDS-3G e a aprovação de instrumentos de planeamento. Para organização e preparação das reuniões, o núcleo executivo reuniu a 24 de janeiro, 17 de julho e 22 de outubro.

Reuniões dos Grupos Setoriais

Para efeitos de execução do Plano de Ação da Rede Social para o ano 2018, o Município de Ourém promoveu as seguintes reuniões:

- Grupo de Envelhecimento: 11 de janeiro e 27 de junho;
- Grupo de Infância e Juventude: 10 de janeiro, 11 de abril e 28 de maio.

Projetos e Programas

- Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS-3G)

O CLDS-3G de Ourém foi um programa que teve como finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza e a exclusão social. No ano de 2018, o projeto sofreu algumas alterações, nomeadamente na equipa técnica e nas ações, tendo sido prorrogado o seu *terminus* até dezembro de 2018.

- Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

Em 2018, a RLIS, que iniciou o seu funcionamento em 2016, e o Município de Ourém, numa estreita parceria, procuram dar resposta e acompanhar os agregados familiares em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

- Pilar Estratégico Idade +

A CCDRLVT está a elaborar o documento “Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo” que identifica para este Pilar Estratégico Idade+ as Áreas de Intervenção Estratégica, tendo-se participado na reunião de 27 de novembro, em Lisboa.

Intervenção Social e Psicológica

Relativamente à equipa da DEASS registou-se, no período em apreço, 1.371 atendimentos, mais 293 atendimentos do que no ano passado, correspondentes a um total de 1.02 motivos de atendimento, isto é, os cidadãos dirigem-se ao serviço para resolver problemas de ordem vária, cf. se clarifica no quadro seguinte:

Atendimento					
1.Motivo do pedido	2014	2015	2016	2017	2018
Apoio à natalidade e à infância	0	0	0	0	402
Ação social escolar	395	333	209	208	207

Apoio ao arrendamento	7	10	5	5	3
Apoio de géneros	250	259	205	116	127
Apoio económico	17	53	46	14	7
Apoio psicológico	1	0	0	0	1
BATO - Banco de Ajudas Técnicas de Ourém	38	32	50	29	29
CAF/AAAF/AEC	5	41	35	23	17
Campanhas Solidárias	0	0	0	0	1
Cantina Social / POAPMC	17	9	13	2	1
Cartão Municipal 65+ Social	3	0	3	1	0
Cedência de Veículos	2	43	26	20	41
Centro Comunitário de Voluntariado	175	429	214	46	72
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	4	15	1	1	2
Competências da Educação	2	15	1	0	10
Conselho Municipal de Educação	2	0	0	0	0
Equipamentos Sociais	2	6	7	1	0
Estabelecimento Escolar	12	39	12	20	8
GAE - Gabinete de Apoio ao Emigrante	0	0	0	3	2
Habitação	1	0	0	1	2
Intervenção Escolar	2	25	6	2	4
Informação sobre Emprego	4	3	2	1	2
Intervenção Social	494	642	469	143	187
Núcleo de Apoio à Vítima	5	11	6	0	1
Outro	67	146	89	97	48
Pedido de Emprego	2	3	3	1	2
Programa de Apoio Social	1	2	29	2	1
Programas de Habitação	2	1	1	0	0
Projetos	166	198	55	24	11
Recursos humanos	5	6	1	2	1
Rede Social	93	186	109	41	34
Refeições 1.º CEB	18	38	22	29	14

Respostas Sociais	14	12	1	6	2
Tarifa Social	47	19	164	117	83
Transportes Escolares	67	323	148	161	73
Voluntariado	76	72	37	6	8
Subtotal	1.996	2.971	1.969	1.122	1.403
2. Duração do Atendimento	2014	2015	2016	2017	2018
[0m-30m[1.601	2.493	1.628	947	1161
[30m-60m[229	257	174	109	180
>60m	55	82	39	22	30
Subtotal	1.885	2.832	1.841	1.078	1.371
3. Tipo de Atendimento	2014	2015	2016	2017	2018
Telefone	785	1.549	975	465	418
Presencial	1.100	1.283	866	613	953
Subtotal	1.885	2.832	1.841	1.078	1.371
4. Estado do processo	2014	2015	2016	2017	2018
Análise	60	87	48	62	176
Execução	53	165	73	38	66
Resolvido	1.772	2.580	1.720	978	1.129
Subtotal	1.885	2.832	1.841	1.078	1.371

Quadro: atendimentos realizados pela DEASS (2014-2018)

Comparando 2017 e 2018 verifica-se, no motivo do pedido, um aumento no apoio à natalidade e à infância, intervenção social, CCVO, cedência de veículos, apoio em géneros e competências de educação. Também se verificou que a maioria durou menos de 30 minutos, foi presencialmente e os assuntos ficaram resolvidos.

No âmbito da intervenção social realizaram-se visitas domiciliárias, reuniões interinstitucionais, acompanhamentos individualizados, encaminhamentos e sinalizações de casos nas áreas da saúde, educação, emprego, segurança social, entre outras, acompanhamento de processos de trabalho comunitário e elaboração, em cooperação com os municípios, de planos e programas nos seus projetos de vida, entre outras ações fulcrais para a resolução da situação-problema.

Comportamentos Aditivos

No âmbito da intervenção social – comportamentos aditivos, foram efetuados 6 atendimentos e 5 acompanhamentos a consultas da especialidade.

Psicologia Comunitária

No que concerne à intervenção psicológica, importa referir que os técnicos que desempenham funções na DEASS atuam em várias áreas, a saber: consultas de Psicologia encaminhadas pela CPCJ, intervenção Social e entidades externas; Grupo de Trabalho de Saúde Mental do Município de Ourém; Apoio à Vítima na Estrutura de Atendimento; CPCJ de Ourém (Gestão de Processos); Equipa de Acolhimento a Refugiados; Equipa da Igualdade de Género; Equipa de Intervenção Psicossocial; Centro de Competências Aconselhamento de Jovens; Projetos Comunitários direcionados para populações mais vulneráveis e/ou problemáticas específicas; implementação de projetos e atividades na área da educação; Formação Pais, Mães e Assistentes Operacionais em contexto escolar; participação em palestras como orador; e elaboração de pareceres e relatórios técnicos e de atividades.

No ano 2018 registaram-se os seguintes dados:

Atividades	N.º
Atendimentos Centro de Competências e Aconselhamento Jovens	42
Atendimentos NAV	46
Atendimento Psicossocial	10
Atendimentos CPCJ	86
Visitas domiciliárias CPCJ	17
Reuniões – Comissão Restrita e Alargada	15
Consultas de Psicologia / Intervenção Social	107
Contactos telefónicos com MP	15
Diligências em Tribunal	3
Reuniões internas / Município	68
Reuniões com outras entidades	55
Formador/a	12

Quadro: Atividades realizadas pela equipa de psicólogos (2018)

Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens

Este projeto visa o apoio a jovens até aos 25 anos que se encontrem em situações de vida fragilizadas. Neste período realizaram-se 42 consultas.

Acompanhamentos Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

A Câmara Municipal de Ourém colaborou com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais através da colocação institucional e acompanhamento de oito arguidos na execução de trabalho comunitário, medida aplicada no cumprimento da injunção de horas de Serviço de Interesse Público.

Protocolo de Cooperação Câmara Municipal de Ourém e APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família

No âmbito do Protocolo de Cooperação, celebrado a 20 de agosto de 2014, para efeitos de gestão dos donativos da comunidade, destinados ao apoio a aplicar em situações de emergência e risco social, foram atribuídos no ano em 2018 o total de 8 apoios.

Igualdade de Género e Cidadania

No âmbito da Igualdade de Género iniciou-se o processo de elaboração do Diagnóstico Municipal de Igualdade e Cidadania, participou-se na ação denominada “Programa Parlamento Jovem – Igualdade de Género”, realizada a 02 de fevereiro, na Escola Secundária de Ourém, assim como no ato de assinatura da Carta da Diversidade. Também participámos na consulta pública da Resolução do Conselho de Ministros sobre a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não-Discriminação 2018-2030; realizámos no levantamento de informação sobre o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017) e o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017) para a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses.

No Diagnóstico Municipal procedeu-se à recolha de dados, aplicando-se inquéritos por questionário.

Foram elaborados e enviados três inquéritos distintos, um dos quais dirigido aos/às colaboradores/as do Município, outro ao Executivo e Dirigentes do Município e outro às/aos

Parceiras/os Locais, onde se incluem Juntas de Freguesia, IPSS, Associações de Pais, Escolas, Forças de Segurança, Empresas (através da ACISO), Centros de Saúde, CPCJ, Instituto de Emprego, Tribunal, Serviço de Finanças e Conservatórias.

Participação em duas reuniões de trabalho relativamente ao Planeamento e definição de linhas de orientação para a implementação do Diagnóstico Municipal de Igualdade e Cidadania, enquanto equipa do Núcleo de Apoio à Vítima e do Grupo de Trabalho da Igualdade de Género e Cidadania.

Redefinição da estratégia de aplicação de questionários junto da população, tendo em conta o número restrito de respostas.

Reformulação dos inquéritos por questionário, no âmbito da elaboração do Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género;

Reunião de trabalho com a Ex.ma Sr.ª Conselheira Local para a Igualdade de Género, Dr.ª Fátima Vieira Lopes.

A 08 de março, o Município em colaboração com o CLDS-3G de Ourém assinalaram o Dia Internacional da Mulher. A atividade teve por objetivos assinalar o Dia, alertar para a temática do assédio e dar a conhecer algumas diretrizes de prevenção e proteção. Foram abordadas 110 pessoas e entregues 110 folhetos, no Mercado Manuel Prazeres Durão e na área comercial de Ourém.

Planeamento e implementação da Rede Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

A estrutura já se encontra formalizada na Comissão Igualdade de Género (CIG). Iniciaram-se os procedimentos para a implementação da rede municipal de prevenção e combate à violência doméstica no concelho de Ourém. A equipa também integrou o Projeto Maria, tendo participado 3 reuniões na CIMT: a 19 de setembro, 12 de novembro e 10 de dezembro.

No âmbito do NAV foram realizados 108 atendimentos.

Subsídios Escolares

Ano Letivo 2017/2018

No âmbito do processo de ação social escolar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na reunião de 20.08.2018, a atribuição de 19.714,48€ em subsídios escolares aos alunos do 1.º CEB do Município de Ourém, para o ano letivo de 2018/2019. Mais deliberou, tendo por base o orçamento de Estado, a comparticipação das fichas escolares de apoio; a comparticipação mínima determinada para o material escolar, prevista no despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho; a comparticipação das visitas de estudo anualmente, prevista nos termos do Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho; e a comparticipação das refeições escolares aos alunos, de acordo com os procedimentos adotados no protocolo estabelecido entre o Município e as respetivas entidades, neste âmbito.

Das 607 candidaturas apresentadas, verificou-se que não foram excluídos alunos, considerando as candidaturas com um abono de família situado no escalão igual ou superior ao 3.º como «não subsidiados», tendo-se obtido os seguintes resultados face às comparticipações das fichas escolares de apoio, material escolar e visitas de estudo por nível de ensino com a diferenciação por escalão A e B:

Ano escolar	Tipologia apoios/candidaturas	Escalão A	Escalão B	Não Subsidiado	Total Escalão A	Total Escalão B	Total
1º ano	N.º de Candidaturas	38	72	13	38	72	123
	Fichas escolares de apoio	24,96 €	12,48 €	-	948,48 €	898,56 €	1 847,04 €
	Material escolar	16,00 €	8,00 €	-	608,00 €	576,00 €	1 184,00 €
	Visitas de estudo	10,00 €	5,00 €	-	380,00 €	360,00 €	740,00 €
	Subtotal (€)	50,96 €	25,48 €	-	1 936,48 €	1 834,56 €	3 771,04 €
2º ano	N.º de Candidaturas	46	70	31	46	70	147
	Fichas escolares de apoio	27,40 €	13,70 €	-	1 260,25 €	958,88 €	2 219,13 €
	Material escolar	16,00 €	8,00 €	-	736,00 €	560,00 €	1 296,00 €
	Visitas de estudo	10,00 €	5,00 €	-	460,00 €	350,00 €	810,00 €
	Subtotal (€)	53,40 €	26,70 €	-	2 456,25 €	1 868,88 €	4 325,13 €
3º ano	N.º de Candidaturas	40	91	34	40	91	164
	Fichas escolares de apoio	35,41 €	17,70 €	-	1 416,27 €	1 611,00 €	3 027,27 €
	Material escolar	16,00 €	8,00 €	-	640,00 €	728,00 €	1 368,00 €
	Visitas de estudo	10,00 €	5,00 €	-	400,00 €	455,00 €	855,00 €
	Subtotal (€)	61,41 €	30,70 €	-	2 456,27 €	2 794,00 €	5 250,27 €
4º ano	N.º de Candidaturas	58	77	38	58	77	173
	Fichas escolares de apoio	39,99 €	20,00 €	-	2 319,42 €	1 539,62 €	3 859,04 €
	Material escolar	16,00 €	8,00 €	-	928,00 €	616,00 €	1 544,00 €
	Visitas de estudo	10,00 €	5,00 €	-	580,00 €	385,00 €	965,00 €
	Subtotal (€)	65,99 €	33,00 €	-	3 827,42 €	2 540,62 €	6 368,04 €
Total	Candidaturas						607
	Fichas escolares apoio/Material escolar/visitas de estudo (€)						19 714,48 €

Quadro: Montantes globais atribuídos para o ano letivo 2018/2019

Agrupamento de Escolas	Escalão A	Escalão B	Não subsidiado	Total das candidaturas	Valor Escalão A	Valor Escalão B	Total
Conde de Ourém	61	97	39	197	3 576,93 €	2 841,02 €	6 417,95 €
Escolas de Ourém	100	158	55	314	5 658,54 €	4 621,73 €	10 480,28 €
Dr. Conégio Lopes Perdigão	21	54	21	96	1 240,94 €	1 575,32 €	2 816,26 €
Total	182	310	115	607	10 676,41 €	9 038,06 €	19 714,48 €

Quadro: Montantes globais atribuídos por agrupamento de escolas para o ano letivo 2018-2019

Números de candidaturas - Ação Social Escolar 1º CEB 2018/2019

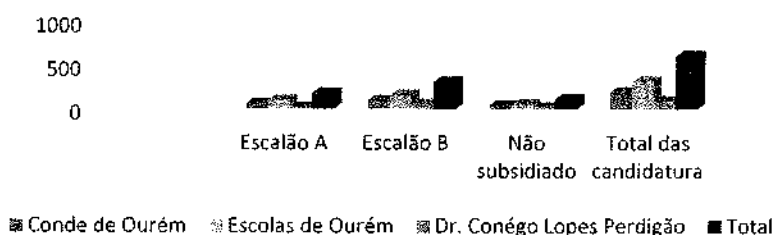


Gráfico: Escalões por agrupamento (2018/2019)

Tarifário Social

- **Tarifa para Recolha, Transporte e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos:** neste período foram analisados 2 pedidos, de acordo com os editais n.º 187/2010 e 1144/2015.
- **Tarifas de Saneamento e de Ligação ao Coletor Público da Rede de Drenagem de Águas Residuais:** Não se registaram pedidos neste âmbito.
- **Tarifa de Venda de Água:** Analisaram-se os pedidos, mediante as decisões tomadas nas reuniões de Câmara Municipal e de Assembleia Municipal, de 16 e 25 de abril de 2018, respetivamente. No final do ano de 2018 iniciou-se o processo de reavaliação das atribuições de tarifas a utilizadores domésticos e famílias numerosas. Referente aos processos de 2018 verificou-se:

Tipo de Utilizador	Benefícios	Critério de Atribuição	N.º de Processos			
			Abertos	Deferidos	Indeferidos	Encerrados
Famílias Numerosas	<p>Redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, para famílias numerosas, nos termos do n.º 1, do artigo 35º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, numa das seguintes circunstâncias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para cinco elementos: mais 3m3 faturados no 1.º escalão (de 0 a 8m3); - Para seis ou mais elementos: mais 6m3 faturados no 1.º escalão (de 0 a 11m3). 	Utilizador Doméstico cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos (todos os residentes com domicílio fiscal na habitação servida).	10	13	0	13
Utilizador Doméstico	<ul style="list-style-type: none"> - Isenção da tarifa de disponibilidade, conforme estabelecido no n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, considerando a carência económica; - Redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, que consiste no alargamento do 1.º escalão (de 0 	Utilizador doméstico numa situação de carência económica comprovada pelo sistema de segurança social, isto é, o benefício de pelo	18	29	11	38

	a 15m3), para utilizadores domésticos sociais, conforme estabelecido no n.º 1 artigo 35.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém.	menos uma das seguintes prestações sociais: a) Complemento Solidário de Idosos; b) Rendimento Social de Inserção; c) Subsídio Social de Desemprego; d) 1.º escalão do Abono de Família; e) Pensão Social de Invalidez.				
Utilizadores Não Domésticos	<p>- Redução em 50% do valor da tarifa variável de água, para pessoas coletivas de declarada utilidade pública, que corresponde à aplicação do segundo escalão dos consumidores domésticos.</p> <p>- Redução em 50% do valor da tarifa de disponibilidade para contadores de calibre menor ou igual a 20 mm, que corresponde à aplicação a utilizadores domésticos, desde que a disponibilidade do serviço seja equivalente.</p>	<p>Pessoas coletivas de declarada utilidade pública;</p> <p>Associações legalmente constituídas sem fins lucrativos.</p>	1	7	1	6

Quadro: Tarifário Social para Tarifa de Venda de Água -- análise de processos 2018

Relatório de Gestão -- Ano económico de 2018

147

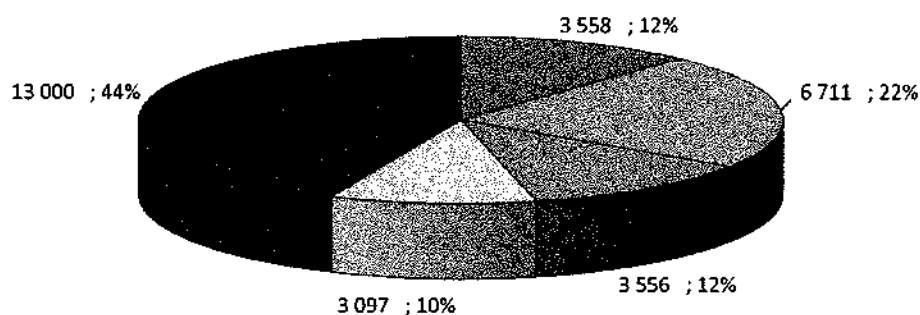
14

147

Programa de Emergência Alimentar: Cantinas Sociais

Em 2018 foram servidas 29.922 refeições, tendo sido apoiados, em média, 39 agregados familiares.

**Refeições Servidas: janeiro a dezembro 2018
(N e %)**



- APAJEFÁTIMA - Associação de Pais e Encarregados de Educação
- APDAF- Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família
- Centro de Apoio Social de Olival
- Centro Social Paroquial de Freixianda
- Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida

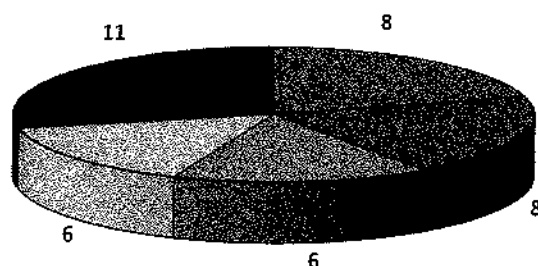
Gráfico: N.º de refeições servidas por cada cantina social no ano 2018

N.º de Agregados familiares apoiadas													
Cantina Social	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	N. família /mês
APAJEFÁTIMA - Associação de Pais e Encarregados de Educação	6	5	5	8	9	10	9	9	9	9	9	9	8
APDAF- Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família	10	9	11	11	7	8	8	5	5	5	5	8	8
Centro de Apoio Social de Olival	6	7	7	7	7	7	7	7	5	5	5	5	6
Centro Social Paroquial de Freixianda	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	14	13	13	13	14	14	11	10	9	9	8	6	11
Total	42	40	42	45	43	45	41	37	34	34	33	34	39

Quadro: N.º de Agregados Familiares apoiados (2018)

N.º médio de agregados familiares apoiados
(janeiro a dezembro de 2018)



- APAJEFÁTIMA - Associação de Pais e Encarregados de Educação
- APDAF- Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família
- Centro de Apoio Social de Olival
- Centro Social Paroquial de Freixianda
- Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida

Gráfico: N.º de famílias apoiadas por mês (2018)

Protocolo com o CRIO: Intervenção Precoce

No âmbito do protocolo celebrado com o Centro de Reabilitação e Integração Ouriense para a intervenção precoce, um elemento da DEASS participou em 3 reuniões da equipa local de intervenção (ELI), realizadas nos dias 21 de março, 17 de outubro e 28 de novembro. Foi também prestada colaboração da CMO na realização do passeio anual, integrado na comemoração do aniversário da ELI, que teve como destino o Barquinha Parque, em Vila Nova da Barquinha, o qual se realizou no dia 29 de junho e contou com a participação de 46 pessoas, crianças e famílias apoiadas pela equipa.

Núcleo Local de Inserção

No âmbito desta parceria foram realizadas seis reuniões de trabalho, nos dias 11 e 25 de janeiro, 15 e 22 de fevereiro, 24 de maio e 28 de junho de 2018 nas instalações da CMO, para discussão e aprovação dos contratos de inserção dos/as beneficiários/as do rendimento social de inserção,

elaboração de plano de ação, atualização do regulamento interno e assinatura das cartas de compromisso com os beneficiários/as de RSI e as entidades promotoras.

A constituição do NLI integra representantes de organismos públicos, nos seguintes setores: Segurança Social (Serviço Local de Ourém), Saúde (Unidade de Saúde de Ourém e de Fátima), Emprego (Centro de Emprego de Tomar), Educação (Agrupamento de Escolas Conde de Ourém), Autarquia Local (Município de Ourém) e outras entidades (Jardim Infantil de Ourém -Equipa de RSI, ACISO e CLDS 3G).

No âmbito desta parceria foram realizadas catorze reuniões de trabalho, nas instalações da CMO, para acompanhamento de entrevistas e discussão/aprovação dos contratos de inserção dos/as beneficiários/as do rendimento social de inserção; para a elaboração/aprovação do plano e do relatório de atividades; e para discussão de informações gerais.

Equipamentos Sociais do Município

O Município dispõe de três apartamentos destinados ao alojamento de pessoas em situação de emergência ou de risco social.

No ano 2018 foram alojados cinco agregados familiares (perfazendo um total de 10 pessoas), por um período temporário e de forma gratuita, de modo a garantir os princípios de segurança e satisfação das necessidades básicas tendo sido realizadas visitas domiciliárias para avaliar o cumprimento das regras conforme as normas de utilização.

Espaço Infantil

O espaço infantil foi utilizado por 83 crianças, durante o período em que os pais, mães e/ou outros, usufruíram dos serviços do Município e CPCJ.

Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém (CCVO)

O Centro Comunitário de Voluntariado constitui um equipamento social que visa dar resposta às necessidades da comunidade através da prática do voluntariado e de ações solidárias. No Centro Comunitário de Voluntariado funciona: o Espaço de Acolhimento e Bem-estar, o Banco de Ajudas Técnicas de Ourém (BATO), o Banco do Voluntariado Municipal de Ourém (BVO), o Ponto de Partilha (a Ajuda Alimentar/Campanhas Solidárias, os Ateliers Ocupacionais e o Espaço de Comércio Social).

Espaço de acolhimento e bem-estar

Consiste num espaço de acolhimento e convívio direccionado para pessoas que frequentam o CCVO, especialmente pensado para os colaboradores municipais.

Banco de Ajudas Técnicas de Ourém (BATO)

Consiste na cedência/empréstimo de ajudas técnicas para pessoas em situação de dependência e/ou dificuldades de mobilidade, residentes no concelho de Ourém. Neste período foram atribuídas 5 ajudas técnicas.

Banco do Voluntariado Municipal de Ourém (BVMO)

O BVMO promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado. Sendo o voluntariado um conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade. De momento tem inscritos 160 voluntários.

Ponto de Partilha

O Ponto de Partilha integra a Ajuda Alimentar/Campanhas Solidárias, o Atelier Ocupacional e o Espaço de Comércio Social. No período em apreço foram abertos 15 processo de ação social direta, atribuiu-se apoios mensais a 41 agregados do concelho e efetuou-se a atualização, acompanhamento e reavaliação dos processos individuais dos beneficiários do CCVO.

A Campanha Permanente de Recolha e Entrega de Bens permitiu recolher mobiliário diverso de 6 munícipes, os quais foram encaminhados para o Espaço de Recursos Sociais – Louças.

No espaço de Comércio Social foram recebidos 115 donativos e entregues 330 apoios. Foram cedidos a título de empréstimo 4 artigos de puericultura.

No espaço de Comércio Social foram recebidos 115 donativos (vestuário, calçado, artigos para o lar, artigos de puericultura e brinquedos).

Foram entregues 330 apoios (géneros alimentares, vestuário, calçado, artigos para o lar).

Foram cedidos a título de empréstimo 4 artigos de puericultura.

Gabinete de Apoio ao Emigrante

Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) é uma estrutura de apoio ao emigrante residente ou não em Portugal, bem como aos seus familiares. Informa e encaminha os cidadãos em várias matérias nomeadamente, social, saúde, educação, jurídica, económica, entre outras. Neste período foi apoiada uma família.

Planeamento e Acompanhamento de refugiados no âmbito do protocolo celebrado com o Conselho Português de Refugiados

No âmbito do acolhimento de refugiados pelo nosso Município em articulação com Conselho Municipal de Refugiados, a equipa técnica é responsável local pelo acolhimento e acompanhamento de 15 cidadãos Eritreus e Iraquianos. A equipa desenvolveu as seguintes tarefas: preparação do acolhimento, integração dos cidadãos na comunidade, acompanhamento nos cuidados médicos, organização de atividades de integração social e aprendizagem da língua, encaminhamento para serviços de finanças, segurança social, exploração do território, transportes, entre outras. Neste momento:

- 8 dos cidadãos já se encontram integrados no mercado de trabalho;
- 2 adolescentes estão com integração muito positiva no contexto escolar;
- 10 estão integrados em turma de aprendizagem/formação em Português para Estrangeiros;
- Tem sido explorado o mercado de trabalho com vista à integração socio profissional e escolar dos restantes;
- A integração de refugiados por parte do nosso Município tem vindo a ser distinguida pelo Conselho Português de Refugiados, entre outras instituições;
- Realização atendimentos e acompanhamentos semanais no processo de autonomização que decorre com a naturalidade.

Atividade Equipa de Apoio a Refugiados	Total
Atendimentos	175
Diligências Externas (Saúde, Escolas, CPR, SEF, ACM)	204
Visitas Domiciliárias	54
Reuniões Município	32

Quadro: Procedimento realizados juntos aos refugiados (2018)

Apoio à Natalidade e à Infância

No ano de 2018 elaborou-se o Regulamento de Apoio à Natalidade e à Infância, o qual foi publicado em *DR*, a 09 de agosto de 2018, através do Edital n.º 720/2018.

Em 2018 foram entregues 189 candidaturas, tendo sido aprovadas 184 e 1 indeferida. O montante total aprovado foi de **117.845€**.

Apoios à Natalidade e à Infância (candidaturas 2018)

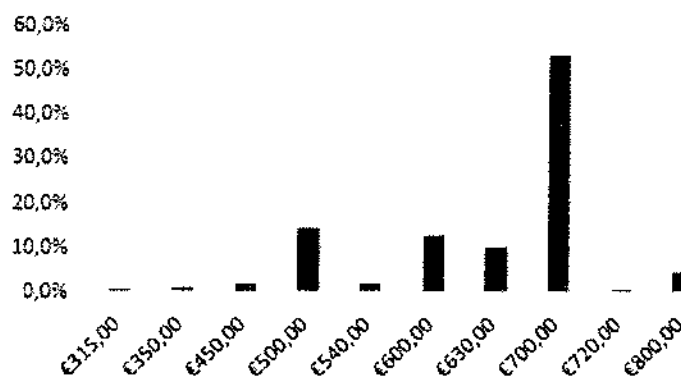


Gráfico: Apoios atribuídos às candidaturas de 2018

Saúde

Equipa de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no âmbito da parceria entre o Município de Ourém e o Centro de Saúde de Ourém

No âmbito do protocolo de cooperação celebrado entre o Município e o ARSLVT, I.P., uma das técnicas está afeta à Equipa de Cuidados Continuados Integrados de Ourém. Neste período realizaram-se 21 visitas domiciliárias e 6 reuniões na Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém.

Planeamento e definição de orientações para o projeto da equipa comunitária de saúde mental

No ano 2015, tendo em conta os desafios encontrados no terreno pela equipa de intervenção social do Município, ao nível da doença mental grave, foi criado um grupo de trabalho, mediado pelos psicólogos da equipa, no qual estão envolvidos os seguintes parceiros: Município de Ourém; Laboratório de Reabilitação Psicossocial do Instituto Politécnico do Porto; Serviço de Psiquiatria do Centro Hospital do Médio Tejo; ACES do Médio Tejo; a FARPA – Associação dos Familiares e Amigos dos Doentes Psicóticos; Associação de Saúde Mental do Médio Tejo; CLDS-3G Ourém; e Rede de Local de Intervenção Social de Ourém. Este grupo de trabalho tem os seguintes objetivos: potenciar a articulação entre os técnicos que intervêm na saúde mental, a nível local e regional; facilitar os canais de comunicação, favorecendo uma resposta mais célere e eficaz na intervenção; criar uma rede de saúde mental no nosso concelho; planear o desenvolvimento de uma estrutura prestadora de cuidados de saúde mental no concelho.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial, não judiciária, que visa proteger e promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada, por último, pela Lei n.º 142/15, de 08 de setembro).

O modelo de trabalho assenta numa metodologia participativa e sistémica, valorizando-se todos os contributos, numa lógica de trabalho de equipa. A Comissão Restrita, em 2018, foi constituída por 7 elementos, representantes e técnicos cooptados de diversas entidades, que se organizam em equipa, em regra com dois gestores de processo.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): comissão restrita

No âmbito dos processos de promoção e proteção, os gestores de processo efetuaram várias diligências: entrevistas, visitas domiciliárias e relatórios; participaram em diversas reuniões; realizaram projetos e procederam ao encaminhamento para a consulta de psicologia, sempre

que necessário. Durante o período a que se reporta este relatório, foram efetuadas 20 visitas domiciliárias, 213 atendimentos e 26 reuniões restritas. Foram celebrados 60 acordos de promoção e proteção e arquivados 73 processos. Em dezembro de 2018 registaram-se 157 processos ativos.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): comissão alargada

No dia 29 de janeiro de 2019, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, na sua modalidade alargada, aprovou, por unanimidade, o Relatório de Atividades referente ao ano 2018. Da análise ao relatório de atividades importa salientar o seguinte: Processos ativos=157 (dez 2018); Média processos ativos = 176/mês; Média processos arquivados = 6 processos arquivados/mês, num total anual de 73; Média processos em que se requereu a intervenção judicial ao Ministério Público = 2,16 processos transferidos/mês, num total anual de 26. Freguesias com maior número de processos: Piedade (55,35%), Fátima (21,33%), e Freguesias com menor número de processos: Urqueira (1,1%), Gondemaria/Olival, Espite, Matas/Cercal (2%), Caxarias (3%), Atouguia e Alburitel (4%), Casal dos Bernardos/Rio de Couros e Seíça (6%), Freixianda/Ribeira do Fárrio/Formigais (5%) e Misericórdias (9%); Média Etária = 12 anos; Problemáticas associadas à sinalização, com maior expressividade: exposição a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional (57), negligência (39) e a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem estar (19); Medida de promoção e proteção mais frequente: apoio junto dos pais (41). Há um número considerável de processos que tem consentimento, mas não tem medida aplicada (73). Média de entrevistas = 18/mês; número médio de menores abrangidos por entrevistas/mês = 26/mês; número de entrevistas anuais = 213 entrevistas; número médio visitas domiciliárias = 1,60 VD/Mês, num total anual de 20. Número documentos recebidos = 54,25/mês, num total anual de 651; número documentos expedidos = 87,91/mês, num total anual de 1055. Foram ainda desenvolvidas diversas atividades que passamos a descrever abaixo:

Música para Crianças dos 0 aos 3 anos: é uma atividade da responsabilidade do Município e da CPCJ que se realizou no Espaço Jovem e no Auditório da Ourearte. A musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, imaginação, memória, concentração, atenção, socialização, afetividade, do prazer de ouvir música e do respeito ao próximo, contribuindo também para

uma efetiva consciência corporal e de movimentação. Ao longo do ano participaram 219 crianças, o que significou uma média por sessão de 18 crianças.

MPMT - Mês da Prevenção dos Maus-tratos na Infância:

Projeto “Família Feliz”: iniciativa promovida em parceria com o Agrupamento de Escolas Conde de Ourém, em que um dos elementos da equipa participou como formador, tendo realizado quatro sessões, com duração de uma hora e meia por sessão. Frequentaram a formação cerca de 22 pais do primeiro ciclo deste agrupamento. A formação teve como objetivos: proporcionar aos formandos novas dinâmicas de relacionamento com os filhos, foram abordados as seguintes temáticas: razões para o mau comportamento; elogios e “O que os nossos filhos têm de melhor”; Pais Eficazes; Recompensas, Apoio escolares e relacionamento dos filhos com pais e professores.

Sessão de Esclarecimento sobre a CPCJ: Decorreu no dia 16 de abril de 2018, na Universidade Sénior do Centro de Estudos de Fátima. Esta ação, realizada a convite da entidade, pretendeu esclarecer os alunos desta universidade sobre a atuação e intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens.

Ação de sensibilização Maus tratos nas crianças e jovens: decorreu no dia 18 de abril de 2018, na Junta de Freguesia de Fátima. Tratou-se de uma ação organizada pela Unidade de Cuidados na Comunidade da Cova da Iria e dirigida à comunidade, na qual foram oradoras duas técnicas da CPCJ de Ourém.

Atividades por áreas de intervenção

Infância e Juventude

1.º Simpósio de Infância e Juventude

O 1.º Simpósio de Infância e Juventude irá decorrer no dia 21 de abril, no auditório do edifício-sede dos Paços do Concelho. É uma ação organizada pelo Município de Ourém, em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, a Rede Social de Ourém e o Centro de Formação “Os Templários”.

O evento integrou o Mês da Prevenção dos Maus Tratos e contou com a participação de 100 técnicos das áreas sociais, educação, saúde, bem como pais, mães e encarregados de educação.

Set
R

Semana Aventura 2018

Esta semana de atividades decorreu de 23 a 27 de julho, pelo 8º ano consecutivo, tendo participado 15 crianças, dos 7 aos 12 anos. Recordamos que se trata de uma atividade do Município, do Núcleo Local de Inserção e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCI) de Ourém, em parceria com a Segurança Social e o Jardim Infantil de Ourém. O programa de atividades foi dirigido a crianças cujas famílias beneficiavam de Rendimento Social de Inserção ou que estavam a ser acompanhadas pela referida Comissão. Trata-se de uma semana repleta de atividades, em que são estimuladas competências que visam o cumprimento de regras, a tomada de decisão, o relacionamento interpessoal positivo e o equilíbrio socioemocional.



Figuras 1 e 2: Momentos da Semana de Aventura 2018

Dia Internacional da Prematuridade

O Município de Ourém assinalou o Dia Internacional da Prematuridade, a 17 de novembro 2018, conforme proposto por um grupo informalmente constituído por 4 mães, cujos filhos nasceram prematuramente, e uma enfermeira. O assinalar desta data consistiu numa pequena comunicação sobre a prematuridade, nas redes sociais e nos meios de comunicação do Município, e visou sensibilizar a comunidade para a prematuridade.

Envelhecimento

Carnaval Sénior



No âmbito do Plano de Ação da Rede Social, o Município de Ourém e o Grupo de Envelhecimento da Rede Social promoveram, no dia 12 de fevereiro de 2018, o Carnaval Sénior 2018. Esta atividade consistiu num desfile de máscaras das instituições inscritas no Carnaval, apresentado pela Senhora Manuela Jorge - Lelita (cantora de reconhecido mérito do concelho). Estiveram presentes cerca de 170 pessoas na ação. Aos participantes no desfile foram atribuídos certificados de participação e às instituições um prémio monetário de 150,00€, o que fez um total de 1.350,00€.

Passeio Sénior das Instituições 2018

No âmbito do Plano de Ação da Rede Social, o Município de Ourém e o Grupo de Envelhecimento da Rede Social promoveram, no dia 04 de abril de 2018, o Passeio Sénior das Instituições 2018. Esta atividade visou proporcionar a esta população momentos de lazer e de convívio, promover a qualidade de vida e a integração social do cidadão, proporcionar um dia diferente e dar a conhecer outros locais e culturas. Participaram 165 pessoas na iniciativa. O local de destino foi Lisboa, designadamente Teatro Politeama - Musical Aladino e Escola Básica Integrada Infante D. Henrique - perto do Parque das Nações.

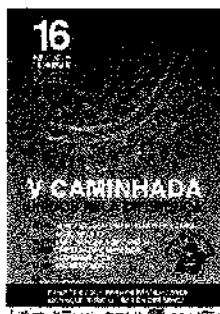
Passeio Sénior 2018

À semelhança dos anos anteriores foi promovido pelo Município de Ourém em parceria com as Juntas de Freguesia do Concelho a atividade anual "Passeio Sénior – 2018. Este ano teve como destino o Concelho de Abrantes e contemplou a visita ao Museu Metalúrgica no Tramagal, distinguido com o prémio de melhor museu do ano 2018. A atividade realizou-se nos dias 12,13,18,19,20,25,26 e 27 de julho e contou com a participação de 2200 munícipes.



Deficiência / Incapacidade

V Caminhada "Unidos Pela Diferença"



Casa do Bom Samaritano.

A atividade realizou-se no dia 16 de setembro de 2018, em Fátima, e contou com a colaboração da Câmara Municipal de Ourém. Participaram na atividade um total de, aproximadamente, 300 pessoas. A organização deste evento foi da responsabilidade dos vários parceiros que integram o Grupo da Diferença: Centro de Reabilitação e Integração de Ourém (CRIO), Centro de Reabilitação e Integração de Fátima (CRIF), Escola de Educação Especial "Os Moinhos" (E.E.E. "Os Moinhos"), Centro João Paulo II (CJPII) e

A atividade teve como objetivos: promover o convívio entre utentes, colaboradores e comunidade em geral; e proporcionar a reflexão sobre a problemática da deficiência, barreiras arquitetónicas e hábitos de vida saudável.

Saúde

Dia Mundial da Asma (1 maio) – Workshop para Prevenção e Controlo da Asma

No âmbito do Dia Mundial da Asma decorreu no dia 02 de maio no Auditório do Edifício-Sede do Município de Ourém um Workshop com o objetivo de sensibilizar para a prevenção e controlo da asma.

Tertúlia Saúde mental: Caracterização das respostas existentes - Identificação de potencialidades e constrangimentos no terreno

O Grupo de Trabalho na área de Saúde Mental, com os seus parceiros e entidades que intervém neste âmbito, realizou, no dia 08 de junho de 2018, a Tertúlia Saúde Mental: caracterização das respostas existentes – identificação de potencialidades e fragilidades no terreno.

Esta tertúlia envolveu, para além dos parceiros deste grupo de trabalho, algumas entidades convidadas, a saber: - Programa Nacional de Saúde Mental; - Coordenação Regional de Saúde Mental da ARSLVT; - Instituto de Segurança Social- Centro Distrital de Santarém;- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; - Instituto de Emprego e Formação Profissional de Tomar, - Autoridade de Saúde Pública;- Centro de Reabilitação e Integração Ouriense; - Centro de Reabilitação e Integração de Fátima; - CRI do Ribatejo – Equipa de Tratamento de Abrantes.

Teve como principal objetivo favorecer a aproximação entre as várias entidades presentes, bem como a reflexão sobre a temática e partilha de orientações dos serviços centrais para as entidades no terreno, conducentes à formalização da rede concelhia de saúde mental e ao modelo de cooperação entre as diferentes parcerias.

Dia Mundial da Diabetes - 14 novembro

O Município de Ourém em parceria com a UCC de Ourém assinalou o Dia Mundial da Diabetes, com um rastreio de avaliação e prevenção da doença que decorreu no CCVO.



2.3.7 – DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

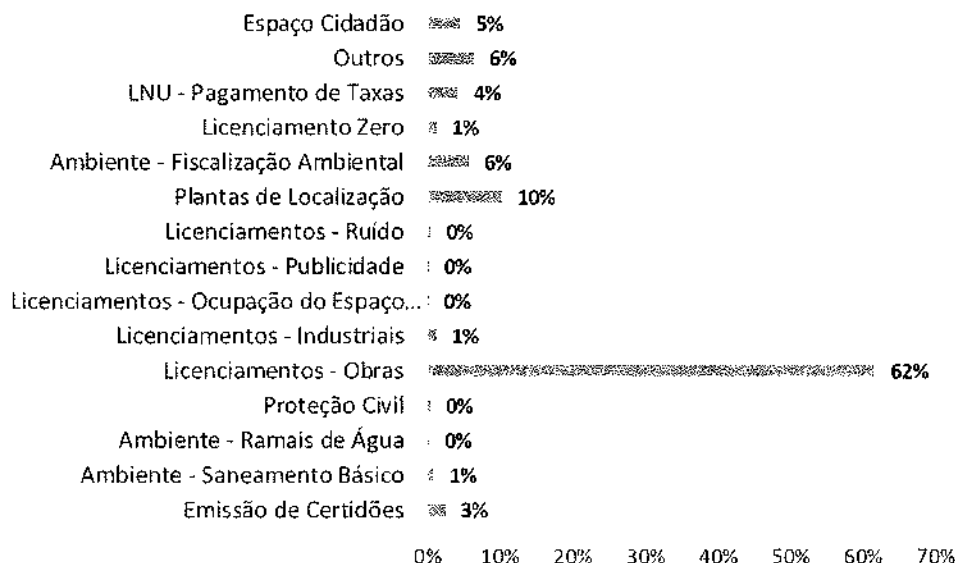
A Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente, adiante designada por DAFCE, foi criada com base na alteração da estrutura orgânica publicada a 16 de outubro de 2018, e tem como principal missão, garantir uma adequada e eficiente gestão processual administrativa e de comunicação com o exterior, promover uma gestão integrada de políticas de natureza estratégica através do recurso a instrumentos de planeamento e financiamento comunitário ou nacional e a gestão dos transportes.

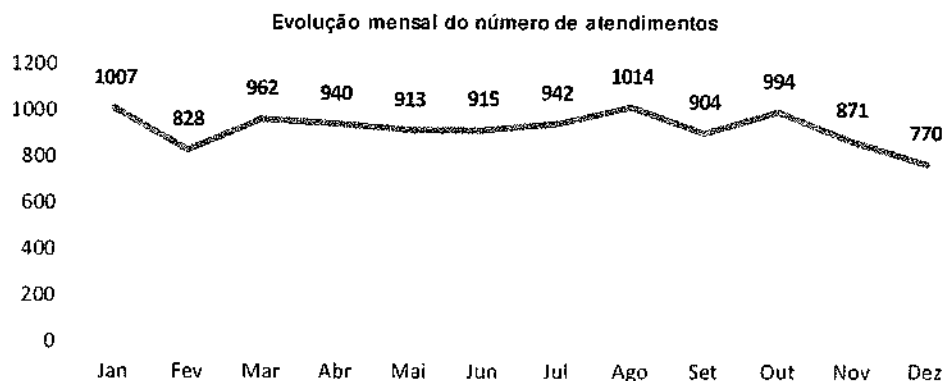
2.3.7.1 – Setor de Atendimento ao Múncipe

Número e Tipo de Atendimentos efetuados;

No que concerne à área do Atendimento ao Múncipe nas instalações sede do Município, a gestão do atendimento ao público é efetuada através do sistema eletrónico que permite a chamada de senhas. Para atendimento no balcão único é seleccionada a senha A, possibilitando ao múnice ser atendido em 3 mesas distintas. O número de atendimentos efetuado no período em apreço, foi de **11.060**, distribuído pelos seguintes serviços:

% de atendimentos efetuados por tipo de serviços





Do gráfico apresentado apura-se que 62% dos atendimentos efetuados no decurso de 2018, respeitam a licenciamento de obras particulares e 10% correspondem à emissão de plantas de localização.

Importa referir que o serviço de Atendimento ao Município integra também o serviço de atendimento do Espaço Cidadão, assegurado apenas por uma das trabalhadoras. Relativamente a este tipo de atendimento, destacam-se os seguintes tipos de serviços:

Tipo de serviço prestado	Pedido de esclarecimento	Serviço realizado	Totais
Cartas Condução	17	485	502
Cartão do Cidadão	0	0	0
Chave Móvel Digital	0	2	2
Total	17	487	504

Registo, classificação e digitalização da **correspondência entregue no balcão único**.

Para além do atendimento realizado no balcão único, é efetuado todo o registo, classificação, digitalização e encaminhamento da correspondência, ali entregue, resultante do atendimento praticado.

Neste sentido, ao longo do ano 2018, foram registados cerca de **3.947 documentos**, dos quais se destacam 3.881 requerimentos (98%) relacionados com diversas áreas.

Tipo	Registos efetuados	
	N.º	%
Ofício Recebido	9	0%
Email Recebido	49	1%
Carta	8	0%
Requerimentos	3 881	98%
TOTAL	3 947	

Nota: Os dados estatísticos poderão eventualmente incluir cópias

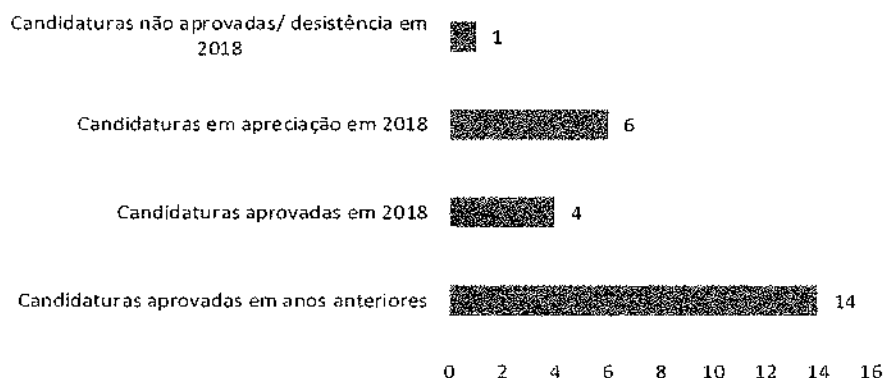
2.3.7.2 – Setor de Estudos e Projetos Financeiros

A descrição adiante exposta refere-se à elaboração e gestão de candidaturas apresentadas pelo Município de Ourém a fundos comunitários e/ou nacionais. Os dados apresentados reportam-se ao número de candidaturas **ativas** durante o ano de 2018.

Número de candidaturas ativas e sua situação

A 31.12.2018, a Divisão detinha no total 25 candidaturas ativas, das quais 14 foram deferidas em anos anteriores, 4 aprovadas em 2018, 6 encontram-se em apreciação e tendo-se revelado uma desistência.

Candidaturas_Face à análise



Candidaturas deferidas e sua situação relativa à execução física e financeira

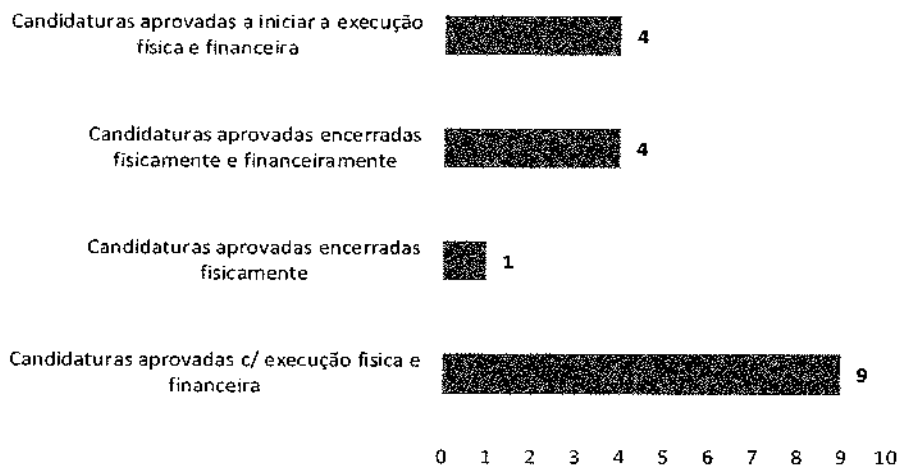
Das 18 candidaturas aprovadas e ativas, à data de 31 de dezembro de 2018, a situação relativa à execução física e financeira das mesmas, encontra-se exposta no quadro que se apresenta.

[Handwritten signatures and initials]

Ourém

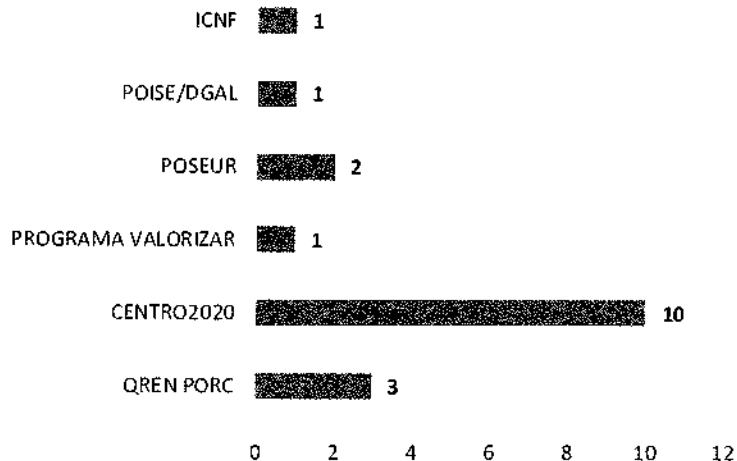
[Handwritten notes: "fed @", "b", "CG"]

Candidaturas Aprovadas_Execução Física e Financeira



Número de candidaturas apresentadas por tipo de financiamento/programa

Número de Candidaturas Aprovadas_Tipo de Programa de Financiamento



De acordo com o gráfico apresentado anteriormente, verifica-se que das 18 candidaturas aprovadas, destacam-se o PORC-Programa Operacional da Região Centro ainda com 3 candidaturas a aguardar o encerramento definitivo.

Importa salientar, que no atual quadro comunitário, nomeadamente no Programa Operacional da Região Centro, vulgarmente designado por CENTRO2020, as citadas candidaturas incluídas

no mesmo, encontram-se abrangidas, quer por um PARU - Programa de Ação de Regeneração Urbana, quer através da ITI – Investimento Territorial Integrado subjacente no pacto celebrado entre os Municípios, Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, ambos aprovados, cujos projetos foram individualmente submetidos através de candidatura.

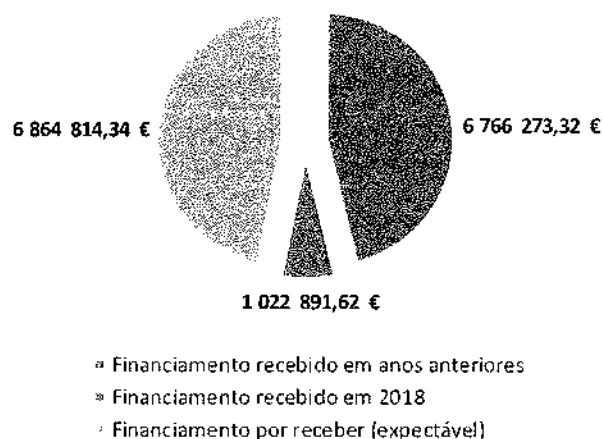
Financiamento recebido no âmbito das candidaturas aprovadas

Através do gráfico abaixo representado, constata-se o seguinte:

- 46,17% de financiamento recebido em anos anteriores;
- 6,98% de financiamento recebido em 2018;
- 46,85% de financiamento por receber (expectável).

De acordo com o gráfico apresentado anteriormente, verifica-se que das 18 candidaturas aprovadas, destacam-se o PORC-Programa Operacional da Região Centro ainda com 3 candidaturas a aguardar o encerramento definitivo.

Candidaturas Aprovadas: Financiamento recebido e a receber



Financiamento recebido por tipo de programa no âmbito das candidaturas deferidas

Analisando a situação referida anteriormente, apresenta-se no gráfico seguinte, a relação do volume de financiamento recebido e a receber por cada programa de financiamento, face à despesa justificada.

Relatório de Gestão – Ano económico de 2018

[illegible]

2.3.7.3 – Setor de Transportes

No âmbito das competências do Setor dos Transportes, foram realizadas genericamente as tarefas abaixo elencadas e discriminadas nos pontos seguintes.

- Atendimento telefónico ou presencial de vários/as encarregados/as de educação;
- Análise e verificação *in loco* dos pedidos apresentados;
- Elaboração, implementação e acompanhamento do esquema de transporte diário dos/as alunos/as do Ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para as aulas de adaptação ao meio aquático no âmbito das AEC's bem como para as diversas atividades realizadas pelo Município de Ourém;
- Análise e informação dos pedidos de cedência de autocarros apresentados pelos diversos agrupamentos bem como dos pedidos ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Associativismo apresentados pelo Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude – SADJ;
- Análise de documentação e produção de pareceres no âmbito da implementação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros em colaboração com a CIMT.

O Setor dos Transportes assegura ainda a gestão da frota municipal de transportes coletivos de passageiros composta por 11 veículos:

- 1 autocarro de 51 lugares;
- 4 autocarros de 27 lugares,
- 1 autocarro de 27 lugares, propriedade do Centro Social da Ribeira do Fárrio e cedido ao Município por protocolo;
- 5 autocarros de 19 lugares.

Encontra-se ainda afeta a este setor uma carrinha de 9 lugares.

Transportes escolares e outros serviços

Serviços de transportes escolares regulares dos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico

No ano letivo 2017/2018, nomeadamente entre os meses de janeiro a junho, o número de alunos/as do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos/as nos transportes escolares nos circuitos casa/escola e escola/casa, era de 512 e passou para 522 alunos/as, no ano letivo 2018/2019.

Para transporte para os locais de refeições, foram transportados diariamente 138 alunos/as no ano letivo 2017/2018 e 113 alunos/as no ano letivo 2018/2019.

Rede de transportes escolares regulares dos/as alunos/as dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário/profissional

No que se refere aos/as alunos/as dos 2.º Ciclos, 3.º Ciclos, Secundário e Profissional, os transportes escolares foram efetuados em regime de carreiras públicas, pela Rodoviária do Tejo (RT) e Rodoviária da Beira Litoral (RBL), de acordo com o Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

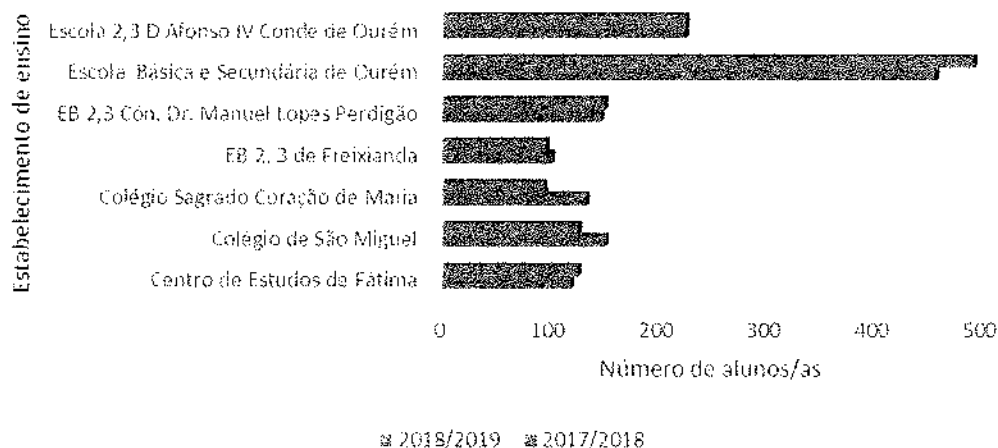
As infraestruturas de transportes escolares do Concelho de Ourém estão, na sua quase totalidade, concessionadas, agora provisoriamente por força da aplicação da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, à Rodoviária do Tejo, estando apenas a zona norte da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais concessionada à Rodoviária Beira Litoral (RBL ou Transdev).

Consultados os dados transmitidos pelos estabelecimentos de ensino, foram transportados/as diariamente para os respetivos estabelecimentos escolares, **no ano letivo 2017/2018, 1.328 alunos/as, passando para 1.308 alunos/as, a partir de setembro 2018**, cuja distribuição se apresenta no gráfico seguinte. Não foram mencionados os/as alunos/as matriculados/as na Escola Básica e Secundária de Ourém, na Escola Profissional de Ourém e na Escola de Hotelaria de Fátima que utilizam a rede de transportes públicos, tendo em conta que os custos dos transportes escolares desses/as alunos/as são suportados na íntegra pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).

De referir que, no ano letivo 2018/2019, foram implementadas novas regras na comparticipação no transporte escolar para os/as alunos/as matriculados/as nos 5.º, 7.º e 10.º anos nos estabelecimentos de ensino de Fátima com contrato de associação para o Ensino Básico 2.º e 3.º e Ensino Secundário, sendo apenas contemplados com comparticipação os/as alunos/as

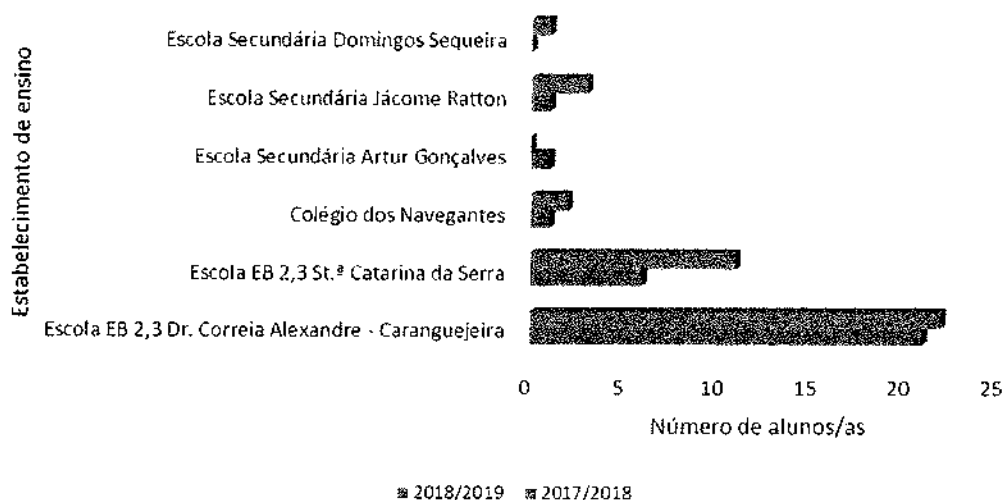
residentes na freguesia de Fátima e nas freguesias de Atouguia e N.ª S.ª das Misericórdias (para estas últimas apenas até ao valor de referência para Ourém).

Alunos/as dos 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário transportados diariamente



Também foram transportados/as alunos/as do concelho para estabelecimentos de ensino limítrofes, por inexistência do curso pretendido ou por ser o estabelecimento de ensino mais próximo da sua zona de residência, tendo sido a comparticipação aprovada em reunião camarária caso a caso, **no ano letivo 2017/2018, num total de 30 alunos/as, passando para 39 alunos/as, a partir de setembro 2018** (ver gráfico seguinte). No ano letivo 2018/2019, nomeadamente a partir do mês de setembro 2018, foram aplicadas novas regras de comparticipação para os alunos matriculados nos 5.º e 7.º anos nos referidos estabelecimentos de ensino passando os encarregados de educação a comparticipar em 50% as despesas de transportes escolares.

Alunos/as dos 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário transportados diariamente em estabelecimento fora do concelho



Outros serviços de transporte

Para além dos serviços regulares de transportes escolares, foram realizados serviços para as seguintes atividades:

- Transportes dos alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico para as aulas de adaptação ao meio aquático nas Piscinas Municipais e nas instalações do Centro de Estudos de Fátima para os alunos do território educativo de Fátima;
- Atividades desenvolvidas pelos Agrupamentos de Escolas;
- Deslocação das coletividades no âmbito do apoio ao Associativismo;
- Atividades na Biblioteca Municipal de Ourém e no Museu Municipal de Ourém;
- Visitas de estudo;
- Visitas à Vila Medieval;
- Atividades desenvolvidas por outros serviços como o Fórum Estudante, a Festa da Criança, o Passeio Sénior e Ourém Natal.

Os motoristas também asseguraram uma vez por mês o transporte de alimentos para a Conferência São Vicente de Paulo, da central de distribuição em Leiria para Ourém.

Outras atividades relacionadas com o setor dos transportes

- Acompanhamento da implementação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros com a CIMT;
- Acompanhamento do processo de revisão do Serviço de Transporte a Pedido com a CIMT;
- Apoio ao Setor de Sinalização e Trânsito.

2.3.7.4 – Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia

No âmbito das competências atribuídas à Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Elaboração e tratamento de 29 agendas/ atas** das reuniões camarárias e respetivas convocatórias;

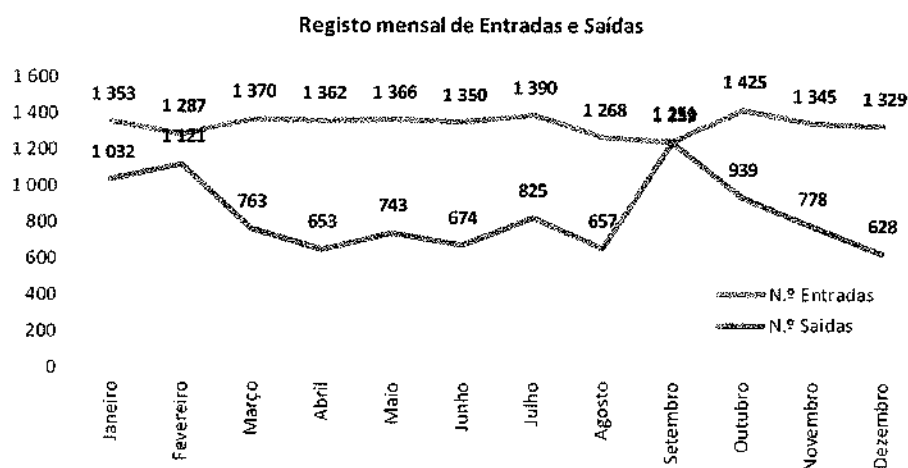
A elaboração e tratamento das agendas e atas das reuniões do órgão executivo, carecem da execução de um conjunto de atividades, desde a elaboração da ordem do dia até à finalização da ata, destacando-se as seguintes tarefas:

- **Elaboração da agenda;**
- **Elaboração de convocatórias;**
- **Digitalização de todos os assuntos agendados, incluindo a agenda, que são remetidos via e-mail a todos os Vereadores e Dirigentes;**
- **Elaboração de formulários dos assuntos agendados;**
- **Preparação, elaboração e finalização da ata, após confirmação/comparação entre a informação constante da ata e os dados contidos nos processos apreciados em reunião;**
- **Emissão de certidões de deliberação;**
- **Indexação das deliberações respeitantes aos processos no Sistema de Gestão Documental (SGD) e ou no Sistema de Processo de Obras (SPO);**
- **Impressão e recolha de assinaturas das atas;**

- Elaboração de correspondência diversa desde a ordem de trabalhos até à finalização da ata;
- Elaboração de ofícios necessários ao seguimento dos assuntos agendados, após finalização da ata;
- Publicitação de reuniões públicas e atas através de edital e página eletrónica do município.
- Registo, classificação e digitalização da **correspondência entrada e saída** diariamente no serviço de Expediente;

O registo de entrada e saída de correspondência é efetuado diariamente na Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia, através da aplicação Sistema de Gestão Documental (SGD) e abrange o registo de ofícios, fax's, emails, faturas, recibos, avisos, cartas, requisições, requerimentos, entre outros.

Apresenta-se de seguida o número de registos⁴ de entradas e saídas efetuados no serviço de Expediente:

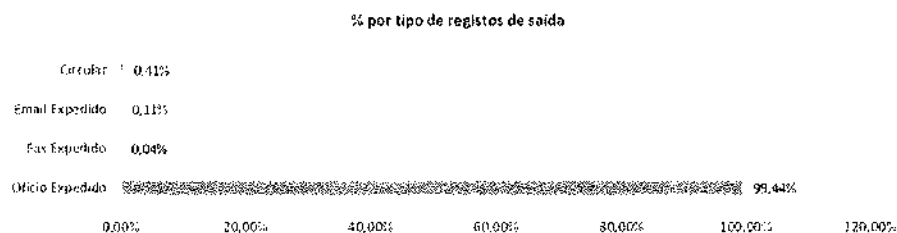
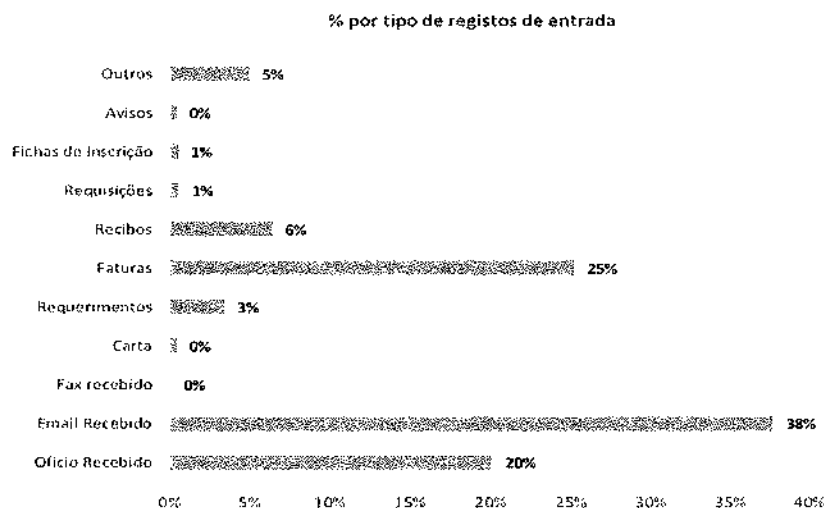


	Entradas	Saídas
Número de Registos	16 096	10 052
Média mensal de registos	1341	838
Média diária de registos	64	40

⁴ O total dos registos inclui as cópias efetuadas na aplicação SGD

Ao longo do período em análise, registou-se um total de 16.096 entradas, determinando um registo diário em média de 64 documentos. Por outro lado, verificou-se um registo total de 10.052 saídas, resultando uma média de 40 registos efetuados por dia.

Do número de registos de entrada e saída, destacam-se os seguintes tipos de correspondência:



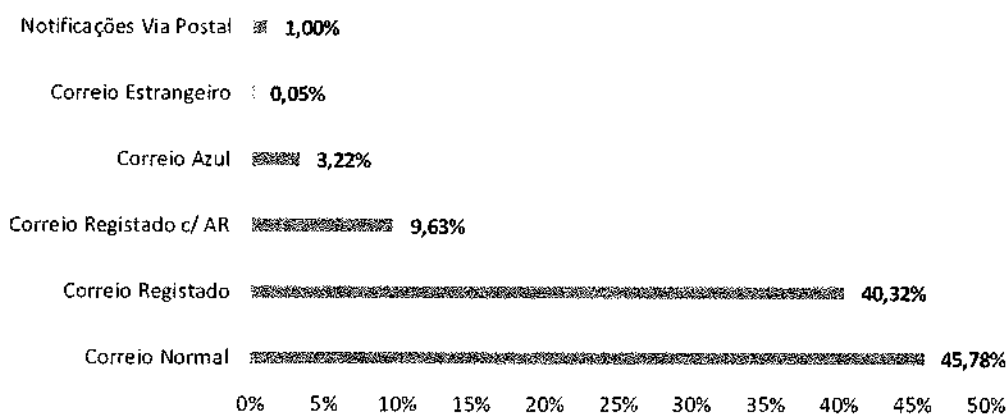
De salientar que do número total de registos de entrada efetuados no serviço de Expediente, verifica-se que 38% são emails, 25% são faturas e 20 são ofícios.

- Emissão de fotocópias simples e autenticadas;
- Registo no SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de 178 cidadãos da União Europeia;
- Elaboração e registo de 131 Editais;

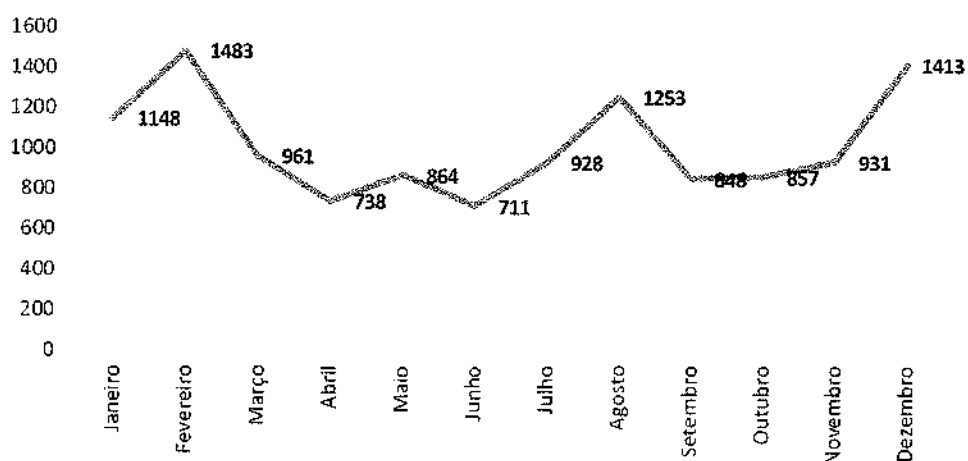
- Reencaminhamento do e-mail geral do Município, registando uma média diária de 100 e-mails;
- Atendimento telefónico, registando uma média diária de 120 telefonemas do exterior;
- Expedição de correio via CTT;

Em 2018, registou-se um total 12.135 de correio expedido, via CTT, tipificado do seguinte modo:

% do Tipo de Correio Expedido



Registo mensal do correio expedido



2.3.8 – SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS

Nos termos do despacho n.º 9714/2018, de 16 de outubro, o serviço de projetos técnicos tem como missão a “elaboração técnica de projetos de infraestruturas e equipamentos e o seu acompanhamento físico” tendo competências nas seguintes áreas:

- Elaboração técnica de projetos de obras e infraestruturas.
- Acompanhamento físico de obras.
- Topografia.
- Medições e orçamentação.
- Sinalização e trânsito.

Elaboração técnica de projetos de obras e infraestruturas

A esta área de competência estiveram afetos dois técnicos superiores da área funcional de arquitetura e três técnicos superiores da área funcional de engenharia civil. No âmbito dos projetos elaborados internamente houve apoio externo, através de contrato de prestação de serviços para elaboração de tarefas de desenhador, uma lacuna que se sente ao nível deste serviço e que se entende ser premente suprimir, e para elaboração de projetos de especialidades.

Elaboração de projetos

- Centro de Recolha Oficial (canil/gatil municipal) – projeto de execução (nova versão).
- Centro de Documentação Joaquim Ribeiro (adaptação do edifício da EB1 do Zambujal, com vista acolher o acervo documental e bibliográfico do Dr. Sérgio Ribeiro) – Projeto de execução.
- Unidade de Cuidados de Saúde de Alburitel (projeto de requalificação do antigo jardim-de-infância de Alburitel, adaptando-o a extensão de posto médico) Alburitel, Freguesia de Alburitel – Projeto de execução submetido a parecer da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), após o qual foi reformulado e aprovado pela ARSLVT.
- Unidade de Cuidados de Saúde de Olival (projeto de requalificação da antiga EB1, adaptando-a a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Ourém - Pólo de Olival), União de Freguesias de Gondemaria e Olival – Projeto de execução submetido a parecer

da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), após o qual foi reformulado e aprovado pela ARSLVT.

- Unidade de Cuidados de Saúde de Sobral (projeto de requalificação do antigo jardim-de-infância de Sobral, adaptando-o a unidade de Cuidados de Saúde), Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias – Projeto de execução submetido a parecer da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), após o qual foi reformulado e aprovado pela ARSLVT.
- Reabilitação do edifício sede do Museu Municipal de Ourém, tendo em vista a reabilitação do edifício e melhoria do ponto de vista da eficiência energética.
- Requalificação da EB1 de Rio de Couros – Projeto de Execução da Arquitetura (II 442/2018 – P.º 6529/2018).
- Beneficiações no gab 0.13 do edifício sede do Município de Ourém – Projeto de execução.
- Reabilitação do antigo mercado municipal para o Fórum Cultural – Programa preliminar.
- Instalação de cofre no edifício sede do Município de Ourém – Projeto de execução.
- Construção de edifício multiusos em Caxarias – Estudo Prévio.
- Requalificação da EM 356, Estrada Principal de Fátima – Programa preliminar.
- Requalificação da Avenida Papa João XXIII (troço de saída da A1 à Rotunda Sul) e primeiro troço da variante de Fátima (futura rotunda do Moimento à estrada do Moimento) – Programa preliminar.
- Ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9 – Programa preliminar.
- Requalificação urbana da EN113, troço compreendido entre o limite urbano e a cidade e Ourém – Programa e estudo preliminares.
- Parque de Pesados na cidade de Ourém, Pinheiro – Estudo prévio.
- Requalificação urbana da rua Tenente Coronel Moreira Lopes, Ourém – Ligação à Rua das Serradas, Ourém – estudo prévio e início da elaboração do projeto de execução.
- Reordenamento do estacionamento na rua de São Paulo, Fátima – Programa preliminar.
- Arranjo do entroncamento da Rua do Colégio de São Miguel com a Estrada da Moita, Fátima – Programa preliminar.
- Requalificação urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira (Troço entre as rotundas dos Álamos e do Ribeirinho) – Estudo prévio.

Acompanhamento físico de obras

Este acompanhamento de obras destinou-se essencialmente a acompanhar a prestação de serviços de fiscalização contratada.

- P070/2016 - Requalificação Urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira, Ourém;
- Centro Escolar do Olival – beneficiações;
- SGIMCI – Acompanhamento do funcionamento do sistema.

Topografia

Levantamentos topográficos

- Largo do Rossio – Cristóvão;
- Estrada do Casalinho e Rua do Estremadouro (junto ao apeadeiro de Seixa) – Seixa;
- Depósitos de água na Quinta de São Gens – Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias;
- Rua Nossa Senhora de Fátima – Ourém;
- Jardim de Le Plessis-Trévisé – Ourém;
- Rua Santa Teresa de Ourém – Ourém;
- Avenida D. Nuno Álvares Pereira (troço entre a rotunda junto ao Lidl e a rotunda da Rua dos Álamos com a Rua 5 de Outubro) – Ourém;
- Rua de Castela – Ourém;
- Rua Tenente Coronel Moreira Lopes – Ourém;
- Rua Dr. Júlio Constantino – Fátima;
- Troço na Rua São Domingos – Aldeia Nova / Olival;
- Cruzamento da Estrada da Moita com a Rua do Colégio São Miguel – Fátima;
- Cruzamento da Rua dos Moinhos da Fazarga com a E.N. 357 – Fátima;
- EB1 de Rio Couros – Rio de Couros;
- Escola dos Toucinhos – Alburitel;
- Escola Primária do Zambujal – Atouguia;
- Terreno junto ao Cemitério de Seixa – Seixa;
- Terreno contíguo ao Cemitério – Ourém/Freguesia de N.ª S.ª da Piedade;
- Para marcação da conduta da EPAL na E.N. 357 – Fátima;

- Para ligação de águas residuais ao coletor público de esgotos domésticos na Rua de Tomar – Alburitel;
- Para ligação de águas residuais ao coletor público de esgotos domésticos no largo João Lopes dos Reis – Peras Ruivas;
- Para ligação de águas residuais ao coletor público de esgotos domésticos no Campo de Futebol do Clube Atlético Ouriense – N.º S.ª da Piedade / Ourém;
- E Implantação das sondagens arqueológicas no Castelo – N.º S.ª das Misericórdias;
- E Implantação de limite junto ao parque linear – N.º S.ª da Piedade / Ourém;
- Para estudo da rampa de acesso a garagem do edifício nº 22, na Avenida D. José Alves Correia da Silva – Fátima;

Medições e Orçamentação

Elaboração de mapa de medições e estimativa

- Sistemas Técnicos a Instalar no Data Center (DR) do Estaleiro Municipal
- Reparação, substituição de rails, colocação de saís metálicas e de terminais
- Instalação de Cofre no Edifício Sede do Município de Ourém
- Centro de Recolha Oficial de Ourém (canil/gatil)
- EB1 Amieira
- EB1 Boleiros
- EB1 Gondemaria
- EB1 Maxieira
- EB1 Moita Redonda
- Jardim-de-infância Boleiros/Maxieira
- Centro Escolar Misericórdias – Separador de Gorduras.

Análise do Mapa de Medições e Estimativa de Projetos externos

- UCS Alburitel.
- UCS Olival.
- UCS Sobral.
- Requalificação de Estrada EM357.
- Centro de Documentação Joaquim Ribeiro – Zambujal

- Parque de Lazer da Cidade de Fátima (Parque das Pedreiras).
- Ampliação do Parque Desportivo do Caneiro.
- Expansão do Parque Dr. António Teixeira – fase 1.

Sinalização e Trânsito

- Análise e trabalho de campo para produção de 89 informações sobre sinalização.
- Análise e trabalho de campo para produção de 111 informações sobre ocupação de vias e outros.

Energia e eficiência energética

Relativamente a esta área, embora não conste nas áreas de competência ou de atividade deste serviço, considerando que lhe está afeto um técnico superior da área funcional de engenharia eletrotécnica e de computadores, têm vindo a ser elaboradas tarefas da área de energia e eficiência energética, conforme se enumera seguidamente.

Processos relacionados com a concessionária da rede de distribuição de energia no concelho.

[EDP – Distribuição]

- Reporte de anomalias na rede de iluminação pública e reclamações sobre anomalias de funcionamento (Horário).
- Análise de pedidos de iluminação pública de que resultam eventualmente a realocação de luminárias e pedidos de extensão de rede de iluminação pública.
- Eficiência energética na iluminação pública, com análise de resultados após implementação de tecnologia Led em determinados lugares do concelho.
- Ao abrigo do plano de erradicação de tecnologia de Mercúrio no concelho, a concessionária da rede, (EDP Distribuição) está a proceder à substituição de luminárias de vapor de Mercúrio por tecnologia mais eficiente - LED. É expectável que no prazo de 6 meses o concelho não disponha de luminárias com tecnologia de vapor de mercúrio.

Procedimento de aquisição de energia (gás e eletricidade) para instalações do Município

- Esclarecimentos e relatório final do procedimento de fornecimento de energia ao município, com integração de instalações da Ouremviva EM. S.A.

- Fornecimento de gás a instalações que transitaram da Ourémviva EM. S.A. Consumos e estimativas para concurso a desenvolver.

Pareceres técnicos na especialidade elétrica e telecomunicações em projetos em curso

- Parque desportivo Caneiro – Freguesia de Misericórdias.
- Parque das Pedreiras - Fátima.
- Requalificação Urbana de Alburitel.
- Jardim de Le Plessis-Trévis, Ourém – Freguesia de N.ª S.ª da Piedade.
- Centro Escolar Carvoeira – Caxarias.
- PEDU – Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira.
- Requalificação da EM 357 - Estrada de Leiria – Fátima
- Requalificação da Rua Tenente Coronel Moreira Lopes.

Pareceres técnicos na especialidade elétrica e telecomunicações de obras em curso no Município

- Análise e informação de processos de intervenção na via pública referente a ramais de abastecimento de Baixa Tensão.
- Análise de processos de construção de infraestruturas de comunicações eletrónicas no concelho de Ourém.

Procedimentos de instalação de equipamentos

- Esclarecimentos do procedimento “Alojamento do DATA CENTER no Estaleiro. Equipamento AVAC, Quadro Elétrico e Grupo de emergência.”
- Manutenção e substituição de equipamento AVAC instalado na Ucharia do Conde.
- Grupo gerador de emergência que socorre o edifício Paços do Concelho.

Sistemas técnicos instalados em edifícios municipais: sistemas elétricos, AVAC, elevadores e intrusão

- Resolução de diversos assuntos relacionados com climatização e sistemas elétricos em instalações municipais.
- Acompanhamento da equipa responsável pelos elevadores, com realização de inspeções técnicas;

- Procedimento para manutenção de equipamentos AVAC em edifícios municipais.
- Coordenação dos serviços de manutenção preventiva a sistemas AVAC, implementação de estratégia.
- Análise e reporte de anomalias em centrais de intrusão.
- Procedimento para operacionalização dos sistemas de intrusão em instalações municipais
- Análise e reporte de anomalias em sistemas de bombagens, pluviais e residuais.
- Análise e reporte de anomalias em bancos de baterias, energia reativa.
- Análise, reportes e apoio na reparação de sistemas de iluminação em centros escolares.

Energia para equipamentos instalados na época de Natal 2018/2019.

- Definição dos locais para instalação de equipamentos.
- Pedidos de viabilidade junto da concessionária (EDP-Distribuição).
- Instalação dos CPE (Códigos de Ponto de Entrega) provisórios, pista de gelo e iluminação de Natal.
- Formalização dos contratos de energia eventual.
- Apoio técnico às equipas envolvidas.

Eficiência energética em edifícios municipais

- Estudo de soluções técnicas de racionalização de consumos:
- Caracterização dos equipamentos de Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) instalados em edifícios municipais.
- Monitorização de consumos de eletricidade, gás e gasóleo para aquecimento.

2.3.9 – SERVIÇO DE TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este serviço tem como missão promover a imagem do Município além-fronteiras e planear e programar as deslocações oficiais ao estrangeiro e as visitas de entidades e personalidades estrangeiras ao Município, assim como desenvolver e aprofundar as geminações. Compete-lhe também dar apoio ao tecido empresarial.

Projetos Desenvolvidos

PROMOÇÃO TURÍSTICA

Shrines of Europe – Rede cidades Santuário da Europa

O Município de Ourém deu um passo importante no sentido de intensificar o trabalho na consolidação de uma Rede Europeia de Cidades Santuário. Neste sentido, assinou um contrato a IDTOUR (empresa *spin off* da Universidade de Aveiro). Esta iniciativa teve como objetivo iniciar um processo de trabalho, que pretende envolver, numa base nacional e internacional, as comunidades locais, os parceiros institucionais, os agentes do turismo, os centros de conhecimento, entre outros.

O Município de Ourém pretende assim co-liderar iniciativas que conduzam esta rede à adoção de modelos de trabalho conjunto, mais formais e comprometidos entre todos os parceiros europeus, num processo que vai assentar na partilha e transferência de informação e conhecimento entre todas as entidades parceiras envolvidas.

O Município de Ourém integra o grupo das sete cidades-santuário denominado 'Shrines of Europe' (Rede de Cidades Santuário da Europa), que, além de Fátima, é composto por Lourdes (França), Loreto (Itália), Czestochowa (Polónia), Mariazell (Áustria), Altötting (Alemanha) e Einsiedeln (Suíça), cidades que apresentam em comum o facto de acolherem no seu território importantes santuários. As cidades parceiras constituem alguns dos destinos de turismo religioso mais procurados na Europa, as quais, por essa razão, apresentam contextos e dinâmicas sociais, culturais e económicas similares. Estas realidades têm também merecido a reflexão entre as cidades parceiras no sentido de procurarem adotar estratégias de planeamento, ordenamento e desenvolvimento que promovam os territórios e em simultâneo respondam aos desafios que as mesmas apresentam como é disso exemplo o fenómeno da sazonalidade do turismo.

Ao longo dos últimos 25 anos este grupo de parceiros tem vindo a organizar diversas iniciativas de promoção e cooperação da Rede nas suas cidades, contudo, a inexistência de uma plataforma formalizada de trabalho regular tem limitado a prossecução de objetivos mais ambiciosos como, por exemplo, o acesso a incentivos comunitários específicos.

Assim, este projeto ambiciona criar as condições para a certificação de uma Rota Europa pelo Instituto Europeu das Rotas Culturais (<http://www.culture-routes.net>) que possibilite a criação e promoção de itinerários turísticos europeus e internacionais, a criação de um observatório internacional do turismo religioso, a dinamização de ações de promoção conjunta mais relevantes e incisivas, a organização conjunta de congressos e eventos culturais internacionais, iniciativas estas conducentes à promoção e afirmação de Fátima enquanto um dos principais destinos católicos de peregrinação mariana no mundo.

Com este projeto a autarquia pretende ainda contribuir para a promoção da cidade de Fátima nas regiões de influência das cidades-santuários parceiras da Rede, projetando Fátima como um destino universal, de fé e espiritualidade, que congrega anualmente milhões de pessoas oriundos de todo o mundo.

Foram definidas iniciativas a concretizar no primeiro ano de trabalho, desde logo a criação de um conselho científico internacional, a organização de um congresso internacional ou a edição, em parceria com a Universidade de Aveiro de um número em revista científica especialmente dedicado ao Turismo Religioso. Neste período serão levados a cabo os contactos com os parceiros para discussão das bases de trabalho e a estratégia conjunta para o processo de adesão às Rotas Culturais da Europa.

Colaboração na Organização do 6º Workshop Internacional de Turismo Religioso

A ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima, em colaboração com o Município de Ourém, o Município da Guarda e o Santuário de Fátima, com o apoio do Turismo de Portugal e do Turismo do Centro de Portugal, organizou os VI Workshops Internacionais de Turismo Religioso nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro, em duas cidades: Fátima e Guarda, Portugal.

Foram convidados a participar nestes Workshops todos aqueles que têm interesse na temática do Turismo Religioso, e em especial no tópico proposto para este ano: “Globalização e Turismo Religioso”.

De forma mais consistente, a organização incentivou a participação de empresas do Trade especializadas ou com manifesto interesse no turismo religioso, nomeadamente operadores turísticos, empreendedores turísticos, facilitadores e criadores de alojamento local, empresas

de animação turística, de transportes, de restauração, entre outros empresários com atuação nesta área.

Organização da representação do Município na FIT – Feira Internacional da Guarda (28 de abril a 1 de maio)

De 28 de abril a 1 de maio, o Município de Ourém marcou presença na Feira Ibérica de Turismo – evento que se assume como um certame de referência dedicado ao turismo numa perspetiva ibérica, recebendo expositores de toda a península. Como plataforma transfronteiriça no panorama nacional e ibérico dos eventos ligados ao Turismo, a FIT tem como objetivo assegurar a divulgação, promoção, captação e desenvolvimento de fluxos turísticos e de valorização dos recursos endógenos desta vasta e riquíssima região. Os seus principais objetivos assentam no fomento do intercâmbio estratégico e económico transfronteiriço, no estímulo ao relacionamento comercial entre ambos os países e, consequentemente, no desenvolvimento das regiões.

Esta organização assentou numa parceria constituída pelas seguintes entidades: Município de Ourém, ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima e INSIGNARE.

Organização das Comemorações do dia Mundial do Turismo em Ourém

No dia 27 de setembro, o Município de Ourém e a ACISO - Associação Empresarial de Ourém-Fátima, em parceria com a Escola de Hotelaria de Fátima e a ADIRN, promoveram um vasto programa comemorativo do Dia Mundial do Turismo, este ano subordinado ao tema “Turismo e a Transformação Digital”.

A Vila Medieval de Ourém foi o palco escolhido para a segunda parte do evento, à qual compareceram o Presidente da Câmara Municipal de Ourém, Luís Miguel Albuquerque, e os Vereadores Isabel Costa e Natálio Reis. João Moura, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, marcou igualmente presença num final de tarde onde os participantes foram recebidos com um momento musical da Academia de Música Banda de Ourém (AMBO).

A parte artística teve continuidade com uma peça teatral denominada "Os Condestáveis", feita propositadamente para o evento por um grupo de jovens Oureenses, servindo de mote para um

jantar alusivo ao tema: "Uma viagem ao futuro", pensado e concebido pelo Chef Francisco Pimenta, com o apoio da Escola de Hotelaria de Fátima.

No decorrer do jantar, após uma introdução feita por Ana Rodrigues e Tiago Almeida, representantes da empresa *Crossing Answers*, uma empresa orientada para a implementação de tecnologia digital nos vários meios da sociedade, teve a palavra o Presidente da ACISO, Domingos Neves, que no seu discurso agradeceu publicamente todo o apoio que a Câmara Municipal de Ourém tem dado a esta associação ao longo do tempo. Domingos Neves referiu a importância que as novas tecnologias representam para o crescimento do turismo atual, sendo este um fator importante para o crescimento económico.

Acompanhamento e divulgação do Programa "Fátima – Tomar STAYOVER" em Ourém

A ação promocional "StayOver Fátima-Tomar", promovida pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), vai decorrer na época de primavera/ verão de 2019 (entre abril e setembro) e será apresentada em março, na próxima BTL. Tem como objetivo contribuir para o aumento das estadas médias nas unidades de alojamento dos concelhos do Médio Tejo através da promoção do potencial do destino para estadas iguais ou superiores a duas noites junto do mercado interno. Em troca serão concedidas três tipologias de vantagens aos clientes que adiram à campanha e reservem diretamente o alojamento através dos serviços/meios de reserva da própria empresa (sem o apoio de qualquer central de reservas ou plataformas de intermediação).

O projeto visa ainda contribuir para melhorar a perceção do valor e da imagem integrada do destino pelo consumidor final, assim como o reforço do trabalho de cooperação entre as entidades e os agentes do Médio Tejo. Esta iniciativa é cofinanciada pelo Centro2020 e UE, e decorre das novas atribuições da CIMT para o desenvolvimento e promoção do turismo no Médio Tejo junto do mercado interno.

O projeto é promovido pela CIMT em associação com os municípios do Médio Tejo, tem o acompanhamento da CCDRC e da Turismo do Centro, conta com a parceria estratégica da ACISO, e está a ser executado pela IDTOUR.

PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE IDAS AO ESTRANGEIRO

Organização da Participação no Fórum Turismo do Mediterrâneo, Malta, 1 e 2 de março de 2018

O presidente da Câmara de Ourém, Luís Albuquerque, deslocou-se até Malta a convite do secretário geral da Fundação Turismo do Mediterrâneo para participar como orador no Fórum Turismo do Mediterrâneo. Além da participação no fórum, o município de Ourém recebeu o “Prémio Mediterrâneo de Turismo”, como reconhecimento pelo contributo na elevação da região mediterrânea enquanto destino de qualidade no mundo.

O Fórum Turismo do Mediterrâneo reúne cerca de 1200 participantes de 39 países e serviu de palco para o presidente da Câmara Municipal apontar os vários exemplos que têm sido colocados em prática para projetar Fátima no mundo e deste modo atrair cada vez mais turistas.

A exposição ouriense teve como título “Fátima – o caso de uma boa prática” em turismo e relevou ideias como “é fundamental alargar a oferta turística em Fátima durante todo o ano”, além de ser necessário “apostar numa boa organização dos espaços e dos eventos, investir em segurança e melhorar as acessibilidades aos locais sagrados” e “estabelecer parcerias e assegurar a sustentabilidade” dos espaços.

Organização da deslocação a Ohio, Estados Unidos da América, 9 a 12 de agosto de 2018

Conforme deliberação tomada na reunião do órgão executivo de 6 de agosto, o Presidente da Câmara Municipal de Ourém Luís Miguel Albuquerque deslocou-se no passado fim de semana ao Estado de Ohio, Estados Unidos da América, para assinatura de Memorando de Entendimento para estabelecimento de um vínculo de cidades irmãs entre Ourém e Russells Point.

Este acordo, o primeiro que Ourém efetua com um Município Americano, visa na sua essência dinamizar atividades que beneficiem ambos os municípios e os seus habitantes e promover uma parceria ao nível do Turismo. Saliente-se que neste Município existe um Santuário dedicado a Nossa Senhora de Fátima.

Esta visita permitiu ainda a assinatura de um Acordo com a American Society of Éphesus – Fundação George W. Quatman, que possibilitará o apoio por esta entidade à requalificação da Estrada da Ortiga (ligação entre a Igreja Paroquial e o Santuário da Ortiga). Esta intervenção permitirá a requalificação desta estrada através da construção de um corredor pedonal e melhoria do piso.

Nesta visita o Presidente Luís Miguel Albuquerque, acompanhado pela Presidente de Russells Point, Sra. Robin Reames e do Presidente da American Society of Éphesus, Sr. Bill Quatman, participou ainda na cerimónia religiosa que se realizou, como habitualmente, no dia 12 de agosto. Esta missa que contou com a presença de cerca de três centenas de participantes, foi presidida pelo Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Cincinnati – D. Joseph R. Binzer.

PLANEAMENTO E PROGRAMA DE VISITAS AO MUNICÍPIO

Organização da receção da presidente da república de malta e do presidente da república portuguesa (16 de maio)

No dia 16 de maio a Presidente da República de Malta, Marie-Louise Coleiro Preca, e o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa visitaram Ourém. A receção decorreu no antigo edifício dos Paços do Concelho e surge na sequência da participação do Presidente da Câmara Municipal de Ourém no Fórum Turismo do Mediterrâneo, realizado em Malta, onde Luís Miguel Albuquerque foi agraciado com o “Prémio Mediterrâneo de Turismo” pelas boas práticas de turismo executadas em Fátima.

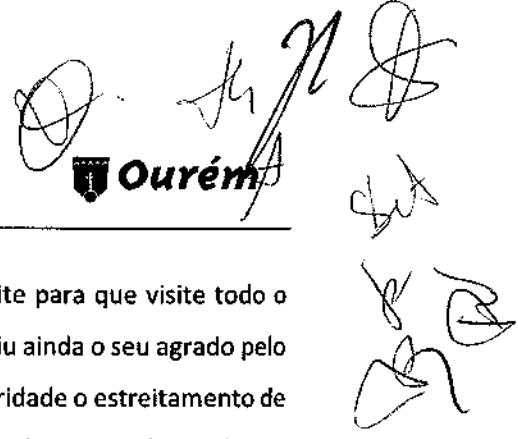
Organização da receção da ministra do Turismo da Jordânia (25 de maio)

A Ministra do Turismo da Jordânia, Lina Annab, foi recebida no dia 25 de maio pelo Presidente da Câmara Municipal de Ourém, Luís Miguel Albuquerque.

A visita ao Município de Ourém teve como objetivo a criação de sinergias entre Ourém e a Jordânia para criar pontes que facilitem a troca de informações e de conhecimentos no que ao turismo religioso diz respeito.

Receção do embaixador da república da Coreia do Sul em Ourém (6 de junho)

O Embaixador da República da Coreia do Sul, Chul-min Park, foi recebido no dia 6 de junho pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Albuquerque. O Presidente da Câmara manifestou



Ourém

a sua satisfação pela visita do Embaixador Coreano e lançou o convite para que visite todo o concelho e conheça as várias atrações que temos para oferecer. Referiu ainda o seu agrado pelo forte crescimento de turistas coreanos em Fátima e definiu como prioridade o estreitamento de relações com entidades coreanas que permitam aumentar o índice de permanência destes turistas no nosso território. Neste contexto, Luís Miguel Albuquerque referiu algumas ações já desenvolvidas em parceria com a ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima para promoção de Fátima no Mundo e convidou o Embaixador Chul-min Park para participar no Workshop Internacional de Turismo Religioso que vai decorrer em 2019. O Embaixador da República da Coreia do Sul mostrou-se muito agradado por estar em Ourém e confirmou a importância de Fátima no contexto turístico coreano. Mostrou ainda disponibilidade para a criação de sinergias que aumentem o número de turistas coreanos que visitam Fátima e Ourém e defendeu a necessidade de criar restaurantes de gastronomia coreana em Portugal, além da tradução para coreano das diferentes indicações dirigidas aos turistas.

Receção das Comitivas Internacionais, no âmbito do dia do Município 2018

- Le Plessis-Trévis (França) – comitiva de 2 elementos liderada pelo Presidente Didier Dousset;
- Altoetting (Alemanha) – Presidente Herbert Hofauer;
- Ourém do Pará (Brasil) – Comitiva de 5 elementos liderada pelo Prefeito de Valdemiro Fernandes Coelho Júnior;
- Raseiniai (Lituânia) – Comitiva de 3 elementos, liderada por elemento da Assembleia Municipal Steponas Nacius;
- American Society of Ephesus (EUA) – Comitiva de 4 elementos – membros da Direção da Fundação.

DINAMIZAÇÃO DAS PARCERIAS INTERNACIONAIS / GEMINAÇÕES

Fortalecimento de contactos da rede internacional de cidades com as quais o Município assume cooperação.

Neste período o STRI assegurou o apoio à concretização da assinatura dos seguintes acordos de cooperação:

- Acordo de cooperação Ourém – San Giovanni Rotondo (Itália)

O Município de Ourém celebrou com o Município de San Giovanni Rotondo (Itália) um acordo de cooperação na reunião de Câmara de 5 de março, protocolo que tem por objetivo o desenvolvimento de ações conjuntas em vários domínios, mas especialmente ao nível do turismo religioso.

GESTÃO DO ESPAÇO EMPRESA

O Município de Ourém assume como grande prioridade o apoio às empresas e ao empreendedorismo local. Neste contexto, definiu a implementação de um “Espaço Empresa” que efetua um atendimento e acompanhamento personalizado às empresas e empresários, promovendo a competitividade e a internacionalização da economia local, além de potenciar recursos e competências para impulsionar a criação de emprego.

ORGANIZAÇÃO DOS MERCADOS ECORURAIS

Na manhã do primeiro domingo de cada mês tem uma animação diferente junto à Igreja Matriz de Ourém que se transforma para receber os “Mercados Ecorurais”.

A iniciativa permite aos pequenos produtores do concelho escoar os seus produtos, criando oportunidades de negócio. Entre as 09.00H e as 13.00H, os comerciantes do concelho usufruem de uma banca e equipamento de apoio à venda dos produtos. Uma oferta que inclui produtos agrícolas, vinho, mel, bolos, pão, artesanato, entre outros bens.

2.3.10 – SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

O Serviço de Fiscalização e Contencioso é uma unidade orgânica flexível, cuja missão, de acordo, com ficha de caracterização publicada no DR- II Série em 1 de junho de 2018, consiste em garantir a prestação de serviços de apoio na área jurídica e zelar pelo cumprimento das normas e regulamentos municipais, assegurando a sua legalidade e a salvaguarda do interesse público.

As suas competências e áreas de atividade incidem sobre: assessoria jurídica; contencioso; contraordenações; execuções fiscais; apoio e informação ao consumidor; fiscalização municipal; licenciamento de atividades económicas não urbanísticas; gestão do cemitério municipal e da casa mortuária, metrologia e notariado.




 **Ourém**




Durante o ano de 2018 foram desenvolvidas e quantificadas as atividades que a seguir se enunciam.

- **Setor de SAJCC- Assessoria Jurídica, Contencioso e Contraordenações**

Neste setor estiveram afetos dois técnicos superiores juristas (um a partir de 1 de julho de 2018) e um coordenador técnico que desenvolveram as seguintes atividades:

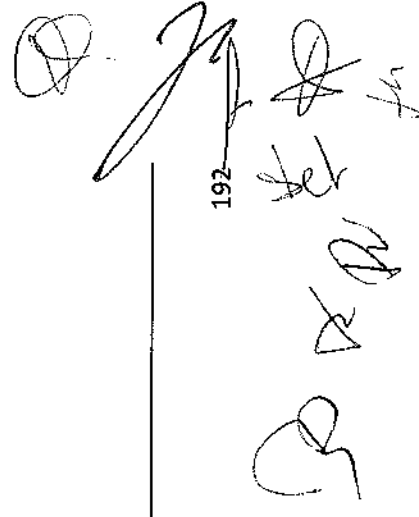
 



Tipologia de trabalho	Quantidade	Observações
Informações elaboradas e registadas em sistema informático SGD e SPO Nota- Para além destas informações, muitas outras foram prestadas nos próprios processos, sobretudo em processos de licenciamentos urbanísticos.	136	Inclui pareceres técnico-jurídicos e informações administrativas
Processos de contraordenação instaurados pela CMO contra terceiros	82	Por infrações a diversas leis, decretos-lei e regulamentos
Processos de contraordenação decididos	41	
Notas de ilicitude (por o auto de notícia / participação estar incorreta) e despachos diversos elaborados pelos instrutores nos processos de contraordenação	24	
Pessoas inquiridas nos processos de contraordenação, e noutros procedimentos (pedidos de indemnização)	33	
Processos de contraordenação impugnados judicialmente	1	Por o arguido ter recorrido judicialmente da decisão. Foi feita a correspondente análise técnica, a sustentar a posição do Município, antes de os remeter a Tribunal
Processos de contraordenação remetidos a Tribunal para execução	6	Para cobrança da coima e/ou das custas aplicadas pela CMO
Processos de contraordenação remetidos a Tribunal com participação de crime	2	São simultaneamente matéria de crime e de contraordenação

Importâncias cobradas em processos de contraordenação	€25.969,22	Coima e custas recebidas em processos de contraordenação
Organização e acompanhamento de processos judiciais de que é parte o Município (como réu e como autor)	33	Em 2018 foram instauradas 9 novas ações judiciais, que o SAJCC saíba. A 31.12.2018 havia 33 processos judiciais a decorrer, que o SAJCC saíba.
Elaboração de lista de processos judiciais com eventuais pedidos de pagamento de indemnizações	Diversas	Para elaboração do orçamento
Pedidos de indemnização analisados, movidos contra o Município por responsabilidade civil extracontratual – em regra por acidentes de viação	26	
Atendimento presencial e telefónico, reuniões com mandatários de requerentes e de arguidos, reuniões com colegas de serviço (essencialmente DAS, DOT, SMPC e DGF), com dirigentes da CMO e representantes de entidades externas (ex.: LSA, MP, Be Water)	Não contabilizados	Nas diligências desenvolvidas foi prestada colaboração relativamente a processos de diversa natureza, que correm no serviço, e ainda noutros que correm por outras unidades orgânicas, cujos esclarecimentos prestados foram essencialmente de índole jurídica e administrativa.
Visitas a obras ou outras situações, e desenvolvimento de diligências junto de outras entidades	Diversos	Para conhecimento dos factos e recolha de prova com vista a informação / decisão técnica dos processos/participação como testemunha

Adaptação, às alterações legais, de minutas usadas em processos de contraordenação	Diversos	Organização de documentos para colocar no programa informático e em ficheiros partilhados
Elaboração de várias minutas novas	Diversas	Decorrentes de alterações legislativas nos diplomas legais com os quais o SAJCC trabalha
Processo de contraordenação já findos	Diversos	Organização e remessa ao arquivo
Elaboração de relatórios	Diversos	Relatórios de atividades devolvidas no SAJCC, para apresentar periodicamente à Assembleia Municipal, para integrar os documentos de gestão e para elaboração do orçamento
Divulgação e análise de legislação	Diversos	Consulta diária do Diário da República divulgação de alguns diplomas com índices e notas interpretativas
Elaboração de notificações diversas e sua expedição documentada; entrega de processos em Tribunal; elaboração de relatórios; emissão de guias; gestão dos sistemas informáticos de processos de contraordenação e seus formulários; organização dos processos, contagem de prazos e sua calendarização para decisão; pesquisas, etc.	Diversos	Tarefas desenvolvidas essencialmente pela assistente administrativa



- **Setor de SEF- Serviço de Execuções Fiscais**

As atividades neste setor foram acompanhadas por um jurista e por um coordenador técnico.

Em 26 de junho de 2018 foi celebrado Protocolo entre o Município e a Autoridade Tributária e Aduaneira, à luz do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na versão aditada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, retificada pela declaração de retificação n.º 10/2016, de 25 de maio, que tem como objeto a definição dos termos e condições em que a administração tributária é competente para a cobrança coerciva de todas as taxas e outras receitas administradas pelo Município, entre as quais as receitas provenientes da cobrança de taxas previstas no Regulamento e tabela geral de taxas e outras receitas do Município de Ourém, designadamente:

- a) Taxas pela prestação de serviços administrativos e fornecimento de documentos;
- b) Taxas por ocupação do domínio público municipal;
- c) Taxas de publicidade;
- d) Taxas de mercados e feiras (venda ambulante),
- e) Taxas do cemitério e casa mortuária;
- f) Taxas urbanísticas e taxas pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas;
- g) Taxas pela utilização de equipamentos públicos de utilização coletiva;
- h) Receitas pela prestação de serviços de saneamento, tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos.

No âmbito daquele Protocolo efetuaram-se cerca de 167 notificações - 42 notificações com pagamento e emitiram-se 70 certidões de dívida. Encontram-se ativas 56 execuções (13 extintas por pagamento e uma anulada por erro de NIF).

- **Setor de SAICLNUCCM- Apoio e Informação ao Consumidor, Licenciamentos**

não Urbanísticos, Cemitério e Casa Mortuária.

O serviço de atendimento e de apoio ao consumidor foi assegurado pelo chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso.

As tarefas sobre Licenciamentos não Urbanísticos, Cemitério e Cada Mortuária foram desempenhadas por dois técnicos superiores (um desde o dia 1 de junho de 2018), um coordenador técnico, dois assistentes técnicos e dois assistentes operacionais.

Durante o ano de 2018, o serviço de atendimento e apoio ao consumidor recebeu várias reclamações relacionadas com faturação de consumo exagerado de água, energia e sobretudo de telecomunicações.

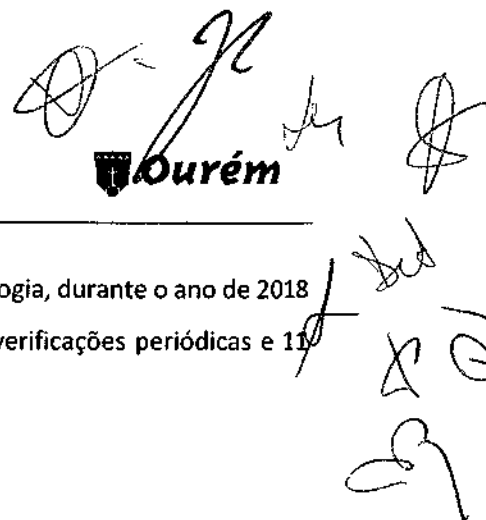
Apresentámos ao CNIACC (Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo) duas reclamações sobre fornecimento de bens, uma delas associada a um contrato de crédito, que foram resolvidas por conciliação das partes.

Quanto aos Licenciamentos Não Urbanísticos e no mesmo ano foram apresentadas 104 Comunicações Prévias no âmbito do RJACSR (Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração) e emitidas as seguintes licenças e autorizações:

Cartão de vendedor no mercado	18
Inumação de cadáver em sepultura	44
Inspeção de elevadores	381
Licença Especial de Ruído	195
Mera Comunicação Prévia – RJACSR	104
Licenciamento Publicitário	33
Manifestação/Prova Desportiva	75
Autorização de Peditório	2
Ocupação de Espaço Público	16
Táxi - Transferência de titular	0
Táxi - Averbamento de novo veículo	0
Cartão de residente	10
Concessão de sepultura perpétua	17
Recinto itinerante ou improvisado	0
Certidão de ciclomotor	2
Alargamento de Horário de Funcionamento	8
Selagem de elevador	0
Renovação cartão guarda-noturno	0

- **Setor de SM - Metrologia**

Atividades desempenhadas por um assistente técnico:

 **Ourense**

De acordo com o plano de calibração existente no serviço de metrologia, durante o ano de 2018 procedeu-se à verificação metrológica de 555 instrumentos (544 verificações periódicas e 11 primeiras verificações)

- **Secção de SF- Fiscalização**

Esta secção foi composta, durante o ano de 2018, por duas brigadas de fiscalização divididas por duas zonas territoriais e por uma brigada específica de fiscalização da verificação do cumprimento de regulamentos municipais, nomeadamente os regulamentos de publicidade e de ocupação de espaço público, sendo os serviços administrativos assegurados por um coordenador técnico e por um assistente técnico, que executaram as seguintes tarefas:

Tarefas	Quantidades
Informações efetuadas pela secção de Fiscalização sobre vários assuntos	457
Número de informações efetuadas pelos Fiscais Municipais no SPO (Sistema de Processamento de Obras)	548 – Diversos assuntos
Número de autos de notícia levantados para instrução de processos de contraordenação.	29
Instrução de processos de regularização (Reposição da legalidade urbanística)	35
Número de obras implantadas	41
Número de obras visitadas	334
Número de operações urbanísticas embargadas	4
Número de demolições / reposições executadas coercivamente pelos serviços da CMO	3 – Remoções efetuadas, 2 Demolições e 1 Beneficiação
Emissão de certidões	101

2.3.11 – SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Despacho n.º 5465/2018 - Publicação: Diário da República n.º 105/2018, Série II de 2018-06-01

- Organização dos Serviços Municipais, torna público que a Câmara Municipal, em sua reunião

de 30 de abril de 2018, deliberou aprovar a criação de 12 unidades orgânicas flexíveis e que o Presidente da Câmara, por despacho proferido no mesmo dia, decidiu criar 3 subunidades orgânicas.

O Serviço de Ambiente e Sustentabilidade tem como missão planejar, programar e desenvolver a ação municipal no domínio da promoção ambiental, acompanhamento técnico do contrato de concessão de águas e do contrato de prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

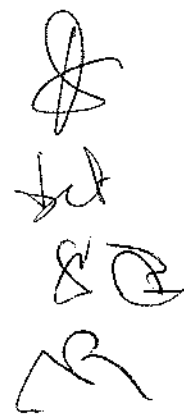
Atividades de Destaque Desenvolvidas no SAS em 2018

Projeto Ourém Mais Limpo

No dia 2 de junho, no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente que se celebra a 5 de junho, a Câmara Municipal promoveu o projeto "Ourém Mais Limpo - 2018". Para além da natureza ambiental, o projeto teve um cariz de responsabilidade social, com objetivos de promoção da sustentabilidade ambiental e de dinamização do espírito social de ajuda e do saber cuidar do nosso território.

Este projeto foi dinamizado pelos serviços municipais da SAS em articulação com as juntas de freguesia e teve como objetivo principal a remoção de todos os resíduos (lixo) existentes na área do Município de Ourém por freguesia, tendo sido identificadas várias lixeiras e focos de lixo. Para isso convidaram-se todos os voluntários e associações que pudessem disponibilizar parte do seu tempo neste projeto, bem como empresas que tivessem meios ou bens para que se pudesse alcançar uma taxa de sucesso elevada.

Ao todo participaram cerca de 500 voluntários, desde associações de diversos tipos, escolas, escuteiros, clubes desportivos, bombeiros, clubes de caçadores, filarmónicas, casas do povo e ranchos, tendo aparecido mais voluntários no próprio dia do que aqueles estavam inscritos até sexta-feira à tarde. Participaram também empresas parceiras com maquinaria pesada e empresas que patrocinaram o projeto com diversos tipos de bens. De modo a evitar problemas de contaminação para os voluntários, o amianto disperso por diversos focos na área do Município foi recolhido no dia anterior, com destino ao aterro sanitário da Resilei em Leiria.



As atividades de remoção de resíduos decorreram principalmente de manhã, entre as 8:30 horas e as 13:00 horas, existindo algumas freguesias em que o trabalho se desenvolveu também durante a tarde até às 17 horas. Antes do início dos trabalhos o município entregou camisolas com o emblema do projeto, um par de luvas e um kit com uma água, uma sandes e uma maçã, tendo sido dadas as instruções necessárias.

Atendendo à diversidade do território, o projeto foi dinamizado de formas diferentes em cada freguesia. Em algumas freguesias mais limpas, quase sem lixeiras, os voluntários foram direcionados para a recolha de resíduos nas bermas das estradas e na Zona Industrial de Ourém, tendo-se verificado uma elevada quantidade de plástico e papel que provavelmente foi lançado fora por viaturas em andamento. Também foram feitas recolhas porta-a-porta de monos.

Nas lixeiras, os voluntários retiraram numa primeira fase os monos que eram resíduos mais volumosos e depois o lixo mais pequeno que foi ensacado, tendo sido colocado em carrinhas/camiões ou em benes com destino ao Ecocentro de Gondemaria ou ao Aterro Sanitário de Leiria. Os pneus foram conduzidos para o operador licenciado na região, a empresa Ecomais. Foram também entregues em operador licenciado, na ValorFito, os resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos.

Por todo o concelho verificou-se uma elevada quantidade de resíduos de construção e demolição, cerca de 210 toneladas, principalmente inertes em lixeiras e em bermas que foram removidos recorrendo a maquinaria pesada e a camiões. Estes resíduos tiveram três destinos: operador licenciado Desarfate; operador licenciado Terrarito; britadeira da entidade Construções Martins e Reis localizada em Vale de Cavalos para a britagem de inertes e reaproveitamento em obras públicas.

A Ribeira de Seiça também foi alvo de limpeza que consistiu na remoção de resíduos de plástico que estavam nas margens, tendo sido realizados trabalhos preparatórios que consistiram na criação de um canal para a passagem junto à ribeira, entre a Ponte dos Namorados e a Ponte da Olaia, para que os voluntários pudessem circular livremente, desfrutando da inquestionável beleza deste ecossistema ribeirinho. Para potenciar o mais importante que é a vida junto à ribeira, os voluntários também colocaram ninhos em locais estratégicos, que todos agora podem admirar, pois o circuito está feito e é para ser vivido!

O balanço final do projeto foi muito positivo, uma vez que, com a interajuda de todos foi possível deixar o concelho Mais Limpo, a um custo zero para o Município de Ourém, onde todos ficam ambientalmente mais ricos e com uma melhor qualidade de vida. Contudo existem preocupações com o dia seguinte, vindas também de voluntários que não gostam que sujem a sua terra.

Figura 1: "Ourém Mais Limpo em N.ª S.ª das Misericórdias"



Constituição da Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo -TEJO AMBIENTE

Em 2017, com a entrada de um novo Executivo era necessário tomar uma decisão, continuar com o procedimento para a concessão do serviço ou estudar uma solução alternativa. Desde cedo se verificou que o processo de concessão tinha uma desvantagem, que era a gestão do ciclo urbano da água fracionada, uma vez que o serviço de saneamento seria gerido em separado do serviço de abastecimento de água. Mesmo na eventualidade da concessão ser ganha pela Be Water, os dois prazos não eram compatíveis, uma vez que a concessão da água terminaria em 2027, o que era um prazo curto neste tipo de negócios e o saneamento teria um prazo de 30 anos.

Assim sendo, começou-se a pensar que a solução mais adequada seria ir ao encontro do objetivo referido, isto é, uma gestão do ciclo urbano da água que permitisse a gestão das duas componentes em simultâneo. Ainda foi estudada a hipótese de aguardar o término da concessão da água, para lançar um único procedimento de concessão, porém a necessidade de investimento para aumentar a atual taxa de cobertura de 46% seria um entrave a esta hipótese.

Deste modo, foram estudadas várias soluções alternativas. A empresa AdCL quis retomar a parceria Estado – Autarquia, porém a maior parte dos municípios não se mostrou interessado nesta possibilidade. De todos os sistemas analisados, o mais interessante foi a gestão da empresa “Águas do Ribatejo”, que é detida 100% por capitais dos municípios.




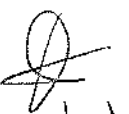
Entretanto surgiu a oportunidade de ser criada uma empresa intermunicipal, com os Municípios da CIMT. Com a finalidade de estudar a criação do sistema intermunicipal, a CIMT contratou a empresa “Defining Future Options” (DFO). Inicialmente todos os Municípios da CIMT estavam interessados nos estudos, à exceção de Torres Novas que tinha aderido recentemente à empresa “Águas do Ribatejo”. Durante o decorrer do processo, alguns Municípios mostraram dúvidas, tendo ocorrido avanços e recuos, ficando alguns pelo caminho, até que a situação se estabilizou e ficaram seis municípios, nomeadamente: Ferreira do Zêzere; Mação; Ourém; Sardoal; Tomar; e Vila Nova da Barquinha.

No início do processo, o estudo apenas compreendia o ciclo urbano da água, porém os Municípios chegaram a um acordo para englobarem ainda a Gestão de Resíduos Urbanos – Recolha de RU, de modo a integrar todos os serviços públicos essenciais na área do ambiente, nos quais o Município de Ourém terá sempre uma palavra nas decisões a tomar.

Houve sempre um grande cuidado para que o Plano de Investimentos fosse razoável e que nunca onerasse em demasia as tarifas. Foram, pois, previstos nos próximos 30 anos, investimentos de 33.815.732 € para infraestruturas de saneamento e abastecimento de água.

Fazer parte desta empresa com capitais exclusivamente dos Municípios, dá a estes, um poder de decisão que uma gestão privada ou uma gestão entre Estado- Autarquia jamais daria. Ourém conseguiu ainda as seguintes conquistas: a sede da Empresa Intermunicipal em Ourém, com a Administração; um elemento do concelho na Administração da empresa; e presidência da empresa rotativa por três elementos (Ourém, Tomar e entre os restantes).

O Ambiente é uma das grandes preocupações das sociedades atuais e espera-se que, com a criação da “Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo”, se esteja a dar um passo significativo para a sua melhoria em Ourém.



Atividades Desenvolvidas por Setores

Setor de Apoio Administrativo (SAA)

Missão: Promover uma boa imagem da Autarquia, através de uma comunicação com os Municípios e/ou Entidades Externas de forma expedita, clara e bem fundamentada.

Apoio Administrativo

Durante o ano de 2018, e na sequência do encerramento de atividade da empresa municipal OurémViva, o SAS, incorporou nos seus serviços, o serviço de recolha de monos (MONOS), com cerca de 239 pedidos de recolha, dirigidos ao Setor de Ambiente e Fiscalização (SAF), e o serviço de despejo de fossas (LDF), com cerca de 150 pedidos de despejo de fossas, dirigidos ao Setor de Gestão de Exploração de ETAR's Municipais (SGEEM).

Como consequência destas novas aquisições de serviços, o SAA, teve de proceder à criação de procedimentos e de duas novas bases de dados, para um maior controlo dos pedidos, bem como, proceder à criação de dois novos requerimentos para os novos pedidos.

As atividades realizadas pelo SAA, encontram-se relacionados com todo o apoio administrativo necessário do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade e os restantes setores.

Setor de Ambiente e Engenharia (SAE)

Missão: Promover uma melhor qualidade de vida à população do Município de Ourém, utilizando e fomentando a utilização das melhores tecnologias disponíveis em termos de engenharia, no que diz respeito à minimização de impactes relacionados com as áreas de ruído, ar, gestão de resíduos e limpeza urbana, controlando a qualidade do serviço prestado pelos parceiros privados e a conformidade com a lei pelos diversos agentes económicos que operam no Concelho.

Análise de Processos de Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana

No ano de 2018 deram entrada 115 processos na base de dados, de pedidos relacionados com a gestão de resíduos e limpeza urbana. No quadro seguinte é possível verificar a quantidade por tipo de processos nos últimos 5 anos.

Tabela 1: Processos por tipo e anos

N. Processos - Tipo	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Contentores para a via pública	19	24	16	29	28	46
Ilha ecológica	1	1	0	0	0	1
Festa/Eventos	4	3	3	10	6	10
Ecopontos	2	8	6	3	6	12
Contentores adicionais	13	9	18	14	13	7
Limpeza Urbana	6	3	2	0	3	6
Ecocentro de Fátima	---	---	---	22	11	33
Total	45	48	45	78	67	115

Dos processos existentes destacam-se os pedidos de contentores do sistema público e os pedidos de autorização de descarga no ecocentro de Fátima, registando estes um aumento significativo relativamente aos anos anteriores.

Em relação aos processos registados, voltou-se a verificar um aumento significativo, devido essencialmente aos pedidos de contentores para a via pública e aos pedidos de utilização do ecocentro de Fátima, o que denota uma maior divulgação dos equipamentos existentes.

Controlo de Atividade da SUMA – Prestação de Serviços de Recolha de RU e Limpeza Urbana

A SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A, através de um contrato de prestação de serviços celebrado em 1995 e renegociado em 2011 é responsável pela recolha e transporte até à estação de transferência da Gondemaria (ETG) de resíduos sólidos urbanos e pela limpeza urbana, existindo ao longo dos anos alterações contratuais.

Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RU RECOLHIDOS E TRANSPORTADOS ATÉ À ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA:

As quantidades de RU recolhidos colocados na ETG entre janeiro e dezembro foram as que constam do quadro seguinte:

Tabela 2: Quantidade de RU depositado na ETG da Gondemaria em 2018

Mês	Dif. ETG 2017	Total Depósito 2018				
		SUMA	Santuário	Ourémviva	CMO	Total (ETG)
janeiro	110,88	1.092,96	12,08	1,36	14,54	1.120,94
fevereiro	-42,2	933,66	9,76	2,16	9,94	955,52
março	50,34	1.136,04	14,58	2,260	12,72	1.165,600
abril	40,92	1.163,9	18,06	0	0	1.181,96
maio	-43,5	1.281,92	53,74	1,32	9,62	1.346,6
junho	18,86	1.187,36	27,76	0	34,36	1.249,48
julho	26,66	1.342,22	31,76	0	8,86	1.382,84
agosto	6,96	1.585,3	51,88	0	14,56	1.651,74
setembro	-10,74	1.205,52	29,78	0	16,74	1.252,04
outubro	38,48	1.242,6	35,88	0	7,28	1.285,76
novembro	7,82	1.070	12,08	0	14,48	1.096,56
dezembro	-6,74	1.087,62	11,14	0	10,78	1.109,54
Total	197,74	14.329,10	308,50	7,10	153,88(*)	14.798,58

Durante o ano de 2018, a quantidade de RU depositada na ETG aumentou 197,74 ton relativamente ao ano de 2017. No que diz respeito ao total de resíduos recolhidos pela SUMA verificou-se um aumento total de 129,42 ton, tendo também aumentado os resíduos depositados pela Ourémviva e CMO, de 22,98 e 95,45 ton respetivamente. Contrariando este

aumento, verificou-se uma diminuição dos resíduos provenientes do santuário de 50,12 ton em relação ao ano anterior.

Os últimos cinco anos verificou-se um aumento na produção total de resíduos urbanos, que vem contrariar a tendência de diminuição registada nos anos anteriores embora o aumento agora verificado não tenha sido tão acentuado como no ano anterior.

A produção de RU indiferenciados, evoluiu a um ritmo considerável desde o início da prestação do serviço de recolha por parte da SUMA no entanto, a partir de 2007 tem-se verificado a alteração dessa tendência, com uma diminuição progressiva da quantidade recolhida, que se alterou em 2014 (2014: +4,19%; 2015: +0,43%; 2016: + 1,46%; 2017: +8,08%; 2018: +1,35%).

Neste último ano, o aumento registado é inferior ao anteriormente registado de 8%, o que poderá indicar uma estabilização da produção, cujo aumento resulta do aumento do consumo, bem como do aumento da população flutuante em Fátima.

Limpeza Urbana

SERVIÇOS NORMAIS DE LIMPEZA URBANA

Em maio de 2018 entrou em vigor o acordo de redução de custos do contrato de prestação de serviços, o que envolveu a otimização dos serviços prestados, designadamente o serviço de limpeza urbana.

O serviço de limpeza urbana contratualizado é efetuado de segunda a quarta, sexta e sábado com início às 6h e à 5ª Feira com início às 07h30, abrangendo o núcleo central urbano da Cidade de Ourém e Fátima, incluindo a limpeza dos jardins em Ourém e Fátima, e a limpeza do recinto do mercado de Ourém com frequência trissemanal (das 07h às 10h30) e os núcleos das sedes de freguesias não abrangidas por Ourém e Fátima. Ao domingo é efetuado o serviço de limpeza urbana em Fátima, formalizado pela adenda ao contrato, das 07h às 11h, com recurso a dois cantoneiros.

O serviço de piquete (de tarde) é efetuado de terça a sexta, sábado e domingo com início às 12h, para limpeza das ilhas ecológicas e papeleiras em Ourém e Fátima.

No âmbito da limpeza urbana, na varredura normal, são extraídas algumas ervas.

APLICAÇÃO DE HERBICIDA

O contrato de prestação de serviço prevê a aplicação de herbicida em março e setembro por dois cantoneiros 24 dias (inteiros) por mês, no entanto verifica-se que tal não foi cumprido, ou seja, a herbicida não foi aplicada, tendo ficado nove cantões sem intervenção.

Tabela 3: Renovação em 2011 – Serviços a realizar

DESCRIÇÃO	Observações	PESSOAL			EQUIPAMENTO			MATERIAL	
		Motorista	Cantoneiro	Dias/mês	Tipo	Quant.	Quant/mês	Tipo	Quant/mês
2.6 Corte de ervas e aplicação de herbicida	Em Março e em Setembro		2	24	Veículo ligeiro Distribuidor manual quílo-co Pompadora	1	24	Herbicida (B)	14
						1	24	Gasolina (I)	25

A Suma não cumpriu a aplicação do herbicida contratual, uma das razões apontadas prende-se com a proibição de aplicação do glifosato o que torna o herbicida pouco eficaz. Esta situação revelou-se um ponto fraco da limpeza urbana mais uma vez durante o ano de 2018, pelo que surge a necessidade da empresa, em detrimento da aplicação de herbicida, reforçar o corte mecânico de ervas.

LAVAGEM MECÂNICA DE RUAS E PRAÇAS:

No contrato de prestação de serviços (aditamento), está prevista a lavagem semanalmente de maio a outubro (um motorista e camião quatro dias por mês) e quinzenalmente de novembro a abril (um motorista e camião dois dias por mês), pela análise dos dados reportados no quadro anterior podemos concluir que no período compreendido entre maio a setembro foram efetuadas 12 dias de lavagem, ficando aquém das 24 previstas no aditamento ao contrato. No período de novembro a abril não foram efetuadas lavagens, estando previstos no contrato 12 dias de lavagens. Podemos então concluir que mais uma vez a Suma não está a cumprir na íntegra as lavagens previstas no contrato de prestação de serviços.

Controlo de Atividade da Valorlis – Concessão do Serviço

Recolha e Transporte de Resíduos Recicláveis

RECOLHA DE REICLÁVEIS - VALORLIS:

A VALORLIS é responsável pela recolha seletiva, tal como está estabelecido no contrato de concessão, podendo visualizar-se a evolução desta recolha ao longo dos anos, na tabela seguinte.

Tabela: Quantidade de RU recicláveis depositados

Ano	Total Geral	Papel/Cartão		Vidro		Embalagens Plásticas e Metálicas	
		Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)
2004	764,30	320,00	-	355,00	-	76,80	-
2005	950,40	408,00	21,57	419,00	15,27	106,00	27,55
2006	1 097,80	464,00	12,07	473,00	11,42	136,00	22,06
2007	1 362,00	598,00	22,41	574,00	17,60	190,00	28,42
2008	1 514,29	619,91	3,53	649,46	11,62	244,93	22,43
2009	1 974,07	632,38	1,97	1.027,21	36,77	314,48	22,12
2010	1 996,00	613,00	-3,16	1.044,00	1,61	339,00	7,23
2011	1 918,00	555,00	-9,46	1.023,00	-2,0%	340,00	0,29
2012	1 640,80	593,80*	6,53	701,30	-45,87	345,70	1,65
2013	1 542,53	527,59	-12,55	679,27	-3,24	335,67	-2,99
2014	1 574,00	531,00	0,64	709,00	4,19	334,00	-0,50
2015	1 624,00	535,00	0,75	753,00	5,84	336,00	0,60
2016	1 684,55	550,36	2,78	786,28	4,23	347,91	3,42
2017	1 898,00	635,00	13,33	846,00	7,06	417,00	16,56
2018	1 871,00	658,00	3,50	795,00	-6,42	418,00	0,24

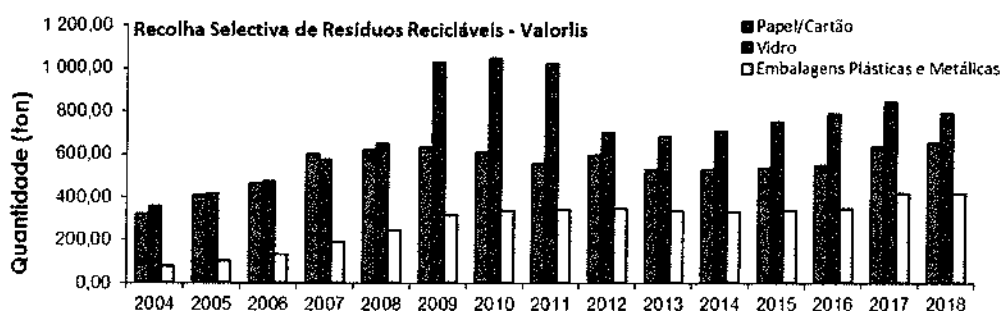


Gráfico: Evolução na Recolha Seletiva

Em 2018 volta a verificar-se um aumento de resíduos na fileira do papel/cartão e nas embalagens (embora ligeira), já a fileira do vidro registou uma diminuição significativa de 6,42 %, sendo que uma das principais razões desta diminuição deverá prender-se com a diminuição da frequência de recolha verificada no período de Verão, a Valorlis alegou falta de

meios para fazer face às necessidades verificadas principalmente em Fátima. Esta situação leva a uma diminuição total dos resíduos recicláveis recolhidos nos Ecopontos e Ilhas ecológicas de 27 toneladas.

A diminuição de 1,42% da quantidade de resíduos recicláveis recolhidos nos ecopontos e ilhas ecológicas contraria o aumento de 1,35% da recolha de resíduos indiferenciados. Para melhorar o desempenho nestas fileiras, com vista ao cumprimento das metas do PERSUR 2020 é necessário:

- Aumentar os equipamentos de recolha destes materiais em zonas consideradas rurais, mas que, pela sua densidade populacional, justificam a sua existência;
- Aumentar as frequências de recolha dos materiais recicláveis, de acordo com as necessidades verificadas ao longo do ano;
- Continuar e reforçar as ações de sensibilização ambiental.

EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SELETIVOS – RECOLHA SELETIVA:

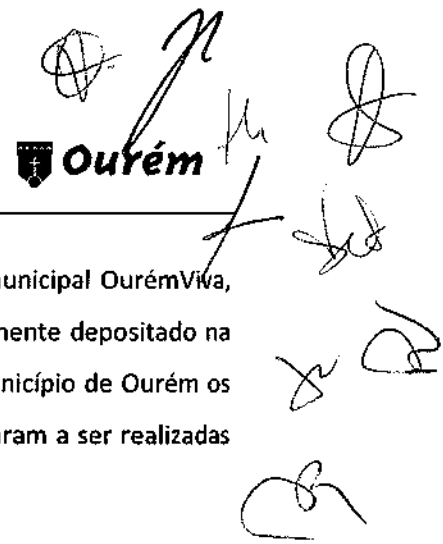
No ano de 2017 destaca-se a entrada em funcionamento das ilhas junto ao McDonald's e junto ao Aldi. Ambas as ilhas foram suportadas pelos promotores dos empreendimentos, tendo a Câmara obtido um ganho patrimonial superior a 50 mil euros. Foi ainda colocado um ecoponto no Bairro junto ao Jardim Infantil.

Em 2018 não foram colocadas ilhas ecológicas em empreendimentos a cargo de promotores, uma das razões deve-se ao facto deste setor ter deixado de analisar os processos de licenciamento de obras particulares.

Acompanhamento dos Utilizadores de Recolha Consignada

O sistema de recolha consignada do município consiste na recolha porta-a-porta dos resíduos urbanos dos produtores especiais, aqueles que têm uma produção que a sua deposição não deve ser feita na via pública, nos termos do Regulamento, sendo estes utilizadores acompanhados de forma mais controlada por parte dos serviços municipais. O ponto de situação está descrito no capítulo da Gestão de Utilizadores.

Recolha de Monos – Ourémviva



Desde o ano de 2003 que a recolha de monos era feita pela empresa municipal OurémViva, E.E.M., após solicitação do utente detentor do resíduo, sendo posteriormente depositado na ETG da Gondemaria, para valorização na Valorlis e sendo cobrado ao Município de Ourém os encargos com o mesmo. Com a dissolução da empresa, as recolhas passaram a ser realizadas pelo Setor de Ambiente e Fiscalização.

No âmbito do projeto “Ourém Mais Limpo” foi efetuada um folheto informativo que foi divulgado nos meios de comunicação social e distribuído nas juntas de freguesia.

Acompanhamento da Recolha Seletiva de Óleos Alimentares Usados

No ano de 2009 foram colocados quatro Oleões no Concelho de Ourém, dois na cidade de Ourém e dois na cidade de Fátima, na via pública, ao abrigo de um protocolo celebrado com a empresa Oleotorres, aprovado em reunião de Câmara de 20/04/2009.

Contudo, cedo se verificou que os equipamentos eram mal utilizados, sendo depositados todo o tipo de resíduos e ocorrendo derrame de óleo no chão, colocando em causa, o asseio e a limpeza pública. A empresa Oleotorres quando era chamada para resolver os problemas não mostrava vontade de colaborar.

Por estes motivos no final de 2011, os equipamentos foram retirados da via pública, com o objetivo de serem cedidos às escolas inscritas no programa Eco-Escolas, através de um protocolo a celebrar entre escolas, Câmara Municipal e a empresa Bioeste. A Bioeste foi a empresa que apresentou as melhores contrapartidas, já que após um ano de recolha por cada 1000L recolhidos, a empresa entrega à escola 150 euros para atividades escolares.

No ano de 2012 foi elaborado protocolo de cedência de Oleão para uso da população em geral no Centro Comunitário de Voluntariado.

Em 2018 foram feitas reuniões no sentido de prever uma rede de oleões no concelho, estudo que ainda não foi terminado, uma vez que existe a lacuna da lavagem e que depositam outros resíduos que se estragam, deitam cheiro e danificam.

Atualmente, a autarquia contribui com equipamentos de recolha em seis pontos do concelho designadamente:

Tabela: Pontos de Recolha de Óleos

Pontos de recolha	Localização	Utilizadores
Escola Profissional de Ourém (EPO)	Ourém	Comunidade escolar
Escola Básica e Secundária de Ourém (EBSO)	Ourém	Comunidade escolar
Colégio do Sagrado Coração de Maria	Fátima	Comunidade escolar
Escola de Hotelaria de Fátima (EHF)	Fátima	Comunidade escolar
Centro Comunitário de Voluntariado	Ourém	População em geral

Gestão do Ecocentro de Fátima

Para contrariar a tendência verificada de diminuição da quantidade de papel, plástico e vidro nos ecopontos e aumento destes nos contentores de resíduos indiferenciados, o Município de Ourém em parceria com a Valorlis SA, em 5 junho de 2015 inauguraram o ecocentro de Fátima que se tem traduzido numa mais valia para a colocação de materiais recicláveis principalmente por parte dos grandes produtores, designadamente o do setor Horeca.

O Ecocentro de Fátima visa satisfazer as necessidades em termos de deposição de resíduos em grandes quantidades e/ou de grandes dimensões na parte sul do concelho, pretendendo também fazer face às imposições legais relativas aos fluxos especiais de resíduos, designadamente, resíduos de construção e demolição, monos, óleos alimentares usados, e às elevadas quantidades de resíduos recicláveis produzidas. Este ecocentro vem assim incrementar os pontos disponibilizados gratuitamente à população em geral, para a deposição de resíduos, bem como às atividades económicas.

No ecocentro de Fátima para além da fileira de papel/cartão e embalagens existem muitas outras fileiras de resíduos. Traduzindo-se numa mais valia para a colocação de materiais recicláveis que pela sua dimensão e/ou quantidade não podem ser colocados nos equipamentos existente na via pública (ecopontos e ilhas ecológicas).

O Ecocentro de Fátima atualmente funciona entre as 9h e as 17 h, de segunda a sábado, encontrando-se, neste momento, registadas cerca de 27 empresas que o utilizam com alguma regularidade, bem como particulares que procedem à descarga dos resíduos sem prévia autorização.

Setor de Gestão Industrial

Missão: Promover uma gestão de indústrias, pecuárias pedreiras e das operações de gestão de resíduos, de modo que os impactes na qualidade de vida da população e no ambiente sejam minimizados, através da utilização das melhores técnicas disponíveis no mercado pelos diversos agentes económicos que operam no Concelho e em conformidade com a lei.

Acompanhamento de Indústrias, Pedreiras, Pecuárias e OGR

Durante o ano de 2016 foram acompanhados vários processos de indústrias, pedreiras, pecuárias e OGR, destacando-se o trabalho realizado no âmbito do artigo 18.º do SIR, artigo este que permite o averbamento para indústria à licença de autorização de utilização inicial, desde que se comprove que não existe impacto significativo no ambiente e urbano.

Foram também efetuadas várias vistorias, na sequência de reclamações:

- Vistoria aos Aviários do Resouro - Na sequência da convocatória da entidade licenciadora da DRAP-LVT e do solicitado no processo n.º 28/17.1PBTMR, os técnicos da Câmara Municipal, procederam a uma vistoria, aos Aviários do Resouro, para efeito de verificação da situação da salubridade e do edificado, tendo sido lavrado o auto;
- Vistoria à Sociedade de Móveis Vilarense – Foi efetuada uma vistoria, relativamente a uma reclamação de ruído e poeiras, tendo sido convocada a CCDRLVT. A empresa foi notificada a proceder a correções, uma vez que os ensaios acústicos efetuados confirmaram a incomodidade. A empresa procedeu às correções solicitadas. Atualmente aguarda-se a execução dos ensaios acústicos, para verificação se a incomodidade foi resolvida;
- Vistoria à serralharia de Daniel Abreu Vicente – Foi realizada uma vistoria na sequência de uma reclamação de ruído. Atualmente decorre o procedimento para a regularização do edificado, de acordo com as melhoras técnicas para evitar o incómodo;

- Vistoria ao lagar do Pinheiro – Foi realizada uma vistoria ao lagar do Pinheiro tendo-se concluído que a lagoa era demasiado grande para o tratamento atual;
- Vistoria à Porval – Foi realizada uma vistoria à Porval, tendo-se verificado que não existiam ligações à linha de água e que as águas que apareciam eram resultantes do arrefecimento dos telhados.

Setor de Gestão de Infraestruturas e Águas e Saneamento

Missão: Cuidar dos serviços municipais de abastecimento público de água e drenagem de águas residuais, promovendo a acessibilidade universal dos alojamentos ao ciclo urbano da água, protegendo as infraestruturas existentes, providenciando a sua manutenção ou beneficiação, procurando resolver os problemas dos utilizadores, salvaguardando o património público municipal e gerindo os bens de modo a reduzir encargos com a sua gestão, indo ao encontro da procura da tarifa reduzida sem quebrar a qualidade do serviço.

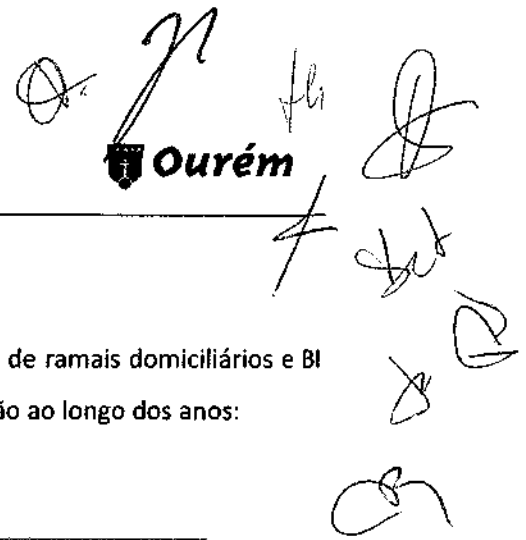
Gestão dos Processos de Abastecimento Público de Águas

Processos de Águas

Os processos de Águas estão principalmente relacionados com pedidos de ampliações de rede e alteração de localização de ramais, bocas de incêndio ou ventosas. No ano de 2018 deram entrada 70 processos, que constam da base de dados. No quadro seguinte é possível verificar a quantidade por tipo de processos ao longo dos anos.

Tabela 4: Processos de Água

Designação dos Processos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ampliação da rede de Água	45	50	43	11	8	11	20	14	48
Alteração: ramais, BI, ventosas	14	17	12	6	3	12	8	11	20
Colocação BI						2	0	2	0
Conduto em terreno privado					1	1	1	0	0
Reclamação / Pedido de Inf.					1	5	1	0	
Colocação de bebedouro					1	1	0	0	0
Reservatório						3	0	0	1
EPAL						1	0	0	0
Livro de reclamações						4	0	0	
Captção							1	0	1
PI							3	2	
Total	59	67	55	17	14	40	34	29	70



Pedidos de Alteração de Ramais e Bocas de Incêndio

Em 2018 foram analisados 20 pedidos de alteração de localização de ramais domiciliários e BI da rede de água. No quadro seguinte é possível visualizar a evolução ao longo dos anos:

Tabela: Pedidos de Alterações por Anos

Ano	Pedidos Alterações	Variação	Pedidos não atendidos (%)
2006	18	---	
2007	13	- 5	
2008	15	+2	
2009	14	-1	20%
2010	14	0	38%
2011	27	+13	11%
2012	12	-1	
2013	6	-6	
2014	3	-3	
2015	12	+9	
2016	8	-4	
2017	11	+3	
2018	20	+9	

Acompanhamento/Controle do Contrato de Concessão

O Sistema de Abastecimento de Água à população é explorado pela empresa CGE(P) (atualmente Be Water S.A.) no âmbito do contrato de concessão celebrado em 1996. As obrigações principais da empresa são o fornecimento de água, com qualidade, em quantidade e com a pressão adequada, cobrando para isso o tarifário acordado no contrato de concessão. No início do século XXI, a rede de água estava praticamente concluída. No entanto, os problemas na gestão dos sistemas continuavam, devido à antiguidade das condutas e com a falta de pressão em alguns lugares, pelo que foi imperioso promover a remodelação dos sistemas mais problemáticos. Assim, em 2015, foi feita uma renegociação ao contrato existente, tendo o tarifário sofrido um aumento de modo a ser possível proceder à remodelação das infraestruturas, através de um Plano de Investimentos no valor de 3.410.705.

Acompanhamento do Plano de Investimentos da Be Water

Nos termos do artigo 86.º do Contrato de “CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO DO CONCELHO DE OURÉM”, na redação dada pelo contrato n.º 20/2005 (aditamento ao contrato

[Handwritten signatures and initials]

de concessão) e pela decisão do Tribunal Arbitral, vem referido no n.º 2 que até 30 de setembro de cada ano, a concessionária apresentará o Programa Anual respeitante a todas as obras a realizar no âmbito do Plano de Investimentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

De acordo com o n.º 1, do artigo 86.º, este Programa Anual será aprovado pela Concedente e englobará obras até ao montante previsto no Plano de Investimentos, definindo detalhadamente a totalidade das intervenções a efetuar. Este Programa Anual considera-se tacitamente aprovado se decorridos 60 dias, contados da data de entrega da proposta, a Concedente não se tiver pronunciado (cf. n.º 4, do artigo 86.º).

O Plano de Investimentos deve obedecer ao previsto no Anexo E2, do contrato de concessão, incluindo alterações que venham a ser acordadas nas revisões periódicas, estando a responsabilidade da concessionária limitada aos montantes globais e anuais previstos no anexo referido, mesmo no caso de ocorrerem valores diferentes na fase de adjudicação das obras (cf. artigo 85.º). Os montantes dos Plano de Investimentos são atualizáveis anualmente em janeiro de cada ano com base na variação do IPC verificada nos últimos 12 (doze meses), tomando como valor de referência o IPC relativo ao mês de outubro de 2004 (cf. artigo 85.º)

A proposta da empresa concessionária foi entregue em 28/09/2018, que considerava um montante de investimento atualizado de 1.367.704,21€, resultante de uma listagem de obras renegociadas com o Executivo.

No ano de 2018 foram realizados 512.755,26€ de obras do Plano de Investimentos, com se pode visualizar na tabela seguinte, destacando-se: o reservatório de S. Gens; a ampliação da rede de água na Rua Padre Sousa em Matos que permitiu o abastecimento de água a várias empresas, pedido já há muitos anos; a remodelação da rede de água em Cercal, num local com muitas roturas; o início da adutora que liga a captação da Pairia aos Reservatórios do Alto das Pinheiras.

Tabela: Obras Realizadas no PI de 2018 e Justificação

Plano de Investimentos Contratual para o ano de 2018 (o previsto, já tendo em consideração os investimentos de anos anteriores)			
Investimentos – Designação	Ano 2018		Justificações
	Previsto – preços correntes (€)	Faturado - preços correntes (€)	
Reservatório do Estreito	137 528	0	Obra adjudicada. Finalizar a construção do reservatório, suspensa ao período de renegociação contratual. A Be Water está de momento a analisar os trabalhos que são mesmo necessários. Projeto hidráulico analisado se que a obra esteja concluída em junho de 2019.
1 x Captação Casal Ribeiro	40 866	0	Este investimento visa prevenir a dependência deste sistema de uma só de água. A Assembleia de Freguesia da UF de Rio de Couros e Casal dos já deu autorização para a execução da captação no seu terreno. Está em o pedido da licença de pesquisa.
Rede Distribuição para Chã (Caxarias)	105 416	0	Depois do reservatório do Estreito construído, o sistema de Caxaria repartido - ligar o reservatório do Estreito ao sistema de Caxarias, via Chã pouparem as captações AC7 e AC8, que estão no limiar da capacidade de exploração. Projeto em curso.
Reservatório São Gens	584 841	272 775,29	A obra está na fase de arranjos exteriores e parte hidráulica. Estima-se que esteja pronta no final de março.
Recuperar uma captação, no sistema de abastecimento da Caridade (AC4)	35 166	6 191,00	Investimento já aprovado, dada a urgência da mesma. Captação recuperada.
Remodelação da rede de abastecimento de água - Avenida D. Nuno Álvares Pereira - Ourém	0	0	A execução e custos foram assumidas pelo município de Ourém. A obra está pronta.
Rede de distribuição para Ourém+Olaia+Pera Ruivas	121 102	0	Este Projeto visa renovar a rede adutora que provém do reservatório no Gens, a construir, até ao reservatório da Lourinha e à ligação da conduta para o reservatório da Carapita (excluindo os troços da rede adutora já executados). Visa igualmente renovar a rede distribuidora, desde o reservatório da Lourinha ao centro da cidade de Ourém, e a rede adutora desde o reservatório da Lourinha ao reservatório da Olaia, e a rede distribuidora, desde o reservatório da Lourinha ao loteamento "Jardins de São Miguel". Em março de 2019 a parte da obra entre o "Buraca" e a rotunda do Álamos.
D. Nuno Álvares Pereira, Cercal	45 000	18 525,26	A obra está quase pronta. Faltam reposições.
Rua Padre Sousa, Matos	25 000	23 359,73	Abastecimento de água potável à Zona Industrial dos Matos - Ninho Cercal (sugestão do município). A obra está finalizada.
Vale Porto	150 000	0	Construção de um pequeno reservatório em betão armado, uma instalação albergar um Hidroressor, e a rede de distribuição respetiva, a par do Hidroressor (sugestão do município). O projeto está pronto. Está para ser executado.
Rua do Barreirinho/Pessegueiro/Travessa dos Penedos	20 000	0	Extensão de rede para abastecimento de água a 5 moradias (sugestão do município). O projeto está pronto. Está para ser executado.
Zona Industrial de Fátima (estrada da Batalha)	28 000	0	Extensão de rede para abastecimento de água a 8 pavilhões (sugestão do município). Em projeto. Já foi solicitado parecer à IP-L e a CM Batalha. (está na BW para analisar as autorizações dos particulares).
Estrada da Póvoa - Póvoa - Freixianda	18 500	0	Extensão de rede para abastecer uma moradia, e reforçar o sistema de abastecimento ao local, nomeadamente no verão - Estrada da Póvoa Freixianda. A começar em 2019.
Rua da Tojeira - Atouguia	50 000	0	Extensão de rede para abastecer 5 novas moradias - Rua da Tojeira - (sugestão do município). Em estudo.
Rua da Padroeira - Fátima	20 000	0	Renovação de rede, numa Rua que irá ser sujeita a infraestruturas de saneamento, por parte do município (sugestão do município). Em estudo.
Rede adutora Paira-Alto das Pinheiras + EE Alto das Pinheiras-Achada + Rede adutora Alto das Pinheiras-Achada+Ligações do reservatório da Achada-Rede de distribuição	282 504	58 913,26	Esta obra, entretanto, aprovada, é essencial para o início da exploração do reservatório da Achada, que irá ser fundamental na gestão do abastecimento de água ao sistema do Olival. A obra está a decorrer.
Avaliação dos Recursos Aquíferos do Município de Ourém	14 025	5 390,00	Esta obra foi sugerida pelo município de Ourém e estender-se-á por cerca de 10 km. É uma empreitada essencial ao estudo e determinação do potencial hídrico do aquífero de Ourém. Projeto em desenvolvimento.
	1 677 948	512 755,26	-
Diferença	1 165 192,74€	-	-

Gestão de Processos de Saneamento de Águas Residuais e pluviais

Os serviços da Subunidade Gestão de Infraestruturas informam os processos de saneamento que dão entrada na Autarquia. Os processos relacionados com a gestão dos sistemas de saneamento são de três tipos: os processos de ramais, relativos aos pedidos de ligação aos coletores domésticos e/ou pluviais; e os processos de saneamento relativos a pedidos de ampliação da rede de saneamento e reclamações; e os pedidos de descarga de efluentes nas ETAR.

Em relação aos processos de ramais, o quadro seguinte indica o seu n.º por ano:

Tabela5: N.º de Processo por Anos

Anos	N.º de Processos	Anos	N.º de Processos
Até 2002	Não quantificados	2011	315
2003	411	2012	358
2004	262	2013	128
2005	411	2014	97
2006	707	2015	78
2007	755	2016	57
2008	430	2017	62
2009	315	2018	197
2010	172		
Total	4 558+197 = 4 755 ramais		

Ligação de Ramais

No ano de 2018, os processos de ramais foram relativos a 187 ligações domésticas e as 10 restantes relativas a ramais de águas pluviais. Na tabela seguinte é possível comparar o n.º de ramais pedidos por freguesias.

Tabela: N.º de Pedidos por Freguesia em 2018

Freguesias / União de Freguesias	N.º de Pedidos
Alburitel	5
Atouguia	5
Caxarias	11
Fátima	32
Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	26
Matas e Cercal	6
Nossa Senhora das Misericórdias	34
Nossa Senhora da Piedade	16
Rio de Couros e Casal dos Bernardos	16
Seiça	36
Total	187

O maior n.º de pedidos ocorreu em Seiça (36), depois em N.ª S.ª das Misericórdias devido à obra da Melroeira (34), seguida de Fátima (32). O aumento deve-se possivelmente à gratuidade dos ramais em 2018.

Acompanhamento da Atividade da Águas de Centro Litoral

No âmbito dos sistemas de saneamento, a AdCL é responsável pela:

- Exploração, Manutenção e Conservação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Fátima, em Vale de Cavalos;
- Manutenção dos Emissários do Sistema de Fátima, incluindo o emissário nos túneis de Fátima e o emissário de Alvega;
- Manutenção dos Emissários do Sistema do Lis (Cercal, Espite e Matas), que ainda não estão em funcionamento.

Um dos principais problemas é devido à chegada de águas pluviais, que entram principalmente nos túneis de Fátima, sempre que há danos nos emissários, provocando um aumento do caudal nas ETAR's, com consequências a nível dos custos com o tratamento de água limpa e com a destabilização da comunidade microbiológica local. Um outro problema está relacionado com a elevada concentração de óleos e gorduras e por esse motivo devem ser dinamizadas campanhas de sensibilização.

Investimentos em Águas Pluviais

Continua a ser necessário tratar a questão das águas pluviais, que, por todo o concelho dão problemas e não e têm realizados investimentos nesta matéria, com exceção dos investimentos realizados nos coletores públicos em Fátima, pelo Continente - Bom dia, no final de 2015 e pelo Aldi em 2017.

Os problemas mais difíceis de resolver situam-se em Fátima, uma vez que, atendendo à configuração do terreno, a água não consegue sair, apenas pelo túnel existente já sem capacidade de escoamento, atendendo ao caudal que aflui ao mesmo, e também por algares que colocam em risco pessoas e bens, devido à instabilidade que provocam no solo e nas estruturas dos edifícios.

Deste modo, foi adjudicado o projeto de águas pluviais de Fátima, que considera uma solução definitiva para a resolução dos problemas através da construção de um novo túnel, interceptor sul, que recebe as restantes áreas do perímetro urbano de Fátima e alivia o túnel antigo. O valor orçamentado no projeto para todos os trabalhos é de 18.846.655,00€, que inclui a remodelação e ampliação de redes na Cova da Iria, a execução do interceptor sul em vala e em perfuração, o desvio de águas do interceptor norte, a execução das bacias nos restantes lugares da cidade e o arranjo da descarga perto da Fonte Nova.

Embora a execução das redes de pluviais fique resolvida com estes trabalhos, ainda falta efetuar um estudo da ribeira de Seiça, para verificar o impacto das águas na mesma, descrevendo as medidas de minimização de descargas torrenciais, através por exemplo da execução da bacia de retenção em Alvega, que poderão servir também para outros fins.

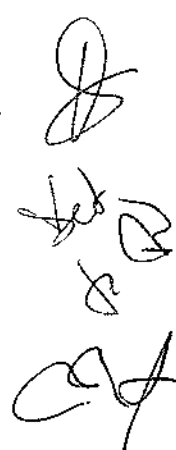
Setor de Gestão e Exploração de ETAR Municipais (SGEEM)

Missão: Promover uma exploração das Estações de Tratamento de Águas Residuais com o objetivo de cumprir as condições estabelecidas nas licenças, bem como promover a otimização na gestão de circuitos, protegendo as infraestruturas existentes, providenciando a sua manutenção ou beneficiação, procurando resolver os problemas, salvaguardando o património público municipal e gerindo os bens de modo a reduzir encargos com a sua gestão, indo ao encontro da procura da melhor qualidade de efluente à entrada e à saída das ETAR.

Manutenção dos Órgãos

O plano de trabalhos fixos foi elaborado, tendo em conta a natureza e o tipo de trabalho de manutenção que é necessário realizar, para conservar em bom estado os diferentes órgãos, edifícios, equipamentos e espaços verdes existentes nas ETAR.

Mensalmente é seguido um plano de tarefas fixas para garantir a execução de todas as manutenções necessárias. O plano mensal comporta todos os trabalhos fixos diários, semanais, quinzenais e mensais. O cumprimento do plano de manutenções fixas é assegurado pela equipa de exploração, composta por 2 operadores e um técnico, sendo que em novembro de 2018 a equipa foi reforçada por dois CEI, que prestam serviço nas ETAR e por vezes reforçam a equipa dos resíduos urbanos, o período de laboração das ETAR é de segunda a sábado, encontrando-se



sempre alguém disponível para dar respostas a ocorrências que surjam fora do período de laboração.

Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva, efetuada com objetivo de reduzir falhas no desempenho dos equipamentos é feita de acordo com o plano de manutenções das ETAR. Compete à equipa de operadores, realizar esta rotina.

Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva é a atividade responsável pela correção de uma falha ou anomalia identificada num componente ou equipamento das ETAR, sempre que se verificam anomalias, é efetuado um registo que inclui as possíveis causas da avaria, descrição da avaria e a sua respetiva resolução.

Resíduos das ETAR

Durante o ano, houve produção de resíduos nas ETAR, sendo que a produção mais significativa é a produção de lamas desidratadas, resíduo do tratamento de águas residuais. Neste período foram retiradas das estações um total de 982.02 toneladas de lamas desidratadas, sendo 886.3 toneladas de Seiça e 95.72 toneladas do Alto Nabão, com um consumo de polímero de 1600 kg e 450 m³ de lamas líquidas da ETAR da ZIO. As lamas desidratadas da ETAR de Seiça e do Alto Nabão, são enviadas para uma central de compostagem.

Setor Gestão de Utilizadores e Promoção Ambiental (SGUPA)

Missão: Promover uma sustentabilidade económico financeira dos serviços prestados no âmbito da utilização do serviço de água, do serviço de saneamento de águas residuais e no serviço de gestão de resíduos, procurando por um lado reduzir a taxa de incobráveis e por outro lado assegurar a justiça na igualdade de direitos e deveres, com profissionalismo e um atendimento de excelência. Dinamizar e promover uma consciência ambiental em várias vertentes e públicos-alvo, de modo que a sociedade possa desenvolver comportamentos mais sustentáveis, incluindo a educação e sensibilização ambiental, de modo a que a salvaguarda dos valores naturais, de

peçoas, bens e do ambiente, possa coexistir com o desenvolvimento económico e social e com uma maior qualidade de vida.

Promoção Ambiental

Programa Bandeira Azul

Durante a época balnear foram organizadas atividades de sensibilização, algumas realizadas por empresas, tendo este serviço acompanhado e prestado apoio às entidades.

A Tradição – Campanha desenvolvida pela empresa SUMA, destinada à população sénior do concelho. Visou incentivar o uso de materiais reutilizáveis, e foi realizada nas tardes dos dias 20, 25 e 26 de julho, aquando do passeio sénior dos idosos ao Parque São Lourenço em Abrantes. Cada idoso recebeu um saco de pano para o pão alusivo à campanha.

Esquecidos e Achados – Esta ação foi desenvolvida pela empresa SUMA, nas manhãs dos dias 27 e 28 de julho e 2 e 3 de agosto e teve como público alvo os utilizadores da Praia Fluvial do Agroal. O intuito era alertar os veraneantes para o correto acondicionamento e deposição dos pequenos lixos produzidos em contexto de praia. Como oferta os utilizadores levaram uma garrafa com o slogan “Esquece o descartável, prefere reutilizável!”.

Projeto Sol e Saúde – Campanha desenvolvida pela ACES Médio Tejo nos dias 11 de julho e 9 de agosto, destinada aos utilizadores da Praia Fluvial do Agroal, com o objetivo de alertar para os cuidados a ter com a exposição solar, com a segurança alimentar, com a qualidade da água e com a proteção do meio ambiente. Esta campanha contou com a presença duma unidade móvel de suporte a intervenções de educação para a saúde e de duas Técnicas de Saúde Ambiental, que abordaram os veraneantes e distribuíram alguns folhetos informativos.

Festa da Criança - 2018

O Município de Ourém organizou entre os dias 28 e 30 de maio, a Festa da Criança, uma iniciativa que englobou atividades lúdicas realizadas no Centro de Exposições de Ourém, Mercado Municipal, Biblioteca Municipal, Museu Municipal, entre outros.

O SGUPA ficou responsável pela comunicação com as empresas SUMA, Valorlis, Be Water, AdCL e Sarah Trading, no que toca à organização dos espaços a ocupar, dos *timings* para cada turma, dos materiais necessários à execução da atividade, etc..

A SUMA desenvolveu o jogo Código Verde, nos dias 28 e 29, que consistiu em testar a rapidez e sabedoria das crianças na deposição correta de resíduos, utilizando uma lona de 11 x 5,5 metros, colocada no exterior do Centro de Exposições. As crianças foram presenteadas com a oferta de 500 iô-iôs.

Nos dias 29 e 30 contamos com a colaboração da Valorlis, que ocupou uma zona interior do Mercado Municipal com vários jogos de rua: puzzle gigante, micado da reciclagem, jogo da reciclagem. Como presente, foi oferecido às crianças materiais de sensibilização ambiental.

A Be Water, S.A. presenteou as crianças do concelho com a apresentação do conto animado interativo “A lagartinha muito comilona”, exibida no espaço da Biblioteca Municipal, nas manhãs dos três dias. No Centro de Exposições, as colaboradoras da empresa tiveram muita adesão das crianças, com as pinturas faciais.

Na zona exterior do Mercado Municipal, a empresa Águas do Centro Litoral S.A. dinamizou uma atividade lúdico-pedagógica sobre a preservação dos ecossistemas ribeirinhos, nos dias 29 e 30 de maio.

Quanto à Sarah Trading Lda., a empresa desenvolveu nos três dias da festividade, atividades relacionadas com o aproveitamento de tecidos e promoção da reciclagem de materiais.

ECO-ESCOLAS - 2018

O Programa Eco-Escolas é um programa pedagógico coordenado a nível internacional pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE), e a nível nacional pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), que pretende encorajar ações e ampliar o conhecimento no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade. Anualmente o Município celebra um protocolo de parceria com a ABAE, que se revela fundamental para garantir a inscrição e participação das escolas do concelho.

Este serviço acompanha as escolas, dando o apoio necessário solicitado pelas mesmas, e participando nas reuniões dos Conselhos Eco-Escolas, e nas cerimónias de hastear das bandeiras.

Outras Ações de Sensibilização Ambiental

A Valorlis comunica-nos anualmente campanhas que realiza no concelho, destinadas a vários públicos alvo:

- “Campanha Reciclar está a dar” realizou-se em 14 instituições de solidariedade social e 3 escolas do concelho de Ourém com vista à promoção da recolha de resíduos para reciclagem, visando a doação de material de ação pedagógica, bens materiais ou serviços;
- “Concurso Presépios Recicladados” destinado a lares de idosos e centros de dia, tendo a Santa Casa da Misericórdia de Fátima-Ourém, recebido uma menção honrosa pela originalidade do presépio elaborado;
- “Programa Ecovalor” realizaram-se 32 ações de sensibilização em estabelecimentos de ensino, abrangendo 460 participantes, com o objetivo de promover boas práticas ambientais;
- “Comércio a Reciclar” visitou 422 estabelecimentos com o objetivo de informar sobre as vantagens de reciclar as embalagens usadas, tirar dúvidas existentes e ajudar a encontrar soluções sempre que existam impedimentos à separação dos resíduos;
- “Ecoevento” foi um selo atribuído pela empresa a 3 eventos do concelho, como foi o caso da Feira Nova de Santa Iria, onde os comerciantes receberam alguns materiais e formação sobre a correta separação dos resíduos.

Sector dos Serviços Ambientais e Fiscalização

Missão: Defender a natureza, proteger o ambiente e salvaguardar a biodiversidade, através de ações de fiscalização, sensibilização e informação, assentes num relacionamento com os munícipes de frontalidade, simpatia e postura ética coerente, onde a transparência das ações baseia-se no cumprimento das normas vigentes, bem como prestar todos os serviços de natureza ambiental para o cumprimento de legislação em vigor e para o alcance de metas.

SERVIÇO DE RECOLHA DE MONOS: Com a dissolução da empresa Ourémviva, o serviço de recolha de monos foi, numa primeira fase da responsabilidade dos serviços municipais. Contudo, após a campanha do Ourém Mais Limpo e após a divulgação do folheto de monos e da colocação de placas a proibir a descarga de resíduos para terrenos e baldios, verificou-se um aumento exponencial de pedidos de recolha de monos, bem como um aumento do depósito destes resíduos junto aos ecopontos.

Deste modo, em 2018 foram recebidos 239 pedidos de monos, porta-a-porta, porém, tal como já foi referido, verifica-se que este tipo de resíduo é depositado frequentemente junto dos ecopontos, o que se torna incomodativo por um lado, mas por outro também se tem a noção que os resíduos depositados em lixeiras diminuiu. Assim sendo, é necessário reforçar os meios, através de uma equipa de limpeza, com a limpeza assídua e remoção de monos junto aos ecopontos.

Durante o ano de 2018 deram entrada no Ecocentro de Fátima 128,2 toneladas de monos provenientes da recolha porta-a-porta, bem como de depósitos efetuados por privados no próprio ecocentro. Em 2017 o valor tinha sido de 27,8 toneladas.

2.3.12 – SERVIÇO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

Com a reestruturação dos serviços municipais, foi criado serviço de Apoio ao Associativismo, Desporto e Juventude (SADJ), de forma a dotar o Município com um serviço específico para promover e apoiar o desenvolvimento de atividades desportivas e de lazer, que possibilitem aos cidadãos do concelho a adoção de práticas e hábitos de vida saudáveis numa clara assunção do contributo que fenómeno desportivo tem para a promoção de uma melhor qualidade de vida. Também o apoio à Juventude está sob a responsabilidade deste serviço, que procura através de programas nacionais incentivar os jovens do concelho a terem um papel mais ativo.

São atribuições deste serviço a nível do desporto:

- Elaborar e apresentar estudos sobre a realidade desportiva do concelho;
- Propor e estabelecer critérios para programas de intervenção;

- Elaborar e atualizar estudos sobre atividades e outros factos da realidade desportiva que possibilitem a tomada de decisões fundamentada, e que permitam estabelecer prioridades na elaboração do plano de atividades e orçamento;
- Propor e estabelecer critérios de apoio ao desenvolvimento desportivo do concelho designadamente ao nível do associativismo desportivo, obedecendo a princípios de transparência, rigor e imparcialidade;
- Propor e elaborar regulamentação geral e específica diretamente relacionada com as várias áreas de intervenção;
- Promover, organizar, executar e avaliar projetos e ações desportivas;
- Promover, organizar, executar e avaliar projetos e ações de desenvolvimento desportivo local com o intuito de generalizar a prática desportiva, promover hábitos de prática desportiva, estimular um estilo de vida saudável, o bem-estar e saúde;
- Contribuir para a formação dos diferentes agentes desportivos em diversos domínios da prática da atividade física e desportiva;
- Proceder à recolha e tratamento de informação que sirva de suporte ao processo de gestão e à tomada de decisões;

São atribuições deste serviço a nível da Juventude:

- Desenvolver uma política integrada de juventude, implementando projetos e atividades orientadas para o público juvenil;
- Promover parcerias com vista ao desenvolvimento de programas vocacionadas para a juventude para promover a sua participação ativa na sociedade.

São atribuições do serviço de Apoio ao Associativismo:

- Promover e apoiar a atividade das associações locais, nomeadamente as desportivas, recreativas e culturais;
- Organizar um serviço de apoio à atividade das associações com sede no Concelho;
- Fomentar a participação dos jovens, através do Conselho Municipal da Juventude.

Atividades desenvolvidas durante o ano 2018:

Encontro Nacional de Juventude

No dia 28 de novembro, em colaboração com o Centro Nacional de Juventude, realizou uma sessão preparatória, no auditório do Antigo Edifício dos Paços do Concelho.

A mesma foi dinamizada pelos formadores do CNJ e teve como objetivo, dar a conhecer melhor a Carta Universal dos direitos Humanos.

Durante a manhã, os 21 alunos oriundos do Colégio São Miguel, Centro de Estudos de Fátima, Escola de Hotelaria de Fátima, Escola Profissional de Ourém e Escola Secundária de Ourém.

Nesta mesma sessão foram eleitos 5 jovens do concelho para o Encontro Nacional da Juventude que se realizou em cascais de 12 a 15 de dezembro.

Prémio Jovem Universitário

Foram apresentadas duas candidaturas, no âmbito do Prémio Jovem Universitário. Das duas candidaturas apenas uma foi selecionada. A outra foi desqualificada por não corresponder aos critérios exigidos.

Galardão Município Amigo do Desporto

Ourém recebeu o Galardão Município de Ourém, no mês de novembro, em Rio Maior. A entrega assinalou a entrada da edilidade neste projeto.

O Galardão “Município Amigo do Desporto”, é uma distinção que reconhece o valor desportivo, ambiental e solidário das organizações, instalações, eventos e programas desportivos implementados nos municípios portugueses. A entrada nesta plataforma permite o intercâmbio de práticas e conta com o apoio da Cidade Social, na monitorização, promoção e divulgação de boas práticas de intervenção, no âmbito municipal.

Lançamento de Candidatura de atribuição de apoio ao Associativismo

No dia 23 de novembro foi lançado o programa de candidatura de atribuição de apoio às associações do concelho.

120 cartas enviadas para as associações

Foram rececionadas:

- 30 candidaturas recreativas/culturais
- 30 candidaturas Desportivas

2.3.13 – GABINETE DE PROTEÇÃO CIVIL

ENQUADRAMENTO LEGAL

O concelho de Ourém, como qualquer outro concelho com grande densidade populacional, está sujeito a vários tipos de vulnerabilidades que podem fragilizá-lo, potenciando os seus riscos, decorrentes não só de causas naturais e tecnológicas, como da sua situação sociogeográfica, da concentração de pessoas, bens e infraestruturas, meios de produção e serviços, entre outros.

Perante esta realidade, e reforçada pelas novas e constantes exigências dos diplomas legais que têm vindo a ser publicados de alguns anos a esta parte, o município de Ourém considerou que a proteção da vida e integridade física das pessoas e dos seus bens deverá, acima de tudo, ser assegurada permanentemente.

Nesse sentido a Câmara Municipal de Ourém criou, há alguns anos, no seu organigrama interno, o Gabinete de Segurança e Proteção Civil, através do qual tem vindo a desenvolver a sua política municipal de segurança, no âmbito da Proteção Civil.

Reconhece-se aqui o papel preponderante e decisivo das autarquias nesta problemática, através de uma intervenção sistemática ao nível da planificação preventiva e operacional e ainda no pressuposto de que a segurança se constitui como o eixo fundamental do desenvolvimento urbano e ambiental necessário à garantia e melhoria dos padrões de qualidade de vida das populações.

A atuação na luta contra as catástrofes deve ter um cunho eminentemente local, por razões de ordem prática e porque a abordagem espacial restrita propicia um conhecimento mais direto e exato dos cidadãos, do seu grau de preparação face aos riscos a que estão sujeitos e ainda das suas próprias representações sociais, fatores indispensáveis para uma atuação que se pretende eficaz.

Pela imposição legal que resulta da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, foi extinto o Gabinete de Segurança e Proteção Civil e criado o Serviço Municipal de Proteção Civil, com a publicação de um regulamento municipal próprio – Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, publicado a 14 de março de 2008, em Diário da República.

Na sequência do acordo realizado entre a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e o Município de Ourém, foi criada, no dia 4 de novembro de 2004, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e posteriormente, em 1 de março de 2005, a entrada em funcionamento o Gabinete Técnico Florestal.

Com a publicação do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, o Gabinete Técnico Florestal foi inteiramente integrado no Serviço Municipal de Proteção Civil.

Em suma, o município de Ourém tem-se esforçado para levar a cabo um planeamento eficaz e concertado tendo em vista a resposta institucional e operacional o mais atempadamente possível a situações de acidente grave ou catástrofe, surgindo naturalmente dessa necessidade a implementação de uma dinâmica institucional quer do Serviço Municipal de Proteção Civil, quer do Gabinete Técnico Florestal.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

De acordo com o artigo 10.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, compete ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal e nacional.

No âmbito dos seus poderes de planeamento e operações, dispõe o SMPC das seguintes competências:

- Acompanhar a elaboração e atualização do plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
- Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
- Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no município, com interesse para o SMPC;
- Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequência dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude e do local previsível da sua ocorrência; promover a cartografia do concelho de modo a prevenir, quando possível, as manifestações de risco, avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;

- Manter a informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às consequências; avaliação da eficácia das ações empreendidas em cada caso;
- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situações de emergência;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situações de emergência;
- Elaborar planos prévios de intervenção, preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;
- Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.

Nos domínios da prevenção e segurança, o SMPC é competente para:

- Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
- Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
- Elaborar projetos de regulamentos de prevenção e segurança;
- Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;
- Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas dirigidas a segmentos específicos de população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;
- Fomentar o voluntariado em proteção civil;
- Estudar as questões que vier a ser incumbido, propondo as soluções que entenda mais adequadas.

No que se refere à matéria da informação pública, o SMPC dispõe dos seguintes poderes:

- Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil;
- Divulgar a missão e estrutura do SMPC;

- Recolher a informação pública emanada das comissões e gabinetes que integram o SMPC destinada à divulgação pública relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;
- Promover e incentivar ações de divulgação sobre proteção civil junto dos munícipes com vista à adoção de medidas de autoproteção;
- Indicar na iminência de acidentes graves ou catástrofes, nas medidas preventivas e procedimentos a levar a cabo pela população para fazer face à situação;
- Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do Presidente da Câmara Municipal ou vereador com competência delegada.

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

De acordo com o estatuído no n.º 3, do artigo 3.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro as competências da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) são as seguintes:

- Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução;
- Acompanhar a política diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;
- Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

A CMPC do município de Ourém reúne periodicamente, numa média de duas vezes por ano, assegurando este serviço todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

RESUMO DAS ATIVIDADES

LISTA DE DOCUMENTOS ELABORADOS

- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ourém - Elaborado em fase de consulta pública; Plano de Prevenção e Emergência 01/2018 – Praia Fluvial do Agroal;

- Plano Prévio de Intervenção – Ativação dos meios de socorro no concelho de Ourém – Está para ser assinado;
- Plano de Coordenação Municipal 01/2018 – Operação Peregrinação Nacional das Crianças 09 e 10 de junho;
- Plano de Coordenação Municipal 02/2018 – Operação Peregrinação dos Migrantes 12, 13, 14 e 15 de agosto;
- Plano de Coordenação Municipal 03/2018 – Operação Bênção dos Capacetes 30 de setembro;
- Plano de Coordenação Municipal 04/2018 – Operação Peregrinação Internacional Aniversaria 12, 13 e 14 de outubro;
- Planeamento de Exercícios e Simulacros;
- Medidas de Autoproteção de 17 edifícios municipais.

TAREFAS OPERACIONAIS

- Colaboração e organização em exercícios e simulacros em estabelecimentos de ensino, lares e centros de dia e em empresas localizadas no concelho de Ourém;
- Participação em exercícios e simulacros fora do concelho;
- Acompanhamento e resolução de situações de perigo coletivo;
- Realização de ações de formação em todas as escolas públicas do concelho, no âmbito da implementação das Medidas de Autoproteção;
- Preparação e coordenação entre várias entidades e organismos nas Peregrinações a Fátima, nomeadamente em maio, junho, agosto, setembro e outubro;
- Identificação e acompanhamento na exterminação dos ninhos de Vespa Velutina ou Asiática – 35 ninhos
- Participação nos briefings técnico-operacional distrital, no Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém;
- Acompanhamento e resolução de ocorrências de emergência, nomeadamente inundações, aluimento de terras, abate de árvores, entre outros, no concelho de Ourém;
- Participação em seminários e jornadas temáticas na área da Proteção Civil;

- Tratamento dos dados de sinistralidade rodoviária recebidos mensalmente do Destacamento Territorial de Tomar da Guarda Nacional Republicana, em virtude do protocolo celebrado com esta entidade;
- Preparação e realização de ações de formação no âmbito da implementação das Medidas de Autoproteção, em edifícios públicos, nomeadamente escolas e outros edifícios do Município;
- Preparação das ações de formação de Suporte Básico de Vida aos alunos do 9.º ano das escolas públicas do concelho com a colaboração dos Bombeiros do concelho de Ourém;
- Preparação das ações de formação de Sistema Integrado de Emergência Médica aos alunos do 6.º ano das escolas públicas do concelho com a colaboração dos Bombeiros do concelho de Ourém;
- Preparação da Festa da Criança 2018, nomeadamente com a participação das Corporações de Bombeiros do concelho, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana;
- Atendimento semanal aos munícipes.

FORMAÇÃO E TREINO

Participação, maioritariamente o título particular, em diversas ações de formação no âmbito da proteção civil, realizadas ao longo do ano;

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A constituição do Gabinete Técnico Florestal (GTF), a funcionar desde março de 2005, resulta de um acordo entre o Município de Ourém e o Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O objetivo do GTF consiste em desenvolver tarefas de planeamento, operacionais, de gestão e controlo, administrativas e de formação e treino.

Foi publicada a Lei n.º 20/2009, de 12 de maio que estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos GTF, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), do Município de Ourém, (criada no âmbito da Lei n.º 14/2004, de 8 de maio) foi formalmente constituída a 13 de junho de 2005, funcionando como um centro de coordenação e ação local de âmbito municipal sob a coordenação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, tendo as seguintes atribuições:

- Articular a atuação dos organismos com competências em matérias de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica;
- Elaborar um plano de defesa da floresta contra incêndios, que defina as medidas necessárias para o efeito e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios em consonância com o PNDFCI, com o respetivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o respetivo plano regional;
- Avaliar e propor à Autoridade Florestal Nacional, de acordo com o estabelecido nos planos referidos na alínea b), os projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução;
- Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;
- Desenvolver ações de sensibilização à população;
- Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil, e dotá-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança;
- Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização rápida e eficaz por parte dos meios de combate;
- Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
- Colaborar na divulgação de avisos às populações;
- Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the word 'fed' and various initials.

- Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta.

A CMDF do Município de Ourém reúne, em média, duas vezes por ano, sendo este serviço a assegurar todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

ATIVIDADES PROTOCOLADAS E PARCERIAS

Para o desenvolvimento das atividades do SMPC/GTF foram assinados protocolos com as seguintes entidades e com os seguintes objetivos:

- Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho de Ourém (Caxarias, Fátima e Ourém) – apoio financeiro para as diversas tarefas a executar;
- Protocolo tripartido entre o Município de Ourém, a Veolia – Águas de Ourém (atual Be Water – Águas de Ourém) e a Associação de Radioamadores do Distrito de Leiria, no âmbito de comunicações de emergência;
- Associação Nacional dos Alistados de Formações Sanitárias - apoio em situações de emergência;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém – apoio financeiro para o funcionamento de uma equipa de intervenção permanente.
- ADSAICA – apoio financeiro para o funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais SF05 16C.

2.3.14 – GABINETE DE SALUBRIDADE ANIMAL E SAÚDE PÚBLICA

As Competências do Médico Veterinário Municipal estão vertidas em Legislação específica, em particular o Decreto Lei 116/98, de 5 maio.

CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTIRÁBICA E IDENTIFICAÇÃO ELECTRÓNICA

No âmbito das competências atribuídas ao Gabinete de Salubridade Animal e Saúde Pública, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- 658 Canídeos Vacinados contra a Raiva;
- 240 Canídeos Identificados com Microchip;
- 240 Novos Boletins Sanitários;
- 240 Novas Fichas SICAFE;

- 32 Canídeos restituídos aos respetivos detentores;
- 17 Canídeos Adotados;

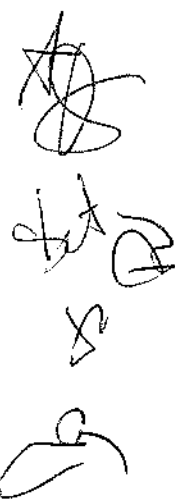
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO GSASP EM CONJUNTO COM A UNIDADE DE SAÚDE DE OURÉM/FÁTIMA

ATIVIDADES CONJUNTAS OURÉM / OURÉM

- **Reclamações:**
 - Manuel Lains - Atouguia 15/03/2018;
 - José Jesus Bastos - Carvalhal de Cima 21/02/2018;
- **Inquérito epidemiológico**
 - Brucelose - 10/2018;
- **Talhos (PACE- DGAV)**
 - Talho Zé 02/10/2018;
 - Luritalhos 04/10/2018;
 - Talho Sotero 16/10/2018;
 - Talho Marques 18 e 23/10/2018;
 - Presuntos Costa 30/10/2018;
 - João Coelho 07/11/2018;
 - Portspar Retail - 16/11/2018;

ATIVIDADES CONJUNTAS OURÉM / FÁTIMA

- **Reclamações:**
 - 1 verificação de reclamação relativa a criação de animais.
- **Talhos (PACE- DGAV)**
 - PortSpar Retail, Lda – 15/11/2018
 - Recheio – 29/11/2018
- **Peixarias (PACE-DGAV)**
 - PortSpar Retail, Lda – 15/11/2018
 - Peixaria "Eusébio" – 16/11/2018
 - Recheio – 29/11/2018



INFORMAÇÕES INTERNAS ELABORADAS

- Foram elaboradas 14 Informações Internas sobre variados assuntos;
- Foram elaborados 15 Ofícios sobre variados assuntos.

2.3.15 – EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE IMAGEM CORPORATIVA, EVENTOS E PROTOCOLO

A EMICEP – Equipa Multidisciplinar de Imagem Corporativa, Eventos e Protocolo, criada através do Despacho n.º 9660/2018, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, de 24 de setembro, veio assumir parte das funções em que a extinta Direção Intermédia do 3º Grau de Relações Institucionais e Comunicação (RIC) esteve investida, acrescida de outras, como veremos.

A EMICEP, decorrendo do conteúdo funcional que lhe foi atribuído tem por missão assegurar um serviço multidisciplinar e especializado de apoio e assessoria técnica aos membros do executivo em permanência nos domínios da comunicação, imagem e protocolo, bem como a promoção de eventos desportivos e recreativos da responsabilidade do Município.

Detalhando o contexto do serviço executado pela EMICEP temos:

1. a produção de conteúdos informativos de raiz institucional (em suporte de papel e eletrónicos) bem como na esfera do relacionamento com os *media*;
2. na produção de dispositivos gráficos a utilizar na esfera de toda a Organização, dando colaboração às associações e Juntas de Freguesia;
3. a gestão e produção de eventos organizados na esfera municipal e/ou em colaboração com o movimento associativo (Feirourém, Feira de Santa Iria, Festividades de Natal, entre outros eventos);
4. a gestão das telecomunicações dos serviços municipais;
5. a gestão do Centro Municipal de Exposições; e
6. o Protocolo Municipal

A face mais visível da EMICEP resulta do exercício de funções enquanto veículo difusor da atividade do município suscetível de poder vir a interessar aos munícipes e assim, produz e torna

pública através dos meios eletrónicos como sejam o site oficial e as redes sociais (Facebook, Twitter, Youtube e Instagram) e tradicionais (jornal, cartazes e outdoors) a informação que se mostre, em cada momento, de relevante importância, transmitindo-a de forma genérica, ou mais localizada.

A EMICEP mantém a produção noticiosa através da publicação em papel “Ourém Município – Informação Municipal”, com uma tiragem de 4.000 exemplares, distribuídos conjuntamente com os jornais Notícias de Ourém e Notícias de Fátima e colocados à disposição do público, gratuitamente, em locais de grande acesso. Trata-se de uma opção estratégica que se tem revelado adequada para difusão da publicação, ponderando os públicos-alvo e aspetos relacionados com a contenção financeira, que importa acautelar. A partir de 2018 essa difusão passou a estender-se também a França.

A EMICEP, para além de assumir a sua missão em termos informativos neste universo de plataformas e dispositivos mediáticos, reparte ainda as suas atividades em contexto diferente, mas igualmente relevante, nomeadamente no que se refere às relações com os órgãos de comunicação social (jornais, rádios e televisões de expressão regional e nacional), para os quais se produz um número significativo de “notas de imprensa” relativas às atividades do município, assim como de outras entidades com relevante interesse público, que solicitam à Câmara Municipal colaboração na difusão das suas iniciativas.

Complementarmente, tem sido a EMICEP o elo de ligação entre os meios de comunicação social e a Administração Municipal para a gestão informativa de um vasto conjunto de assuntos, dos quais se relevam os imensos pedidos de informação veiculados pelos meios, sobre assuntos concretos e que carecem de informação mais especializada com origem em diferentes Divisões, ou no Gabinete da Presidência.

Importa referir a capacidade técnica instalada, que tem permitido à EMICEP realizar vários diretos relacionados com a atividade autárquica, nomeadamente as sessões da Assembleia Municipal e as sessões públicas promovidas pelo executivo em todo o espaço do concelho.

Outra área que a EMICEP gere, é a da publicidade e propaganda estática do Município, o que inclui a conceção, gestão e implementação de dispositivos fixos em todo o concelho, seja ao nível de informação de interesse público em circunstâncias concretas, seja na publicitação de

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the word "Set" and various initials.

eventos. Ainda na área da produção gráfica o EMICEP produz dispositivos visuais estáticos para suportes próprios e de outras entidades (*outdoors*) incluindo os suportes eletrónicos. Nesta vertente da produção gráfica restará aludir à imensa panóplia de produtos gráficos que diariamente são solicitados por parte de todo o universo municipal, pelo movimento associativo e pelas Juntas de Freguesia.

Complementarmente, esta vertente funcional da EMICEP produz anúncios e publicações para jornais, rádios e televisões, fazendo a gestão da tipologia e dos custos associados a esses serviços, numa lógica da maior economia e eficácia.

A EMICEP ao ser dotada de recursos audiovisuais de nova geração, permite-se produzir documentos em vídeo de elevada qualidade, suscetíveis de virem a integrar os vários dispositivos de difusão mediática disponíveis, bem como para arquivo e memória futura.

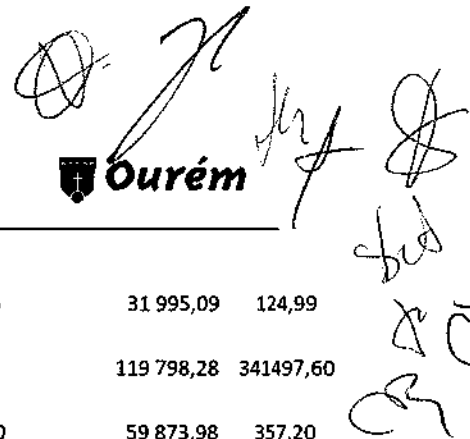
Na generalidade da sua intervenção direta, a EMICEP recorreu essencialmente aos seus recursos endógenos, excetuando as contratações logísticas inerentes à contratação de meios materiais inerentes às suas funções, dada a carência de recursos que experimenta na área da produção gráfica, apenas com 1 funcionária para produzir e executar todo esse tipo de serviços.

3. ANÁLISE ORÇAMENTAL

3.1 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Quadro 11 – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

Descrição da Receita Liquidada	2016	2017	var. (%)	uni: Euro	
				2018	var. (%)
Impostos diretos	9 263 253,18	9 684 398,54	4,55	10 201 189,59	5,34
Imposto municipal sobre imóveis	6 154 376,41	6 279 458,15	2,03	6 536 876,64	4,10
Imposto único de circulação	1 009 058,52	1 096 835,13	8,70	1 150 341,49	4,88
Imposto municipal sobre transmissões	1 484 395,52	1 682 992,17	13,38	1 636 290,33	-2,77
Derrama	615 422,73	625 113,09	1,57	877 681,13	40,40
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impostos diversos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impost. indiretos, taxas, multas ...	1 857 969,65	2 208 496,11	18,87	1 999 004,14	-9,49
Mercados e feiras	114 759,69	102 389,83	-10,78	116 441,14	13,72
Loteamentos e obras	429 219,87	598 641,08	39,47	554 372,19	-7,39
Ocupação da via pública	563,22	1 339,46	137,82	3 905,50	191,57
Publicidade	28 987,20	36 115,56	24,59	33 339,79	-7,69
Saneamento	1 092 997,41	1 156 022,95	5,77	1 140 451,55	-1,35
Multas	99 475,56	231 859,42	133,08	59 711,92	-74,25
Outras	91 966,70	82 127,81	-10,70	90 782,05	10,54
Rendimentos de Propriedade	2 125 523,31	1 808 991,56	-14,89	1 782 648,14	-1,46
Transferências correntes	13 518 959,50	13 625 995,93	0,79	14 194 310,11	4,17
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	--	211 003,10	--
Administração Central - Estado	13 448 744,75	13 589 232,17	1,04	13 953 591,16	2,68
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	3 738,95	0,00	-100,00	0,00	--
Outras (transferências correntes)	66 475,80	36 763,76	-44,70	29 715,85	-19,17
Venda de bens e serviços correntes	1 943 629,26	1 949 817,83	0,32	2 193 726,91	12,51



Ourém

Venda de bens	14 697,80	14 220,41	-3,25	31 995,09	124,99
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	542,01	35,07	--	119 798,28	341497,60
Saneamento - Ligação	20 147,37	13 095,92	-35,00	59 873,98	357,20
Resíduos Sólidos	1 658 969,48	1 678 617,38	1,18	1 529 240,29	-8,90
Trabalhos por conta de particulares	6 877,78	10 362,22	50,66	22 006,89	112,38
Cemitérios	15 007,80	14 619,10	-2,59	21 761,70	48,86
Mercados e Feiras	4 301,00	11 350,64	163,91	48 496,94	327,26
Parques de estacionamento	0,00	0,00	--	85 576,49	--
Rendas	51 476,15	50 259,60	-2,36	77 945,51	55,09
Outras (venda de bens e serv. correntes)	175 910,87	274 979,32	56,32	352 922,76	28,35
Outras receitas correntes	278 115,17	270 721,62	-2,66	197 301,41	-27,12
Venda de bens de investimentos	4 801 500,00	4 896 551,66	1,98	207 177,43	-95,77
Transferências de capital	2 136 404,86	2 369 279,63	10,90	2 455 715,01	3,65
Administração Central - Estado	947 914,00	1 758 058,55	85,47	994 099,00	-43,45
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	776 198,87	198 929,09	-74,37	998 124,02	401,75
Outras (transferências de capital)	412 291,99	412 291,99	0,00	463 491,99	12,42
Ativos financeiros	28 396,82	23 089,71	-18,69	188 536,07	716,54
Passivos financeiros	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	3 163,87	30 109,54	851,67	176 726,88	486,95
Saldo da gerência anterior	2 991 955,44	4 155 756,98	38,90	2 350 507,06	-43,44
Total	40 448 871,06	42 523 209,11	5,13	37 446 842,75	-11,94
Total ¹	31 155 415,62	31 970 900,47	2,62	33 389 158,26	4,44

¹ Receitas Totais (excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior)

Impostos diretos

Compreende as receitas advindas dos impostos diretos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre Veículos, o Imposto Municipal sobre Transmissões e a Derrama.

Em 2018, as receitas relativas a estes impostos, denotam um aumento na ordem dos 5,3% que, em termos absolutos, significa um acréscimo das receitas num valor próximo de 516,8 mil euros.

Para a referida circunstância contribuíram os aumentos verificados no imposto municipal sobre imóveis (+257,4 mil euros), no imposto único de circulação (+53,5 mil euros) e na derrama (+252,6 mil euros).

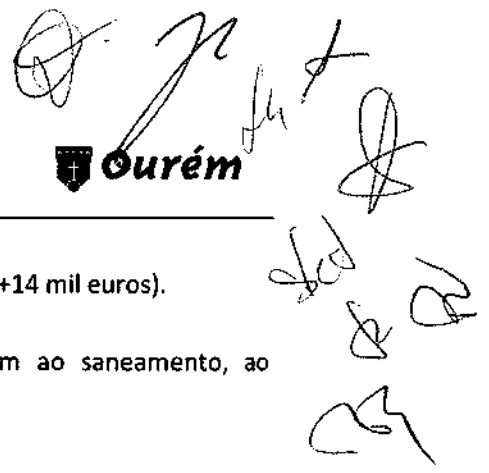
De salientar a quebra verificada no imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (-46,7 mil euros).

Impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades

Os impostos indiretos compreendem as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagos por unidades empresariais, nomeadamente, as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se, neste capítulo, as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Estas receitas denotam um decréscimo em 9,5% (variação absoluta negativa próxima de 209,5 mil euros), essencialmente por influência da quebra verificada nas receitas inerentes a loteamentos e obras (-44,3 mil euros), saneamento (-15,6 mil euros) e multas (-172,1 mil euros).

The top right corner of the page features several handwritten signatures in black ink. Below the signatures is the official logo of the Municipality of Ourém, which consists of a shield with a cross and the word "Ourém" written in a stylized font.

Ao invés, observa-se um aumento das receitas com mercados e feiras (+14 mil euros).

As receitas mais representativas inseridas neste capítulo respeitam ao saneamento, ao atingirem um valor ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros.

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam um decréscimo, face ao período homólogo do ano anterior, na ordem de 1,5%, representando uma variação absoluta negativa na ordem dos 26,3 mil euros.

Note-se que a expressividade destas receitas é decorrente, essencialmente, do contrato de concessão em curso com a EDP, no âmbito da distribuição de energia em baixa

Destacam-se ainda as receitas inerentes a torres eólicas instaladas na área territorial adstrita ao Município, tendo estas ascendido a um montante na ordem de 126,2 mil euros e 23,5 mil euros referentes a antenas de telecomunicações.

Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram uma variação positiva próxima de 4,2%, denotando, a variação verificada nas transferências do Estado (+364,4 mil euros) e do encerramento da empresa municipal Ourémviva (+211 mil euros).

Deste modo, verifica-se uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 568,3 mil euros. As receitas totais, neste âmbito, ascendem a um valor próximo de 14,2 milhões de euros.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Em 2018, verifica-se um aumento absoluto destas receitas em 243,9 mil euros, o que significa uma variação em 12,5%.

Este facto repercute, um aumento na venda de bens (+17,8 mil euros), serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto (+119,8 mil euros), na ligação do saneamento (+46,8 mil euros), nos trabalhos por conta de particulares (+11,6 mil euros), nos mercados e feiras (+37,1 mil euros), nos parques de estacionamento (+85,6 mil euros), nas rendas (+27,7 mil euros) e nas outras vendas de bens e serviços correntes (+77,9 mil euros).

Em sentido inverso, observou-se uma quebra absoluta nas receitas com resíduos sólidos (-149,4 mil euros), não obstante tratar-se da receita com maior expressividade neste contexto, ascendendo a um valor ligeiramente superior a 1,5 milhões de euros e representando 69,7% do total das receitas desta natureza económica.

Outras receitas correntes

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas sofreram uma diminuição em 27%, significando uma variação negativa absoluta na ordem dos 73,4 mil euros

A receita mais representativa, neste capítulo, reporta-se ao IVA reembolsado, o qual ascendeu a 100 mil euros.

Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam uma quebra expressiva de 95,8% (-4,7 milhões de euros).

Salienta-se que o ano anterior, no contexto das receitas liquidadas, repercute a alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém, à entidade Maisourém, S.A (entidade na qual o Município de Ourém participava em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada.

Em finais de 2018, os terrenos alienados regressaram ao património municipal, por contrapartida da dívida existente, tendo este reflexo ao nível das receitas liquidadas.

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui as receitas relativas a heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e, ainda, as receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2018, denota um acréscimo em 3,7% que, em termos absolutos, significa um aumento destas receitas na ordem dos 86,4 mil euros, refletindo, o aumento das receitas relativas a financiamentos comunitários (+799,2 mil euros).

Em oposição, salienta-se a diminuição das receitas consignadas a investimento, resultantes da Administração Central – Estado, denotando uma quebra absoluta próxima de 764 mil euros, circunstância que sofre a influência do ano económico de 2017 apresentar receitas neste âmbito consignadas à execução de empreitadas relacionadas com o Centenário de Fátima que se comemorou no referido ano.

Neste capítulo, importa reportar que as transferências de capital da Administração Central se situaram próximas de 994, 1 mil euros e as relativas aos fundos comunitários, em 998,1 mil euros.

No cômputo geral, estas receitas ascenderam a um valor próximo de 2,5 milhões de euros.

Ativos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação.

O ano de 2018 denota uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 165,4 mil euros, influenciada pela dissolução da empresa municipal Ourémviva.

Passivos Financeiros

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto, a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas, cujo efeito é extraordinário, não se registou qualquer variação, sendo de salientar que o valor de 1,5 milhões de euros ocorrido se reporta, integralmente, ao empréstimo de curto prazo, o qual foi totalmente amortizado no exercício em análise, pelo que não transita de ano económico qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, refletindo-se igual montante no orçamento de despesa, inclusive no pagamento.

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual onde se incluem receita, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de *know-how*.

Durante o ano de económico de 2018, não se verificaram quaisquer receitas desta natureza, em similaridade com o ocorrido no ano anterior.

Reposições não abatidas aos pagamentos

Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. No decurso do ano em reporte, registaram-se reposições abatidas aos pagamentos, ligeiramente superiores a 176,7 mil euros.

[Handwritten signatures and initials]

Ourém

O valor mais representativo (150 mil euros), reporta-se a uma devolução referente a um apoio financeiro concedido a uma associação desportiva.

Saldo da gerência anterior

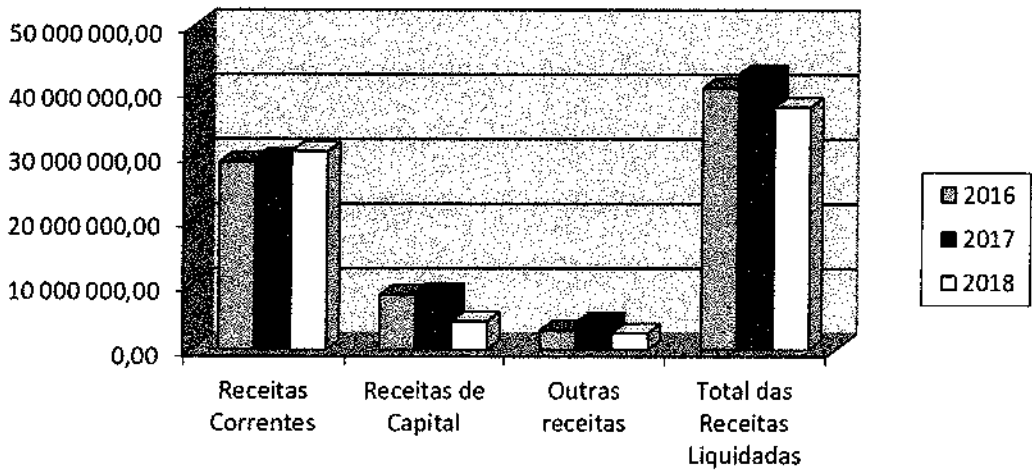
Abrange as receitas resultantes do saldo da gerência referente ao ano económico anterior. Neste contexto, o valor ascendeu a um montante próximo de 2,4 milhões de euros, significando uma variação negativa em 43,4% (-1,8 milhões de euros).

Resumo das Receitas Liquidadas

Quadro 12 – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

Descrição da Receita Liquidada	2016	2017	var. (%)	uni: Euro	
				2018	var. (%)
Receitas Correntes	28 987 450,07	29 548 421,59	1,94	30 568 180,30	3,45
Receitas de Capital	8 466 301,68	8 788 921,00	3,81	4 351 428,51	-50,49
Outras receitas	2 995 119,31	4 185 866,52	39,76	2 527 233,94	-39,62
Total das Receitas Liquidadas	40 448 871,06	42 523 209,11	5,13	37 446 842,75	-11,94

Gráfico 2 – Resumo das Receitas Líquidas



No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifesta uma diminuição na ordem dos 11,9%. Será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se associam às

receitas resultantes da venda de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior, face a 2017, verificou-se um aumento das receitas liquidadas na ordem dos 4,4% que, em termos absolutos, representou um acréscimo próximo 1,42 milhões de euros.

Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam uma quebra próxima de 5,1 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor ligeiramente superior a 37,4 milhões de euros.

3.2 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Quadro 13 – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

Descrição da Despesa	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Despesas com pessoal	6 684 462,98	6 886 374,95	3,02	8 579 698,17	24,59
Remunerações certas e permanentes	5 142 678,34	5 290 910,45	2,88	6 666 438,17	26,00
Abonos variáveis ou eventuais	38 959,04	46 958,72	20,53	88 995,29	89,52
Segurança social	1 502 825,60	1 548 505,78	3,04	1 824 264,71	17,81
Aquisição de bens	564 490,65	660 390,24	16,99	616 494,62	-6,65
Matérias-Primas e subsidiárias	160 783,97	147 833,65	-8,05	140 046,59	-5,27
Combustíveis e lubrificantes	158 641,12	179 438,10	13,11	198 660,44	10,71
Limpeza e higiene	5 694,80	3 941,08	-30,80	23 299,34	491,19
Alimentação - refeições confeccionadas	22 003,08	83 352,79	278,82	29 423,28	-64,70
Material de escritório	74 152,50	77 231,66	4,15	71 255,84	-7,74
Material de transporte-peças	39 833,63	31 042,42	-22,07	34 421,37	10,88
Outros bens	73 842,44	83 671,68	13,31	119 387,76	42,69
Aquisição de serviços	9 742 145,01	11 127 557,30	14,22	8 513 119,70	-23,50
Encargos das instalações	686 369,61	842 716,78	22,78	850 218,64	0,89
Limpeza e Higiene	75 323,26	75 996,00	0,89	37 998,00	-50,00
Conservação de bens	466 819,96	447 220,84	-4,20	198 479,52	-55,62
Locação de edifícios	32 508,12	32 683,68	0,54	47 421,84	45,09

Comunicações	61 091,82	68 592,24	12,28	72 609,75	5,86
Transportes	1 099 894,85	961 463,47	-12,59	921 380,65	-4,17
Seguros	36 306,57	35 688,25	-1,70	68 451,10	91,80
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	281 551,77	437 589,83	55,42	251 507,77	-42,52
Publicidade	65 869,91	77 584,25	17,78	59 964,93	-22,71
Vigilância e segurança	84 136,43	88 164,05	4,79	55 056,08	-37,55
Assistência Técnica	44 007,77	41 037,67	-6,75	15 836,96	-61,41
Encargos de cobrança	230 439,74	250 067,93	8,52	247 853,68	-0,89
Manutenção de espaços verdes	638 221,55	690 904,28	8,25	202 296,91	-70,72
Exploração e manutenção de ETAR's	578 358,44	614 663,99	6,28	595 382,88	-3,14
Recolha, transp. e tratam, RSU's	1 419 779,13	1 506 155,08	6,08	1 481 879,58	-1,61
Iluminação Pública	1 367 700,20	1 743 243,95	27,46	1 515 083,69	-13,09
Outros serviços	2 573 765,88	3 213 785,01	24,87	1 891 697,72	-41,14
Juros e outros encargos	111 491,16	140 900,96	26,38	72 960,34	-48,22
Transferências correntes	2 586 947,00	2 098 337,25	-18,89	2 276 909,65	8,51
Administração Local	1 431 950,49	814 345,33	-43,13	686 366,55	-15,72
Instituições sem fins lucrativos	484 734,67	590 152,31	21,75	578 396,24	-1,99
Famílias	670 261,84	693 839,61	3,52	683 223,63	-1,53
Outras (transferências correntes)	670 261,84	693 839,61	3,52	328 923,23	-52,59
Subsídios	743 437,36	766 670,57	3,13	310 479,12	-59,50
Outras despesas correntes	703 432,21	354 432,44	-49,61	537 720,15	51,71
Aquisição de bens de capital	3 497 043,13	6 905 256,68	97,46	5 041 709,49	-26,99
Investimentos	1 196 029,09	1 450 352,32	21,26	1 350 659,85	-6,87
Locação financeira	0,00	0,00	--	0,00	--
Bens de domínio público	2 301 014,04	5 454 904,36	137,07	3 691 049,64	-32,34
Transferências de capital	1 204 153,50	1 444 489,37	19,96	977 779,96	-32,31
Administração Local	303 705,61	634 956,29	109,07	334 678,75	-47,29
Instituições sem fins lucrativos	900 447,89	809 533,08	-10,10	643 101,21	-20,56
Empresas Públicas	0,00	0,00	--	0,00	--
Empresas Privadas	0,00	0,00	--	0,00	--
Outras transferências de capital	0,00	0,00	--	0,00	--

Ativos financeiros	220 059,00	220 059,00	--	165 044,25	-25,00
Passivos financeiros	3 721 524,02	3 493 457,27	-6,13	3 494 475,70	0,03
Outras despesas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Total	29 779 186,02	34 097 926,03	14,50	30 586 391,15	-10,30

Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza apresentam um aumento em 24,6% que, em termos absolutos, significou um acréscimo próximo de 1,7 milhões de euros. Importa salientar a influência que decorre da internalização de postos de trabalho, em resultado da dissolução da empresa municipal Ourémviva.

Deste modo, as despesas incidentes neste capítulo ascenderam a um valor próximo de 8,6 milhões de euros.

Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2018 regista um decréscimo destas despesas em 6,7%, influenciadas pela diminuição verificada, essencialmente, na alimentação – refeições confeccionadas (-53,9 mil euros).

Em sentido inverso, destacam-se os aumentos verificados nos combustíveis e lubrificantes (+19,2 mil euros) e na limpeza e higiene (+19,4 mil euros).

Em termos absolutos totais, a aquisição de bens significa um valor próximo de 616,5 mil euros, tendo registado um decréscimo em 43,9 mil euros, face ao ano anterior.

Aquisição de serviços

Compreende as despesas efetuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras despesas com serviços.

Face a 2017, o ano económico de 2018 regista um decréscimo em 23,5%, traduzindo, essencialmente, a diminuição verificada na limpeza e higiene (-38 mil euros), na conservação de bens (-248,7 mil euros), nos estudos, pareceres, projetos e consultadoria (-186,1 mil euros), em publicidade (-17,7 mil euros), na vigilância e segurança (-33,1 mil euros), na assistência técnica (-25,2 mil euros), na manutenção de espaços verdes (-488,7 mil euros), exploração e manutenção de ETAR's (-19,3 mil euros), recolha, transporte e tratamento de rsu's (-24,3 mil euros), transportes (-40 mil euros) e iluminação pública (-228,2 mil euros).

Em oposição, verifica-se um aumento nas despesas com encargos de instalações (+7,5 mil euros), locação de edifícios (+14,7 mil euros), comunicações (+4 mil euros) e seguros (+32,8 mil euros),

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representam um valor ligeiramente superior a 8,5 milhões de euros, tendo registado uma variação absoluta negativa ligeiramente superior a 2,6 milhões de euros.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam uma diminuição em 48,2%, significando uma quebra absoluta na ordem dos 67,9 mil euros, continuando a persistir a permanência de taxas de juro historicamente baixas, circunstância que associada à diminuição do volume de endividamento de médio e longo prazo, induz esta tendência.

Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza sofreram um aumento em 8,5% (+178,6 mil euros), refletindo o aumento em verificado nas transferências para as empresas públicas municipais e intermunicipais e apesar da quebra nas transferências desta natureza para a administração local (-128 mil euros), instituições sem fins lucrativos (-11,8 mil euros) e famílias (-10,6 mil euros).

No total, estas despesas representaram um valor próximo de 2,3 milhões de euros.

Subsídios

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou fatores de produção.

Estas despesas sofreram um decréscimo em 59,5% e reportam na sua totalidade a indemnizações compensatórias concedidas a empresas municipais, resultantes da vigência de preços sociais (inferiores aos custos), em determinados equipamentos, cuja responsabilidade de gestão incide sobre uma empresa do setor empresarial local, nomeadamente no âmbito das piscinas municipais e equipamentos desportivos. Em termos absolutos a diminuição representa um valor de 456,2 mil euros, resultando da dissolução da empresa municipal Ourémviva.

Em termos globais, as despesas reportadas a subsídios atingiram um valor próximo de 310,5 mil euros.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo sofrido um aumento em 51,7% (+183,3 mil euros).

Assumem particular relevância, as restituições de impostos e taxas promovidas pela Autoridade Tributária (118,9 mil euros), o IVA pago (77 mil euros), as quotizações (109,7 mil euros) e as custas judiciais (116,6 mil euros).

Em termos absolutos, estas despesas atingiram um valor de 537,7 mil euros.

Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do ativo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2018, por comparação ao ano anterior, verifica uma diminuição em 27%, que em termos absolutos representa uma variação negativa próxima de 1,9 milhões de euros, para um total de despesas desta natureza ligeiramente superiores a 5 milhões de euros.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas assinalam um decréscimo em 32,3%. Deste modo, verificou-se uma variação absoluta negativa na ordem de 466,7 mil euros.

Neste contexto, será de reportar a diminuição ocorrido para a administração local (-300,3 mil euros) e a diminuição para as instituições sem fins lucrativos (-166,4 mil euros).

Estas despesas assinalaram um valor total próximo de 977,8 mil euros.

Ativos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação.

No ano de 2018 verificou-se uma despesa de 165 mil euros, referentes integralmente, à participação do Município de Ourém no Fundo de Apoio Municipal.

Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas apresentam uma ligeiríssima variação positiva em 0,03%. Em termos totais, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo representou um valor próximo de 2 milhões de euros.

Outras despesas de capital

Nesta rubrica, não se verificou qualquer despesa, pelo que se regista uma variação nula face ao ano anterior.

Resumo das Despesas Realizadas

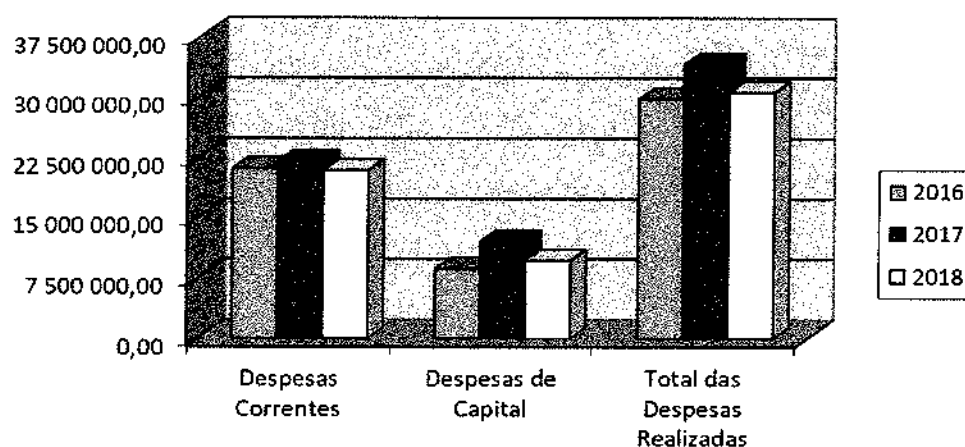


[Handwritten signatures and initials]

Quadro 14 – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

Descrição da Despesa	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Despesas Correntes	21 136 406,37	22 034 663,71	4,25	20 907 381,75	-5,12
Despesas de Capital	8 642 779,65	12 063 262,32	39,58	9 679 009,40	-19,76
Total das Despesas Realizadas	29 779 186,02	34 097 926,03	14,50	30 586 391,15	-10,30

Gráfico 3 – Resumo das Despesas Realizadas



No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem uma variação negativa de 10,3%, face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor total obtido próximo de 30,6 milhões de euros.

As despesas correntes assinalam uma diminuição em 5,1% (variação absoluta negativa na ordem dos 1,1 milhões de euros), ascendendo a um valor ligeiramente superior a 20,9 milhões de euros. De sentido idêntico, mas mais expressivo, assinala-se uma quebra das despesas de capital (-19,8%), denotando uma variação absoluta negativa próxima de 2,4 milhões de euros.

3.3 – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DAS GOP'S POR OBJETIVOS E PROGRAMAS

3.3.1 – EVOLUÇÃO DAS GOP'S

Quadro 15 – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

Descrição	2016	2017	var. (%)	uni: Euro	
				2018	var. (%)
Educação	3 093 444,78	2 815 225,84	-8,99	2 949 250,74	4,76
Ensino Básico	285 016,34	131 367,43	-53,91	759 800,07	478,38
Ensino Secundário e Profissional	125 000,00	0,00	-100,00	0,00	--
Ensino Superior	0,00	0,00	--	0,00	--
Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino	2 683 428,44	2 683 858,41	0,02	2 189 450,67	-18,42
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1 585 754,66	1 768 528,68	11,53	983 680,82	-44,38
Cultura	333 584,87	424 253,39	27,18	299 483,46	-29,41
Desporto e lazer	1 235 747,22	1 341 093,39	8,52	683 867,04	-49,01
Património	16 422,57	3 181,90	-80,62	330,32	-89,62
Ação Social	726 021,84	419 000,59	-42,29	338 273,18	-19,27
Habitação e Urbanismo	2 425 224,08	4 339 389,44	78,93	3 860 342,06	-11,04
Habitação	0,00	6 404,38	--	0,00	--
Planeamento Urbanístico	274 454,82	330 465,33	20,41	172 760,88	-47,72
Iluminação	1 380 453,17	1 752 031,15	26,92	1 515 913,35	-13,48
Urbanização	770 316,09	2 250 488,58	192,15	2 171 667,83	-3,50
Saneamento e Salubridade	2 771 517,22	2 823 181,79	1,86	2 954 359,02	4,65
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	723 068,49	908 735,57	25,68	1 090 119,28	19,96
Resíduos Sólidos	2 039 696,05	1 891 055,15	-7,29	1 864 239,74	-1,42
Higiene Pública	8 752,68	20 623,57	135,63	0,00	-100,00
Cemitérios	0,00	2 767,50	--	0,00	-100,00
Proteção Civil	304 998,26	307 108,72	0,69	471 324,66	53,47
Serviços Municipais de Proteção Civil	52 912,37	65 949,51	24,64	95 655,12	45,04

Bombeiros	252 085,89	241 159,21	-4,33	375 669,54	55,78
Desenv. Econ. e Abast. Púb.	840 578,95	1 577 539,08	87,67	658 062,50	-58,29
Água	73 334,69	84 461,58	15,17	42 162,64	-50,08
Energia	6 150,00	21 076,05	242,70	0,00	-100,00
Turismo	309 783,41	754 232,86	143,47	76 265,79	-89,89
Feiras e Mercados	1 646,09	140 164,71	8415,01	55 309,72	-60,54
Apoio ao Tecido Empresarial	0,00	0,00	--	0,00	--
Outras Ações de Desenvolvimento	429 303,90	499 530,21	16,36	453 941,69	-9,13
Ações de Cooperação com o Exterior	20 360,86	78 073,67	283,45	30 382,66	-61,08
Comunicações e Transportes	1 478 869,44	3 230 493,89	118,44	1 191 205,72	-63,13
Rede Viária e Sinalização	1 468 618,68	3 222 595,76	119,43	1 147 631,73	-64,39
Transportes	10 250,76	7 898,13	--	43 573,99	451,70
Defesa do Meio Ambiente	722 577,41	844 362,52	16,85	320 298,43	-62,07
Parques e Jardins	638 221,55	740 125,13	15,97	217 241,41	-70,65
Proteção Ambiental	84 355,86	104 237,39	23,57	103 057,02	-1,13
Freguesias	1 780 254,15	1 488 241,35	-16,40	1 031 133,76	-30,71
Apoio ao Investimento	259 805,73	634 956,29	144,40	176 129,50	-72,26
Deleg. de compet. - âmbito do Invest.	43 899,88	0,00	-100,00	149 679,78	--
Apoio a despesas correntes	65 814,84	127 939,12	94,39	154 759,44	20,96
Deleg. de compet. - âmbito de desp. corr.	1 410 733,70	725 345,94	-48,58	550 565,04	-24,10
Instalações e Serviços Municipais	911 602,91	1 189 956,49	30,53	673 534,16	-43,40
Edifícios	63 725,70	155 483,19	143,99	10 564,98	-93,21
Medidas de Modernização e Eficiência	739 747,09	842 558,58	13,90	590 107,73	-29,96
Outros investimentos	108 130,12	191 914,72	77,48	72 861,45	-62,03
Total	16 640 843,70	20 803 028,39	25,01	15 431 465,05	-25,82

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano sofreram uma diminuição em 25,8%, face ao valor ocorrido em 2017. O volume total realizado situou-se ligeiramente superior a 15,4 milhões de euros.

Educação

No decurso de 2018, as despesas realizadas no presente objetivo manifestam uma variação positiva em 4,8%. O valor global deste objetivo situou-se ligeiramente superior a 2,9 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Atividades de Animação e Apoio à Família;
- Generalização de refeições escolares;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Transporte escolar;
- Aquecimento das escolas;
- Combate ao insucesso e abandono escolar (projeto PEDIME);
- Conservação e manutenção de equipamentos educativos;
- Medida extraordinária para suprimento de ausências – recurso a empresas de trabalho temporário;
- Ação social escolar;
- Apoio à Natalidade e Infância.

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objetivo evidencia um decréscimo em 44,4%, face ao valor verificado no ano transato, verificando-se diminuições nos programas “Cultura” (-124,8 mil euros) e “Desporto e Lazer” (-657,2 mil euros) e património (-2,9 mil euros).

Em termos absolutos o aumento representa uma variação negativa na ordem dos 784,8 mil euros. O total das despesas inerentes a este objetivo ascendeu a um valor próximo de 983,7 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Programa Cultural;
- Projeto Artéria – Cultura em Rede;

- Apoios ao investimento concedidos a associações de desporto e lazer (sendo mais representativo o apoio concedido ao Centro Desportivo de Fátima para beneficiação das infraestruturas desportivas sitas na Rua Padre Martins Pereira, em Fátima);
- Indemnizações compensatórias (preços sociais praticados nas piscinas municipais em equipamentos desportivos municipais e na Galeria e Museu Municipal);
- Locação operacional do espaço afeto à Biblioteca Municipal;
- Programa desportivo e de lazer do município;
- Serviço de transporte de apoio ao associativismo.

Ação Social

O ano de 2018 registou um decréscimo das despesas verificadas neste objetivo em 19,3%. Neste âmbito, as despesas ascenderam a um montante de 338,3 mil euros, as quais se reportam, essencialmente, ao apoio ao investimento das IPSS.

Os apoios aos investimentos realizados mais representativos foram os seguintes:

- 80,8 mil euros à Associação Centro Social da Paróquia de Seiça – Obras de alteração, remodelação e ampliação do Complexo Social de apoio à 3.ª Idade;
- 100 mil euros ao Centro S. João Batista – Obras de ampliação das instalações do centro e aquisição de equipamento;
- 46,6 mil euros ao Centro Social de Rio de Couros – Aquisição de mobiliário e uma viatura.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objetivo denota um decréscimo, o qual se pautou numa variação negativa em 11%, atingindo, este objetivo, um valor próximo de 3,9 milhões de euros. Neste contexto, reporta-se a quebra verificada no programa “Planeamento Urbanístico” (-157,7 mil euros), “Iluminação” (-236,1 mil euros) e “Urbanização” (-78,8 mil euros).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Revisão do Plano Diretor Municipal;
- Iluminação Pública (essencialmente, consumos);
- Estudos e projetos no âmbito do PEDU;
- Empreitada referente à Reabilitação da Av. D. Nuno Álvares Pereira;

- Diversas intervenções de urbanização das cidades e vilas existentes na área do Município.

Saneamento e Salubridade

Este objetivo sofreu um aumento em 4,7%, assinalando um valor de despesas realizadas próximas de 3 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação de esgotos;
- Exploração e manutenção de ETAR's;
- Recolha, tratamento e transporte de RSU's;
- Limpeza urbana;
- Empreitada de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Fátima – Casa, Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga;
- Empreitada de Drenagem de Águas Residuais na União de Freguesias de Ribeira do Fárrio, Formigais e União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos.

Proteção Civil

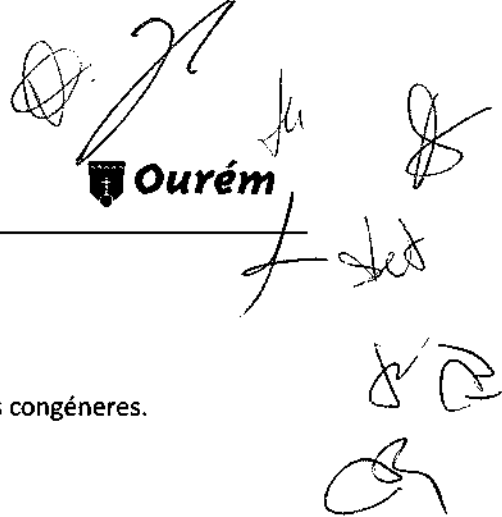
As despesas inseridas neste objetivo sofreram uma variação positiva em 53,5%, apresentando um valor total realizado de 471,3 mil euros. Os programas “Serviços Municipais de Proteção Civil” e “Bombeiros” denotaram uma variação positiva em 45% e 55,8%, respetivamente.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objetivo, apresenta uma expressiva variação negativa, a qual se situa em 58,3%, reportando um valor total das despesas realizadas próximo de 658,1 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação das redes e sistemas de abastecimento de água;
- Ações de apoio ao emprego;
- CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) – Quotização e comparticipação do Município nos projetos em que aderiu;
- START UP Ourém;

The top right corner of the page features several handwritten signatures in black ink. Below the signatures is the official logo of the Municipality of Ourém, which consists of a shield with a crown on top and the word "Ourém" written in a stylized font to the right of the shield.

- Participação no Fundo de Apoio Municipal;
- Ações de Natal;
- Ações de cooperação com entidades geminadas e territórios congéneres.

Comunicações e Transportes

O ano de 2018 apresentou um decréscimo das despesas afetas a este objetivo em 63,1%. Em termos totais, estas despesas situaram-se num valor próximo de 1,2 milhões de euros (variação absoluta negativa em 2 milhões de euros face a 2017).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Sinalização viária do concelho;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões;
- Beneficiação de diversos caminhos municipais:
 - Qualificação da Estrada do Agroal (Formigais);
 - Requalificação da Rua Prof. Dr. Guilherme Barros e Cunha;
 - ER 356;
 - Diversas outras.
- Aquisição de viatura para a presidência municipal.

Defesa do Ambiente

As despesas realizadas e inseridas neste objetivo denotam uma diminuição em 62%, para o qual contribuiu um decréscimo verificado no programa "Parques e Jardins" (-70,7%) e "Proteção Ambiental" (-1,1%). O valor total de despesas realizadas no presente objetivo foi na ordem dos 320,3 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Manutenção de espaços verdes públicos;
- Vigilância de espaços verdes públicos;
- Gabinete Técnico Florestal.

Freguesias

O presente objetivo denota uma quebra em 30,7%. As despesas totais realizadas neste âmbito ascenderam a um montante ligeiramente superior a 1 milhão de euros.

Neste contexto, importa destacar a delegação de competências, resultante do contrato estabelecido com as Freguesias no âmbito da rede viária municipal e os apoios ao investimento concedidos, essencialmente no âmbito de casas mortuárias e cemitérios.

Instalações e Serviços Municipais

O ano de 2018 assinala uma diminuição nas despesas realizadas adjacentes a este objetivo (-43,4%). Estas despesas totalizaram um valor na ordem de 673,5 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Aquisição de equipamento informático;
- Honorários para patrocínio judicial e pareceres;
- Promoção e imagem do Município;
- Vigilância e segurança dos edifícios municipais;
- Limpeza dos edifícios municipais.

3.3.2 – ESTRUTURA DAS GOP'S

Quadro 16 – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

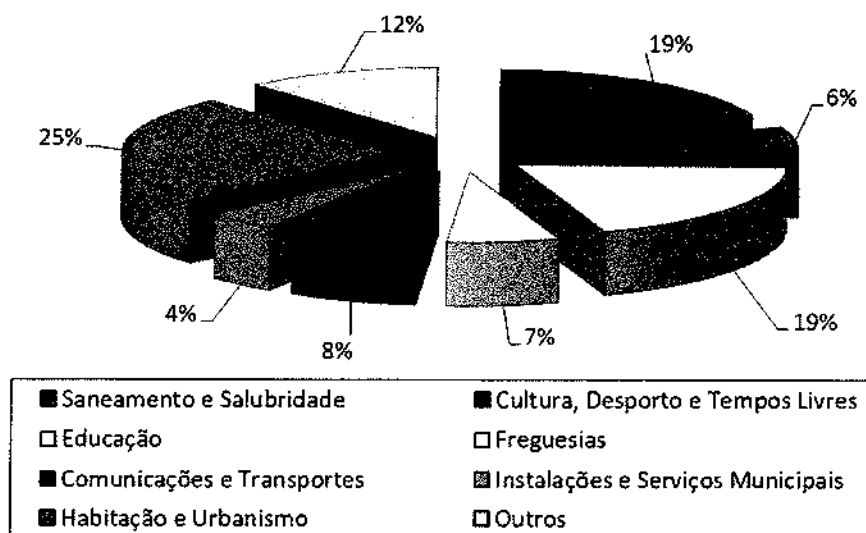
Descrição	2018	Uni: Euro
		Peso (%)
Educação	2 949 250,74	19,11
Cultura, Desporto e Tempos Livres	983 680,82	6,37
Ação Social	338 273,18	2,19
Habitação e Urbanismo	3 860 342,06	25,02
Saneamento e Salubridade	2 954 359,02	19,15
Proteção Civil	471 324,66	3,05
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	658 062,50	4,26
Comunicações e Transportes	1 191 205,72	7,72

Defesa do Ambiente	320 298,43	2,08
Freguesias	1 031 133,76	6,68
Instalações e Serviços Municipais	673 534,16	4,36
Total	15 431 465,05	100,00

Conforme decorre da leitura do quadro e do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's, no ano de 2018, reporta-se ao objetivo "Habitação e Urbanismo" com um peso no cômputo das despesas em GOP's de 25%.

Importa ainda destacar os objetivos "Educação", e "Saneamento e Salubridade", tendo um peso de, respetivamente, 19,1% e 19,2%.

Gráfico 4– Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's



3.4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.4.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada líquida (ótica das cobranças líquidas) na qual se consideram os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições e da receita liquidada (ótica das liquidações), ambos os fatores

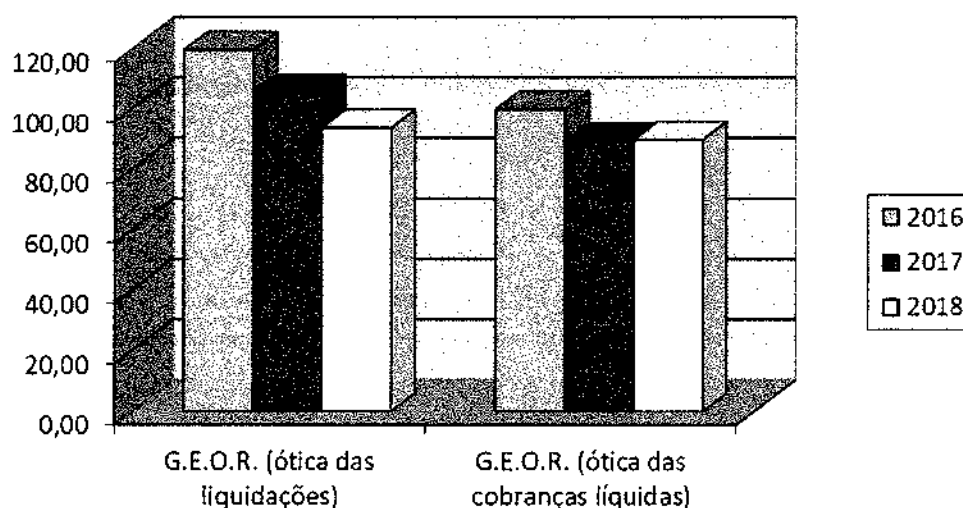
comparativamente ao valor total previsto no orçamento da receita num determinado ano económico.

Quadro 17 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

					Uni: Euro
Descrição	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
(ótica das liquidações)					
G.E.O.R (Corrente)	107,17	108,77	1,50	108,54	-0,22
G.E.O.R (Capital)	221,52	96,76	-56,32	46,89	-51,55
G.E.O.R. (Total)	119,45	105,25	-11,89	93,74	-10,93
(ótica das cobranças líquidas) ^a					
G.E.O.R (Corrente)	102,66	104,23	1,53	104,60	0,35
G.E.O.R (Capital)	79,78	39,11	-50,98	41,69	6,59
G.E.O.R. (Total)	99,85	89,23	-10,64	89,76	0,59

a) considera os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições

Gráfico 5 –Grau de Execução do Orçamento da Receita



Na ótica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita obtido foi na ordem dos 93,7%, sofrendo uma variação negativa em 11,5 p.b. face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente, na ótica das liquidações, foi de 108,5% e de capital, na mesma ótica, situou-se em 46,9%.

Na ótica das cobranças, o grau de execução orçamental situou-se nos 89,76%, tendo observado uma variação positiva em 0,5p.b. face ao grau obtido no ano anterior.

Importa realçar que, face ao valor obtido, o Município de Ourém superou a meta definida no n.º 3 do artigo 56.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a qual promove alertas precoces para a DGAL, para o membro do Governo responsável pela área das finanças e ainda para os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, sempre que a autarquia registar em dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85%.

3.4.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

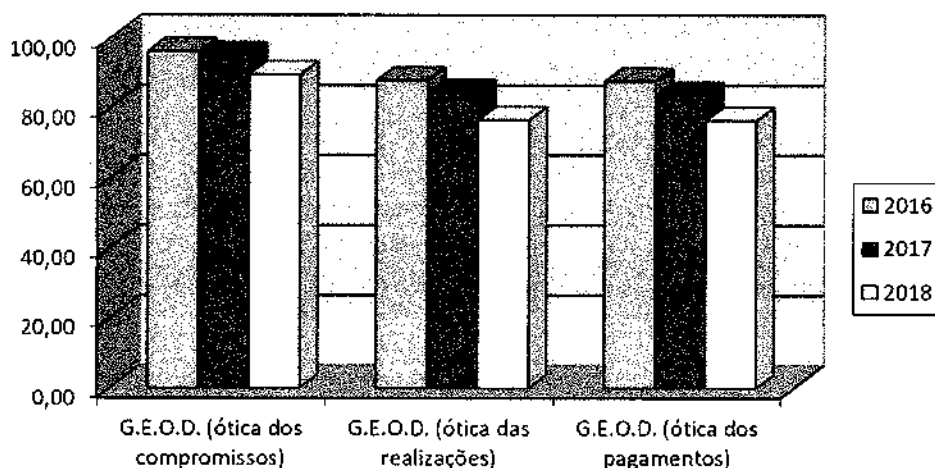
Quadro 18 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Descrição	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	97,31	94,86	-2,52	91,95	-3,07
G.E.O.D (Capital)	93,85	95,29	1,54	85,54	-10,23
G.E.O.D. (Total)	96,23	95,03	-1,25	89,59	-5,73
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	90,84	87,56	-3,61	82,95	-5,26
G.E.O.D (Capital)	81,58	79,16	-2,97	65,66	-17,05
G.E.O.D. (Total)	87,94	84,39	-4,04	76,57	-9,27
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	90,68	86,71	-4,39	82,79	-4,52
G.E.O.D (Capital)	81,12	78,76	-2,91	65,54	-16,78
G.E.O.D. (Total)	87,69	83,71	-4,54	76,42	-8,70

O grau de execução orçamental da despesa visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Os graus de execução referidos denotam, variações negativas em todas as óticas apresentadas. Na ótica dos compromissos, o grau de execução orçamental foi de 89,6%. Na ótica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado demonstra que se executaram 76,6% das despesas previstas. Na ótica dos pagamentos, o grau de execução situou-se nos 76,4%.

Gráfico 6 – Grau de Execução do Orçamento da Despesa



3.4.3 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

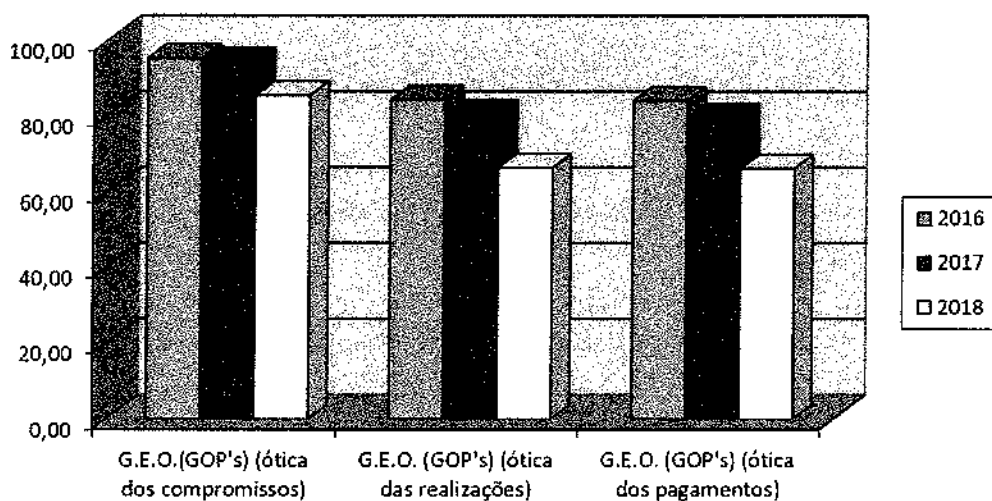
O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Atividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

Quadro 19 – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Descrição	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	95,21	94,21	-1,05	85,39	-9,37
G.E.O. (PPI)	90,95	94,82	4,26	79,68	-15,96
G.E.O. (AMR's)	96,71	93,86	-2,95	89,33	-4,83
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	84,31	80,51	-4,51	66,24	-17,71
G.E.O. (PPI)	68,03	73,10	7,46	52,95	-27,58
G.E.O. (AMR's)	90,04	84,77	-5,85	75,44	-11,01
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	83,97	79,58	-5,23	66,06	-16,98
G.E.O. (PPI)	67,08	72,75	8,46	52,77	-27,47
G.E.O. (AMR's)	89,91	83,51	-7,11	75,26	-9,89

Gráfico 7 – Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



Na ótica dos compromissos, na ótica das realizações e na ótica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi, respetivamente, de 85,4%, 66,2% e 66,1%.

No que concerne ao PPI, este apresenta um grau de execução orçamental na ótica das realizações de 53% e dos pagamentos de 52,8%.

As AMR's apresentam um grau de execução orçamental, na ótica das realizações de 75,4% e na ótica dos pagamentos de 75,3%.

3.5 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ANOS SEGUINTES

Quadro 20 – Mapa resumo dos compromissos assumidos⁵

uni: euro

Ano	Montantes
2019	9 467 843,33
2020	3 391 910,17
2021	1 404 950,33
Seguintes	127 385,79
TOTAL	14 392 089,62

No término do ano económico em relato, verificava-se a existência de um total de 14,4 milhões de euros de compromissos.

Do montante reportado, e de acordo com os contratos assumidos, e face à sua potencial realização, os encargos irão incidir, essencialmente, no ano económico de 2019 (9,5 milhões euros).

Note-se que os compromissos assumidos, com exceção do que se reporta a empréstimos de médio longo prazo, não se reportam a dívida a terceiros, mas somente a atos assumidos perante

⁵ Compromissos assumidos ainda sem realização, pelo que ainda não conferem dívida, com exceção do que respeita a empréstimos de médio longo prazo já contraídos

terceiros, os quais apenas após cumprimento pela outra parte interveniente, ao contratualmente estabelecido, se podem constituir como uma dívida municipal.

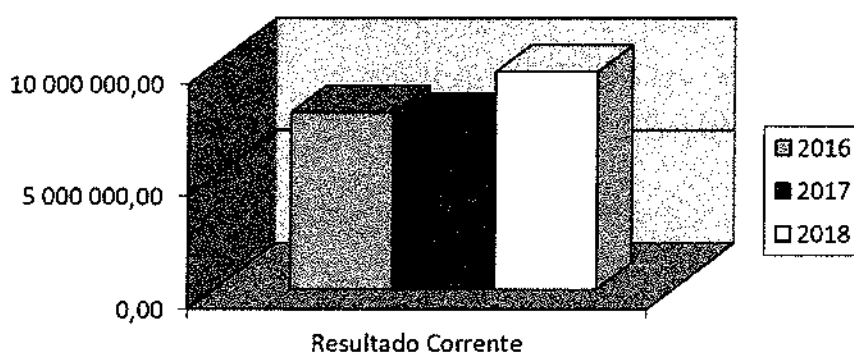
3.6 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

3.6.1 – RESULTADO CORRENTE

Quadro 21 – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

Descrição	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	28 987 450,07	29 548 421,59	1,94	30 568 180,30	3,45
Despesas correntes realizadas	21 136 406,37	22 034 663,71	4,25	20 907 381,75	-5,12
Resultado Corrente	7 851 043,70	7 513 757,88	-4,30	9 660 798,55	28,57
Nota Orçamental	poupança corrente	poupança corrente		poupança corrente	

Gráfico 8 – Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2018 evidencia a ocorrência de um superavit corrente próximo de 9,7 milhões de euros, ou seja, as receitas correntes liquidadas foram superiores às despesas correntes realizadas, permitindo a ocorrência de uma poupança corrente.

Quadro 22 – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do ano anterior a preços correntes

Descrição	2016	2017	var. (%)	uni: Euro	
				2018	var. (%)
Resultado corrente obtido	7 851 043,70	7 513 757,88	-4,30	9 660 798,55	28,57
Receitas liquidadas correntes que transitaram de ano	2 047 569,17	1 218 780,12	-40,48	1 234 740,88	1,31
Despesas realizadas correntes que transitaram de ano	46 283,21	35 660,17	-22,95	215 214,81	503,52
Resultado orçamental corrente, excluindo o impacto derivado do ano anterior	5 849 757,74	6 330 637,93	8,22	8 641 272,48	36,50

Contudo, importa observar dois fatores que influenciam a análise ao valor disposto e que contextualizam uma análise mais efetiva ao resultado apresentado

O primeiro fator reporta-se às receitas liquidadas e às despesas realizadas que transitam de ano económico e que, deste modo, têm uma influência direta no resultado apurado.

Consequentemente, tendo por referência a influência decorrente do primeiro fator enunciado e extraíndo a sua influência do apuramento do resultado em análise, verifica-se que o resultado corrente se situa na ordem dos 8,6 milhões de euros, manifestando uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 2,3 milhões de euros, face ao valor apurado para o ano económico de 2017 (na ordem dos 6,3 milhões de euros).

Como segundo fator, salienta-se ainda o impacto da despesa corrente inerente à aquisição de matérias-primas, a qual ascendeu a 136 mil euros, na medida em que as referidas despesas são transformadas em investimento, através da execução de obras por administração direta.

3.6.2 – RESULTADO ORÇAMENTAL

Quadro 23 – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

Descrição	2016	2017	var. (%)	2018	uni: Euro
					var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	40 448 871,06	42 523 209,11	5,13	37 446 842,75	-11,94
Total das Despesas Realizadas	29 779 186,02	34 097 926,03	14,50	30 586 391,15	-10,30
Resultado Orçamental	10 669 685,04	8 425 283,08	-21,04	6 860 451,60	-18,57
Nota Orçamental	Superávit Orçamental	Superávit Orçamental		Superávit Orçamental	

O ano de 2018 regista um superavit orçamental próximo de 6,9 milhões de euros. Em termos de representatividade, o superavit ocorrido significa 18,3% do total das receitas liquidadas e 22,4% das despesas realizadas.

Quadro 24 – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do ano anterior a p.c.

Descrição	2016	2017	var. (%)	2018	uni: Euro
					var. (%)
Resultado orçamental obtido	10 669 685,04	8 425 283,08	-21,04	6 860 451,60	-18,57
Receitas liquidadas que transitaram de ano	7 706 193,87	6 636 134,35	-13,89	6 471 272,03	-2,48
Despesas realizadas que transitaram de ano	46 283,21	84 576,79	82,74	275 871,93	226,18
Resultado orçamental, excluindo o impacto derivado do ano anterior	3 009 774,38	1 873 725,52	-37,75	665 051,50	-64,51

Importa, contudo, considerar o efeito resultante da alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém e Fátima, à entidade Maisourém, S.A. (entidade na qual o Município participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada, cujo montante ascende a 4,8 milhões de euros e que influenciou os anos económicos que no mapa compara com 2018 (2016 e 2017).

Excluindo o impacto decorrente das receitas liquidadas e das despesas realizadas que transitam de ano económico, verificou-se a ocorrência de um resultado orçamental próximo de 665,1 mil euros.

4. FONTES DE FINANCIAMENTO

4.1 – RECEITAS PRÓPRIAS

4.1.1 – ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia em gerar, localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objetivos propostos.

Gráfico 9 – Estrutura da Receita

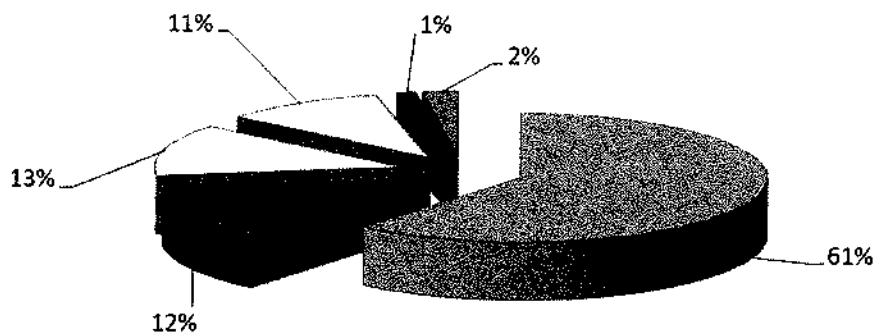








O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município representam 45% das receitas totais. Será ainda de referir que o valor apresentado denota uma deterioração deste indicador em 4 p.b, face ao valor obtido no ano anterior.

Os impostos diretos, onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 61%, seguidos da venda de bens e serviços correntes (13%).

Os impostos indiretos, taxas, multas e penalidades representam 12% do total das receitas próprias. Os rendimentos de propriedade revelam 11% do total das receitas próprias.

Gráfico 10 – Estrutura das Receitas Próprias



 Impostos diretos	 Impost. Ind., taxas, multas e penal.
 Venda de bens e serv. correntes	 Rendimentos de Propriedade
 Venda de bens de investimento	 Outras receitas próprias

4.1.2 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Quadro 25 – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

Receitas Próprias	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	20 298 387,39	20 842 067,03	2,68	16 769 583,69	-19,54

Em 2018, as receitas próprias assinalam um valor próximo de 16,8 milhões de euros, denunciando uma variação negativa na ordem dos 19,5% face ao volume verificado no ano anterior.

4.1.3 – INDICADORES

Através da análise dos indicadores seguidamente expostos, podemos verificar que as receitas próprias diminuíram a sua representatividade nas receitas totais em 8,6%. O grau de cobertura

das despesas pelas receitas próprias é de 55%. As receitas próprias, *per capita*, foram na ordem dos 377,64 euros (-18,9%), e, por Km², de 40.253,44 euros (-19,5%).

Quadro 26 – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,50	0,49	-2,33	0,45	-8,63
Receitas Próprias / Despesa Total	0,68	0,61	-10,33	0,55	-10,30
Receitas Próprias por Km ²	48 723,93 €	50 028,97 €	2,68	40 253,44 €	-19,54
Receitas Próprias <i>per capita</i>	450,70 €	465,73 €	3,33	377,64 €	-18,91

4.2 – OUTROS FINANCIAMENTOS

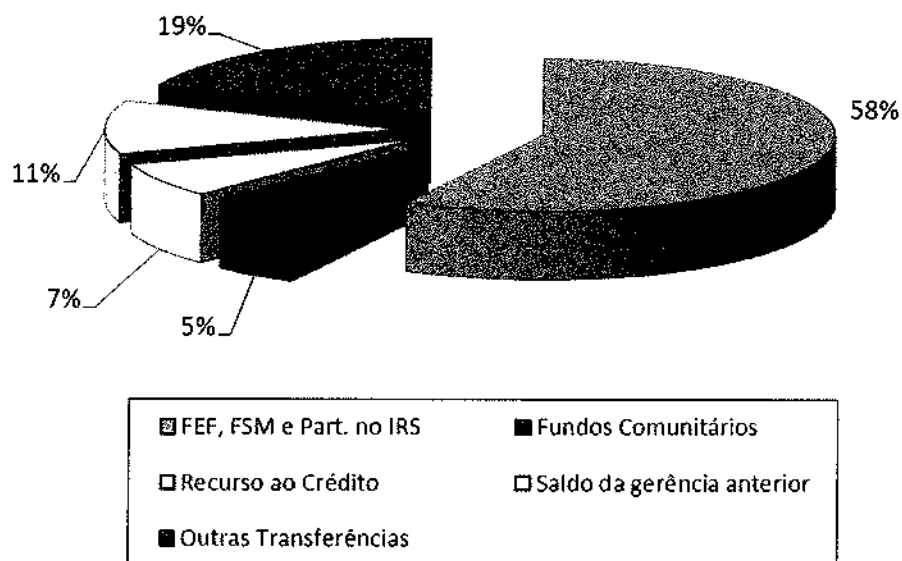
4.2.1 – ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Conforme resulta da leitura do gráfico que se apresenta na página seguinte, em 2018, o maior recurso financeiro relativo aos “Outros Financiamentos”, provém da participação do município nos impostos do Estado (58%), das outras transferências (19%) e do saldo da gerência anterior (11%).

De salientar que o recurso ao crédito representou 7% do total destas receitas (influência do crédito de curto prazo, cujo impacto orçamental é de efeito nulo).

Os fundos comunitários apenas representaram 5% do total dos outros financiamentos.

Gráfico 11 – Estrutura dos Outros Financiamentos



4.2.2 – EVOLUÇÃO DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Quadro 27 – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

uni: Euro					
Outros Financiamentos	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	20 150 483,67	21 681 142,08	7,60	20 677 259,06	-4,63

Os “Outros Financiamentos” manifestam uma quebra na ordem dos 4,6%, sendo o volume total verificado, em 2018, próximo de 20,7 milhões de euros.

4.2.3 – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

No decurso de 2018, a participação dos municípios nos impostos do Estado consubstanciou-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento, sendo a sua distribuição efetuada tendo por base os seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão direta da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente nas Regiões Autónomas ponderada pelo fator 1.3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:
 - os primeiros 5000 habitantes – 3;
 - de 5001 a 10000 habitantes – 1;
 - de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;
 - de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;
 - de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
 - > 80000 – 1.
- 25% na razão direta da área ponderada por um fator relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou
- 20% na razão direta da área ponderada por um fator de amplitude altimétrica do município e 10% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afeto à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação

social, sendo a sua repartição anual pelos municípios estabelecida, de acordo com os seguintes indicadores:

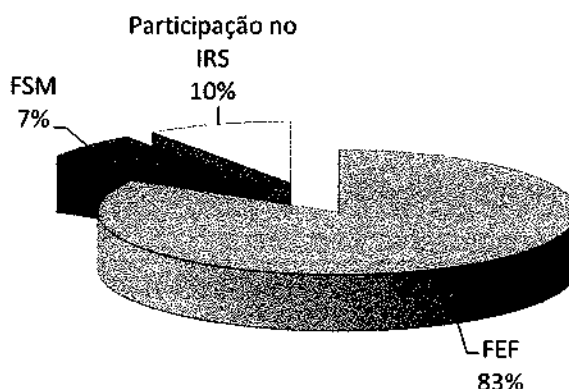
- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
 - 4% na razão direta do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
 - 12% na razão direta do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;
 - 19% na razão direta do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:
 - 10,5% na razão direta do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;
 - 22% na razão direta do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, estabelecimentos de educação pré-escolar, equipamentos na área dos idosos, designadamente estruturas residenciais e centros de dia e programas de ação social de cada município:
 - 5% na razão direta do número de inscritos em programas de apoio à toxicodependência e de inclusão social;
 - 12,5% na razão direta do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
 - 15% na razão direta do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial e uma participação variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com a deliberação do órgão deliberativo do município. Neste contexto, o Município de Ourém deliberou manter a participação de 5%.

4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais

O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que representa cerca de 83% do total dos três fundos. O Fundo Social Municipal, o qual é um financiamento consignado a algumas despesas no âmbito da educação, saúde e ação social, constitui 7% dos fundos municipais, cabendo os restantes 10% à participação no IRS.

Gráfico 12 – Estrutura dos Fundos Municipais



4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais

Por observação do quadro que se expõe na página seguinte, verifica-se que o FEF sofreu uma ligeiríssima variação positiva em 0,6% e a participação no IRS um aumento de 11,4%. Já no que concerne ao FSM, verificou-se uma estagnação do valor obtido.

No conjunto, estas receitas observam um acréscimo em 1,5%, significando uma variação absoluta positiva em 176,1 mil euros.

Quadro 28 – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

Descrição dos Fundos Municipais	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
FEF	9 479 145,00	9 884 577,00	4,28	9 940 986,00	0,57
FSM	808 796,00	808 796,00	0,00	808 796,00	0,00
Participação no IRS	1 123 049,00	1 045 963,00	-6,86	1 165 644,00	11,44
Total	11 410 990,00	11 739 336,00	2,88	11 915 426,00	1,50

4.2.4 – COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

Quadro 29 – Evolução da Cooperação Técnica a preços correntes

Cooperação Técnica e Financeira	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	0,00	769 600,55	–	0,00	--

Em 2017, verificaram-se receitas de 769,9 mil euros neste capítulo, resultantes de protocolo estabelecido com a Administração Central para beneficiação de infraestruturas em Fátima, no âmbito do Centenário das Aparições. Já no decurso de 2018, não se verificaram quaisquer receitas no âmbito da Cooperação Técnica estabelecida pela Administração Central com esta Autarquia Local.

4.2.5 – FUNDOS COMUNITÁRIOS

No decurso de 2018, verificou-se um aumento das receitas relativas a fundos comunitários em 402%. Estas receitas situaram-se num valor na ordem dos 998,1 mil euros, denotando uma variação absoluta próxima de 799,2 mil euros.

Quadro 30 – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro					
Fundos Comunitários	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	779 937,82	198 929,09	-74,49	998 124,02	401,75

4.2.6 – ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

4.2.6.1 – Curto Prazo

Em 2018 utilizou-se um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo esse valor sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, nomeadamente refletindo igual valor, quer no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, este empréstimo acaba por apresentar um efeito nulo.

4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo

Em 2018, tal como nos anos anteriores, não se obteve qualquer receita inerente a empréstimos de médio e longo prazo.

4.2.7 – INDICADORES

O quadro que se apresenta na página seguinte permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita aumentou 8,3%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 68% das despesas totais realizadas em 2018. Os outros financiamentos, *per capita*, foram na ordem dos 465,64 euros e, por Km², de 49.633,36 euros.

Em 2018, os fundos municipais representaram 32% do total das receitas e cobriram 39% das despesas totais realizadas. Estas receitas significaram, *per capita*, um valor de 268,33 euros e, por Km², de 28.601,60 euros.

Será de salientar que os fundos comunitários significaram apenas 3% do total das despesas realizadas, tendo sido obtido um valor de financiamento, *per capita*, de 22,48 euros.

Quadro 31 – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,50	0,51	2,35	0,55	8,30
Outros Financ. / Despesa Total	0,68	0,64	-6,03	0,68	6,32
Outros Financiamentos por Km2	48 368,90 €	52 043,07 €	7,60	49 633,36 €	-4,63
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	447,42 €	484,48 €	8,28	465,64 €	-3,89
Fundos Municipais / Receita Total	0,28	0,28	-2,14	0,32	15,26
Fundos Municipais / Despesa Total	0,38	0,34	-10,15	0,39	13,15
Fundos Municipais por Km2	27 390,76 €	28 178,92 €	2,88	28 601,60 €	1,50
Fundos Municipais <i>per capita</i>	253,37 €	262,33 €	3,53	268,33 €	2,29
Coop. Técn. Financ. / Receita Total	0,00	0,02	--	0,00	--
Coop. Técn. Financ. / Despesa Total	0,00	0,02	--	0,00	--
Coop. Técn. Financeira por Km2	0,00 €	1 847,34 €	--	0,00 €	--
Coop. Técn. Financeira <i>per capita</i>	0,00 €	17,20 €	--	0,00 €	--
Fundos Comunitários / Receita Total	0,02	0,00	-75,74	0,03	469,77
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,03	0,01	-77,72	0,03	459,35
Fundos Comunitários por Km2	1 872,15 €	477,51 €	-74,49	2 395,88 €	401,75
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	17,32 €	4,45 €	-74,33	22,48 €	405,65
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos m.l.p. / Despesa Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos m.l.p por Km2	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

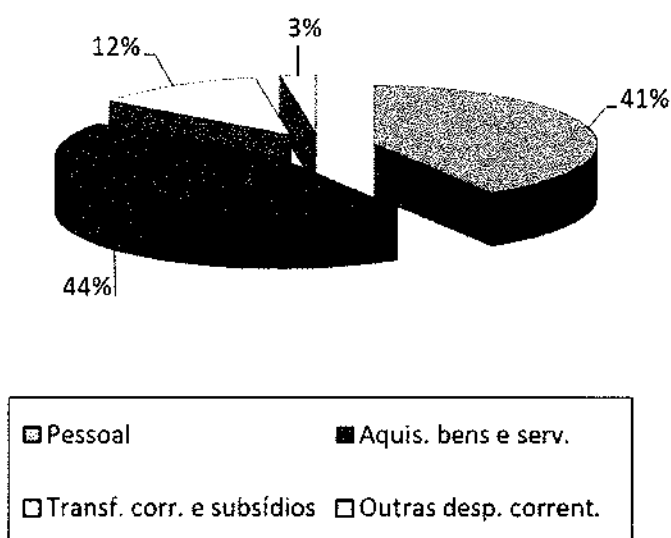
5.1 – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projetos por administração direta que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas na conta residual, designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Gráfico 13 – Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2018 reporta-se a despesas com a aquisição de bens e serviços (44%) e às despesas com pessoal (41%). De salientar ainda as despesas com a transferências correntes e subsídios, as quais representam 12% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Quadro 32 – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

Despesas de Funcionamento	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	21 024 915,21	21 893 762,75	4,13	20 834 421,41	-4,84

As despesas de funcionamento sofreram uma quebra em 4,8%, (note-se que a variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor se situou em 1,2% no decurso de 2018).

5.1.3 – INDICADORES

Quadro 33 – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,73	0,74	2,16	0,68	-8,01
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,99	0,99	-0,11	1,00	0,29
Desp. Func. / Despesas Totais	0,71	0,64	-9,06	0,68	6,09
Despesas de Funcionamento por Km2	50 467,87 €	52 553,44 €	4,13	50 010,61 €	-4,84
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	466,84 €	489,24 €	4,80	469,18 €	-4,10

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento registou um decréscimo em 8%. No ano em análise, estas despesas representam 68% das despesas totais. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram na ordem dos 469,18 euros, e, por Km², de 50.010,61 euros.

5.2 – DESPESAS COM PESSOAL

5.2.1 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Quadro 34 – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

uni: Euro					
Despesas com Pessoal	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	6 684 462,98	6 886 374,95	3,02	8 579 698,17	24,59

Estas despesas sofreram uma variação em 24,6%, assinalando uma variação absoluta positiva próxima de 1,7 milhões de euros.

5.2.2 – INDICADORES

Quadro 35 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,23	0,23	1,06	0,28	20,43
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,32	0,31	-1,18	0,41	31,31
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,22	0,20	-10,03	0,28	38,89
Despesas de Pessoal por Km ²	16 045,28 €	16 529,94 €	3,02	20 594,57 €	24,59
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	148,42 €	153,88 €	3,68	193,21 €	25,56

As despesas com pessoal consumiram 28% das receitas correntes liquidadas. A representatividade das despesas com pessoal, no total das despesas, foi de 28% e significou *per capita*, um valor na ordem dos 193,21 euros e por Km² de 20.594,57 euros.

5.3 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

5.3.1 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS RELATIVAS À AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Quadro 36 – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro					
Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	10 306 635,66	11 787 947,54	14,37	9 129 614,32	-22,55

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se uma diminuição destas, face ao ano anterior, em 22,6%, tendo atingido um valor ligeiramente superior a 9,1 milhões de euros.

5.3.2 – INDICADORES

Quadro 37 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,36	0,40	12,20	0,30	-25,13
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,49	0,53	9,71	0,44	-18,38
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,35	0,35	-0,11	0,30	-13,66
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	24 739,88 €	28 295,60 €	14,37	21 914,58 €	-22,55
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	228,85 €	263,41 €	15,10	205,59 €	-21,95

Em 2018, 30% das receitas correntes foram afetas às despesas com a aquisição de bens e serviços, valor que significa uma quebra deste fator em 25,1%. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi, respetivamente, de 44% e 30%. As despesas com a aquisição de bens e serviços, *per capita*, foram de 205,59 euros e, por Km², de 21.914,58 euros.

5.4 – SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da atividade municipal, no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

Quadro 38 – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

Serviço da Dívida	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	3 833 015,18	3 634 358,23	-5,18	3 567 436,04	-1,84
(excluindo a amortização do emp. de curto prazo)	2 332 888,35	2 134 358,23	-8,51	2 067 436,04	-3,14

Estas despesas sofreram uma quebra em 1,8%. Importa ter em consideração que este volume de despesa se encontra influenciado pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo o mencionado fator de influência (empréstimo a curto prazo), o qual assume um efeito nulo no âmbito orçamental (relação receita/despesa), estas despesas apresentam um decréscimo em 3,1%.

5.4.2 – INDICADORES

Nos indicadores expostos, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

Deste modo, o serviço da dívida representa 6% das receitas totais e absorve 7% do cômputo das despesas. As despesas com o serviço da dívida, *per capita*, foram de 46,56 euros e, por Km², de 4.962,64 euros.

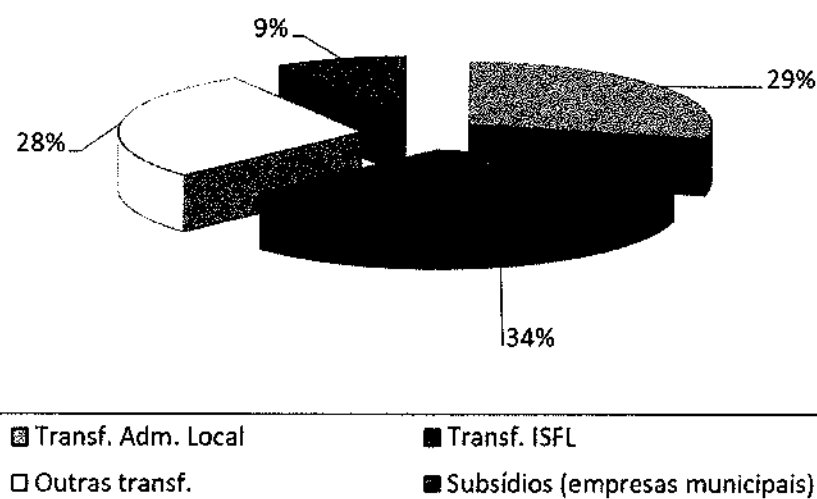
Quadro 39 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

Indicadores	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,06	0,05	-12,97	0,06	10,00
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,08	0,06	-20,10	0,07	7,99
Serviço da Dívida por Km2	5 599,83 €	5 123,28 €	-8,51	4 962,64 €	-3,14
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	51,80 €	47,69 €	-7,93	46,56 €	-2,38

5.5 – APOIOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

5.5.1 – ESTRUTURA DOS APOIOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

Gráfico 14 – Estrutura dos apoios concedidos



Aproximadamente 34% dos apoios concedidos são respeitantes a verbas cedidas às instituições sem fins lucrativos e 29% referentes a apoios concedidos à Administração Local (essencialmente, freguesias). Note-se ainda o peso relevante dos subsídios a empresas municipais, essencialmente pela prática de preços sociais (9%), embora com uma diminuição expressiva, em virtude da dissolução da empresa municipal Ourémviva.

5.5.2 – EVOLUÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

Quadro 40 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

Apoios Concedidos	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	4 534 537,86	4 309 497,19	-4,96	3 565 168,73	-17,27

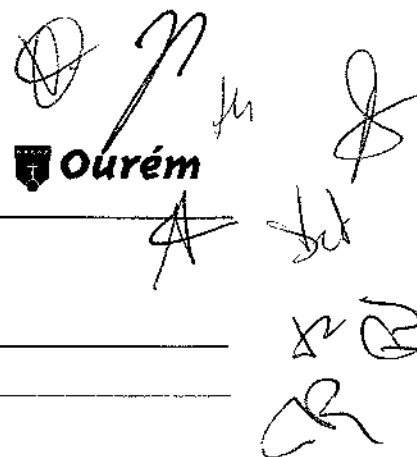
No decurso de 2018, os apoios concedidos a terceiros significaram um valor próximo de 3,6 milhões de euros, denotando uma variação negativa em 17,3%, face ao valor verificado no ano anterior.

5.5.3 – INDICADORES

Quadro 41 – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,11	0,10	-9,60	0,10	-6,06
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,15	0,13	-17,00	0,12	-7,77
Apoios concedidos por Km ²	10 884,63 €	10 344,45 €	-4,96	8 557,77 €	-17,27
Apoios concedidos <i>per capita</i>	100,68 €	96,30 €	-4,36	80,29 €	-16,63

Os apoios concedidos afetam cerca de 10% das receitas totais, significam 12% do somatório das despesas realizadas totais e uma capitação por habitante de 80,29 euros.



5.6 – INVESTIMENTO MUNICIPAL

5.6.1 – INVESTIMENTO DIRETO

5.6.1.1 – Evolução do investimento direto

Quadro 42 – Evolução do Investimento Direto Municipal a preços correntes

uni: Euro					
Investimento Direto Municipal	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	3 497 043,13	6 905 256,68	97,46	5 041 709,49	-26,99

O período em análise evidencia uma quebra do volume de investimento direto municipal em 27%, tendo o montante realizado ascendido a um valor ligeiramente superior a 5 milhões de euros.

5.6.1.2 – Indicadores

Quadro 43 – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto

Indicadores	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Investimento Direto / Receitas Totais	0,09	0,16	87,83	0,13	-17,09
Investimento Direto / Despesas Totais	0,12	0,20	72,45	0,16	-18,61
Investimento Direto por Km ²	8 394,25 €	16 575,27 €	97,46	12 102,04 €	-26,99
Investimento Direto <i>per capita</i>	77,65 €	154,30 €	98,72	113,54 €	-26,42

Em 2018 o investimento direto municipal realizado absorveu 13% das receitas totais e significou 16% das despesas totais. O volume de investimentos diretos, *per capita*, foi de 116,54 euros e, por Km², de 12.102,04 euros.

5.6.2 – INVESTIMENTO TOTAL (DIRETO E INDIRETO)

Nesta análise, considerar-se-á como investimento do município não só o investimento por este realizado, denominado por investimento direto, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 – Evolução do investimento total

Quadro 44 – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indireto) a preços correntes

uni: Euro					
Investimento Total Municipal	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Total	4 701 196,63	8 349 746,05	77,61	6 019 489,45	-27,91

O investimento direto total reporta um decréscimo em 27,9% e representa um volume ligeiramente superior a 6 milhões de euros.

5.6.2.2 – Indicadores

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento situou-se nos 16%, registando uma diminuição em 18,1%, face ao ano anterior. No ano em análise, estas despesas representaram 20% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total foi na ordem dos 135,56 euros, e por Km², de 14.449,09 euros.

Quadro 45 – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (direto e indireto)

Indicadores	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,12	0,20	68,94	0,16	-18,14
Investimento Total / Despesas Totais	0,16	0,24	55,11	0,20	-19,63
Investimento Total por Km2	11 284,68 €	20 042,60 €	77,61	14 449,09 €	-27,91
Investimento Total <i>per capita</i>	104,39 €	186,58 €	78,74	135,56 €	-27,35

5.6.3 – O INVESTIMENTO MUNICIPAL E AS SUAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

Através da análise efetuada ao quadro seguinte, verifica-se que, no ano de 2018, as fontes de financiamento de capital foram superiores ao investimento total, em aproximadamente 8 milhões.

Para esta circunstância contribuiu, nomeadamente, a poupança corrente verificada, a qual se situou na ordem dos 6 milhões de euros.

Quadro 46 – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

						uni: Euro
Designação	2016	Peso (%)	2017	Peso (%)	2018	Peso (%)
Investimento Total a)	4 701 196,63	--	8 349 746,05	--	6 019 489,45	--
Receitas de Capital (1)	8 466 301,68	51,89	8 788 921,00	53,91	4 351 428,51	31,05
Venda de Bens de Investimento	4 801 500,00	29,43	4 896 551,66	30,04	207 177,43	1,48
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	947 914,00	5,81	988 458,00	6,06	994 099,00	7,09
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00	769 600,55	4,72	0,00	0,00
Fundos Comunitários (Capital)	776 198,87	4,76	198 929,09	1,22	998 124,02	7,12
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


Recurso ao Crédito	1 500 000,00	9,19	1 500 000,00	9,20	1 500 000,00	10,70
Outras Receitas de Capital	440 688,81	2,70	435 381,70	2,67	652 028,06	4,65
Poupança Corrente (2)	7 851 043,70	48,11	7 513 757,88	46,09	9 660 798,55	68,95
Total das Fontes de Financiamento (b)	16 317 345,38	--	16 302 678,88	--	14 012 227,06	--
Fontes de Financiamento / Investimento	3,47	--	1,95	--	2,33	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	11 616 148,75		7 952 932,83		7 992 737,61	

a) Investimento direto e indireto

b) (1) + (2)

6. CUMPRIMENTOS LEGAIS NA DESPESA

6.1 – CUMPRIMENTO DOS LIMITES LEGAIS DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM PESSOAL



Neste âmbito importa observar as limitações impostas pela LOE/2018 (Lei 114/2017), de 28 de dezembro.

Deste modo, os municípios que se encontrem em situação de saneamento financeiro, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, é aplicável o artigo 53.º da LOE/2018, o qual estabelece um notório controlo ao recrutamento de trabalhadores, permitindo o seu recrutamento excecional, condicionado à observância de um conjunto de pressupostos cumulativos, designadamente que não induza um aumento da despesa com pessoal verificada em 31 de dezembro 2017.

Já no que concerne aos municípios que não se encontrem em situação de saneamento financeiro (circunstância aplicável ao Município de Ourém), aplicam-se os princípios gerais subjacentes à Lei 73/2013, no que diz respeito às regras do equilíbrio, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais.

Complementarmente, será relevante considerar as metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro, definidas ao abrigo do PAEL e que serão monitorizadas e expostas em ponto próprio (vide capítulo 9 do presente documento).

Observando o quadro que se expõe na página seguinte, verifica-se que, após imputação das diversas variáveis a considerar neste âmbito, o Município de Ourém apresenta um encargo com as despesas decorrentes de pessoal, superior ao volume existente no início do PAEL (2012), em 926,6 mil euros, denotando um aumento em 324,5 mil euros face ao volume líquido registado no ano anterior.

Quadro 47 – Despesas com pessoal

		(2012)	2016	2017	2018
		(Acumulado)	(Acumulado)	(Acumulado)	(Acumulado)
(A)	Despesas com pessoal (capítulo 01)	6 386 549,87 €	6 684 462,98 €	6 886 374,95 €	8 579 698,17 €
(B)	Aquisição de serviços (rubrica 02.02, referentes a pessoas singulares - NIF iniciado por 1 ou por 2)	86 689,74 €	63 938,29 €	118 054,26 €	228 235,41 €
(C)	Subtotal(C)= (A)+(B)	6 473 239,61 €	6 748 401,27 €	7 004 429,21 €	8 807 933,58 €
Impactos a excluir					
(D)	Despesas com pessoal resultantes da contratualização de competências a administração central na administração local (MEC)	2 154 083,77 €	2 132 085,86 €	2 030 505,03 €	2 465 157,90 €
(E)	Reposição da redução remuneratória*	--	52 600,00 €	52 600,00 €	
(F)	Decisão legislativa ou judicial	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(G)	Processos de dissolução e da internalização de atividades do município	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 096 990,23 €
(H)	Despesas no âmbito do atendimento digital assistido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(I)	Subtotal (I) = (D)+(E)+(F)+(G)+(H)	2 154 083,77 €	2 184 685,86 €	2 083 105,03 €	3 562 148,13 €
(J)	TOTAL (J) = (C) - (I)	4 319 155,84 €	4 563 715,41 €	4 921 324,18 €	5 245 785,45 €
Variação face ao ano de início do PAF (Plano de Ajustamento Financeiro), ou seja, 2012					926 629,61 €
Variação face ao ano anterior					324 461,27

* Considerado o impacto de 2016, considerando que em 2017 não houveram alterações neste âmbito

6.2 – CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei das Finanças Locais (revogada pela Lei 73/2013 de 3 de setembro, a qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014) estabelece princípios orientadores em matéria de endividamento autárquico, redefinindo quer o conceito de endividamento, quer o modelo de apuramento dos limites, destacando-se, neste âmbito:

- Artigo 52.º – Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º da Lei 73/2013, definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. Deste modo, as entidades que relevam são:

- Os serviços municipais e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresariais do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional

- à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
 - As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifiquem, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção por parte do município, pelo montante total.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no artigo 52.º da Lei 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (artigo 58.º) e em situação de rutura financeira (artigo 61.º)

6.2.1 – ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO – SEC/2010

O montante de endividamento líquido municipal, cujo conceito é transposto no SEC2010 é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o setor empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

O endividamento líquido, apurado nos termos do SEC 2010, considerando que 2,5 M€ do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo estão excecionados dos limites, resulta num endividamento líquido de 0, decorrente da circunstância dos ativos financeiros superarem os passivos financeiros, após exclusão do capital em dívida excecionado.

Quadro 48 – Síntese do endividamento líquido municipal à data de 31/12/2018

(€)		
Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	6 473 683,64	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	0,00	(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2, Ativos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos* (1)
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (1)
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	2 544 192,52	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	3 929 491,12	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	0,00	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)

6.2.2 – ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO

Nos termos do artigo 50.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de curto prazo são contraídos para acorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

A legislação aplicável não reporta qualquer limite ao montante permitido contratualizar com instituições financeiras, contribuindo para tal circunstância, o condicionalismo deste empréstimo se amortizar no ano económico da sua constituição, pelo que não consente fundar dívida de curto prazo em médio e longo prazo.

Neste contexto, esta autarquia contratualizou um empréstimo de curto prazo de 1,5 milhões de euros não apresentando no final do exercício, qualquer valor em dívida neste âmbito.

6.2.3 – ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal, tendo as sucessivas Leis do Orçamento do Estado induzido notórias restrições à sua contratualização, embora agora esteja associada ao limite da dívida total.

No decurso de 2018, esta autarquia não contraiu qualquer empréstimo desta natureza. Consequentemente, o capital em dívida de médio e longo prazo situava-se próximo de 6,5 milhões de euros, valor ao qual acresce um montante de 165 mil euros referente à participação no FAM.

6.2.4 – VOLUME DE PAGAMENTOS EM ATRASO

A LOE/2017 e a LCPA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro) estabelecem a obrigatoriedade na diminuição do volume de pagamentos em atraso.

Neste contexto, reporta-se que em 31 de dezembro de 2018, não existia qualquer pagamento em atraso apurado nos termos da LCPA.

6.2.5 – LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Conforme se pode verificar no quadro acima apresentado, o Município de Ourém cumpre o limite da dívida total definido, dispondo de uma margem próxima de 33,2 milhões de euros.

Importa ainda mencionar que o apuramento apresentado ainda não é o definitivo, considerando que será de imputar o contributo para o endividamento de entidades participadas, circunstância que só será exequível após encerramento e aprovação das contas pelas entidades participadas, designadamente associações de municípios.

Contudo, os eventuais valores a imputar, face à sua reduzida relevância material no contexto dos valores apresentados, não deverão alterar substancialmente o sentido da análise disposta.

Quadro 49 – Limite da dívida total (artigo 52.º da Lei 73/2013)

Designação	Valores (em euros)
Receitas correntes líquidas cobradas - 2015	26 912 173,27
Receitas correntes líquidas cobradas - 2016	27 768 669,95
Receitas corrente líquida cobrada - 2017	28 313 680,71
Limite da Dívida Total (1,5 x a média aritmética dos 3 últimos anos) (a)	41 497 261,97
Dívida Total apurada em 31/12/2018	8 971 378,74
Exclusão da participação no FAM	165 044,25
Dívida referente a Operações de Tesouraria (OT)	459 465,31
Dívida Total a considerar (exclui o efeito do FAM e OT)	8 346 869,18
Margem face ao limite legal previsto na Lei 73/2013 (b)	33 150 392,79

(a) Segundo reporte da DGAL o limite é de 41.497.262,00€

(b) Não inclui a dívida total das entidades intermunicipais e participadas que sejam de considerar

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

7.1 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

7.1.1 – CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Quadro 50 – Mapa de Condições Económicas

Designações	Exercícios	
	2018	2017
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	0,52%	-3,12%
1.2 Económica	0,40%	-2,43%
1.3 Vendas	44,08%	-336,37%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	0,006	-0,031
2.2 Grau de alavancagem	1,302	-1,284
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	0,004	-0,024
3. Rotações		
3.1 Rotação do Ativo	0,009	0,007
3.2 Rotação do Ativo Corrente	0,11	0,12
3.3 Rotação do Ativo Imobilizado	0,009	0,007
4. Gestão		
4.1 de Matérias	1,14	1,30
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	97,8	97,9
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	19	25

(a) Entendeu-se adotar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

(b) Cálculo em conformidade com a fórmula estabelecida pela DGAL e divulgação da respetiva entidade

Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na atividade.

Todos os indicadores de rendibilidade denotam uma assinalável melhoria, decorrente da alteração do sentido obtido no resultado líquido do exercício, o qual havia reportado um montante negativo expressivo no ano anterior, em contraponto com o valor positivo que o ano de 2018 agora assinala.

Consequentemente, salienta-se a existência de uma rendibilidade financeira e económica positiva, de 0,52% e 0,4%, respetivamente.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu ativo. Este rácio regista um valor ligeiríssimamente positivo (0,006), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2018 (1,3) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos positiva.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do ativo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da atividade do Município.

Gestão

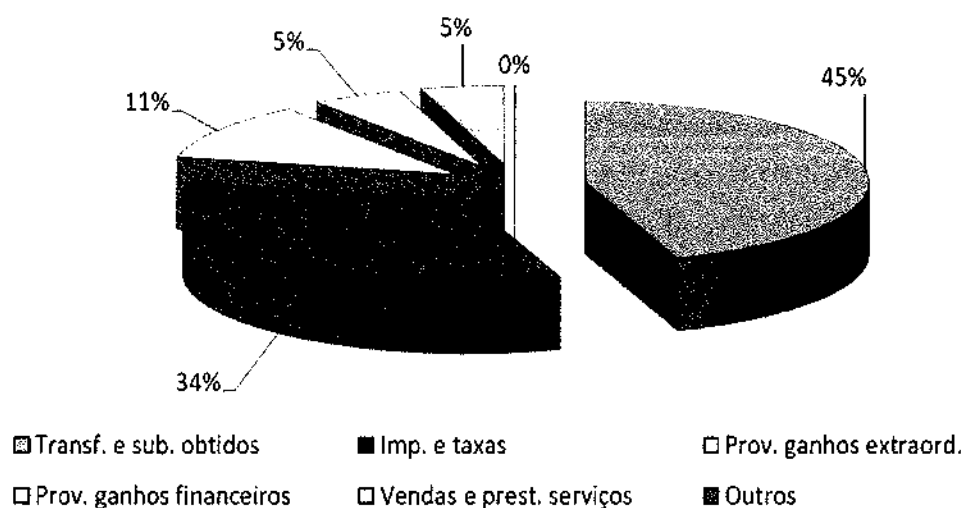
O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias foi idêntico ao verificado no ano anterior. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso em dias situou-se na ordem dos 98 dias, essencialmente decorrentes de algumas dificuldades de cobrança no que concerne às áreas do saneamento e dos resíduos sólidos.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c indica um prazo médio de pagamentos, no decurso de 2018, conforme a fórmula de cálculo definida pela DGAL e que visa garantir a comparabilidade entre municípios, indica um prazo médio de 19 dias (25 dias em 2017), ou seja, evidenciando uma melhoria em termos absolutos, em 6 dias.

7.1.2 – PROVEITOS

7.1.2.1 – Estrutura dos proveitos

Gráfico – Estrutura dos Proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 45% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado. Os impostos e taxas representam 34 % dos proveitos totais. Os proveitos e ganhos extraordinários significam 11% do total dos proveitos. Os proveitos

e ganhos financeiros, e as prestações de serviços representam, individualmente, 5% do total dos proveitos.

7.1.2.2 – Evolução dos proveitos

Quadro 51 – Evolução dos proveitos a preços correntes

uni: Euro					
Proveitos	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Vendas e prestações de serviços	1 258 730,99	1 307 367,43	3,86	1 616 994,06	23,68
Vendas	12 676,56	4 102,81	-67,63	20 289,25	394,52
Prestação de serviços	1 247 064,91	1 304 026,07	4,57	1 597 759,73	22,53
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	440,70	17 549,61	3882,21	103 551,43	--
Saneamento - Tarifa de Ligação	14 143,42	9 055,25	-35,98	56 076,78	519,27
Resíduos Sólidos	1 200 648,84	1 245 249,71	3,71	1 255 223,70	0,80
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	268,79	0,00	-100,00	356,52	--
Trabalho por conta de particulares	4 906,86	6 201,76	26,39	1 529,32	-75,34
Cemitérios	15 007,80	14 619,10	-2,59	21 761,70	48,86
Parques de Estacionamento	1 250,94	0,00	-100,00	69 691,90	--
Outros	10 397,56	11 350,64	9,17	33 787,80	197,67
Impostos e taxas	10 891 221,71	11 217 378,67	2,99	11 547 331,93	2,94
Impostos diretos	9 430 062,28	9 571 711,46	1,50	9 915 313,57	3,59
Imposto municipal sobre imóveis	6 277 199,18	6 193 367,40	-1,34	6 375 874,45	2,95
Impostos único de circulação	1 024 680,52	1 088 577,65	6,24	1 151 951,38	5,82
Imposto municipal sobre transmissões	1 573 567,42	1 669 498,50	6,10	1 636 090,63	-2,00
Derrama	554 615,16	620 267,91	11,84	751 397,11	21,14
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--

Impostos indiretos e taxas	1 474 049,41	1 720 012,00	16,69	1 693 310,70	-1,55
Mercados e feiras	105 424,67	103 558,78	-1,77	101 363,06	-2,12
Loteamentos e obras	391 554,16	580 944,71	48,37	543 328,97	-6,47
Ocupação da via pública	563,22	1 339,46	137,82	3 955,66	195,32
Publicidade	28 987,20	36 092,21	24,51	33 339,79	-7,63
Saneamento (Conserv. e tratamento)	855 009,59	914 917,40	7,01	922 145,24	0,79
Outros	92 510,57	83 159,44	-10,11	89 177,98	7,24
Proveitos Suplementares	5 853,56	5 251,49	-10,29	14 289,65	172,11
Transferências e subsídios obtidos	14 394 508,15	14 636 216,58	1,68	15 328 440,29	4,73
Outros proveitos e ganhos operac.	0,00	0,00	--	0,00	--
Trabalho para a própria entidade	0,00	0,00	--	0,00	--
Proveitos e ganhos financeiros	1 825 425,69	1 803 601,19	-1,20	1 774 334,10	-1,62
Juros obtidos	0,00	1 536,11	--	0,00	--
Rendimentos de participações de capital	86 907,00	34 604,30	-60,18	0,00	--
Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00	--	0,00	--
Rendimentos de imóveis	1 738 518,69	1 767 460,78	1,66	1 774 334,10	0,39
Proveitos e ganhos extraordinários	3 268 359,01	2 396 836,86	-26,67	3 990 491,66	66,49
Ganhos em imobilizações	5 307,11	8 990,22	69,40	545 497,50	5967,68
Benefícios de penalidades contratuais	98 112,44	35 759,22	-63,55	36 056,34	0,83
Transferências de capital	1 615 097,41	1 921 100,37	18,95	2 250 961,71	17,17
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 549 842,05	430 987,05	-72,19	1 157 976,11	168,68
Total	31 644 099,11	31 366 652,22	-0,88	34 271 881,69	9,26

Os proveitos totais evidenciam uma variação positiva em 9,3% (+2,9M€) refletindo, essencialmente, o aumento verificado nas vendas e prestações de serviços (+309,7 mil euros),

nos impostos e taxas (+330 mil euros), nas transferências e subsídios obtidos (+692,2 mil euros) e nos proveitos e ganhos extraordinários (+1,6M€).

Vendas e Prestações de Serviços

Nesta conta são registadas todas as operações de venda, resultantes da atividade autárquica corrente. Complementarmente, registam-se ainda os proveitos referentes aos trabalhos e serviços prestados, que sejam próprios dos objetivos ou das finalidades principais da autarquia.

Estes proveitos ostentam um valor ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros e assinalam uma variação positiva em 23,7%, face ao volume verificado no ano anterior.

Os proveitos de maior relevância neste âmbito são os relativos aos resíduos sólidos, os quais ascendem a um valor próximo de 1,3 milhões de euros e os serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto, com um valor na ordem dos 103,6 mil euros (internalização dos serviços associados às Piscinas Municipais e equipamentos desportivos).

De salientar ainda a existência de proveitos com parques de estacionamento, em 69,7 mil euros, resultante da internalização desta atividade exercida pela empresa municipal Ourémviva, no decurso do ano em análise.

Impostos e Taxas

Esta conta destina-se ao registo das operações respeitantes a impostos e taxas das autarquias locais, os quais são discriminados de acordo com a elencagem destas receitas definidas no regime financeiro das autarquias locais.

Os proveitos com impostos e taxas situaram-se na ordem dos 11,5 milhões de euros e evidenciam um aumento próximo de 3% (variação absoluta de 330 mil euros).

No âmbito dos impostos diretos regista-se um aumento no imposto municipal sobre imóveis (+182,5 mil euros), imposto único de circulação (+63,4 mil euros) e na derrama (+131,1 mil euros). Em sentido inverso, denota-se uma quebra no imposto municipal sobre transmissões (-33,4 mil euros).

Relativamente aos impostos indiretos e taxas, no seu cômputo denota-se uma variação negativa em 1,6% (-26,7 mil euros), com decréscimos registados nos mercados e feiras (-2,2 mil euros), loteamentos e obras (-37,6 mil euros e publicidade (-2,8 mil euros), esta última área assinalando um proveito global em apenas 33,3 mil euros, ou seja, de materialidade manifestamente reduzida.

De reportar que as taxas inerentes ao saneamento ascenderam a 922,1 mil euros, representando 54,5% dos proveitos totais enquadráveis neste capítulo.

Proveitos Suplementares

Neste contexto, são registados os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos da autarquia.

Estes proveitos apresentam um aumento em aproximadamente 172%, face ao volume verificado no ano anterior. No seu cômputo geral estes proveitos situam-se próximos de 14,3 mil euros.

Transferências e subsídios obtidos

Nesta conta registam-se as transferências a que as autarquias têm direito, designadamente nos termos do regime financeiro das autarquias locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado respeitante a cada ano económico, que sejam de natureza corrente ou de capital, excepcionando as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinados por lei, por protocolo ou por contrato-programa, as quais configuram um subsídio ao investimento.

O ano de 2018 denota um acréscimo em 4,7%, ou seja, verificando-se uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 692,2 mil euros.

Neste âmbito assumem particular preponderância os aumentos verificados no FEF (+56,4 mil euros), na participação no IRS (+119,6 mil euros) nas transferências de competências na Educação (+278,6 mil euros) e nas transferências de empresas públicas municipais (+211 mil euros).

Importa referir que o FSM se mantém com uma variação nula, face ao ano anterior, circunstância similar aos últimos anos económicos.

Em sentido inverso, assinala-se a quebra referente à comparticipação das refeições do ensino básico (-31,7 mil euros).

No seu cômputo geral estes proveitos situam-se ligeiramente superiores a 15,3 milhões de euros.

Outros proveitos e ganhos operacionais

Nesta conta registam-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais da autarquia.

Em 2018 não se verifica a existência de qualquer proveito desta natureza.

Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica regista os trabalhos que a autarquia realiza para si mesma, sob a sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que sejam destinados ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios.

Relativamente a estes proveitos, verifica-se que, desde 2015, não se apresentam quaisquer proveitos neste capítulo.

Proveitos e ganhos financeiros

Nesta conta registam-se designadamente, os proveitos inerentes aos juros obtidos, aos ganhos em entidades participadas, aos rendimentos de imóveis, aos rendimentos de participações de capital, às diferenças de câmbio favoráveis, aos descontos de pronto pagamento obtidos e aos ganhos na alienação de aplicações de tesouraria.

Os proveitos totais apurados neste âmbito são próximos de 1,8 milhões de euros, evidenciando uma variação absoluta negativa em 29,3 mil euros.

Para a referida circunstância contribuiu a diminuição nos rendimentos de participações de capital (-34,6 mil euros) e apesar do aumento verificado no rendimento de imóveis (+6,8 mil euros).

Os proveitos mais expressivos, neste âmbito, são os inerentes a imóveis (representam 98% do total dos proveitos desta natureza), assumindo particular relevo a renda de concessão da energia elétrica em baixa e média tensão à EDP.

Proveitos e ganhos extraordinários

Nesta conta são registados, nomeadamente, os proveitos relativos à restituição de impostos, à recuperação de dívidas, aos ganhos em existências, aos ganhos em imobilizações, aos benefícios de penalidades contratuais, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes proveitos manifestam um acréscimo em 66,5%, sofrendo a influência da variação absoluta ocorrida nos outros proveitos e ganhos extraordinários (+325 mil euros), nos ganhos em imobilizações (+536,5 mil euros) e na redução de amortizações e provisões (-195,7 mil euros).

Em suma, os proveitos e ganhos extraordinários, verificados em 2018, situaram-se num valor próximo de 4 milhões de euros.

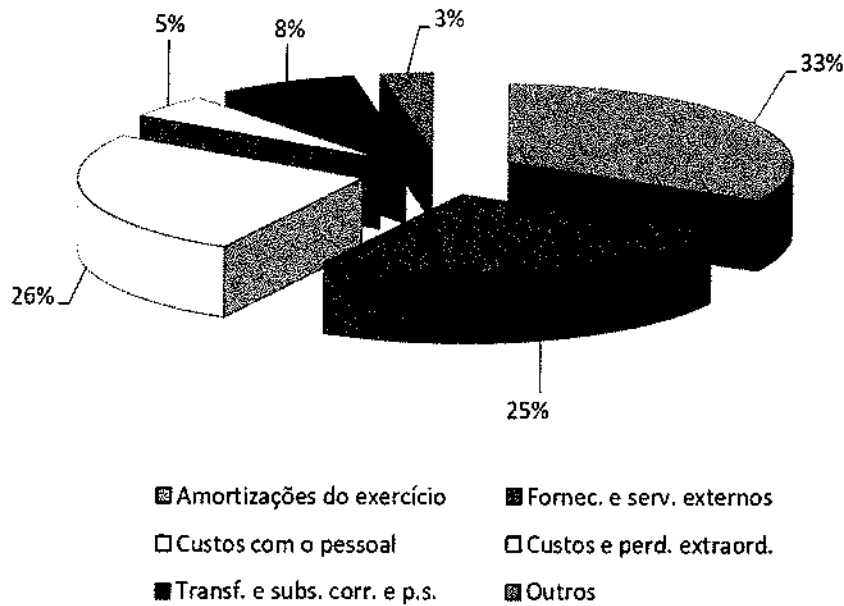
7.1.3 – CUSTOS

7.1.3.1 – Estrutura dos custos

Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem as amortizações, as quais representam 33% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso dos custos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos, com um peso de 26% e 25%, respetivamente.

Gráfico 15 – Estrutura dos Custos



7.1.3.2 – Evolução dos custos

Quadro 52 – Evolução dos custos a preços correntes

Custos	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Custo das merc. vend. e mat. cons.	483 706,62	455 732,11	-5,78	563 286,07	23,60
Fornecimentos e Serviços Externos	9 909 152,06	10 961 857,98	10,62	8 423 137,23	-23,16
Eletricidade	1 807 922,79	2 082 718,03	15,20	2 099 573,30	0,81
Combustíveis	87 394,73	62 282,52	-28,73	108 524,46	74,25
Água	167 992,92	236 416,50	40,73	231 952,06	-1,89
Material de Escritório	42 199,83	43 428,11	2,91	74 779,25	72,19
Rendas e Alugueres	67 951,56	116 547,99	71,52	153 942,26	32,08
Comunicação	62 360,40	67 945,53	8,96	72 846,38	7,21
Seguros	35 341,85	36 504,89	3,29	56 747,05	55,45
Deslocações e Estadas	30 463,25	50 279,01	65,05	7 474,39	-85,13

Patrocínio	148 373,39	178 416,67	20,25	128 388,90	-28,04
Jurídico/pareceres jurídicos					
Conservação e reparação	700 814,44	701 132,67	0,05	457 419,14	-34,76
Publicidade e propaganda	77 334,46	71 016,18	-8,17	59 786,09	-15,81
Limpeza, Higiene e Conforto	123 421,96	131 711,19	6,72	45 288,20	-65,62
Vigilância e Segurança	171 692,77	177 488,50	3,38	90 608,16	-48,95
Trabalhos Especializados	631 734,73	648 363,40	2,63	634 799,45	-2,09
Exploração e Manutenção de ETAR's	575 034,36	614 269,45	6,82	610 396,30	-0,63
Encargos de Cobrança	241 505,78	239 815,91	-0,70	245 088,75	2,20
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1 458 232,59	1 418 171,96	-2,75	1 311 980,41	-7,49
Transportes Escolares	1 033 741,96	1 031 684,96	-0,20	854 228,64	-17,20
Manutenção de espaços verdes	593 322,10	600 559,29	1,22	172 345,25	-71,30
Limpeza Urbana	372 071,90	379 986,98	2,13	361 475,93	-4,87
Fornecimento de refeições	54 422,76	105 926,70	94,64	34 428,32	-67,50
Atividades educativas	511 063,09	533 020,03	4,30	359 136,48	-32,62
Acordos de prolongamento de horários	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	914 758,44	1 434 171,51	56,78	251 928,06	-82,43
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	3 290 220,77	2 819 644,68	-14,30	2 552 280,98	-9,48
Transferências Correntes Conced.	2 546 996,14	2 073 533,07	-18,59	2 249 356,86	8,48
Freguesias	1 425 824,97	807 115,46	-43,01	671 314,56	-16,83
Associações de Municípios	7 855,78	5 491,83	--	15 436,90	181,09
Instituições s/fins lucrativos	484 734,67	590 152,31	21,75	574 446,24	-2,66
Famílias	628 580,72	670 773,47	6,71	655 985,93	-2,20
Outras transferências correntes concedidas	147 610,39	0,00	--	332 173,23	--
Subsídios Correntes Concedidos	743 224,63	746 111,61	0,39	302 924,12	-59,40
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	743 224,63	746 111,61	0,39	302 924,12	-59,40
Custos com o Pessoal	6 819 699,98	7 127 525,56	4,51	8 749 350,44	22,75

Ourém

Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	313 930,64	326 317,10	3,95	317 090,12	-2,83
Remunerações do pessoal	5 002 365,51	5 318 732,80	6,32	6 619 345,37	24,45
Pensões	3 787,90	2 088,43	-44,87	5 638,84	170,00
Encargos sobre remunerações	1 153 994,91	1 245 045,99	7,89	1 503 979,86	20,80
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	48 504,00	50 642,11	4,41	105 030,40	107,40
Outros custos com pessoal	297 117,02	184 699,13	-37,84	198 447,85	7,44
Outros custos e perdas operacionais	169 038,91	271 104,56	60,38	395 426,43	45,86
Amortizações do exercício	11 298 182,92	11 400 356,13	0,90	11 131 765,45	-2,36
Provisões do Exercício	0,00	802 348,90	--	86 106,85	-89,27
Custos e perdas financeiros	124 958,42	165 158,85	32,17	97 988,71	-40,67
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	95 579,25	80 831,97	-15,43	71 389,42	-11,68
Outros custos e perdas financeiros	29 379,17	84 326,88	187,03	5 236,91	-93,79
Custos e Perdas Extraordinários	3 048 414,46	1 760 452,08	-42,25	1 559 708,83	-11,40
Transf. de capital concedidas	1 204 153,50	1 444 489,37	19,96	968 981,61	-32,92
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	--	0,00	--
Freguesias	303 705,61	634 956,29	109,07	325 809,28	-48,69
Associações de Municípios	0,00	0,00	--	27 149,92	--
Instituições s/fins lucrativos	900 447,89	809 533,08	-10,10	615 531,33	-23,96
Outras transferências de capital concedidas	0,00	0,00	--	491,08	--
Outros custos e perdas extraord.	1 844 260,96	315 962,71	-82,87	590 727,22	86,96
Total	35 143 374,14	35 764 180,85	1,77	33 559 050,99	-6,17
Total (s/amortizações)	23 845 191,22	24 363 824,72	2,18	22 427 285,54	-7,95

Os custos totais apresentam uma quebra em 6,2%, significando, em volume monetário, um valor na ordem dos 33,6 milhões de euros, ou seja, denotando uma variação absoluta negativa em

2,2 milhões de euros. Extraído dos custos totais os custos relacionados com as amortizações, a variação ocorrida terá sido negativa em 8%.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Esta conta serve de registo das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou consumo (integração no processo produtivo).

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas refletem um aumento em 23,6% e estão relacionadas, com o aumento nas matérias-primas e subsidiárias consumidas durante o período em análise, quando efetuada comparação com o ano anterior.

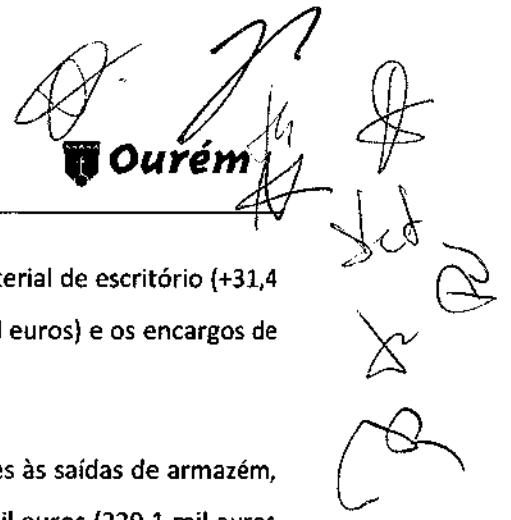
Fornecimentos e serviços externos

Nesta conta registam-se todos os custos incorridos com a aquisição de bens de consumo corrente (não armazenáveis) e/ou de serviços prestados por terceiros.

Os custos desta natureza sofreram uma quebra em 23,2%, que em termos absolutos representa uma variação absoluta negativa ligeiramente superior a 2,5 milhões de euros, atingindo no seu cômputo um valor na ordem de 8,4 milhões de euros.

Os custos com eletricidade, recolha, tratamento e transporte de RSU's, exploração e manutenção de ETAR's, transportes escolares e conservação e reparação são os mais representativos, significando 63,3% do total destes fornecimentos e serviços externos.

No âmbito das variações negativas, salientam-se as deslocações e estadas (-42,8 mil euros), o patrocínio jurídico/pareceres jurídicos (-50 mil euros), a conservação e reparação (-243,7 mil euros), a limpeza, higiene e conforto (-86,4 mil euros), a vigilância e segurança (-86,9 mil euros), a recolha, transporte e tratamento de rsu's (-106,2 mil euros), os transportes escolares (-177,5 mil euros), a manutenção de espaços verdes (-428,2 mil euros), o fornecimento de refeições (-71,5 mil euros), as atividades educativas (-173,9 mil euros) e os outros fornecimentos e serviços externos (-1,2 milhões de euros).

The top right corner of the page features several handwritten signatures in black ink. Below the signatures is the official logo of the Municipality of Ourém, which consists of a shield with a crown on top and the word "Ourém" written in a stylized font to the right of the shield.

Com aumentos, importa salientar a eletricidade (+16,9 mil euros), material de escritório (+31,4 mil euros), as rendas e alugueres (+37,4 mil euros), seguros (+20,2 mil euros) e os encargos de cobrança (+5,3 mil euros).

Relativamente aos combustíveis, será de observar os registos inerentes às saídas de armazém, pelo que os custos totais nesta área, em 2018, ascenderam a 291,9 mil euros (229,1 mil euros em 2017), pelo que evidenciam um acréscimo em 62,8 mil euros, face ao volume verificado no ano anterior.

Transferências e subsídios correntes concedidos

Nesta conta são registadas as transferências correntes concedidas às unidades institucionais, ou seja, as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador. Complementarmente incluem-se, ainda, os subsídios concedidos com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção, sem contrapartida a unidades produtivas, como é o caso das empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas.

Os custos desta natureza ostentam um decréscimo em 9,5%, o que representa uma variação absoluta negativa em 267,4 mil euros, atingindo no seu cômputo, um valor próximo de 2,6 milhões de euros.

Neste âmbito, no que concerne às transferências correntes concedidas, salientam-se as quebras nas transferências para as freguesias (-135,8 mil euros), significando, no ano em causa, um valor na ordem dos 671,3 mil euros. Em sentido inverso, verifica-se um aumento das outras transferências correntes concedidas (+332,2 mil euros), onde surge com particular destaque, uma transferência de 267,9 mil euros para a empresa municipal Ourémviva para cobertura dos prejuízos verificados no exercício anterior.

No que concerne aos subsídios correntes concedidos, essencialmente decorrentes da prática de preços sociais nos serviços prestados pelas empresas municipais (o valor total atribuído às

empresas municipais sob a forma de indemnização compensatória ascendeu a um valor na ordem dos 302,9 mil euros), assinalando uma variação absoluta negativa em 443,2 mil euros.

Custos com pessoal

Nesta conta registam-se as remunerações ilíquidas de todo o pessoal afeto ao Município, bem como todos os encargos patronais associados, designadamente: subsídio de refeição; abono para falhas; ajudas de custo; vestuário e artigos pessoais; prestações sociais diretas e a ADSE.

Estes custos denotam um aumento em 22,8% (+1,6 milhões de euros), resultante do aumento observado nos custos inerentes à remuneração do pessoal (+1,3 milhões de euros), encargos sobre remunerações (+258,9 mil euros) e seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (+54,4 mil euros), sofrendo a influência resultante da dissolução da empresa municipal Ourémviva e a consequente internalização de diversos postos de trabalho.

Em sentido inverso, será de referir a quebra com a remuneração dos membros dos órgãos autárquicos (-9,2 mil euros).

Deste modo, os custos totais com pessoal situaram-se num valor ligeiramente superior a 8,7 milhões de euros.

Outros custos e perdas operacionais

Esta conta de carácter residual regista um aumento em 45,4% (+124,3 mil euros). Em termos globais, estes custos situaram-se na ordem dos 395,4 mil euros.

Ao nível destes custos, assumem particular relevância os encargos com a taxa de recursos hídricos (115,8 mil euros) e as quotizações (109,7 mil euros).

Amortizações do exercício

Esta conta destina-se ao registo da depreciação das imobilizações corpóreas (exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens do domínio público, atribuída ao exercício, e desde que não tenham carácter extraordinário. As amortizações são calculadas

segundo o método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Estes custos denotam uma variação negativa em 2,4%, ascendendo a um valor total na ordem dos 11,1 milhões de euros (variação absoluta em -268,6 mil euros).

Provisões do exercício

Esta conta regista, de forma global, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos, em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos que tiver características de custo operacional.

Estes custos, em 2018 assinalam um valor ligeiramente superior a 86,1 mil euros.

Neste contexto, será de referir uma provisão em 45 mil euros resultante de processo que transita da Ourémviva, no âmbito de acidente ocorrido em aula de ginástica, 30 mil euros, referentes a processo decorrente de Plano de Pormenor em Fátima e 9,9 mil euros de inundação em prédio situado na cidade de Ourém.

Note-se que as provisões se encontram explicitadas na nota 27 das notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Custos e perdas financeiras

Nesta conta registam-se designadamente, os custos inerentes aos juros suportados, perdas em entidades participadas, amortizações de investimentos em imóveis, provisões para aplicações financeiras, diferenças de câmbio desfavoráveis e perdas na alienação de aplicações de tesouraria.

Os custos totais apurados neste âmbito são na ordem de 98 mil euros e denotam um decréscimo, face ao volume verificado no ano anterior, em 40,7% (variação absoluta negativa em 67,2 mil euros).

Custos e perdas extraordinárias

Nesta conta são registados, nomeadamente, os custos relativos às transferências de capital concedidas, às dívidas incobráveis, às perdas em existências, às perdas em imobilizações, às multas e penalidades, aos aumentos de amortizações e de provisões, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes custos manifestam uma quebra absoluta na ordem de 200,7 mil euros, refletindo um decréscimo verificado nas transferências de capital concedidas (-475,5 mil euros) e apesar do aumento verificado nos outros custos e perdas extraordinárias (+274,8 mil euros). Este último aumento assinala um valor de 196,8 mil euros para dívidas incobráveis, 147,7 mil euros em perdas em imobilizações e 125,3 mil euros em correções relativas a exercícios anteriores.

7.1.4 – RESULTADOS

7.1.4.1 – Resultado operacional

O resultado operacional apresentou uma melhoria em 49,1%. Desta forma, o resultado negativo apurado, situou-se num valor próximo de 3,4 milhões de euros.

Quadro 53 – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Resultado Operacional	-5 419 686,85	-6 672 355,75	-23,11	-3 394 297,52	49,13

7.1.4.2 – Resultado financeiro

Este indicador denota um aumento deste resultado em 2,3%, atingindo um valor próximo de 1,7 milhões de euros.

Quadro 54 – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
uni: Euro					
Resultado Financeiro	1 700 467,27	1 638 442,34	-3,65	1 676 345,39	2,31

7.1.4.3 – Resultado corrente

Quadro 55 – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
uni: Euro					
Resultado Corrente	-3 719 219,58	-5 033 913,41	-35,35	-1 717 952,13	65,87

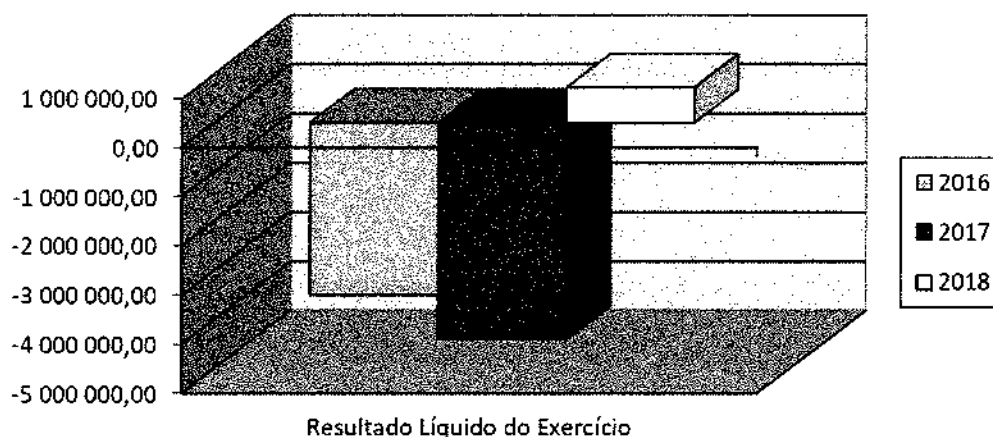
O quadro apresentado demonstra que o resultado corrente sofreu uma expressiva diminuição da dimensão da sua negatividade em 66%, ou seja, uma melhoria ligeiramente superior a 3,3 milhões de euros, assinalando agora um valor negativo na ordem de 1,7 milhões de euros.

7.1.4.4 – Resultado Líquido do Exercício

Quadro 56 – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
uni: Euro					
Resultado Líquido do Exercício	-3 499 275,03	-4 397 528,63	-25,67	712 830,70	116,21

Gráfico 16 – Resultado Líquido do Exercício



Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo, quer com os objetivos das autarquias locais, quer sob a ótica concetual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efetuada com base nos conceitos vigentes para o setor privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina, que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o setor privado.

Porém, será importante constatar que esta autarquia apresenta, em 2018, um valor positivo na ordem dos 712,8 mil euros, contrastando com os 4,4 milhões de euros negativos ocorridos no ano anterior.

Note-se que 2005, o último ano em que o exercício se apresentou positivo (à data a autarquia ainda não disponha da totalidade do património inventariado). Nos anos seguintes até 2017, o Município de Ourém acumulou resultados negativos num montante próximo de 36 milhões de euros.

Quadro 57 – Comparação entre alguns municípios (dados de 2017)

Municípios	Custos com Amortizações	Valor do Ativo Bruto
Abrantes	6 212 714 €	259 272 921 €
Ourém	11 421 690 €	294 241 767 €
Pombal	9 991 402 €	284 705 426 €
Santarém	6 314 830 €	280 276 608 €
Tomar	4 748 795 €	157 859 241 €
Torres Novas	5 945 691 €	214 084 416 €

Não obstante o resultado obtido, será relevante mencionar que dimensão dos custos com amortizações verificados em 2018 (11,1 milhões de euros), estão a influenciar a comparabilidade deste indicador com outras autarquias locais, veja-se, por exemplo o quadro acima apresentado (dados extraídos do website da DGAL referentes ao ano económico de 2017).

Neste contexto, verifica-se que o Município de Ourém dispõe de um ativo bruto mais elevado do que, por exemplo o Município de Santarém e quase o dobro, se observado o ativo bruto de Tomar. Consequentemente, poderão estar em causa os seguintes aspetos que tenderão a serem cumulativos (hipóteses não avaliadas e consequentemente não demonstradas):

- a comparabilidade dos dados entre municípios está comprometida, por eventual ausência de fiabilidade nos reportes apresentados por algumas autarquias (não dispõem da totalidade do património inventariado/valorizado);
- a excessiva dispersão dos aglomerados populacionais terá induzido?
 - o Município de Ourém a dispor de uma duplicação de equipamentos e infraestruturas com uma utilização manifestamente aquém do seu efetivo potencial, circunstância que se reflete na existência de um ativo imobilizado manifestamente expressivo;
 - A representatividade de infraestruturas, cuja vida útil é mais reduzida, apresenta-se mais expressiva, na composição do imobilizado do Município de

Ourém, designadamente, rede viária, saneamento, iluminação pública, entre outros. Note-se que, segundo o CIBE, uma rede viária terá um período de vida útil máximo de 20 anos, enquanto um edifício (ex. centro escolar), o período de vida útil mínimo se situa nos 60 anos.

Efetivamente, não obstante a problemática inerente à comparabilidade dos dados apresentados pelos diferentes municípios, parece notória e marcante, a conclusão de que o modelo de sustentabilidade do Município de Ourém carece de uma ponderada análise, em virtude da forte pressão gerada pela atual configuração territorial, impelindo um desequilíbrio estrutural que induz uma pressão substancial num conjunto significativo de custos, em áreas tão díspares como a educação, o ambiente, os transportes, entre muitos outros.

A alteração deste paradigma, se reconhecida a problemática inerente à gestão territorial subjacente, será uma tarefa hercúlea a desenvolver, certamente, durante décadas.

7.2 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

7.2.1 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Quadro 58 – Mapa de condições financeiras

Designações	Exercícios	
	2018	2017
(Fundo de Maneio)	9 435 676,06 €	4 945 872,85 €
(Cash Flow Estático (MLL))	11 930 703,00 €	7 805 176,40 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	4,39	4,07
1.2 Autonomia	0,77	0,75
1.3 Estabilidade (s.r.)	3,39	3,07
2. Estrutura do Ativo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,77	0,75
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,80	0,79
2.3 Peso Relativo do A.I. no Ativo Total	91,74%	91,35%

3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	2,78	1,84
3.2 Liquidez Reduzida	2,69	1,78
3.2 Participação - Existências no Ativo Corrente	3,35%	3,22%
3.4 Financiamento do Ativo Corrente	0,64	0,46
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,29	0,33
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	0,00	0,00
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	26,02	23,13
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,10	0,10
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,03	0,04
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,48	0,46

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de ativos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afetar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente se encontra coberto pelo ativo corrente. Desta forma, o fundo de maneio reflete-se num valor positivo ligeiramente superior a 9,4 milhões de euros, significando uma melhoria deste indicador num valor próximo de 4,5 milhões de euros.

Cash Flow Estático

O *cash flow* revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2018 denota

uma substancial variação positiva deste indicador, o qual se situa ligeiramente superior a 11,9 milhões de euros.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Ativo

No que diz respeito à estrutura do ativo, regista-se um aumento da cobertura do ativo imobilizado em capitais permanentes. O peso relativo do ativo imobilizado no ativo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 91,7%.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados continuam a demonstrar uma melhoria continuada destes indicadores, denotando valores que demonstram uma boa capacidade da entidade em satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

A representatividade das existências no total do ativo corrente registou uma pequena variação, significando, em 31 de dezembro, 3,4% deste total.

O financiamento do ativo corrente denota um valor positivo, refletindo a melhoria observada no que concerne ao fundo de maneio obtido.

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade

de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida no regime financeiro das autarquias locais, pelo que, para melhor compreensão, se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O grau de dependência do ativo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo reflete que 3% do ativo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor razoável, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

7.2.2 – DÍVIDAS DE TERCEIROS

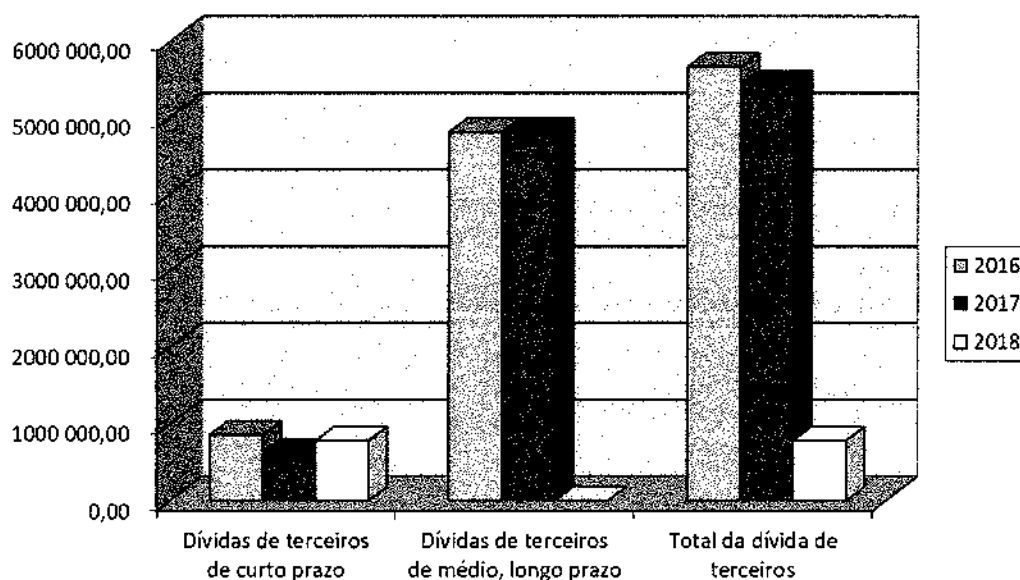
Quadro 59 – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

Descrição da Dívida de Terceiros	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	855 408,90	618 226,38	-27,73	779 085,44	26,02
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes c/c	22 454,25	6 837,65	-69,55	14 954,37	118,71
Contribuintes c/c	151 063,50	159 936,44	5,87	184 294,62	15,23
Utentes, c/c	194 660,36	183 708,18	-5,63	233 907,20	27,33
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	172 407,84	100 238,20	-41,86	113 437,14	13,17
Administração autárquica	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros Devedores	314 822,95	167 505,91	-46,79	232 492,11	38,80
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4 801 500,00	4 801 500,00	0,00	0,00	-100,00
Total da dívida de terceiros	5 656 908,90	5 419 726,38	-4,19	779 085,44	-85,63

No que concerne a dívidas de terceiros de curto prazo, estas situam-se próximas de 779,1 mil euros, tendo sofrido um aumento em 26%, refletindo, essencialmente, o impacto decorrente da dissolução da empresa municipal Ourémviva.

O volume total das dívidas de terceiros de médio e longo prazo, não apresenta qualquer valor, o que contrapõe com os 4,8 milhões de euros verificado em anos anteriores, face ao pagamento da dívida da entidade Maisourém, resultante da incorporação dos terrenos no património municipal que haviam sido alienados à referida entidade.

Gráfico 17 – Evolução das dívidas de terceiros



7.2.3 – DÍVIDAS A TERCEIROS

Quadro 60 – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

Descrição da Dívida a Terceiros	uni: Euro				
	2016	2017	var. (%)	2018	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	4 020 001,80	4 534 535,12	12,80	3 915 924,04	-13,64
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos de m/l prazo (amort. prox. 12 meses)	1 993 212,31	1 994 449,37	0,06	1 528 258,44	-23,37
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores, c/c	71 338,00	188 298,25	163,95	39 930,31	-78,79
Fornecedores, c/c - Faturas em receção e conferência	1 055 566,88	890 699,16	-15,62	1 231 219,30	38,23
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes e utentes c/cauções	136 983,24	121 457,07	-11,33	128 991,60	6,20
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	5 780,52	23 483,16	306,25	11 360,91	-51,62
Estado e outros entes públicos	93 055,15	99 097,95	6,49	100 965,75	1,88
Administração autárquica	0,00	17 124,00	--	0,00	--
Outros Credores	308 504,34	359 632,75	16,57	649 653,21	80,64
Fornecedores de imobilizado - Fat. em receção e conferência	135 502,36	620 234,41	357,73	170 529,77	-72,51
FAM - Fundo de Apoio Municipal	220 059,00	220 059,00	--	55 014,75	-75,00
Dívidas a terceiros de médio, longo prazo	9 348 640,28	7 133 886,95	-23,69	5 055 454,70	-29,13
Dívidas a instituições de crédito	8 468 404,30	6 473 709,97	-23,55	4 945 425,20	-23,61
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	0,00	0,00	--	0,00	--
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	0,00	0,00	--	0,00	--
FAM - Fundo de Apoio Municipal - mlp	880 235,98	660 176,98	--	110 029,50	-83,33
Total da dívida a terceiros	13 368 642,08	11 668 422,07	-12,72	8 971 378,74	-23,11

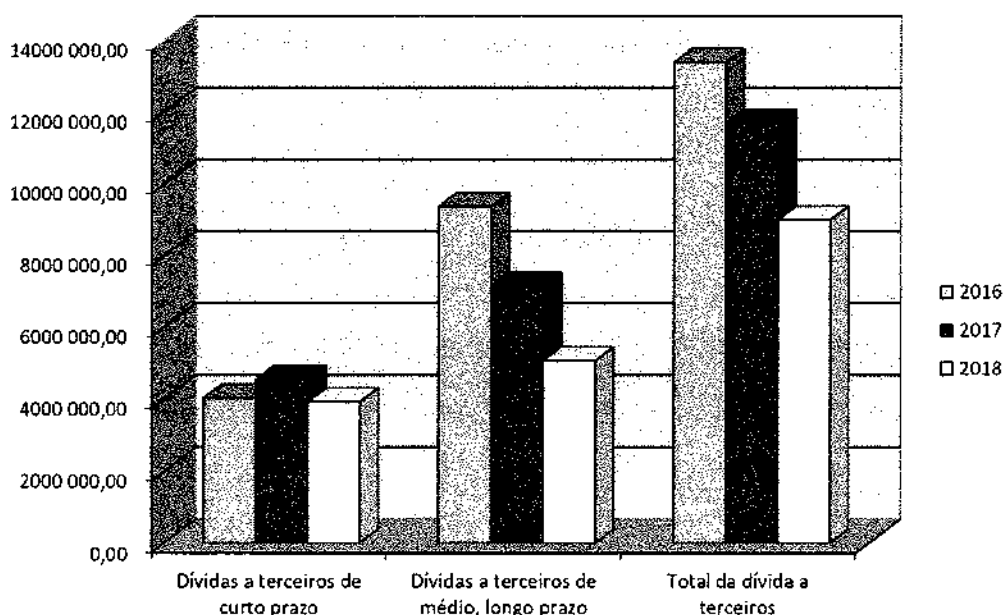
No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, verificou-se uma diminuição em 13,6%, ascendendo a um valor ligeiramente superior a 3,9 milhões de euros, evidenciando uma quebra

absoluta em 618,6 mil euros. Se excluído o montante reportado referente à amortização de empréstimos de médio longo prazo, que irá ocorrer nos próximos 12 meses (pelo que transita a sua influência para o curto prazo,) e participação no FAM que ocorrerá nos próximos 12 meses, teremos uma dívida a terceiros de curto prazo na ordem de 2,3 milhões de euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em 29,1% que, em termos absolutos, significou uma quebra próxima de 2,1 milhões de euros. No cômputo geral, as dívidas desta natureza situam-se em 5,1 milhões de euros (6,6 milhões se acrescido o montante em dívida de empréstimos de médio e longo prazo que serão amortizados nos próximos 12 meses, razão pela qual surgem expostos nas dívidas a terceiros de curto prazo e se excluído o impacto decorrente da participação no FAM).

O valor total das dívidas a terceiros apurado situa-se na ordem dos 9 milhões de euros apresentando uma diminuição em 23,1%, face ao valor registado em 2017 (quebra absoluta próxima de 2,7 milhões de euros).

Gráfico 18 – Evolução das dívidas a terceiros

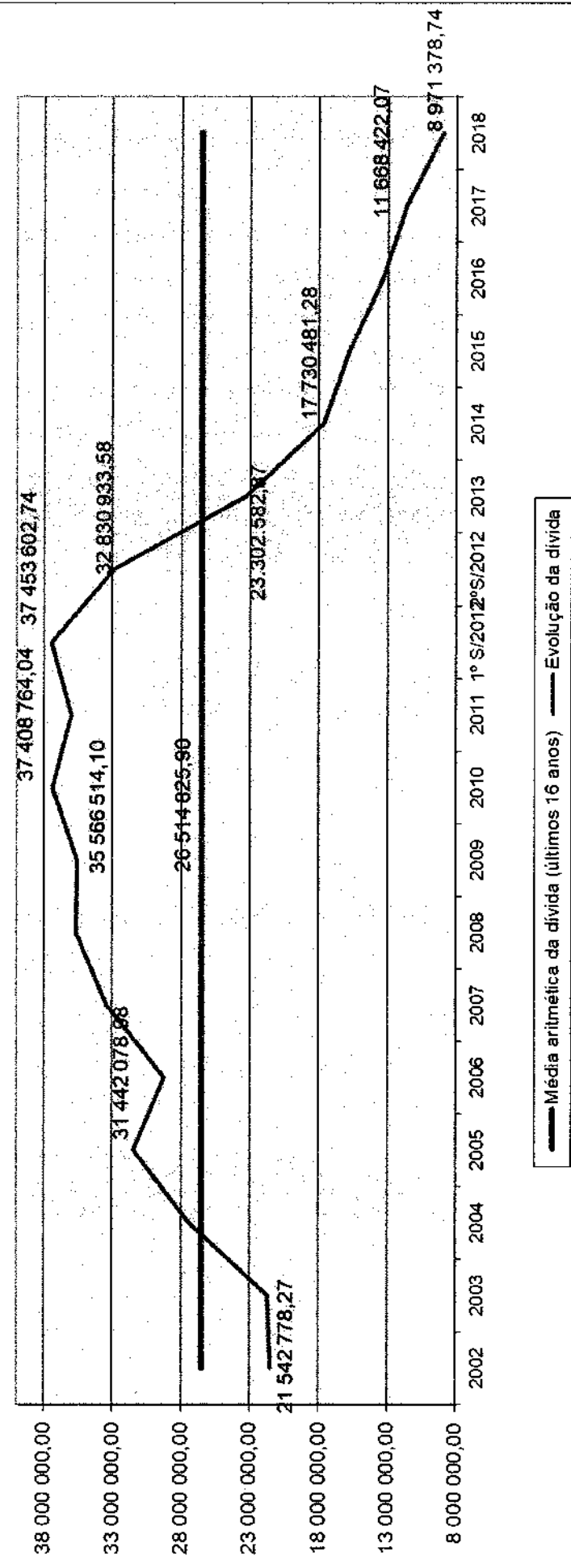


A
J
Set
P
R

Se efetuada comparação com a dívida total existente na data de referência à aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro (junho de 2012: dívida total de 37,7 milhões de euros), verifica-se uma diminuição da dívida total, no decurso do PAF (em 88 meses), na ordem dos 28,7 milhões de euros (-29,8 milhões de euros se excluído o impacto originado pela participação no FAM).

Importa salientar que a dívida total apurada, apresenta o seu valor mais baixo (9 milhões de euros), quando efetuada análise a todo o período comparável. Note-se que, em 2002, o valor da dívida total se situava na ordem dos 21,5 milhões de euros. Se efetuada comparação à média aritmética dos últimos 16 anos (26,5 milhões de euros), verifica-se que em 31 de dezembro de 2018, a dívida se situa inferior à média num montante na ordem dos 17,5 milhões de euros.

Gráfico 19 – Evolução das dívidas a terceiros no período comparável (2002/2018)



8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

Enquadramento

No cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do DL 54-A/99 de 22/2 - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) o Município de Ourém, continuou o trabalho desenvolvido no âmbito da Contabilidade de Custos (CC).

A implementação da Contabilidade de Custos no Município de Ourém ocorreu no ano 2009, pelo que este foi o oitavo ano em que se dispôs de tão importante instrumento de gestão.

Atendendo ao disposto na Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro, a informação obtida na Contabilidade de Custos contribuirá de forma decisiva para a fixação de Taxas, Tarifas e Preços, dos bens e serviços produzidos e prestados pelo Município de Ourém.

Todos os custos (ótica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

O Município de Ourém tratou também os proveitos, embora o POCAL não exija o seu registo. Os proveitos são reconhecidos quando estes são obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeira.

A imputação dos custos indiretos foi efetuada, após o apuramento dos custos diretos por função através de coeficientes. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções.

O coeficiente de imputação dos custos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

Os custos indiretos de cada função resultam da aplicação do respetivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indiretos apurados. Os custos indiretos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indireto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente coeficiente de imputação dos custos indiretos.

Apuramento de resultados da Contabilidade de Custos

Através da análise dos resultados finais produzidos pela aplicação AIRC/SCA relativa aos quadros CC7 – apuramento de custos por bens, serviços e CC9 – apuramento de custos por funções e relação de movimentos, procedemos à construção de alguns mapas que consideramos mais relevantes na atividade do município.

Neste âmbito é de referir que da análise do resultado dos mapas CC's atrás referidos, não foram incluídos os custos indiretos, pelo facto destes, nalgumas funções, serem manifestamente expressivos e poderem vir a desvirtuar a análise dos dados. Contudo, a prazo, pretende-se diminuir ao máximo os custos indiretos.

Função Administração Geral

A Função Administração Geral compreende os custos com as atividades de âmbito geral do município.

No decurso de 2018, e no que à função 111 diz respeito, verificam-se algumas variações decorrentes da reestruturação das unidades orgânicas do Município.

A salientar a variação de vários resultados devido á extinção da Ourémviva que embora só tenha sido concluída em dezembro teve reflexo nos custos durante verificados no ano de 2018.

Quadro – Apuramento de custos da função Administração Geral

Administração Geral					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Atas	14 812,51 €	15 300,84 €	3,19	14 904,05 €	-2,66
Receção e registo de correspondência	23 459,96 €	23 115,75 €	-1,49	23 762,70 €	2,72
Formação de Pessoal	10 524,49 €	4 708,92 €	-123,50	7 364,33 €	36,06
Reparação/Manutenção de edifícios Municipais	185 386,97 €	169 848,13 €	-9,15	119 169,07 €	-42,53
Limpeza de Instalações Municipais	62 905,88 €	63 289,97 €	0,61	32 091,82 €	-97,22
Verificação Metrológica	2 199,87 €	2 374,40 €	7,35	5 623,98 €	57,78
Patrocínio Jurídico	159 551,13 €	176 040,94 €	9,37	134 247,35 €	-31,13
Gastos Gerais da Assembleia Municipal	806,94 €	1 422,08 €	43,26	29 871,86 €	95,24
Gastos Gerais do Executivo e Gab. de Apoio	66 146,94 €	61 182,40 €	-8,11	94 061,90 €	34,96
Gastos Gerais da Divisão de Ordenamento do Território	50 319,12 €	67 559,30 €	25,52	28 046,41 €	-140,88
Gastos Gerais da Divisão de Gestão Financeira	115 469,57 €	44 784,66 €	-157,83	66 238,94 €	32,39
Gastos Gerais Apoio Fundos Comunitários, Expediente	28 567,22 €	16 417,21 €	-74,01	27 398,76 €	40,08
Serviço de Fiscalização e Contencioso	8 775,57 €	5 891,35 €	-48,96	14 582,15 €	59,60
Gastos Gerais do Serviço de Turismo e Relações Internacionais	25 235,64 €	4 195,56 €	-501,48	16 759,54 €	74,97
Gastos Gerais da Divisão de Obras Municipais	36 668,95 €	75 740,34 €	51,59	127 368,45 €	40,53
Gastos Gerais do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade	63 727,13 €	56 161,27 €	-13,47	25 795,08 €	-117,72
Gastos Gerais da Divisão de Educação e Ação Social	23 714,15 €	27 731,44 €	14,49	17 052,72 €	-62,62
Gastos Gerais da Divisão de Ação Cultural	18 657,29 €	15 830,93 €	-17,85	12 096,84 €	-30,87
Divisão de Recursos Humanos e Informática	4 524,31 €	18 776,86 €	75,90	29 982,05 €	37,37
Promoção e Imagem do Município	109 035,40 €	84 397,53 €	-29,19	47 485,30 €	-77,73
Encargos com Frota	51 351,65 €	26 913,43 €	-90,80	46 568,90 €	42,21
Comunicação e imagem	69 027,92 €	64 362,96 €	-7,25	27 261,06 €	-136,10
Gestão Centro de Negócios	81 963,18 €	87 974,99 €	6,83	16 304,25 €	-439,58

Função proteção civil e luta contra incêndios

Quadro – Apuramento de custos da função proteção civil e luta contra incêndios

Proteção civil e luta contra incêndios					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Caxarias	55 634,68 €	68 668,28 €	18,980525	57 270,47 €	-19,90
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Fátima	37 850,96 €	39 570,93 €	4,3465493	158 845,22 €	75,09
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém	145 891,80 €	129 713,97 €	-12,47	160 440,06 €	19,15
Construção e Beneficiação de Pontos de Água	20 130,36 €	10 209,69 €	-97,17	9 725,97 €	-4,97
Construção/ Manutenção Bocas de Incêndio	8 950,45 €	6 408,26 €	-39,67	4 212,37 €	-52,13
Combate a catástrofes e situações de emergência	366,87 €	8 196,18 €	95,52	3 164,36 €	-159,02
Equipa de Intervenção Permanente	29 642,12 €	26 348,35 €	-12,50	33 586,09 €	21,55
Limpeza Coerciva Terrenos/Faixa Interrupção Combustível	-----	-----	-----	75 886,02 €	100,00
Centro Municipal Proteção Civil	59 760,70 €	56 735,77 €	-5,33	27 683,31 €	-104,95

A função proteção civil e luta contra incêndios compreende os serviços de prevenção, combate a incêndios e socorro às populações, bem como subsídios concedidos às instituições que prosseguem tais objetivos.

Função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino

Quadro – Apuramento de custos da função ensino não superior / serviços auxiliares de ensino

Ensino não superior/Serviços auxiliares de ensino					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Prolongamento de horário	178 126,46 €	204 709,59 €	12,99	191 669,22 €	-6,80
Fornecimento de refeições pré-escolar	253 555,89 €	260 389,42 €	2,62	217 660,28 €	-19,63
Atividades de enriquecimento escolar	70 125,00 €	61 808,33 €	-13,46	59 636,10 €	-3,64
Enriquecimento Curricular áreas inic. ao desporto e artes	134 393,27 €	133 941,06 €	-0,34	116 400,59 €	-15,07
Fornecimento de refeições	374 167,67 €	380 306,64 €	1,61	295 211,00 €	-28,83
Ensino Básico	15 468,42 €	13 837,51 €	-11,79	12 229,21 €	-13,15
Transporte de alunos p/refeições	652 125,40 €	724 014,42 €	9,93	459 682,60 €	-57,50
Transporte pré-escolar e 1º CEB e Vigilantes	16 680,27 €	17 639,92 €	5,44	16 231,06 €	-8,68
Transportes alunos p/ piscinas - 1º CEB					

Transportes alunos p/ piscinas - Pré-escolar	5 895,44 €	6 733,11 €	12,44	7 928,89 €	15,08
Transporte escolar 2º e 3º ciclos	442 998,98 €	367 217,11 €	-20,64	424 415,67 €	13,48
Transporte escolar Secundário e Profissional	64 447,54 €	75 257,89 €	14,36	68 878,57 €	-9,26
Vigilantes escolares - Auxiliares	302 659,81 €	322 690,99 €	6,21	194 177,44 €	-66,18
Visitas de Estudo	21 421,73 €	21 643,49 €	1,02	22 922,67 €	5,58
Manutenção de espaços verdes nas escolas	82 494,54 €	141 402,12 €	41,66	24 307,40 €	-481,72
Reparação e Manutenção das escolas e Jardins de Infância.	184 074,85 €	194 455,84 €	5,34	40 305,18 €	-382,46
Aquecimento das escolas	67 454,69 €	73 142,78 €	7,78	65 662,93 €	-11,39
Recolha de efluentes e limpeza de fossas das Escolas	16 529,40 €	16 715,28 €	1,11	2 785,88 €	-500,00
Conservação Equipamentos Educativos EB 2/3	61 732,29 €	62 054,28 €	0,52	10 943,45 €	-467,04
Ação Social Escolar	14 327,10 €	16 300,94 €	12,11	20 218,39 €	19,38
Fórum Estudante	0,00 €	6 167,97 €	100,00	5 844,82 €	-5,53
Encargos com instalações escolares	221 891,66 €	208 302,94 €	-6,52	239 053,57 €	12,86

A função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino reúne todos os apoios a estudantes em matéria de transportes escolares, bem como a recuperação, conservação e manutenção dos edifícios escolares.

Função ação social

A função ação social absorve designadamente subsídios a infantários, terceira idade, deficientes e a outras instituições de assistência e de solidariedade social. Importa referir que o centro de custo Contratos-programa com IPSS's se refere a apoios financeiros para a construção de infraestruturas de âmbito social.

Quadro – Apuramento de custos da função ação social

Ação Social					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Contratos-programa com IPSS	562 782,94 €	297 509,08 €	-89,16	321 727,59 €	7,53
Ação Social	95 549,79 €	102 996,92 €	7,23	27 616,00 €	-272,96
Apoio á Natalidade	-----	-----	-----	23 067,19 €	100,00
Comissão de Proteção de Menores	17 890,01 €	13 359,95 €	-33,91	5 940,52 €	-124,90

Centro Comunitário- Banco de Ajudas	1 682,97 €	2 871,68 €	41,39	1 752,62 €	-63,85
Manutenção de Instalações de âmbito Social	86 462,94 €	87 140,64 €	0,78	14 550,70 €	-498,88

Função saneamento

Quadro – Apuramento de custos da função saneamento

Saneamento					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Exploração e manutenção de Etar's	591 123,73 €	663 138,45 €	10,86	648 639,49 €	-2,24
Manutenção das redes e sistemas de saneamento	104 771,42 €	89 321,55 €	-17,30	52 905,87 €	-68,83
Ampliação e Remodelação sistema de águas residuais	49 683,36 €	51 724,88 €	3,95	50 024,63 €	-3,40
Ramais Domiciliários de Esgotos	22 880,84 €	49 246,77 €	53,54	6 040,07 €	-715,33
Higiene Pública					
Recolha de animais abandonados/ Canil e Gatil Municipal	9 667,48 €	5 739,20 €	-68,45	3 683,41 €	-55,81
Sanitários públicos	17 919,60 €	20 487,19 €	12,53	12 359,54 €	-65,76

A função saneamento compreende todo o sistema de drenagem de águas residuais.

Função resíduos sólidos

Quadro – Apuramento de custos da função resíduos sólidos

Resíduos Sólidos					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1 453 208,40 €	1 406 557,41 €	-3,32	1 337 538,88 €	-5,16
Ilhas Ecológicas	12 152,64 €	12 152,64 €	0,00	12 152,64 €	0,00
Manutenção de Cemitérios	2 873,51 €	3 644,85 €	21,16	5 901,66 €	38,24

Na função resíduos sólidos, está representada a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos.

Função proteção do meio ambiente e conservação da natureza

A função proteção do meio ambiente e conservação da natureza compreende a higiene pública, cemitérios e a proteção, conservação e valorização do património natural.

Quadro – Apuramento de custos da função proteção do meio ambiente e conservação da natureza

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Limpeza Urbana					
Fátima	192 062,62 €	197 681,19 €	2,84	194 115,15 €	-1,84
Ourém	130 668,76 €	131 637,80 €	0,74	129 427,89 €	-1,71
Sedes de Freguesia	49 359,14 €	50 705,23 €	2,65	48 691,70 €	-4,14
Defesa do meio ambiente					
Manutenção de espaços verdes públicos	393 131,19 €	246 538,70 €	-59,46	29 760,41 €	-728,41
Vigilância de espaços verdes públicos	33 604,60 €	34 049,24 €	1,31	5 685,54 €	-498,87
Limpeza de terrenos e lixeiras ilegais	81 092,57 €	45 631,02 €	-77,71	7 783,31 €	-486,27
Poda de Árvores	29 311,17 €	0,00 €	0,00	20 071,59 €	100,00
Limpeza de Linhas de Água	18 590,71 €	23 709,57 €	21,59	9 399,77 €	-152,24
Equipa de Sapadores Florestais	24 027,58 €	23 259,77 €	-3,30	21 834,25 €	-6,53
Gabinete Técnico Florestal	73 180,56 €	74 171,04 €	1,34	37 160,11 €	-99,60
Gestão do Agroal / Parque Aventura Agroal	53 766,21 €	44 877,81 €	-19,81	27 740,89 €	-61,77
Gestão da Mata Municipal	17 642,04 €	19 763,28 €	10,73	3 300,06 €	-498,88
Gestão e Promoção e Desenvolvimento Rural	65 445,60 €	66 230,40 €	1,18	33 177,36 €	-99,63
Parques, jardins e outros espaços verdes públicos	220 080,78 €	411 603,59 €	46,53	329 451,45 €	-24,94

Função cultura

Quadro – Apuramento de custos da função cultura

Cultura					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Feirourém	49 063,00 €	110 105,77 €	55,44	175 241,39 €	37,17
Via-sacra	14 229,95 €	15 041,39 €	5,39	15 338,85 €	1,94
Passeio Sénior	14 955,02 €	34 548,68 €	56,71	24 126,90 €	-43,20
Projeto Artéria	-----	-----	-----	55 834,52 €	100,00
Ações coop. c/cidades geminadas e territórios congêneres	22 177,83 €	77 192,34 €	71,27	28 434,25 €	-171,48
Centenário das Aparições 2017	138 700,19 €	679 431,00 €	79,59	35 000,00 €	-1841,23
Comemoração Dia da Criança	8 501,94 €	13 697,48 €	37,93	17 323,03 €	20,93
Comemoração 25 de abril	3 531,63 €	25 646,59 €	86,23	1 456,05 €	-1661,38
Agenda Cultural	16 701,69 €	114 591,78 €	85,43	28 877,97 €	-296,81
Natal Ourém/Fátima	13 684,90 €	28 249,74 €	51,56	129 432,73 €	78,17
Eventos animação e desporto	56 481,11 €	57 079,04 €	1,05	8 852,85 €	-544,75
Manutenção Instalações âmbito Cultural	40 171,02 €	40 276,44 €	0,26	6 725,34 €	-498,88
Apoio ao Associativismo Cultural	90 028,46 €	105 162,56 €	14,39	128 099,48 €	17,91
Atividades Desportivas	15 244,09 €	28 621,56 €	46,74	5 181,97 €	-452,33
Oficina do Património	28 199,31 €	29 883,31 €	5,64	31 671,00 €	5,64
Fontenários	49 679,72 €	66 766,19 €	25,59	46 164,33 €	-44,63
Biblioteca Municipal e Arquivo histórico	49 878,25 €	53 280,99 €	6,39	46 979,36 €	-13,41
Galeria Municipal	29 678,70 €	30 042,04 €	1,21	13 229,04 €	-127,09
Gestão do Cine-Teatro	45 156,00 €	47 676,52 €	5,29	22 048,70 €	-116,23

Função turismo
Quadro – Apuramento de custos da função turismo

Turismo					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Apoio à Internacionalização	55 155,82 €	69 789,00 €	20,97	8 645,46 €	-707,23
Museu Municipal de Ourém	50 086,43 €	51 111,87 €	2,01	38 207,23 €	-33,78
Ucharia do Conde	30 529,54 €	28 590,74 €	-6,78	11 141,72 €	-156,61

Piscina do Agroal	90 457,20 €	90 924,45 €	0,51	86 040,18 €	-5,68
-------------------	-------------	-------------	------	-------------	-------

Função desporto

Quadro – Apuramento de custos da função desporto

Desporto					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Parques Infantis	30 775,20 €	50 568,62 €	39,14	17 691,31 €	-185,84
Apoio ao Associativismo Desportivo	359 935,34 €	471 306,87 €	23,63	318 979,02 €	-47,75
Piscinas Municipais	294 602,12 €	301 824,55 €	2,39	151 450,98 €	-99,29
Pavilhões Gimnodesportivos	97 616,69 €	155 460,97 €	37,21	61 571,41 €	-152,49
Estádios Municipais	121 847,05 €	130 947,18 €	6,95	109 867,99 €	-19,19

Função transportes rodoviários

Quadro – Apuramento de custos da função transportes rodoviários

Comunicação e Transportes					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Rede Viária					
Freguesia de Alburitel	14 540,83 €	12 416,49 €	-17,11	11 518,65 €	-7,79
Freguesia de Atouguia	41 314,68 €	16 557,06 €	-149,53	28 791,69 €	42,49
Freguesia de Caxarias	21 078,59 €	19 646,25 €	-7,29	26 562,95 €	26,04
Freguesia de Espite	24 685,89 €	18 782,74 €	-31,43	11 392,11 €	-64,87
Freguesia de Fátima	32 246,23 €	15 798,62 €	-104,11	52 937,87 €	70,16
Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	37 285,15 €	40 708,45 €	8,41	18 862,31 €	-115,82
Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	47 864,28 €	20 015,83 €	-139,13	19 383,29 €	-3,26
Freguesia de Seiça	26 989,25 €	12 294,91 €	-119,52	32 317,34 €	61,96
Freguesia de Urqueira	32 942,51 €	23 226,41 €	-41,83	9 918,62 €	-134,17

União de Freg. Freixianda, Rib. Fárrio e Formigais	40 623,28 €	63 296,30 €	35,82	22 680,19 €	-179,08
União de Freg. Gondemaria e Olival	37 210,37 €	20 215,65 €	-84,07	10 921,33 €	-85,10
União de Freg. Matas e Cercal	39 649,52 €	22 890,91 €	-73,21	32 885,18 €	30,39
União de Freg. Rio de Couros e Casal Bernardos	38 092,91 €	26 812,18 €	-42,07	33 679,58 €	20,39
Construção e/ou Beneficiação Pontes e Pontões	32 459,40 €	25 847,42 €	-25,58	24 733,11 €	-4,51
Construção e Beneficiação de Abrigos de Passageiros	8 189,14 €	15 707,86 €	47,87	5 757,59 €	-172,82
Sinalização Viária do Concelho					
Sinalização semafórica	34 617,13 €	40 021,05 €	13,50	40 588,34 €	1,40
Sinalização vertical diversa	101 510,27 €	154 220,13 €	34,18	140 810,92 €	-9,52
Sinalização horizontal	10 885,96 €	8 126,49 €	-33,96	3 664,95 €	-121,74

O quadro acima apresentado, indica a imputação dos custos dos bens da função 331 – Transportes Rodoviários, cujas obras foram efetuadas por administração direta e que dizem respeito a pequenas intervenções realizadas em diversas estradas e caminhos municipais.

Ainda no âmbito da rede viária, apresentamos os apoios concedidos às juntas de freguesia com as quais foram estabelecidos protocolos com o objetivo da gestão operacional das brigadas de intervenção.

Apoio às Freguesias

Quadro – Apuramento de custos no apoio às freguesias

Apoio às Freguesias					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Rede Viária					
Protocolo Apoio Rede Viária	1 441 598,20	778 706,42	-85,13	551 380,39	-41,23
Protocolo Apoio Caminhos Vicinais	----	----	----	155 829,78	100,00
Protocolo Apoio Pequenas rep/limpeza espaços verdes Escolares	----	----	----	17 126,01	100,00
Protocolo Recurso Humano	----	----	----	105 000,00	100,00
Apoios de Investimento					
Apoio à Construção Parques de Lazer Sedes de Freguesia	23 993,55	7 500,00	-219,91	7 778,78	3,58

Apoio à Construção e/ou beneficiação Sedes de Freguesia	96 124,16	189 805,50	49,36	10 000,00	-1798,06
Apoio à Const. e/ou benef. de Cemitérios	1 699,08	213 821,14	99,21	36 995,78	-477,96
Apoio à Const. e/ou benef. de Casas Mortuárias	125 388,00	164 105,71	23,59	78 000,00	-110,39

Em virtude do novo modelo de protocolos e da descentralização promovida, a análise comparativa a promover encontra-se desvirtuada.

Função ordenamento do território

Quadro – Apuramento de custos da função ordenamento do território

Ordenamento do Território					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Urbanização					
Sede do Município	56 015,94 €	46 346,22 €	-20,86	39 156,62 €	-18,36
Cidade de Fátima	67 125,24 €	65 822,93 €	-1,98	66 112,49 €	0,44
Arranjos Espaços Públicos	16 180,41 €	19 401,44 €	16,60	15 271,96 €	-27,04

Função mercados e feiras

Quadro – Apuramento de custos da função mercado municipal

Mercados e Feiras					
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Mercado Municipal	171 050,52 €	166 709,60 €	-2,60 €	116 284,03 €	-43,36
Realização da Feira de Santa Iria	10 246,17 €	446,91	-2 192,67 €	27 069,99 €	98,35

Relativamente à função mercados e feiras, salientamos o serviço de Conservação e Manutenção do Mercado Municipal, por ser a atividade mais relevantes da função.

Função energia

Quadro – Apuramento de custos da função energia

	Energia				
	2016	2017	Var. (%)	2018	Var. (%)
Iluminação Pública	1 340 547,78 €	1 586 447,78 €	15,50	1 599 252,25 €	0,80
Iluminação de Natal	22 170,43 €	10 149,12 €	-118,45	10 149,12 €	0,00

Relativamente à indústria e energia, salientamos o serviço de iluminação pública, por ser a atividade mais relevantes da função.

Análise da Distribuição dos Custos

O POCAL não obriga à apresentação da demonstração de resultados por funções, no entanto, esta permite analisar comparativamente o peso da cada função do Município, pelo que optamos pela sua apresentação.

A análise é efetuada de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das funções tem na distribuição dos custos municipais.

Da análise da demonstração de resultados por funções, verifica-se que em relação a 2017 houve uma diminuição dos custos em termos absolutos, em cerca dos 3 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores são as funções sociais que absorvem maior volume de recursos municipais, representando cerca de 57% dos custos do Município. No entanto, é a função 331 – Transportes Rodoviários (que abrange viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais) que maior peso tem nos custos totais do município, seguida da função 211 – Ensino não Superior, que compreende toda a atividade relacionada com o ensino pré-escolar, básico, secundário.

Quadro – Demonstração de Resultados por Funções

	Função	2016		2017		Var.	2018		Variação Absoluta	Var.
		Custos p/ função	%	Custos p/ função	%		Custos p/ função	%		
110	Serviços gerais de administração pública									
111	Administração geral	1 526 863,69 €	5,30	1 607 603,16 €	5,20	5,02	1 357 659,33 €	4,87	-249 943,83 €	-15,55
120	Segurança e ordem públicas									
121	Proteção civil e luta contra incêndios	457 172,09 €	1,59	411 019,00 €	1,33	11,23	620 097,01 €	2,22	209 078,01 €	50,87
122	Polícia Municipal	0,00 €		0,00 €			0,00 €		0,00 €	--
210	Educação									
211	Ensino não superior	4 490 087,70 €	15,58	5 455 686,96 €	17,65	17,70	5 228 659,32 €	18,76	-227 027,64 €	-4,16
212	Serviços auxiliares de ensino	1 410 626,51 €	4,92	1 435 784,62 €	4,65	1,20	1 115 392,25 €	4,00	-320 392,37 €	-22,31
220	Saúde									
221	Serviços individuais de saúde	57 153,56 €	0,20	87 101,40 €	0,28	0,28	75 974,79 €	0,27	0,00 €	0,00
230	Segurança e ação sociais									
231	Segurança Social	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
232	Ação social	845 998,04 €	2,94	562 706,73 €	1,82	50,34	598 377,62 €	2,15	-35 670,89 €	6,34
240	Habitação e serviços coletivos									
241	Habitação	52 290,92 €	0,18	40 259,58 €	0,13	29,88	43 750,61 €	0,16	-3 491,03	8,67
242	Ordenamento do território	286 683,95 €	0,99	268 747,04 €	0,87	-6,67	281 068,81 €	1,01	12 321,77	4,58
243	Saneamento	1 736 328,32 €	6,03	1 861 760,10 €	6,02	6,74	1 714 804,86 €	6,15	-146 955,24	-7,89
244	Abastecimento de água	1 683 467,42 €	5,84	1 719 485,65 €	5,56	2,09	1 659 436,94 €	5,95	-60 048,71	-3,49
245	Resíduos Sólidos	1 634 770,18 €	5,67	1 853 224,27 €	6,00	11,79	1 497 242,45 €	5,37	-355 981,82	-19,21
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	1 433 643,56 €	4,98	1 580 127,41 €	5,11	9,27	1 086 518,85 €	3,90	-493 608,56	-31,24
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos									
251	Cultura	980 053,49 €	3,40	1 880 033,96 €	6,08	47,87	1 199 038,23 €	4,30	-680 995,73 €	-36,22
252	Desporto, recreio e lazer	1 378 583,44 €	4,78	1 602 517,39 €	5,19	13,97	1 303 139,17 €	4,68	-299 378,22 €	-18,68
253	Outras atividades cívicas e religiosas	9 385,54 €	0,03	127 482,23 €	0,41	92,64	2 167,68 €	0,01	-125 314,55 €	-98,30
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
320	Indústria e energia	1 393 186,51 €	4,84	1 626 840,98 €	5,26	14,36	1 639 727,21 €	5,88	12 886,23 €	0,79
330	Transporte e comunicações									
331	Transportes rodoviários	8 849 799,03 €	30,71	8 157 044,66 €	26,39	-8,49	8 011 549,05 €	28,74	-145 495,61 €	-1,78
332	Transportes aéreos	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	--	0,00 €	0,00	0,00	--
333	Transportes fluviais	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
340	Comércio e turismo									

341	Mercados e Feiras	189 545,82 €	0,66	175 788,65 €	0,57	-7,83	152 765,76 €	0,55	-23 022,89 €	-13,70
342	Turismo	237 442,14 €	0,82	254 978,84 €	0,83	6,88	145 903,02 €	0,52	-109 075,82 €	-42,78
350	Outras funções económicas	72 432,49 €	0,25	116 981,13 €	0,38	38,08	101 196,02 €	0,36	-15 785,11 €	-13,49
<hr/>										
410	Operações da dívida autárquica	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
420	Transferências entre administrações	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
430	Diversas não especificadas	80 893,61 €	0,28	81 119,76 €	0,26	0,28	39 682,13 €	0,14	-41 437,63 €	-51,08
TOTAL		28 814 408,01 €	95,08	30 906 293,52 €	100,00	6,77	27 874 151,11 €	100,00	-3 032 142,41 €	-9,81

Considerações complementares-contabilidade de custos

Não obstante a Contabilidade de Custos estar Implementada no Município de Ourém há cerca de nove anos, continuamos a verificar inúmeras resistências à colaboração atempada e completa de registos, nomeadamente, por parte de alguns colaboradores do município, o que dificulta a análise e a fiabilidade desta informação, a qual se constitui como um importante instrumento de gestão.

Perante o acréscimo das competências dos Municípios e da necessidade constante de prestação de informação a entidades externas, a Contabilidade de Custos assume aí um papel preponderante, pelo que seria fundamental, um maior empenho de toda a estrutura organizacional, no desenvolvimento desta valência.

9. MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Em 28 de setembro de 2012, o órgão deliberativo do Município de Ourém autorizou a adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no âmbito do Programa II, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

No contexto do referido programa, foi disposto um quadro (Quadro – VI), com a lista de pagamentos em atraso, a financiar com o empréstimo a contratar, tendo por referência a data de 31 de março de 2012, nos termos da Portaria 281-A/2012, de 14 de setembro.

Consequentemente, em 16 de novembro de 2012 foi celebrado o contrato de empréstimo inerente ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), com o Estado Português (representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças), no valor de 3.487.457,23 euros.

Considerando que a interpretação do Tribunal de Contas, em sede de submissão do processo de empréstimo a fiscalização prévia, foi divergente da anteriormente preconizada pela Direção Geral das Autarquias Locais e da Direção Geral do Tesouro e Finanças, tornou-se imperativo excluir as faturas posteriores a 30 de novembro de 2011, pelo que, em 30 de janeiro de 2013, foi celebrado um aditamento ao contrato, estabelecendo um empréstimo do Estado Português, no valor de 3.365.329,77 euros, alterando-se, para o efeito, o Quadro-VI previsto no PAEL.

Finalmente, em 11 de março de 2013, o processo de empréstimo celebrado entre o Município de Ourém e o Estado Português, obteve visto do Tribunal de Contas, tendo a primeira tranche sido transferida para o Município de Ourém, em 18 de abril de 2013 e a segunda e última, em 30 de setembro de 2013.

Monitorização da Plano de Ajustamento Financeiro

Identificação das medidas

Quadro 61 – Identificação das medidas do PAF

Ano 2018			
Medidas	Execução		Observações
	Implementada	Não implementada	
B.1 Aumento da receita			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita			
3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI	X		Todos os imóveis foram avaliados nos termos do CIMI
3.2 Concessão do Saneamento		X	O processo de concessão do saneamento foi revogado.
B.2 Redução da despesa			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades			

que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais			
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa			
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014 e efeito nulo nos seguintes	X		Em 2018, encetaram-se diversos procedimentos de recrutamento de pessoal, com impacto significativo, em resultado da internalização de postos de trabalho existentes em empresa municipal que se determinou a sua dissolução.
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	X		Meta cumprida.
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	X		Meta cumprida.
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	X		Meta cumprida.

5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	X		Meta cumprida.
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	X		Meta cumprida.
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	X		Meta cumprida.
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	X		Meta cumprida.
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	X	X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.13 Redução na publicidade não obrigatória		X	As despesas aumentaram face ao ano 0.
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)		X	As despesas aumentaram face ao ano 0.
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Meta cumprida.

5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificou-se que as metas foram cumpridas.
5.17 Redução nas infraestruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificou-se que as metas foram cumpridas.
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		

5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.27 Concessão do saneamento			
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento		X	O processo de concessão do saneamento foi revogado.
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento		X	
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)		X	



Apuramento dos desvios nas medidas do PAF

O impacto positivo esperado em 2018 no âmbito das medidas do PAF, em resultado do aumento da receita da poupança gerada, seria de aproximadamente 1,2 milhões de euros.

Conforme se pode verificar no quadro seguidamente apresentado, o impacto positivo obtido situou-se próximo de 2,4 milhões de euros, pelo que, no que respeita às medidas previstas implementar, o Município de Ourém, evidencia um desvio positivo próximo de 1,6 milhões de euros.

Quadro 62 – Apuramento de desvios nas medidas do PAF

(euros)

Descrição das medidas	Valores Previstos - Ano económico de 2018		
	Previsão variação no PA: aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (1)	Variação executada no Orçamento (2011 - ano de referência no PAF/2018): Aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (2)	Desvio (3) = (2) - (1)
B.1 Aumento da receita			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	450 000	0	-450 000
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	50 000	0	-50 000
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita	0	0	0
3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI	1 250 000	2 380 880	1 130 880
3.2 Concessão do saneamento - retribuição do concessionária	400 000	0	-400 000
3.3 Inexistência de captação das taxas e tarifas associadas	-936 500	-14 986	921 514
Total de Aumento da receita (B.1)	1 213 500	2 365 894	1 152 394
B.2 Redução da despesa			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	0		0
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa			0
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014, efeito nulo nos seguintes	0	985 093	985 093
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	20 000	2 529	-17 471
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	25 000	72 241	47 241
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	0	23 888	23 888
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	17 500	214 701	197 201
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas	1 250	-10 960	-12 210
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	3 750	30 063	26 313

5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	37 500	183 304	145 804
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	7 500	3 080	-4 420
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	4 500	12 259	7 759
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	2 500	18 506	16 006
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	200 000	72 538	-127 462
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	6 000	-1 898	-7 898
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	1 250	-645 924	-647 174
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	35 000	55 545	20 545
5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	258 500	1 022 227	763 727
5.17 Redução nas infraestruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)			
5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)			
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)			
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)			
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)			
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)			
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	7 000	98 446	91 446
5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	250 000	210 412	-39 588
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	350 000	332 770	-17 230
5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa	75 000	28 111	-46 889
5.27 Concessão do saneamento			0
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento	998 916	369 645	-629 271
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento	455 853	8 121	-447 732
5.27.2 Encargos previstos para o concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)	0	0	0
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)	2 757 019	3 084 697	327 678
B.3 Outras medidas			
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)			0

7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)			0
8. Outras medidas b)			0
... discriminar cada medida numa linha			0
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)	0	0	0
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)	3 970 519	5 450 591	1 480 072

Evolução da dívida a terceiros

Quadro 63 – Evolução da dívida a terceiros face à previsão estabelecida no PAF (em euros)

PAF - EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO						
Descrição	2011	1.ª sem. 2012	2.ª sem. 2012	2018 (previsto)	2018 (apurado)	Desvio obtido em 2018
Dívida de Curto prazo						
Empréstimos de CP	0	500 000	0	0	0	0
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	3 081 379	3 351 115	3 351 351	982 074	1 528 258	546 184
Outra	11 839 064	14 442 141	12 316 536	1 026 432	2 387 666	1 306 219
Fornecedores c/c	5 124 210	5 862 208	6 581 091	182 250	1 271 150	1 088 900
Fornecedores de imobilizado c/c	3 340 119	3 216 935	2 823 239	546 750	181 891	-364 859
Estado e Outros Entes Públicos	149 776	131 261	163 045	36 450	100 966	64 516
Clientes, contribuintes e utentes	26 830	33 847	34 558	24 057	128 992	104 935
Administração autárquica	285 045	586 097	450 814	54 675	0	-54 675
Outros credores	2 933 085	4 611 793	2 263 789	182 250	649 653	467 403
Participação no FAM	0	0	0	0	55 015	55 015
Subtotal Curto prazo	14 920 444	18 293 256	15 667 888	2 008 506	3 915 924	1 907 418
Dívida de Médio e longo prazo						
Empréstimos	19 367 903	17 938 621	15 998 046	6 825 602	4 945 425	-1 880 177
No âmbito do PAEL			0	2 244 846	1 793 653	-451 193
Outros empréstimos de médio/longo prazo	19 367 903	17 938 621	15 998 046	4 580 755	3 151 772	-1 428 983
Outra	1 718 391	1 491 461	1 165 000	0	110 030	110 030
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	1 718 391	1 491 461	1 165 000	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outros credores	0	0	0	0	0	0

Participação no FAM					110 030	110 030
Subtotal Médio e longo prazo	21 086 294	19 430 082	17 163 046	6 825 602	5 055 455	-1 770 148
Total da dívida	36 006 737	37 723 338	32 830 934	8 834 108	8 971 379	137 271
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	45 338	45 338	135 441	150 000	459 465	309 465
Total da Dívida de natureza orçamental	35 961 399	37 678 000	32 695 493	8 684 108	8 511 913	-172 195
Exclusão da dívida resultante da participação no FAM				8 684 108	8 346 869	-337 239
Valor de disponibilidades existentes em 31/12/2018						5 790 140
Apuramento final considerando o impacto potencial das disponibilidades existentes						2 556 729

O PAF aprovado estabelece uma meta da dívida total, em 2018, em 8.684.108 euros. Observando o quadro exposto na página seguinte, verifica-se que a dívida total de natureza orçamental se situou em 8.511.913 euros, ou seja, situando-se inferior à meta definida em 172.195 euros.

Sobre este assunto, importa ainda observar que se deverá excluir a dívida referente à participação do Município de Ourém no FAM, conforme indicações na DGAL, sendo evidente que se trata de circunstância não prevista aquando da elaboração do Plano de Ajustamento Financeiro. Deste modo, verifica-se que a meta estabelecida é atingida, havendo uma superação em 337.239 euros.

Complementarmente ao disposto, será de salientar que esta autarquia transitou de ano económico com um montante em disponibilidades de 5.790.140 euros.

Consequentemente, caso a autarquia tivesse utilizado a totalidade do montante disponível em instituições financeiras e caixa para abater parte da dívida existente, a dívida total (excluída do FAM) situar-se-ia em 2.556.729 euros, ou seja, o Município de Ourém evidencia uma superação da meta definida no PAF, no âmbito da dívida, ligeiramente superior a 6,1 milhões de euros.

Em suma, a evolução da dívida a terceiros encontra-se superada, face às metas delineadas no PAF, sendo de realçar que, com a implementação do referido plano (dívida no início do PAF: ± 37,7 milhões de euros, em 30/06/2012), o Município de Ourém assinala, à data de 31/12/2018,

uma diminuição expressiva da dívida a terceiros total que, em termos absolutos, representou uma quebra na ordem dos 29,2 milhões de euros (-77,5%).

Se excluída a influência decorrente da participação no FAM e o impacto potencial das disponibilidades, a quebra ocorrida face ao volume existente no início do PAF, será na ordem de 35,1 milhões de euros.

10. CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO COM O GRUPO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

O n.º 3, do artigo 75.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro vem estabelecer que, para efeitos de consolidação de contas, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. Neste contexto, importa ainda observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do referido artigo os quais concetualizam a existência ou presunção de controlo.

Em virtude da dissolução da empresa municipal Ourémviva, em 31 de dezembro de 2018, o Município de Ourém não disponha de qualquer participação que, nos termos da legislação aplicável, imponha a apresentação de contas consolidadas.

[Handwritten signatures and initials]

11. OUTRAS DISPOSIÇÕES

11.1 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo aos pontos 2.7.3.1 e 2.7.3.2 e considerando que os resultados transitados apresentam um acumulado negativo, como consequência de inúmeros anos consecutivos em que se obtiveram resultados negativos, propomos que o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ourém, referente a 2018, no montante positivo de 712.830,70 euros, seja transferido para os “Resultados Transitados”.

11.2 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

A evolução previsível da atividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico e, em particular, no Orçamento para 2019 e Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022.

11.3 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Em 19 de fevereiro de 2019, a Assembleia Municipal deliberou a adesão do Município de Ourém a uma entidade intermunicipal a constituir que irá prestar serviços na área do abastecimento de água, de saneamento e águas residuais e de recolha de resíduos urbanos.

Nesta fase inicial, a empresa irá ter um capital social de 600 mil euros e prevê-se a participação dos seguintes municípios: Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Ourém e Vila Nova da Barquinha.

Atualmente, o processo encontra-se em apreciação pelo Tribunal de Contas.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional	71
Gráfico 2 – Resumo das Receitas Líquidas	243
Gráfico 3 – Resumo das Despesas Realizadas	251
Gráfico 4 – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's	259
Gráfico 5 – Grau de Execução do Orçamento da Receita	260
Gráfico 6 – Grau de Execução do Orçamento da Despesa	262
Gráfico 7 – Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's	263
Gráfico 8 – Evolução dos Resultados Correntes	265
Gráfico 9 – Estrutura da Receita	268
Gráfico 10 – Estrutura das Receitas Próprias	269
Gráfico 11 – Estrutura dos Outros Financiamentos	271
Gráfico 12 – Estrutura dos Fundos Municipais	274
Gráfico 13 – Estrutura das Despesas de Funcionamento	278
Gráfico 14 – Estrutura dos apoios concedidos	283
Gráfico 15 – Estrutura dos Custos	305
Gráfico 16 – Resultado Líquido do Exercício	314
Gráfico 17 – Evolução das dívidas de terceiros	320
Gráfico 18 – Evolução das dívidas a terceiros	322
Gráfico 19 – Evolução das dívidas a terceiros no período comparável (2002/2018)	324

Índice de quadros

Quadro 1 – Indicadores Avançados para a UE28	18
Quadro 2 – Legislação do ano 2018 mais relevante, com impacto nas autarquias	20
Quadro 3 – Ranking e indicadores do <i>Doing Business 2018</i>	33
Quadro 4 – Informação Estatística 2017 referente à área do Município de Ourém	43
Quadro 5 – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas	67
Quadro 6 – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional	70
Quadro 7 – Evolução segundo o escalão etário e sexo	72

Quadro 8 – Evolução do Absentismo	73
Quadro 9 – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço	74
Quadro 10 – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2018.....	77
Quadro 11 – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes	236
Quadro 12 – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes.....	243
Quadro 13 – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes.....	244
Quadro 14 – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes	251
Quadro 15 – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes	252
Quadro 16 – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's.....	258
Quadro 17 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita	260
Quadro 18 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa	261
Quadro 19 – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's	262
Quadro 20 – Mapa resumo dos compromissos assumidos	264
Quadro 21 – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes	265
Quadro 22 – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do ano anterior a preços correntes	266
Quadro 23 – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes	266
Quadro 24 – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do ano anterior a p.c.	267
Quadro 25 – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes	269
Quadro 26 – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias	270
Quadro 27 – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes	271
Quadro 28 – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes	275
Quadro 29 – Evolução da Cooperação Técnica a preços correntes.....	275
Quadro 30 – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes	275
Quadro 31 – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos.....	277
Quadro 32 – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes	279
Quadro 33 – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento.....	279
Quadro 34 – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes.....	280
Quadro 35 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal	280
Quadro 36 – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes...	281

Quadro 37 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	281
Quadro 38 – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes	282
Quadro 39 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida	283
Quadro 40 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes.....	284
Quadro 41 – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros	284
Quadro 42 – Evolução do Investimento Direto Municipal a preços correntes.....	285
Quadro 43 – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto	285
Quadro 44 – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indireto) a preços correntes	286
Quadro 45 – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (direto e indireto).....	287
Quadro 46 – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes	287
Quadro 47 – Despesas com pessoal.....	290
Quadro 48 – Síntese do endividamento líquido municipal à data de 31/12/2018.....	293
Quadro 49 – Limite da dívida total (artigo 52.º da Lei 73/2013)	295
Quadro 50 – Mapa de Condições Económicas.....	296
Quadro 51 – Evolução dos proveitos a preços correntes	299
Quadro 52 – Evolução dos custos a preços correntes	305
Quadro 53 – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes.....	312
Quadro 54 – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes	313
Quadro 55 – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes.....	313
Quadro 56 – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes	313
Quadro 57 – Comparação entre alguns municípios (dados de 2017).....	315
Quadro 58 – Mapa de condições financeiras.....	316
Quadro 59 – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes	319
Quadro 60 – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes	321
Quadro 61 – Identificação das medidas do PAF.....	340
Quadro 62 – Apuramento de desvios nas medidas do PAF	345
Quadro 63 – Evolução da dívida a terceiros face à previsão estabelecida no PAF (em euros)	347

